



Organizadores:

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Luiz Antônio Araújo Gonçalves
Antônio Jerfson Lins de Freitas



**Trajetórias de pesquisadores e
os estudos das cidades médias
em perspectiva**



Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT



Virginia Celia Cavalcante de Holanda é graduada e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Realizou Estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa Dinâmica urbana e regional junto ao Programa de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), onde desenvolveu pesquisa: “O Papel da Interiorização do Ensino Superior no espaço Urbano e Regional das cidades médias do Nordeste Brasileiro”. Bolsista Produtividade em Pesquisa da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP), para o período de novembro de 2020 a novembro de 2022.



Luiz Antônio Araújo Gonçalves é bacharel e licenciado em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará – UECE, mestre e doutor em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia - PROPGeo/UECE. Realiza Estágio Pós-Doutoral na linha de Pesquisa - Natureza, campo e cidade no semiárido junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Foi Coordenador adjunto do Mestrado Acadêmico em Geografia - MAG/UVA e Pró-Reitor de Extensão e Cultura da Universidade Estadual Vale do Acaraú - UVA. Atualmente é Professor Adjunto dos Cursos de Geografia (Bach. e Licenc.) e do MAG/UVA.



Antônio Jerfson Lins de Freitas é graduado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará – UFC (2007) e em História – Licenciatura Plena pela Universidade Estadual do Ceará – UECE (2004). Técnico em telecomunicações pelo Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará (CEFET-CE, atual IFCE). Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA (2019). Cursa segunda licenciatura em Geografia pela Faculdade Estácio do Ceará. Atualmente coordena o conselho editorial da Editora SertãoCult.

Organizadores:

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda
Luiz Antônio Araújo Gonçalves
Antônio Jerfson Lins de Freitas

Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva



Sobral-CE
2022



Trajatórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva

© 2022 copyright by Virginia Célia Cavalcante de Holanda; Luiz Antônio Araújo Gonçalves; Antônio Jerfson Lins de Freitas. (Orgs)

Impresso no Brasil/Printed in Brasil



Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia



Rua Maria da Conceição P. de Azevedo, 1138
Renato Parente - Sobral - CE
(88) 3614.8748 / Celular (88) 9 9784.2222
contato@editorasertaocult.com
sertaocult@gmail.com
www.editorasertaocult.com

Coordenação Editorial e Projeto Gráfico

Marco Antonio Machado

Coordenação do Conselho Editorial

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Conselho Editorial de Geografia

Alberto Pereira Lopes
Carlos Alberto de Vasconcelos
Iapony Rodrigues Galvão
Otávio José Lemos Costa
Paulo Rogério de Freitas Silva
Sandra Lliana Mansilla
Telma Bessa Sales
Wendel Henrique Baumgartner

Revisão

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Diagramação

João Batista Rodrigues Neto

Capa

João Batista Rodrigues Neto

Catalogação

Leolph Lima da Silva - CRB3/967



T768 Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva. / Organizado por Virginia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antônio Araújo Gonçalves, Antônio Jerfson Lins de Freitas. – Sobral-CE: Sertão Cult, 2022.

262p.

Série Território Científico, v. 02.
ISBN: 978-85-67960-88-3 - papel
ISBN : 978-85-67960-89-0 - e-book em pdf
Doi: 10.35260/67960890-2022

1. Geografia urbana. 2. Cidade Média. 3. Território e Pesquisadores. I. Holanda, Virginia Célia Cavalcante de. II. Gonçalves, Luiz Antônio Araújo. III. Freitas, Antônio Jerfson Lins de. IV. Título.

CDD 910.130776



Este e-book está licenciado por Creative Commons

Atribuição-Não-Comercial-Sem Derivadas 4.0 Internacional

Prefácio

Prefácio? E o que é um prefácio? Fiz e refiz muitas vezes essa indagação. Homenagens? *Bah!* Sobreviver tem sido o lema na pandemia. Esta indagação levou a várias considerações e reafirma a nossa forma de sobreviventes no percurso. Devemos todos receber as maiores homenagens possíveis. E todos sabem o porquê.

Nos dicionários, prefácio é um dito antes (*fatio-prae*), texto que precede a obra, introdutório, curto, com o intuito de preparar o leitor para o que encontrará e com o que se deleitará. É uma escolha. Aqui ele será pelos autores, entrevistados e entrevistadores, principalmente pela afirmação do compromisso com o conhecimento vivo e diverso na compreensão da cidade no urbano e do urbano na cidade.

Ainda na significação do prefácio, diz-se que *utilizá-lo é para tentar seduzir à leitura*, o que torna uma oportunidade de ler o *Trajatórias* como continuidade de um trabalho de longa duração, expressa em agenda do Grupo de Estudo sobre Questões Teóricas e Metodológicas na Pesquisa das Cidades Médias e Pequenas e das atividades do *Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEURB)* no Mestrado em Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), levado adiante no ano de 2020 e realizado através de plataforma digital, gravado e transformado em forma de livro. Esta é uma experiência coletiva extraordinária.

Da feitura do *Trajatórias*, depreende-se como a precarização da atividade acadêmica revela os ufanismos no tempo pandêmico: “os professores precisam se reinventar”, “os professores precisam se adequar para ensinar por meios virtuais”. A produção coletiva, aliada à potência da imagem viva (e falada) com os minutos de fama da *Web*, redefiniu a agenda e a continuidade das trajetórias se fez em exame.

Não obstante, as condições necessárias e indispensáveis para o uso de tecnologias nas pesquisas e no ensino são sempre admiradas e com capilaridade variada nas instituições educacionais. A capacidade dos sujeitos do conhecimento diante das adversidades e a empatia perante as relações docente-discente e nas tarefas orientador-orientando conduziu todos nós a uma reprodução ampliada do conhecimento, com a criação de canais de *Web*, *lives*, jornadas, conversas, entrevistas, defesas e muita divulgação científica, como esta aqui, se multiplicando num turbilhão incoerente.

E tais encontros virtuais já se realizam há muito tempo (ao menos há 15 anos), em exames de qualificações, defesas de mestrado e doutorado e orientações. Nesse período, as experiências da Universidade Aberta do Brasil (UAB) contribuíram para a implantação de cursos de graduação à distância, sobretudo de Matemática, Pedagogia e Letras. Muitos dos recursos foram aprimorados nessa experiência de UAB. As plataformas abertas *Moodle* e *Sigaa* demonstram funcionalidades que carecem de ajustes.

Com isso, os abusos do uso de recursos tecnológicos e a fragilidade das políticas educacionais de tecnologia para ampliação de recursos humanos qualificados e para preparação de equipamentos de qualidade não abalaram os esforços da grande maioria dos colegas professores em aulas, palestras, defesas e debates. Afinal, o uso de plataformas digitais tem sido o *mister* dos docentes e pesquisadores antes e durante o ano de isolamento em 2020.

De sorte que poderia dizer: conheço essa turma. Quer dizer, conheço a maioria dos entrevistados e entrevistadores. E conheço por estar convivendo na mesma temporalidade e por fazer parte de uma geração de professores de Geografia que entendeu ser partícipe em contribuir para estruturar o ensino de pós-graduação e a pesquisa no país, atendendo ao chamado dos órgãos de fomento, sobretudo Capes e CNPq e as agências estaduais de pesquisas. As entrevistas, realizadas entre maio e novembro de 2020, chegam-nos em forma de texto e reforçam os seus conteúdos e objetivos sobre si como sujeito e sobre os objetos de pesquisa.

Alguns conheço *mais de perto*, dos tempos da graduação na Universidade Estadual do Ceará (UECE) ou da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), ou ainda, por ocasião do mestrado ou do doutorado nas décadas de 1980-90. Com uma delas cheguei até a casar e, na *pequenina* Paraíba, criar

raízes. Sim! Como esquecer as paixões do conhecimento? Como esquecer os ânimos exaltados e os momentos tensos de debates de pesquisa, das contradições, das vontades e onde o inesperado causa uma surpresa?

Não pude deixar de notar - e anotar - que duas das entrevistadas compuseram a minha banca de doutoramento. O que posso dizer hoje é que fazemos pesquisa até ontem. Com uma delas, em especial, aprendemos a luta política e institucional da Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB), para “promover e estimular o estudo da geografia”, *uma* das finalidades da AGB. E bem que se diga que a grande maioria presente no *Trajétórias* foi ou está envolvida com esta cachaça chamada AGB, uma espécie de *cruzada agebeana de difusão da geografia*.

Sem pesquisa de campo não se pode falar. Assim, nos aparece uma referência ao Maoísmo da Geografia Francesa, quando se recorda a ambiência da experiência de formação. Este conteúdo exposto no *Trajétórias*, a dinâmica do debate e de seus resultados, pode ser visto tanto como um diálogo sobre a educação intuitiva e inconsciente da comunicação dos sentidos, como uma linguagem estética aprendida pelo estado de exceção pandêmico. E, sem dúvida, como uma riqueza de depoimentos para o estudo das cidades e do urbano. Estar presente no *Trajétórias* é dividir o pano, as varandas e os punhos dessas redes de estudos sobre a cidade e sobre o urbano, partícipe na construção da pesquisa colaborativa.

Certamente poderia qualificar tais trajetórias no âmbito da História da Educação e num amplo campo configurado como práticas escolares. Entrevistas de ou sobre trajetórias nos fornecem rico material de pesquisa para as práticas escolares e são sínteses dos modelos de formação de professores nas instituições às quais estão vinculados. É dessa maneira que as práticas escolares são renovadas; seja pelas trocas de experiências internas aos grupos de pesquisa, seja pela investigação dos conhecimentos. No aspecto geracional, corresponde às *trocas de figurinhas*, que são as conversas, as derivas nos cafés, nas aulas; nas indicações e sugestões de temas, nas orientações, ajustes e desencontros que se operam na intersubjetividade, entre lares (ou hotéis) e bares.

A exposição das trajetórias de pesquisa, em todos os depoimentos, sem exceção, nos mostra que a prática da Geografia tem sido a formação

de professores; de que “*a prática do geógrafo tem sido o ensino de geografia*”. E, em que pese uma ou outra interpretação em relação aos conceitos e categorias das Ciências da Educação, todos são ou estão envolvidos com currículos, programas, conteúdos, avaliações etc. Tomar contato e adentrar nas experiências de cada um através dos relatos da institucionalidade da pesquisa e da formação profissional, dos entraves da instituição e do ensino é ver e olhar o entusiasmo, o contexto e a atuação em seus respectivos anos de formação. E, como síntese, os resultados: capacidade de auto-organização e condições de trabalho.

Isto posto, os percursos revelados pelos colegas entrevistados se encaixam, como disse, na História da Educação e nas práticas escolares. As dimensões práticas da convivência das pesquisas dos grupos e das pesquisas individuais nos cursos de graduação e pós comportam formas variadas de convivência, pois carregam as contradições das instituições. Portanto, fixá-la na dimensão da história e da educação nos permite sustentar que as pesquisas levadas a cabo pelos grupos aqui expostos é o estudo da cidade e do urbano como um tema subjacente ao trabalho docente com a dupla finalidade: deleitar e ensinar, tão afeitas à poesia homérica.

A despeito disso, revelam a compreensão diversificada das temáticas e a relevância do assunto, seja por amor lefebvriano (ou legoffiano) às cidades, seja por viver suas plenitudes. Agradável constatar, de soslaio, nas trajetórias, a hipótese de que o trabalho coletivo induz suplantando os provincianismos diante da monumentalidade cidadina. Os relatos são repletos da própria história do crescimento e expansão do trabalho da ReCiMe e dos grupos de pesquisa que o transitam, o que certamente se poderia escrever um quase-tratado.

Neste caso aqui, o recorte com tesoura e tesouradas da leitura se deu através das experiências individuais e educativas que nos contam sobre suas preferências, aportes teóricos e posturas profissionais e, sobejamente, sobre parte expressiva da Geografia Urbana brasileira nos últimos 40 anos.

Por fim, não é exagero dizer que provocar o leitor com leituras críticas do *Trajeto* é um tanto fora de propósito. Em cada uma das trajetórias, um ou mais métodos de pesquisa, uma ou mais abordagens teóricas da ciência e da educação são expostos e refeitos. Por óbvio, muitas das ques-

tões colocadas são autoexplicativas para a análise do Brasil urbano. E, como tais, são lideranças acadêmicas exercidas por mulheres (ao menos na ReCiMe) que são as mais capacitadas e aquinhoadas com as qualidades para exercer e porque os demais as qualificam para que a Geografia Urbana produzida seja um *vir-a-ser*.

Prof. Dr. Carlos Augusto Amorim Cardoso

Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

A série Território Científico

O que nasceu como uma tentativa de aproximar pesquisadores de diversas áreas, de mobilizar os membros do Conselho Editorial da SertãoCult na elaboração de um material que exprimisse a capacidade da editora em produzir obras com qualidade técnica e com relevância acadêmica, tornou-se um sucesso logo em sua primeira edição.

Após o lançamento do volume *Diálogos sobre a Ditadura*, que reuniu alguns dos maiores pesquisadores sobre a temática no Brasil, a série *Território Científico* chega ao seu segundo volume elaborado a partir de uma parceria com os profissionais ligados ao Seminário da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe). Eis a obra *“Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva”*.

É gratificante concluirmos mais esta contribuição para a comunidade científica, apresentando as trajetórias de algumas das maiores referências da Geografia Urbana brasileira, que no contexto da pandemia da Covid-19 ficaram tão fisicamente distantes, mas nunca tão próximos, unidos através da tecnologia, que permitiu a troca de experiências com colegas de diferentes regiões do país.

Passados alguns meses da realização das entrevistas, finalmente a pandemia dá mostras de arrefecimento. O isolamento que tanto nos custou, começa a dar lugar a reencontros presenciais e estas entrevistas, mais do que um relato de experiências de pesquisa, passam a compor um registro histórico de como a crise sanitária afetou toda a nossa sociedade.

Se a produção científica segue sendo alvo de constantes ataques e aqueles que se dedicam a ela ainda são encarados quase como inimigos do Estado, é mais do que pertinente, mas necessário que todos aqueles

que acreditam na educação, na ciência, no conhecimento se unam e abracem projetos que busquem aproximar essa produção e o público em geral.

Mais um livro se junta à nossa série, nos deixando ainda mais orgulhosos e empenhados em nossa defesa incondicional da ciência.

Que venham os próximos volumes!

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Marco Antônio Machado

Coordenadores da Série Território Científico

Apresentação

O livro *“Trajetórias de Pesquisadores e os Estudos das Cidades Médias em Perspectiva”* é resultado das atividades do Grupo de Estudo sobre Questões Teóricas e Metodológicas na Pesquisa das Cidades Médias e Pequenas. O Grupo se formou no contexto da pandemia da Covid-19, no ano de 2020, quando colegas que já desenvolviam estudos ou orientavam temas nessas escalas de cidades, participantes do Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEURB), do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA), decidiram manter o vínculo com alunos e professores de diferentes instituições de forma interativa, utilizando o *Google meet* para viabilizar o diálogo.

Nesse momento sendo também fundamental que se mantivessem ativas as conversas iniciadas no Seminário da Rede de Pesquisadores sobre as Cidades Médias (ReCiMe), em dezembro de 2019, na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e que seriam alinhadas em um evento em Sobral, programado para a última semana de maio de 2020, que contaria com a presença pesquisadores da ReCiMe em mesas redondas, conferências, trabalho de campo e reuniões de trabalho com o grupo do LEURB.

Da conjugação dessas necessidades, planejamos apresentar aos nossos alunos o pensamento de pesquisadores amplamente reconhecidos pelos estudos das cidades médias brasileiras, a aproximação indo das leituras de suas publicações, aos diálogos profícuos amparados nas trajetórias destes pesquisadores. Nesse sentido, somos gratos aos professores convidados que, embora envolvidos em muitas atividades, atenderam ao nosso convite e aceitaram participar das conversas em forma de entrevistas e a organização destas para publicação em e-book, numa linguagem coloquial pela espontaneidade das falas, permitindo que outros interessados tenham

acesso aos depoimentos tão inspiradores e carregados muitas vezes de uma mistura de razão e emoção.

Nessa toada, buscamos a valorosa adesão da ReCiMe, em conversas com o professor William Ribeiro da Silva e com a professora Doralice Sátyro Maia que, além do acolhimento à nossa ideia, participaram como entrevistados. Os demais colaboradores entrevistados foram: Maria Encarnação Beltrão Sposito, Rita de Cássia da Conceição Gomes, Zenilde Baima Amora, Antônio Cardoso Façanha, Wagner Vinicius Amorim, Beatriz Ribeiro Soares, Maria José Martinelli Silva Calixto e Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior. Tivemos também a alegria de contar com o querido Professor Carlos Augusto Amorim Cardoso que nos honrou com o prefácio dessa obra.

A atividade contou com o apoio da *Editora SertãoCult*, que incentivou as gravações das entrevistas dentro do projeto *Território Científico*, que ofereceu suporte a outras publicações no mesmo formato, no âmbito das Ciências Humanas da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA) no ano de 2020, com publicações no formato e-book e possibilidade de acesso impresso atendida por demanda.

Por fim, consideramos que a experiência em mobilizar tantos pesquisadores que estudam diferentes cidades médias no território brasileiro foi exitosa. Mas também por conseguimos ampliar os horizontes dos nossos estudantes e contribuímos com a formação universitária e fortalecimento do conhecimento acadêmico num ano tão atípico. Por isso estamos felizes e gratos!

Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Antônio Jerfson Lins de Freitas

Organizadores

Sumário

Doi: 10.35260/67960890p.16-57.2022

Dialogando, pensando e aprendendo com a trajetória de uma pesquisadora.....16

Prof.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito
Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.58-74.2022

Os desafios da formação e atuação de uma pesquisadora.....58

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes
Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Doi: 10.35260/67960890p.76-99.2022

Experiências acadêmicas e de pesquisa sobre as cidades médias cearenses.....76

Prof.^a Zenilde Baima Amora
Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.100-113.2022

Levantando problemáticas de pesquisa: um convite para pensar a cidade e o urbano no Nordeste brasileiro.....100

Prof. Antônio Cardoso Façanha
Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Doi: 10.35260/67960890p.114-130.2022

Os caminhos da formação e da pesquisa, tecendo uma trajetória.....114

Prof. Wagner Vinicius Amorim
Prof.^a Glauciana Alves Teles

Doi: 10.35260/67960890p.132-146.2022

Dividindo as múltiplas experiências de pesquisa e planejamento em cidades mineiras.....132

Prof.^a Beatriz Ribeiro Soares
Prof. Antônio Cardoso Façanha

Doi: 10.35260/67960890p.148-179.2022

**Desafios, práticas e saberes sobre as cidades médias:
um olhar a partir de Mato Grosso do Sul.....148**

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto

Prof.^a Glauciana Alves Teles

Doi: 10.35260/67960890p.180-199.2022

**Sobre escolhas e construção de caminhos, aprendendo com uma
narrativa singular.....180**

Prof.^a Doralice Sátyro Maia

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Doi: 10.35260/67960890p.200-229.2022

**Aprendendo sobre as cidades médias e pequenas da Amazônia
brasileira.....200**

Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Doi: 10.35260/67960890p.230-255.2022

Um panorama dos estudos das cidades médias em debate.....230

Prof. William Ribeiro da Silva

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Índice remissivo.....257

Doi: 10.35260/67960890p.16-57.2022



Maria Encarnação Beltrão Sposito Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP Presidente Prudente (1977), mestrado em Geografia pela UNESP Rio Claro (1984) e doutorado em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (1991). Realizou pós-doutoramento na Université de Paris I - Sorbonne. Desenvolveu atividades acadêmico-científicas junto a diversas universidades brasileiras e estrangeiras. Atualmente é professora titular da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. É membro do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Atualmente, coordena o projeto temático intitulado “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmo, formas e conteúdos (FragUrb)”, financiado pela FAPESP, que abrange uma equipe de mais de 30 pesquisadores doutores.

Dialogando, pensando e aprendendo com a trajetória de uma pesquisadora¹

| *Maria Encarnação Beltrão Sposito²*

| *Luiz Antônio Araújo Gonçalves*

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): A primeira pergunta a ser colocada nesse momento é sobre você, suas experiências pessoais no seu campo de atuação, na sua trajetória. Quais as principais experiências que contribuíram para sua formação como Pesquisadora e como Geógrafa?

Prof.^a Maria Encarnação Beltrão Sposito (UNESP): Acho que todo pesquisador, como qualquer profissional, não apenas no campo da pesquisa e do ensino, vai entremeando a sua trajetória pessoal com esse caminho profissional que, no nosso caso, é a pesquisa. Não é possível dissociar uma coisa da outra. Então hoje, quando eu olho para trás, atribuo muito do meu percurso de pesquisadora ao fato de ter nascido e crescido em São Paulo, que é uma metrópole, e ter vindo na juventude para o interior do estado de São Paulo. Aqui nós usamos muito esse termo: “interior paulista”. Por circunstâncias profissionais, o meu pai fez esse movimento da metrópole para o interior.

Penso que essa vinda para o interior mudou o meu modo de ver o mundo, mudou meu modo de ver as cidades, especialmente porque o espaço urbano sempre foi algo que me tocou muito. Como nasci e cresci em São

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 12 de junho de 2020.

2 Professora da Universidade Estadual Paulista (UNESP).

Paulo, tinha muito interesse, muita curiosidade sobre o tamanho da cidade, sobre as mudanças que estavam ocorrendo. Em minha época de criança, a Avenida Paulista estava passando de uma área residencial de elite para uma área voltada aos serviços bancários. Aquilo, mesmo eu tendo 9, 10 anos, já me chamava muita atenção.

Meus pais mudaram para Presidente Prudente quando eu estava perto de entrar na universidade e acabou que, por um conjunto de circunstâncias que, se for o caso, posso detalhar, vim para Presidente Prudente e ingressei no que era então a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, porque a própria UNESP, enquanto Universidade, não existia ainda. Ela foi criada pela junção de muitas Faculdades, em 1976.

Sem sombra de dúvida, os professores que eu encontrei aqui foram muito importantes na minha sensibilização para a Geografia. Poderia citar muitos, mas irei citar o meu primeiro orientador de Iniciação Científica: o professor Armen Mamigonian. Ele tinha feito doutorado na França, tinha muitas relações com professores franceses, então, mesmo estando no interior do estado de São Paulo, nos anos de 1970 (fiz a graduação entre 1974 e 1977), nós recebemos professores franceses que vinham dar cursos, palestras, ficar períodos na Faculdade. O professor Armem, inclusive, nos estimulava à leitura em francês, então acho que sou uma Geógrafa de formação na escola francesa. Ter um orientador brasileiro, que era o Armen, que propiciou todas as oportunidades que tive de participar de minicursos, de ouvir palestras com professores como Pierre Monbeig, Michel Rochefort e tantos outros que estiveram aqui, naquela época, me influenciou bastante.

Formei-me no ano de 1977. Meu período de Universidade foi de grande turbulência política no país, pois vivíamos uma ditadura militar. Participei de movimentos estudantis ativamente e, quando fui iniciar minha vida profissional, tive problemas por causa disso. Fui fichada, tive dificuldades, passei em concursos públicos e não pude ingressar por causa da exigência, naquele período, de apresentação de atestado de antecedentes políticos.

No entanto, veio a abertura política. Primeiro, a Lei da Anistia, que retirou a exigência desse atestado, e eu iniciei minha vida profissional como professora da rede pública do estado de São Paulo, na capital paulista. Trabalhei em áreas da periferia, no setor Sudeste e Leste da cidade, ao mesmo tempo em que também trabalhei em colégios particulares de pa-

dres agostinianos. Então, essa foi uma experiência muito boa para mim, era jovem e logo ingressei trabalhando numa área de favelização, que é a área de Heliópolis, e num colégio da zona Leste de São Paulo, voltado para os filhos dos mais abastados desse setor da cidade. Dois mundos diferentes que me obrigaram a dois modos diversos de encarar o ensino, que é uma atividade que eu coloco no primeiro plano, porque gosto muito.

Depois de dois anos dessa vida profissional no ensino fundamental e médio, decidi que deveria voltar a estudar e fiz a opção pelo mestrado. Prestei seleção na Universidade de São Paulo (USP) e não fui aprovada, mas no mesmo ano prestei na Universidade Estadual Paulista, *campus* de Rio Claro (UNESP/Rio Claro) e ingressei. Inicialmente com um professor e, depois por razões teórico-metodológicas e iniciativa dele, pois achava que eu seguia uma linha que vinha do professor Armen, mudei de orientador. Passei a ser orientada por um professor jovem, que estava entrando na UNESP/Rio Claro naquele momento e que hoje é um grande pesquisador para a Geografia brasileira, que é o professor Ariovaldo Umbelino de Oliveira. Fui uma das primeiras orientadas do professor Ariovaldo em Rio Claro, logo depois ele foi para a USP, onde ele se aposentou. Fiz meu mestrado e doutorado com ele.

Considero que sou uma pessoa de sorte por ter sido orientada pelos professores Armen na graduação e Ariovaldo na pós-graduação. Duas pessoas que são muito fortes na orientação, não apenas teórica, mas metodológica, no como fazer uma pesquisa, como conduzi-la, como realizar uma entrevista, como ir a campo, como fazer anotações. Os dois são muito bons nisso e acho que os bons pesquisadores não podem se fazer só com leituras. Elas são fundamentais, mas, sem dúvida, é preciso que haja também o caminho entre a teoria e a condução da pesquisa.

Tornei-me pesquisadora muito jovem, e hoje isso é muito mais difícil. Aos 24 anos, já me tornei professora universitária ao passar em um processo de seleção. Na época não havia concurso público, o que passaria a ocorrer depois da aprovação da Constituição de 1988. Só havia processo de seleção. Entrei na UNESP em 1980 e só me efetivei em 1988-89. Entrávamos com um contrato e depois de um tempo é que entrávamos de fato por meio de concurso. No dia 21 de julho de 2020, completei 40 anos como professora. Iniciei minha vida como professora universitária num período em que entrávamos só com graduação, depois é que vinha o

mestrado e o doutorado e se ia amadurecendo no processo de aprender a ser professora universitária.

Evidentemente que morando numa cidade como Presidente Prudente, que hoje tem 230 mil habitantes, é natural que a minha sensibilidade para a cidade e o urbano tenha se voltado para essa escala da rede urbana. O meu mestrado foi sobre a cidade de Presidente Prudente, o meu doutorado foi sobre 23 cidades médias paulistas, duas no Mato Grosso do Sul, duas no Paraná, enfim, o que chamamos de formação a partir do complexo cafeeiro.

Mais tarde, identifiquei ser importante reunir pesquisadores que estudavam cidades médias. Já havia muita gente fazendo isso no Brasil, como o professor Oswaldo Amorim, que trabalhava com o tema na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A professora Maria Adélia Aparecida de Souza, que tinha sido coordenadora do programa de Cidades Médias no estado de São Paulo, a professora Zenilde Baima Amora, que está nesta sala, já tinha essa linha de pesquisa no Ceará, enfim, muita gente que não conseguirei citar. Então, a oportunidade que me apareceu de articular a Rede de Pesquisadores sobre Cidades Média (ReCiMe) foi muito importante, porque acabou reunindo um conjunto de pessoas. Ela não se restringe só à Geografia Urbana, pois tem pessoas da Geografia Econômica, da Geografia Agrária, da Economia, da Arquitetura e Planejamento etc.

A criação da ReCiMe, em 2006, também mudou muito o meu jeito de fazer pesquisa, porque deixei de fazê-la de maneira individual. Deixei de fazer uma pesquisa que era “só minha”, como no mestrado, no doutorado ou na livre docência, que são exemplos de pesquisas individuais. Em 2005, defendi a livre docência, que foi minha última pesquisa individual “grande”. Então, a partir de 2006, nunca mais fiz pesquisa individualmente. Passei sempre a trabalhar com projetos grandes. Talvez cinco ou seis, que se sucederam de 2005 até hoje.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Você pode relatar um pouco sobre a principal pesquisa que a tornou uma referência nos estudos das Cidades Médias Brasileiras?

Prof.^a Maria Encarnação: Acho que ser pesquisador no estado de São Paulo nos dá uma vantagem muito grande comparativamente com os outros estados da federação. Temos uma fundação de pesquisa com uma

política muito estável, que é a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP). E por que ela é uma política estável? Porque independentemente do governo que assuma o poder estadual, a política da FAPESP não se altera em termos orçamentários. Ela possui orçamento de 1% do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS) no estado de São Paulo. É um orçamento grande, nenhum governo pode retirar, precisaria da aprovação de uma lei para revogar esse princípio e os diretores e presidentes dela não mudam quando mudam os governadores. Eles têm mandatos próprios, o governador até interfere na escolha, mas ele não pode mudar o presidente da FAPESP.

A FAPESP tem uma linha de pesquisa chamada de Projetos Temáticos. São grandes projetos que só temos coragem de pedir quando estamos mais estáveis na carreira, já com certa experiência acumulada. O nosso Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAS-PERR) teve um primeiro projeto aprovado em 2006 e coordenado pelo professor Eliseu Savério Sposito. A partir de 2011, tive coragem de enviar o meu primeiro projeto temático, que funcionou até 2016, sobre cidades médias e consumo. Estudamos, naquela ocasião, seis cidades médias, cinco do estado de São Paulo e a cidade de Londrina, no estado do Paraná. Mais recentemente, no ano de 2017, que vigorou a partir de 2018, propus um novo projeto temático que irá funcionar até o ano de 2023 e é dele que irei falar. Seu tema é *“Fragmentação Socioespacial e Urbanização brasileira”*. Então, a primeira coisa que alteramos foi a escala da pesquisa, incluindo cidades de todas as regiões do país. São nove cidades, posso dizer quais são desde a menor até a maior.

A menor de todas é Ituiutaba, no Triângulo Mineiro; depois Dourados, no Mato Grosso do Sul; Presidente Prudente e Ribeirão Preto, no estado de São Paulo; Chapecó, em Santa Catarina; Maringá, no estado Paraná; Mossoró, no Nordeste, que é uma cidade muito especial no nosso estudo; Marabá, no Pará, e a cidade de São Paulo.

Resolvemos incluir São Paulo porque consideramos que teríamos um bom contraponto para compreender o que é particular às cidades médias, ao desenvolvermos pesquisa que inclui a metrópole. Segundo, porque temos a intenção de que, ao estudar as cidades médias, não fiquemos atre-

lados à visão de que esses estudos são estritamente sobre as cidades médias em si. Então, trabalhar com mais cidades e incluir uma metrópole é uma intenção nossa de mostrar a rede urbana e como ela se articula.

A pesquisa está organizada em quatro grandes blocos, eu chamo assim. O primeiro e mais importante são os planos analíticos, que correspondem aos objetivos específicos da pesquisa. Esses planos analíticos são quatro. Plano analítico 1: Centro, centralidade e mobilidade. Plano analítico 2: Práticas espaciais e cotidiano. Plano analítico 3: Espaços públicos. Plano analítico 4: produção e consumo da habitação.

A pesquisa se realiza no campo, na prática, segundo o modo como olharmos para a cidade a partir de cinco dimensões empíricas. O campo das dimensões empíricas, segundo forma de desenvolver a pesquisa, é composto por: habitar, trabalhar, consumir, circular e lazer.

Um terceiro bloco, um terceiro modo de entrar na pesquisa é através das frentes metodológicas. Vocês irão ver que são frentes metodológicas quali-quantitativas. Nós temos modos e procedimentos que são quantitativos e outros que são qualitativos. Quais são eles? 1- Grupos focais: realizamos grupos focais nas cidades onde nós estamos trabalhando. 2 - Entrevistas com os cidadãos segundo uma tipologia e com agentes bem informados. 3 - Netnografia e análise a partir de redes sociais. 4 - Percursos urbanos: os pesquisadores acompanham os percursos de moradores das cidades a partir de três metodologias semelhantes, mas distintas. 5 - Banco de dados, que, via de regra, é composto por tudo que está disponível e oferecido por outras instituições, agências, entidades. 6 - É a relativa às representações que “cartografa” tanto o que vem do banco de dados como aquilo que é feito no campo, como croquis das entrevistas realizadas, percursos feitos etc.;

Um quarto bloco que forma a organização dessa pesquisa está relacionado às cidades já mencionadas anteriormente, cuja população varia entre cem mil habitantes até a escala da região metropolitana de São Paulo, com mais de vinte milhões de habitantes. Claro que nós não vamos estudar a região toda, mas escolhemos duas áreas, que é a Cidade Tiradentes e o bairro do Pimentas, no município de Guarulhos.

Temos como uma referência principal nesta pesquisa trabalhar a cidade da periferia para o centro. Na pesquisa anterior, como o tema era consumo,

nós olhamos muito a cidade do centro para a periferia. Então nós quisermos inverter o nosso olhar. Claro, também entrevistamos pessoas que não moram na periferia das cidades, mas a maior parte dos entrevistados, a maior parte dos procedimentos vem do anel externo da cidade para o centro. Estamos muito animados, estamos no segundo ano dessa pesquisa. Ela teve que ser totalmente reformulada por causa da Covid-19. Justamente agora, no primeiro semestre do ano, haveria uma série de trabalhos de campo em todas as cidades. Todas as que foram citadas já tiveram um primeiro grande trabalho de campo de reconhecimento e uma parte do que deveria ocorrer no segundo grande trabalho de campo está sendo feito *online*, inclusive as entrevistas. Ontem mesmo fiz uma das entrevistas e a entrevistada era uma moradora da cidade de Ribeirão Preto. Faz uns quatro ou cinco dias que entrevistei um morador de Marabá. Estamos fazendo *online* e estamos percebendo que o retorno não vai ser tão logo e, quando ele ocorrer, teremos que deslocar uma equipe muito grande, em torno de dez pessoas, para efetuar procedimentos que não podem ser feitos pela *web*. Por exemplo, das cidades que íamos em agosto, uma delas era Marabá. Todos os membros da pesquisa, trinta e três doutores, trinta e três pessoas iriam se deslocar para Marabá, mas isso não foi possível.

Então, tivemos que nos reinventar, fazer uma agenda de pesquisa, que chamamos de FragUrb. Esse é o apelido da pesquisa porque é fragmentação socioespacial e urbanização. Então fizemos um “FragUrb em tempos de pandemia”, reformulamos toda a metodologia da pesquisa para tentar viabilizá-la, não integralmente, mas uma parte da pesquisa que está sendo possível de ser efetuada pelos ambientes virtuais. Acho que era isso que gostaria de destacar.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Embora a senhora diga que o estudo que desenvolve está para além de uma análise da Cidade Média, gostaria de voltar à temática e à importância do estudo sobre as Cidades Médias na Geografia e também um pouco da questão metodológica. Parece que o seu grupo propõe uma metodologia específica para esse estudo. Então gostaria de tocar nesses dois pontos: a importância desse estudo sobre as Cidades Médias para a Geografia e para as demais Ciências Humanas e também da elaboração de uma metodologia específica para esse estudo.

Prof.^a Maria Encarnação: Na verdade, o que tenho insistido, às vezes até parece que não sou suficientemente didática para explicar isto, porque vemos muitas críticas aos estudos sobre cidades médias. Geralmente essas críticas recaem sobre a ideia que acho equivocada, mas respeito, porque as pessoas têm direito de formar opinião, de que a cidade média é um objeto em si. Ela não é um objeto de pesquisa em si, assim como a metrópole também não é e nem a cidade pequena. Acho que o que interessa para o pesquisador é ver como se articula a rede urbana. Então se o nosso olhar recai sobre as cidades médias, é preciso olhar as relações entre elas e as outras cidades. O mesmo vale para as cidades pequenas e também acho que é o mesmo para as metrópoles. Mesmo tendo em vista a complexidade do fato urbano metropolitano, não acho que ela seja um objeto em si.

O pesquisador que toma como referência a metrópole e que fica nela perde a oportunidade de compreender a urbanização. Acho que a urbanização na América Latina e, por consequência, a urbanização brasileira, tem um conjunto de especificidades que exigem que você olhe o conjunto. A parte nunca é suficiente. O Brasil é um país de dimensões continentais e um território com uma distribuição muito desigual do fato urbano, uma relativa densidade urbana numa faixa de até quinhentos, seiscentos quilômetros do litoral e uma rarefação urbana quando olhamos para as regiões Centro-Oeste e Norte do país.

Ora, você compreender o que é uma cidade média como Ribeirão Preto, que está a menos de 400 quilômetros da região metropolitana de São Paulo e que, na realidade, hoje já forma parte do espaço que a professora Sandra Lencioni gosta de conceituar como espaço metropolizado, mas que poderíamos chamar de uma cidade, de uma grande cidade-região, é muito diferente de estudar Marabá, embora que em tamanho demográfico não haja tantas diferenças entre as duas. O que é muito diverso de tratar Mosoró, uma cidade que está a meio caminho entre a capital do Ceará e a capital do Rio Grande do Norte e que é uma cidade já globalizada em função da presença da fruticultura, em função da presença da própria Petrobras, que é uma empresa hoje internacional. Então, são realidades urbanas tão diversas que toda simplificação é extremamente empobrecedora. Não apenas precisamos ver várias cidades como fazer a comparação entre elas. E, sobretudo, olhar a urbanização brasileira de outro ponto de vista.

Na reunião bienal da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia (ANPEGE) que aconteceu em Porto Alegre, frisei muito e me apoiiei nesse ponto. É preciso olhar o Brasil de Oeste para Leste. Historicamente, nós sempre olhamos o Brasil de Leste para Oeste. Primeiro porque fomos colonizados pelos portugueses, que chegaram e iniciaram a urbanização pelo litoral, fundando cidades para tomar poder sobre o território. Então toda a nossa urbanização, toda a nossa visão de um mundo urbano foi sendo construída de Leste para Oeste, como se por acaso fosse um processo de expansão constante do mundo urbano a partir do litoral.

É verdade que foi assim? É verdade! Se nós olharmos em cada um dos atuais estados da federação, pelo menos os que têm contato direto com o litoral, que são banhados pelo oceano Atlântico, a urbanização começou do litoral para o interior. Mas não é apenas isso. Se olharmos o que aconteceu, por exemplo, no Ceará, não é estritamente isso que aconteceu porque houve também um processo muito grande que veio pelo interior, em função das tropas do gado que percorreram todo o país para o abastecimento das cidades por caminhos que vieram do interior, não vieram pelo litoral. Se olharmos a região Centro-Oeste do país, a entrada pela Bacia do Prata por causa do ouro e das pedras preciosas, é um outro percurso. É preciso olhar a urbanização também de Oeste para Leste. Não que um olhar anule o outro, mas que eles se componham e se articulem para capturar a diversidade do fato urbano brasileiro.

Então, penso que, em primeiro lugar, estudar as cidades médias é muito importante porque elas são nós bastantes relevantes para se compreender a vida regional, mas num período de economia e de vida globalizada, essas cidades são e se relacionam com outras que não são as imediatamente superiores a elas

É preciso olhar o Brasil de Oeste para Leste. Historicamente, nós sempre olhamos o Brasil de Leste para Oeste. Primeiro porque fomos colonizados pelos portugueses, que chegaram e iniciaram a urbanização pelo litoral, fundando cidades para tomar poder sobre o território. Então toda a nossa urbanização, toda a nossa visão de um mundo urbano foi sendo construída de Leste para Oeste, como se por acaso fosse um processo de expansão constante do mundo urbano a partir do litoral.

na rede urbana. Por isso que elas precisam ser observadas de outros pontos de vista. Não apenas dentro da rede urbana a qual elas pertencem, mas com todas as relações que elas têm e que saltam desse contorno da pirâmide que representa a hierarquia urbana. É como se viessem fluxos que jogam as relações para fora da rede urbana, o que torna muito mais complexo o estudo, porque a rede urbana continua a existir com sua hierarquia. Ela não desaparece, uma série de ações e uma série de fluxos se estabelecem de modo hierárquico, mas há outros, como meu colega de Universidade, Márcio José Catelan, que foi, na ocasião, meu orientando, trabalhou na sua tese sobre Heterarquia Urbana. Hoje temos que olhar hierarquicamente, mas também heterarquicamente, como é que esses pontos dentro de uma rede vão se relacionar com o mundo urbano que extrapola o da própria rede. Isso já é muito visto para as metrópoles desde que a professora Saskia Sassen começou a estudar a chamada cidade global.

Mas eu insisto, as cidades médias também são cidades em globalização. Claro que muito menos do que a principal metrópole brasileira, que é São Paulo. Tudo é muito menos que São Paulo. Mas não é apenas um “muito menos”. Eu queria ressaltar que é de modo diferente, muda a quantidade, muda a substância dos processos, a qualidade das relações é outra, porque toda vez que nós mexemos na quantidade, alteramos em algum momento a validade dos processos. Penso que é isso que os pesquisadores brasileiros têm que olhar. E temos sorte, e isso é um fato importante para ser destacado, de ter havido uma expansão da pós-graduação. Hoje, esse nível de formação não está restrito às grandes cidades metropolitanas, muito pelo contrário. Nesta tela

Mas eu insisto, as cidades médias também são cidades em globalização. Claro que muito menos do que a principal metrópole brasileira, que é São Paulo. Tudo é muito menos que São Paulo. Mas não é apenas um “muito menos”. Eu queria ressaltar que é de modo diferente, muda a quantidade, muda a substância dos processos, a qualidade das relações é outra, porque toda vez que nós mexemos na quantidade, alteramos em algum momento a validade dos processos. Penso que é isso que os pesquisadores brasileiros têm que olhar.

mesmo estou olhando e tem pesquisadores de metrópoles e tem pesquisadores que são e estão em Instituições de Ensino Superior, em Universidades ou em unidades universitárias que estão em cidades médias. E, eventualmente, alguns em cidades que até se classificariam como cidades pequenas.

A pós-graduação leva a pesquisa para um outro patamar. É parte da formação do pós-graduando fazer a pesquisa, essa é a parte mais importante. Na graduação, não é a parte mais importante. Mas, na pós-graduação, a pesquisa é a parte mais importante, a dissertação, a tese. E estando esses jovens fazendo seus cursos em programas que também são jovens e que não estão sediados nas metrópoles, podem olhar as coisas de um outro ponto de vista. Não em oposição! Não quero colocar em oposição. Quero sempre colocar em complementação, em articulação. Acho que ter gente pesquisando o fato urbano em vários estratos da rede urbana é bom para todos os pesquisadores, inclusive para aqueles que trabalham com os espaços metropolitanos.

Prof.^a Glauciana Alves Teles (UVA): Do ponto de vista do contexto atual, o que você aconselharia para um pesquisador iniciante?

Prof.^a Maria Encarnação: Acho que falaria principalmente duas coisas. A primeira que eu acho que é muito potencializadora, muito frutífera, que é trabalharmos em equipe. Quando estamos num grupo, numa equipe, numa rede, num laboratório, cada instituição usa um nome para a organização da pesquisa em grupo, a gente potencializa a nossa reflexão. As Ciências Humanas no Brasil demoraram muito para se organizar deste modo.

Na minha Universidade, a UNESP, lembro que quando começou a Re-CiMe eu era chamada em vários lugares para relatar nossa experiência, porque normalmente o pessoal das Ciências Humanas, por uma série de circunstâncias que tem boas explicações, era de “carreira solo”. Fazia mestrado, fazia doutorado, depois continuava a escrever, a produzir obras, a fazer livros importantes. Vou citar um grande nome que acho que é um nome “solo” no Brasil, que é um *the best*, digamos assim, que é o professor da Geografia Urbana, o Lobato (Roberto Lobato Corrêa). É uma carreira solo; ele teve muitos orientandos, acho que, depois do Ariovaldo, ele é o que mais formou mestres e doutores no Brasil. Tem uma produção incrível,

é *hiper* citado, tem uma capacidade de falar maravilhosa, mas pertence a uma geração que fez um certo trabalho “solo”.

Na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), quando você entra, ainda tem a sala dele, onde ele vai. É a sala do Lobato! É o Lobato que está fazendo! Acho que é uma geração que fez deste modo e o fez muito bem. Estou citando uma pessoa pela qual tenho uma admiração incrível como pesquisador. Mas acho que, para as novas gerações, que não há tanta diferença em anos, mas há um pouco de diferença, porque quando eu era aluna, o Lobato já era uma pessoa de grande destaque na pesquisa urbana brasileira. Naquela época, ele ainda trabalhava no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Depois vem uma outra geração a qual eu pertenço, em princípio, nós seguimos esse modelo, seguimos esse percurso. Mas, num dado momento, vários de nós começamos a nos organizar de um outro modo.

Talvez, estou pensando aqui agora, isso tenha ocorrido até porque estávamos mais distantes, estávamos muito isolados. Eu aqui no interior era a única professora de Geografia Urbana da UNESP. Agora já tem outros mais jovens, o departamento já tem outros contratos. Mas, no começo, eu era a única que orientava iniciação científica; o Eliseu me ajudava um pouco. Então eu e ele dedicamos um tempo no GASPERR para a organização dele e valeu a pena.

Passei um tempo muito grande da minha vida organizando a rede de pesquisa e o grupo, mas acho que essa foi a melhor escolha que eu fiz porque eu me engrandeço com a pesquisa dos outros, eu aumento muito a minha perspectiva analítica a partir dessas pesquisas.

E a segunda dica - não é bem um conselho, mas o daria para os jovens pesquisadores - é desconfiar do que vocês leem, mas não desconfiar porque o que vocês leem nas grandes obras não tenha um valor enorme. O que estou chamando de grandes obras? Vamos citar dois grandes exemplos. David Harvey e Milton Santos. Quem de nós ousaria dizer que não há um valor gigantesco na obra desses dois autores? E ela tem que ser percorrida, lida, relida sempre que pudermos. Sempre temos que voltar nesses textos e vamos encontrar novos valores.

Mas quando vamos para o campo, nós não apenas podemos aplicar esses livros e o que eles trataram. Esses autores tiveram como referên-

cias realidades e transformações sociais outras. Milton Santos, que é um brasileiro que viveu nos últimos vinte anos de sua vida como pesquisador no Brasil, teve uma grande parte da vida como pesquisador fora do país. Então, claro que ele conhece muito bem a urbanização latino-americana. É autor inclusive da *Teoria dos Dois Circuitos da Economia Urbana*, uma teoria voltada para a realidade da periferia do capitalismo.

Esse autor tem muito a nos ensinar, mas precisamos “desapegar” um pouquinho dele no sentido de que a realidade de cada um de nós mostra elementos novos e você não pode transpor suas ideias tal e qual foram elaboradas. Acho que o Harvey é magnífico para compreender a urbanização sob o capitalismo, mas talvez não seja só com base nele que consigamos explicar Mossoró, usando um exemplo da cidade que nós trabalhamos que está na região Nordeste. É preciso que a realidade te diga outras coisas, temos que nos “desapegar” e evitar aquelas pesquisas, aquelas dissertações e teses em que você fica falando todos os autores, citando, para depois estudar a cidade ou apenas descrever a sua pesquisa.

Não estou falando só deles ao acaso. Quando as pessoas estão fazendo pesquisas sobre cidades médias, também me citam muito. Agradeço, fico contente, mas acho que não sou capaz de explicar todas as cidades médias. É preciso desconfiar, nesse sentido, da bibliografia. Você tem que ter relação com a bibliografia, uma postura de se apropriar dos seus fundamentos conceituais e de método, mas de não considerar que a narrativa do outro autor é suficiente para explicar o seu objeto, porque é a mesma coisa que se anular como pesquisadora. Afinal, o que você diz sobre o seu objeto? Como você dialoga com outros pesquisadores? Acho que eram estes dois pontos.

Prof. Luiz Antônio: Então, poderíamos dizer que esse apego teórico seria uma dificuldade para a produção do conhecimento neste campo de atuação? Haveria outras dificuldades que nós, enquanto pesquisadores das Ciências Humanas e na área da Geografia, nos estudos urbanos, enfrentamos para a produção do conhecimento, do ponto de vista de nos apropriarmos de conceitos que talvez não expliquem totalmente o lugar e a sua inter-relação com a escala mundo? Que outras dificuldades você aponta?

Prof.^a Maria Encarnação: Acho que para nós, que somos pesquisadores brasileiros, existem duas outras grandes dificuldades. Claro, antes de

falar, irei voltar ao que falei antes. Não quero com isso dizer que não é para ler os autores. Não há como o pesquisador trabalhar sem se apropriar da reflexão acumulada. Nenhum de nós começa do zero. Por força do nosso ofício, temos que começar daquilo que já foi escrito. Aliás, é ruim um pesquisador que vai para campo, que tem um objeto e que não lê o que está escrito sobre seu tema. Ele tem que ler! Aquela palavrinha mágica “revisão bibliográfica” não são três autores, não são três artigos, não são três livros. É realmente percorrer a bibliografia disponível sobre o tema. Não estou dizendo que é para abandonar.

Agora irei voltar aos outros dois desafios, para não dizer que são só dificuldades. Acho que nós temos que pôr as dificuldades como desafios. O primeiro: nós trabalhamos num país continental e diverso. Isso não é igual para todo o mundo. Por exemplo, pegando como referência a França, que não é um país pequenininho, já falamos hoje da influência do pensamento francês e, inclusive, fiz meu pós-doutorado lá, talvez tenha o tamanho parecido ou seja um pouquinho maior que o estado de Minas Gerais. Mas lá tem, apesar da enorme diversidade regional, certa homogeneidade, uma “certa” e sempre relativa ocupação do território, que é relativamente bem distribuída. Todas as regiões são bem ocupadas, têm uma certa densidade urbana em que pese essa marca aproximada, que a faz tão contraditória e longeva. Mas é menos diverso do ponto de vista urbano do que o Brasil. Então, acho que isso seria um primeiro desafio. Cada vez que olhamos para uma realidade devemos dizer que isso é muito diferente de outras partes do Brasil. Acho que é muito diferente.

Segundo grande desafio: nós vivemos num país e, portanto, numa formação socioeconômica onde o ritmo das mudanças é brutal. A História é sempre uma combinação entre mudanças e permanências. Uma parte das coisas permanece, vem do passado, vem como espaço herdado, vem como cultura, vem como um conjunto de elementos que moldam o presente. Então o futuro é sempre esse modo que vem do passado, que se apresenta no presente desenhando um devir.

No entanto, para nós, brasileiros, o ritmo das transformações é sempre muito grande. O Brasil muda muito! Se nós pegarmos a História do Brasil e a História dos brasileiros, é uma História de mudanças. Vários de nós são e pertencem a famílias que mudaram de lugar no país. Meu bisavô é per-

nambucano, meu avô nasceu em Pernambuco e veio para o Rio de Janeiro, meu pai nasceu no Rio de Janeiro e mudou-se para São Paulo e encontrou minha mãe, que é neta de imigrantes espanhóis. Se casaram em São Paulo e eu moro em Presidente Prudente. Tenho um filho que mora em Curitiba e outro que mora em Palmas. É uma história de gente andando pelo país, é uma história de mudança, mudanças dos conteúdos do território e mudanças das pessoas pelos territórios. As pessoas se movimentam no país que ainda está em etapa de construção. Todos os países estão em transformação, evidentemente. França, ou Alemanha ou qualquer outro país não é um retrato estático, mas é o ritmo da mudança que, para nós, é brutal.

No ano 2000, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou um documento fazendo um balanço da urbanização no mundo. Esse documento trazia características do que seria a urbanização no século XXI. Dentre elas, havia a seguinte: dois países do mundo vão ver a urbanização se ampliar no século XXI, vão ver surgir novas cidades. Eram citados a Austrália e o Brasil. Frisava-se que, no caso da Austrália, isso seria menos intenso do que no Brasil porque uma parte grande do território australiano está sob domínio de clima semiárido. Se formos olhar o número de cidades, o número de municípios que se desmembraram gerando novos municípios, podemos ver claramente que a ONU tinha razão. Numa ocasião que estivemos com um professor francês aqui, o professor André Fischer, nós viajamos um pouco com ele pelo Paraná, por São Paulo e ele nos dizia “como assim? Vocês têm cidades com menos de 100 anos?” Na França do século XX não apareceu nenhuma nova cidade. Na época, Presidente Prudente ainda não tinha 100 anos.

Então, para nós é comum vermos municípios se desmembrando de outros e aparecendo outras unidades municipais na federação brasileira, gerando novas cidades que são suas sedes. Para nós, isso é banal, mas é um enorme desafio para o pesquisador. Acho que isso mostra que temos que fazer cada vez mais pesquisa. Menciono cidades como Ribeirão Preto, Mossoró, Chapecó, Marabá, quatro cidades que estão na lista das nove do projeto; já trabalhei algumas delas na minha tese de doutorado. Mossoró e Marabá estiveram na primeira pesquisa da ReCiMe, saíram alguns livros publicados com os respectivos capítulos sobre essas cidades. No caso de Mossoró, foi coordenado pela professora Denise de Souza Elias e, no caso de Marabá, foi coordenado pelo professor Saint-Clair Cordeiro de Trindade Júnior.

Bom, mas agora nós estamos de novo nessas cidades e mudou tanta coisa que temos o desafio de decifrar o que vem acontecendo. Em menos de 10 anos, as duas mudaram muito. Então acho que esse é o segundo ponto que queria deixar. As mudanças, no caso brasileiro, têm uma força enorme diante das permanências. Não que as permanências também não existam e não devam ser observadas pelo pesquisador.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Na sua resposta anterior, você tocou num ponto falando da diferenciação socioespacial, que é clara e notória em termos de Brasil. E é justamente essa diferenciação socioespacial que nos coloca, principalmente para nós do Nordeste, frente a alguns desafios quando estudamos o urbano. Temos cidades do Nordeste, do ponto de vista territorial e, principalmente, do ponto de vista populacional, bem diferentes das cidades do Sudeste. Mas, frente às mudanças que aconteceram no setor de serviços e do comércio, essas cidades ganharam uma notoriedade nas suas relações espaciais. São cidades com uma população pequena, vamos dizer assim, citando como exemplo a cidade de Pau dos Ferros, no Oeste do Rio Grande do Norte, que conta hoje com cerca de quarenta mil habitantes, mas que tem uma integração regional que atende a uma população de quase trezentos mil habitantes. Apresenta uma área de abrangência que ultrapassa o Rio Grande do Norte, indo até o Ceará e a Paraíba. Um dinamismo que certamente diz respeito à perspectiva das políticas sociais dos últimos governos, que criou e ampliou o mercado de consumo. Então, gostaria de saber suas impressões sobre esse processo.

Prof.^a Maria Encarnação: Você mesma, que já tem escrito muito sobre esse assunto, sobre as relações entre cidades médias e pequenas, é uma pessoa que tem clareza sobre algo que vou comentar. Nem precisaria, mas enfim, é só para começar o raciocínio.

As cidades médias são aquelas de intermediação não necessariamente dentro de um intervalo fixo de tamanho populacional. Muita gente diz que poderíamos fixar ou que a ReCiMe poderia ter fixado o que é cidade média, se seria entre 100 e 500 mil. Se acima de 500 mil é “grande”, se abaixo de 100 mil é pequena. A ReCiMe evitou sempre fazer isto. Penso que as grandes instituições de produção de dados, como o IBGE ou como o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que possuem um mega banco de dados, podem se arvorar ao direito de estabelecerem intervalos, mas nós

pesquisadores devemos trabalhar com esses intervalos e também deveríamos reconstruí-los à luz da realidade.

Então, cidade média é aquela que é capaz de fazer intermediação. Numa área de baixa densidade urbana pode uma cidade, como você está dando o exemplo de Pau dos Ferros, exercer papéis regionais fundamentais. Como por exemplo, muitas cidades do Oeste da Região Norte do país, em que você tem distâncias muito grandes, e não é só distância em quilômetros, são em horas, porque o percurso é feito por barco. Então, imagina que, muitas vezes, de uma cidade para outra um sujeito vai demorar três, quatro ou cinco horas de viagem. Então, uma cidade de 30 ou 40 mil habitantes vai, sim, se constituir num polo oferecedor de serviços e de bens que vão capturar, que irão comandar “muitas cidades pequenas” que estão na sua área de influência.

Gosto muito da ideia do professor Jan Bitoun que, depois, foi um pouquinho desenvolvida pela professora Tatiana Schor, que é a ideia de cidade de responsabilidade social ou cidade de responsabilidade territorial. Eles vão mostrando como e quando você vai pensar em centralidade, serviços de saúde, serviços educacionais. Algumas cidades - e que acho que é o perfil do exemplo que você está dando - irão ter um alcance muito grande.

Existir ali um polo universitário, um campus de uma universidade, haver um serviço hospitalar com um nível de complexidade um pouquinho maior irá fazer com que a cidade tenha um papel regional muito grande. Esse é um tipo de cidade média diferente, nem pior e nem melhor, apenas diferente de cidades médias que, além destes papéis, saltam escalas geográficas e têm relações principalmente econômicas.

Dando outros exemplos, a cidade de Teófilo Otoni, em Minas Gerais, que se notabilizou um tempo porque tem o tratamento e extração de pedras preciosas. No entanto, vem declinando nessa atividade que a ligava ao mundo, mas continua tendo papéis de responsabilidade social e territorial. O Jan Bitoun às vezes fala em responsabilidade territorial, ao invés de social, muito grande porque ela tem uma situação geográfica com uma relativa distância de outras cidades maiores.

É muito diverso quando analisamos o fato urbano no estado de São Paulo que, por causa do complexo cafeeiro e da industrialização, tem um

enorme número de cidades médias. No sertão do Nordeste, o número de cidades é menor e parte delas não passou por dinâmicas intensas de industrialização, que não designa ser cidade média, ter indústria ou não, mas acaba interferindo no modo como a cidade se relaciona com o mundo.

Acho muito interessante. E volto e reforço a resposta anterior. Precisamos fazer a pesquisa. É fazendo a pesquisa, é orientando pesquisas como você orientou, incluindo esta e outras cidades, que vamos ver o alcance e como as interações espaciais ocorrem. Mas acho que um esforço que todos nós que estamos nesta sala ou trabalhamos com este tema é de que, aos poucos, devemos distinguir o perfil da intermediação realizada pela cidade. Uma coisa é uma intermediação nessa área de serviços, que são serviços públicos. Provavelmente, a principal ou principais unidades de saúde dessas cidades são unidades públicas. O hospital público, postos de atendimento públicos, universidades públicas. Isso é diferente de quando vamos olhar em outro exemplo.

Em Passo Fundo, por exemplo, a principal universidade, que é a Universidade de Passo Fundo, é privada. É um centro médico-hospitalar importante porque atrai moradores do Oeste de Santa Catarina. Mas lá, quase toda a saúde de grande importância - eles têm hospitais e muitas especialidades médicas - é da saúde privada. São hospitais privados mesmo, ligados a seguros de saúde. É uma natureza completamente diferente, embora possamos dizer que Passo Fundo e Pau dos Ferros atendem uma área do ponto de vista regional muito grande, mas por razões muito diversas.

O professor e economista Carlos Brandão, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da UFRJ, que antes era da Universidade de Campinas (UNICAMP), sempre dialogou muito com os governos Lula e Dilma, sendo um defensor ferrenho de mais políticas de investimentos em cidades médias, pois entende que, quando você põe os serviços públicos nelas, você influencia o território do ponto de vista social, do ponto de vista de levar para a população aquilo que é preciso ter: saúde e educação, de modo mais eficaz do que na metrópole, porque essa última já é grande. Se você só for fazer investimentos em entidades públicas na metrópole, você reforça os processos de macrocefalia e torna a vida das pessoas muito difícil. Morar na metrópole custa caro, leva tempo, via de regra, nem sempre a vida dos mais pobres irá melhorar numa cidade grande.

Pode melhorar o salário, mas isso não quer dizer que melhora a vida. Custa muito caro morar nas metrópoles.

Alguém com dois salários mínimos é capaz de viver bem razoavelmente numa cidade de quarenta mil habitantes e vai passar grandes dificuldades se morar em Recife, Salvador ou em Belo Horizonte. Acho que isso tudo mostra aquele estudo feito pelo professor Clélio Campolina Diniz da (UFMG), que propôs um Brasil policêntrico ao fazer um estudo para o governo Lula ter diretrizes para investir. Ele fez praticamente uma linha cruzando o Brasil de Norte a Sul, passando ali por Uberlândia e por uma porção de cidades médias, afirmando que o “governo tem que pôr dinheiro nessas cidades” para você deslocar o problema do Brasil metropolitano e minimizar os problemas, havendo mais investimento público em cidades que, naquela época, ele colocou mais ou menos entre 250 mil e 600 mil habitantes, como polos para se oferecer uma vida melhor para os brasileiros.

Foi uma pena. Ele entregou aquele estudo bem no fim do Governo Lula e acabou não publicando, que eu saiba, porque foi uma “encomenda” feita por um governo ao Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (CEDEPLAR/UFMG), ao qual ele pertence. Mas, num congresso realizado em Mendoza-Argentina, ele fez a apresentação do projeto. Depois eu procurei esse projeto, tem referências a ele, mas nunca conseguimos ler por inteiro, porque, enfim, é um documento do governo que não foi colocado em prática, depois veio o Governo Dilma com todas as dificuldades que enfrentou.

Acho que temos que pensar o “território”. Num país como o Brasil, não podemos mais fazer políticas públicas em função de faixas demográficas. Às vezes saem editais para cidades de 300 mil a 600 mil habitantes. Acho essa decisão pouco inteligente. De 300 mil a 600 mil habitantes numa região metropo-

Num país como o Brasil, não podemos mais fazer políticas públicas em função de faixas demográficas. Às vezes saem editais para cidades de 300 mil a 600 mil habitantes. Acho essa decisão pouco inteligente. De 300 mil a 600 mil habitantes numa região metropolitana é uma coisa. Esse mesmo valor no triângulo mineiro é outra coisa e, essa mesma quantidade de habitantes na Amazônia, é uma outra coisa muito diferente.

litana é uma coisa. Esse mesmo valor no triângulo mineiro é outra coisa e, essa mesma quantidade de habitantes na Amazônia, é uma outra coisa muito diferente.

Por exemplo, aquele estudo do qual participou a Lívia Miranda, da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), participou também Jan Bitoun, relativo à tipologia das ruralidades. Aquilo é uma maravilha, são 26 tipos diferentes. Uma coisa é uma cidade de 30 mil habitantes que pertence a uma das categorias da tipologia em que toda a riqueza vem da área rural. Outra coisa é uma cidade desse mesmo tamanho dentro de uma região metropolitana. São fatos, do ponto de vista territorial, completamente diferentes, o que mostra que toda classificação por população é só um começo. Toda vez que ficamos só na classificação por faixa populacional, acabamos empobrecendo e deixando de ver a diversidade.

Prof. Antônio Cardoso Façanha (UFPI): Diante da sua produção individual e coletiva de pesquisa, do que já foi realizado e tornado público na discussão acadêmica, é possível avaliar qual o grau de contribuição e quais dificuldades enfrentadas para o diálogo com outras disciplinas?

Prof.^a Maria Encarnação: Uma pergunta difícil de responder porque acho que nós nunca conseguimos avaliar bem qual é o nosso papel. Quando estamos no meio do turbilhão, temos dificuldade de perceber. Acho que os que estão fora são mais capazes de fazer esse tipo de avaliação. Mas gostaria de dar alguns dados e informações que ajudariam a compor o quadro, digamos assim.

Recentemente, a pesquisadora Tamires Regina Aguiar de Oliveira Cesar, que defendeu o doutorado na Universidade Estadual de Ponta Grossa, orientada pela professora Joseli Maria Silva, fez uma pesquisa no Brasil tomando como referência os 50 maiores pesquisadores. Ela fez a seleção por uma série de critérios, entre eles o índice “h” (do inglês h-index, que mensura o número de artigos com citações maiores ou iguais a esse número). Ela fez uma análise, uma tese muito bem-feita, verificando o papel feminino na Geografia.

A professora Joseli tem um trabalho importante na Geografia de Gênero e orientou essa tese. Ela entrevistou professoras e professores. Fez isso com homens e mulheres num grupo que foi selecionado. E tem uma coisa

que é assustadora! Ela primeiro mostra que muitas mulheres estão no rol dos mais citados.

Vou destacar uma delas, a professora Bertha Becker. Se a minha memória não falha, depois do Milton Santos vem a professora Bertha Becker. Depois ela vai identificando outras pessoas nesse rol de 50, na qual também estou. Ela fez um levantamento dos programas de ensino relativos ao pensamento geográfico, metodologia, todas essas disciplinas que nos cursos de graduação formam, enfim, a “cabeça” dos nossos estudantes em relação à Geografia.

Ela constatou que, embora nas citações as mulheres tenham uma participação muito importante, elas não estão nas referências bibliográficas das disciplinas. Isso chamou muito atenção. E, principalmente, elas estão muito menos quando o responsável pela disciplina é um homem. Em geral, eu não presto muita atenção nessa questão do gênero, mas vi, com a leitura da tese, o quanto isso interfere. Então, devo dizer que, quando se faz a lista das citações é uma coisa, mas na lista de sugestões de leitura, é outra coisa completamente diferente.

Segundo ponto, penso que por eu ter vindo para o interior e, enfim, estar numa Universidade como a UNESP, Universidade da qual gosto muito e à qual dou muita importância, não é a mesma coisa em termos de tradição do que Universidade Federal do Rio de Janeiro, ou como a Universidade de São Paulo, que são dois polos importantíssimos

Acho que também eu fui vista, e ainda sou, o que é compressível e não tiro a razão disso, como alguém da “periferia”. Acho que sou vista assim. Gosto de ser vista assim, porque é um modo de eu mostrar que também olhamos para a realidade a partir da periferia, que também se faz pesquisa fora dos considerados “grandes centros”. Mas às vezes eu não gosto de ser vista assim, porque existe uma visão de hierarquia. Existiria um primeiro nível e nós, que estamos nesta sala, supostamente estaríamos num segundo nível. Existem relações de poder no modo como uns olham para os outros. Então acho que isso interfere no diálogo entre concepções de Geografia e, no nosso caso, do Brasil urbano.

para a Geografia brasileira. Acho que também eu fui vista, e ainda sou, o que é compressível e não tiro a razão disso, como alguém da “periferia”. Acho que sou vista assim. Gosto de ser vista assim, porque é um modo de eu mostrar que também olhamos para a realidade a partir da periferia, que também se faz pesquisa fora dos considerados “grandes centros”. Mas às vezes eu não gosto de ser vista assim, porque existe uma visão de hierarquia. Existiria um primeiro nível e nós, que estamos nesta sala, supostamente estaríamos num segundo nível. Existem relações de poder no modo como uns olham para os outros. Então acho que isso interfere no diálogo entre concepções de Geografia e, no nosso caso, do Brasil urbano.

Terceiro ponto que gostaria de trazer para você: nunca fiz esse detalhamento, mas os nossos alunos aqui no programa de pós-graduação ficam fazendo buscas, olham o *Google Acadêmico* quem te cita e fazem comentários. Inclusive, o Eliseu teve um orientando, o Guilherme Claudino, que fez uma tese de doutorado sobre o que ele chamou de constelações, de quem influencia quem. No caso dessa tese, ela foi feita sobre pensamento geográfico, mas ele acabou analisando também outras especialidades. Chama atenção o fato de que alguns de nós, evidentemente que não sou só eu, são citados por outras áreas. Eu, especialmente na Arquitetura e no Urbanismo. Sou muito chamada para bancas e não só na FAU/USP. Também na PUC de Campinas, que tem um curso forte, na USP de São Carlos. Eu, praticamente, nos últimos dois anos, participei de bancas fora da Geografia no mesmo número do que na Geografia. Isso me chama atenção. Na USP mesmo sou convidada muito mais na Arquitetura do que na Geografia. Acho que talvez seja por isso. Como nós acabamos ficando com uma imagem de que pesquisamos cidades médias, quando tem alguma tese sobre esse tema, eles fatalmente me chamam. E também porque eu participei do grupo do professor Nestor Goulart Reis Filho, que estudou urbanização dispersa no estado de São Paulo.

Então, me sinto bem de frequentar esses outros ambientes. Por exemplo, no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) eu fui da banca de titular do professor Carlos Brandão, que é economista. Estava eu no meio dos economistas e foi interessante, gostei muito também. Eu me sinto muito bem de participar e de frequentar esses outros ambientes fora da Geografia. E acho que a Geografia tem sempre uma contribuição a dar.

Mas suponho, e isso é só uma suposição, que precisaria ter pesquisa para falar disto, que a respeitabilidade da Geografia no campo das Ciências Sociais de um modo geral, se comparada como somos vistos pela História, pela Sociologia, pela Economia, mudou muito nos últimos anos. Acho que uma força na direção de construção de uma imagem positiva da Geografia foi dada pelo professor Milton Santos. O falecimento dele apequenou muito a Geografia no conjunto das Ciências Sociais, porque ele era um *hiper* nome. Ele escrevia nos principais jornais do país, falava daquele modo muito competente e apoiado em pesquisa, em estudo, em leitura, mas também com uma maneira de se colocar e posicionar muito firme.

A Geografia, perante os outros e perante a opinião pública, crescia muito com ele. E o seu falecimento apequenou muito a geografia do ponto de vista do que a sociedade pensa sobre essa Ciência. Não é incomum eu ir num lugar, qualquer lugar, numa reunião, num grupo de amigos, encontrar pessoas que conheço, e me perguntam: mas afinal, o que você faz? Respondendo que trabalho com Geografia e, meia hora depois, a pessoa pergunta se é na área da Geologia. A pessoa sequer percebe ou memoriza que a Geografia é uma coisa e a Geologia é outra. No campo das Ciências Sociais Aplicadas, no campo do Serviço Social, nós temos menos prestígio. Ser Historiador tem mais prestígio do que ser Geógrafo. E, portanto, o discurso e a narrativa elaborada dessas outras áreas têm mais peso na formação da opinião do que a nossa. É assim que é! Duro, mas é assim que é!

Ao contrário de outros países como a França, não temos no Brasil alguém da Geografia que tenha ocupado, ao menos não estou me lembrando, um cargo público de grande importância. Presidir um dos grandes Institutos Brasileiros como o IPEA, para citar um exemplo, ou a chegar na posição de Ministro. Isso acontece em outros países e aqui nunca aconteceu. E não acho que seja porque não tenhamos pessoas com capacidade para isso. Não sei, não me lembro de nenhum secretário de estado em São Paulo que seja

No campo das Ciências Sociais Aplicadas, no campo do Serviço Social, nós temos menos prestígio. Ser Historiador tem mais prestígio do que ser Geógrafo. E, portanto, o discurso e a narrativa elaborada dessas outras áreas têm mais peso na formação da opinião do que a nossa. É assim que é! Duro, mas é assim que é!

geógrafo. Já vi muitos economistas, muitos desses ocupam a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Regional, a de Ciência e Tecnologia, mas não vejo geógrafos.

O professor Milton Santos utilizava uma expressão que eu gosto. Ele falava que existe uma Sociologia Institucional no mundo universitário. Nesta Sociologia, a nossa posição não é de prestígio. E isso tem a ver com muitas coisas. Uma é que nós temos uma visão sempre horizontal sobre os processos e fenômenos e, ao final, não temos uma especialidade em nada. Sempre fica parecendo que a outra área é mais especialista que a nossa. Se vão falar de Geomorfologia, é o geólogo que é mais especialista que nós. Se é falado de Climatologia, o meteorologista parece, não estou dizendo que é, ser mais especialista, se vai ser falado de Geografia Econômica, o economista é mais. Eu não acho que é, mas se constrói esta imagem.

Acho que outro ponto é que, no geral, todos nós que estamos na Geografia por uma série de razões históricas, via de regra, viemos de estratos sociais de menor poder aquisitivo. Por exemplo, trabalho na UNESP na Comissão Permanente de Avaliação e atualmente a presido. Vejo os relatórios de todos os professores da UNESP. Vou pegar o exemplo das Ciências Humanas, não vou pegar o caso da Medicina, da Odontologia. Quando pegamos em mãos um jovem professor, na área mesmo de História, da Sociologia, percebemos no *Lattes* que ele já estudou em colégios melhores, domina mais línguas estrangeiras, já teve até por condição econômica da sua família oportunidade de viajar pelo exterior muito antes de estar na pós-graduação.

Nós somos diferentes. É a pós-graduação, é a Universidade pública quem vai nos dando essas oportunidades. A maior parte de nós realizou a primeira viagem internacional na pós-graduação. Eu fiz isso já com quarenta anos, quando fui fazer o meu pós-doutorado. Antes de quarenta anos, eu acho que tinha ido para a Argentina, mas, enfim, a noção aqui no Sul-Sudeste é que a Argentina é aqui do lado. A condição socioeconômica nas outras áreas leva também a um capital cultural que dá um conjunto de oportunidades diferentes das nossas.

E as outras áreas olham para nós assim, vamos combinar que é diferente o jeito que um arquiteto e urbanista olha para nós. Nos vê, no geral, com o nariz um pouco empinadinho. Sei porque dou aula na Geografia e também

na Arquitetura. No nosso *campus* eu dou aula nos dois cursos e vejo que, no geral, quando um aluno da Geografia pede para fazer uma disciplina na Arquitetura tem maiores dificuldades, os conselhos dificultam, não querem contar aquele crédito. Quando é o oposto, aceitamos na maior facilidade. Se vem um aluno da Arquitetura fazer uma disciplina na Geografia, o conselho do curso prontamente aceita, nós somos abertos.

Na verdade, é muito bom sermos abertos, mas por outro lado, não ser aberto existe uma posição social e de classe que está por trás. E acho que isso é um problema para nós porque, ao mesmo tempo que fico feliz que a Geografia propicia para tanta gente que vem dos estratos sociais menos abastados a oportunidade de estudar, de conhecer, de viajar, de viver, de ver o mundo de um modo mais amplo, isso acaba sendo um limite. Acho que os outros nos veem como uma área de menos prestígio.

Prof.^a Virgínia: Como surgiu seu interesse e qual a importância dos estudos comparados para as pesquisas no campo da Geografia?

Prof.^a Maria Encarnação: Acho que na minha vida toda, enquanto for pesquisadora, daqui para frente vou ter que agradecer a Olga Firkowski a oportunidade de ter participado de um evento organizado por ela sobre estudos comparados. Ela me escreveu um e-mail me convidando para eu fazer a abertura desse evento e eu falei: “não, Olga! Mas eu não tenho nada escrito, eu não estudo isso, eu não sei, nunca refleti sobre a comparação na análise”. E ela falou: “como não? Você coordena a ReCiMe, não é isso que vocês fazem?” Na época eu ainda coordenava a rede. Aí eu falei: “bom, eu acho que é, mas eu não sei, eu nunca pensei nisso”.

Faltavam ainda uns quatro ou cinco meses para o evento. Ela convidou com bastante antecedência. E eu comecei a ler e estudar para preparar. Fiquei primeiro encantada porque tem uma bibliografia boa sobre o tema, uma parte eu fui ler, inclusive, depois de ter saído a publicação do livro organizado por ela. É por isso o meu agradecimento à Olga, pela oportunidade de perceber que eu todo tempo fiz comparação. Todo o meu pensamento foi com base na comparação. Mas é que eu não fazia isso de modo consciente do ponto de vista metodológico.

Eu nunca tinha escrito um parágrafo, um projeto de pesquisa em que utilizasse a análise comparada. Acho que nunca tinha feito isso, embora

voltando no tempo e pensando nas minhas pesquisas, principalmente após o doutorado, eu fiz análise comparada. No doutorado, eu fiz um banco de dados sobre 23 cidades, depois eu escolhi três, desse número eu fiz comparação. A conclusão da tese é em cima da comparação.

Depois, na livre docência, que eu estudei dispersão urbana e urbanização difusa, foi a mesma coisa. Eu peguei o estado inteiro e fiz uma tipologia. Eu sempre fiz pesquisa comparada, mas não sabia que eu fazia. Então, foi um prazer eu ter tido aquela oportunidade e acho até que em algum momento aí pela frente, quando estiver com menos trabalho - atualmente estou com muito trabalho - quero voltar e continuar a ler e publicar alguma coisa sobre isso. Pensei em um pequeno livro sobre o tema, porque depois que você é tocado pelo assunto você vai ver que tem muita publicação. Inclusive, eu escrevi coisas que, depois, vi que outras pessoas já tinham trabalhado e tratado disso e que não deu tempo, em três meses, de fazer aquela busca bibliográfica completa.

Bom, na Geografia, principalmente na Geografia francesa, falava-se até de método comparativo. E não atribuo a comparação ao *status* de um método, acho que método são os “grandes métodos”, o dialético, o hermenêutico. Acho que a comparação é um modo de condução do pensamento que, inclusive, é possível de ser aplicado por vários métodos. Você pode entrar numa perspectiva estruturalista, numa perspectiva dialética ou numa perspectiva fenomenológica e você poderá usar a comparação.

A comparação é um modo de construção do pensamento que pode ser aplicado em vários métodos e em vários tipos de pesquisa. Na Geografia, se formos pegar bem aquele livro do professor Neil Smith³, que é maravilhoso, em que ele fala da diferenciação natural até a diferenciação social, vemos que, na Geografia, todo nosso pensamento é um pensamento de comparação. Desde a Geografia do século XVIII e XIX, em que se conhecia os grandes biomas do mundo, como eram as florestas nas áreas temperadas ou, enfim, como eram os campos na África, que são diferentes dos campos na América. Você está fazendo comparação todo o tempo, não é verdade?

E nós, pesquisadores que somos, a maior parte que está nesta sala e neste ambiente virtual, estamos trabalhando com cidades médias e peque-

3 SMITH, Neil. Desenvolvimento Desigual. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

nas, é fatal que a comparação ocorra. Aliás, o ponto de partida já é comparativo. Acho que os nossos colegas que fazem trabalhos maravilhosos e de muita importância sobre as metrópoles, às vezes, não trabalham com a comparação como nós trabalhamos porque eles já têm temas e objetos de pesquisa muito complexos e amplos. Imagine o que é alguém

estudar, por exemplo, Centro e Centralidade na região metropolitana de São Paulo! Isso já é um objeto do tamanho de um bonde. No geral, eles não fazem muito o vai e vem do pensamento como nós. Nós fatalmente fazemos isto no âmbito da rede urbana, para cima e para baixo, cidades que estão acima das médias na hierarquia, cidades que estão abaixo, enfim, o papel da intermediação já exige a comparação, acho muito frutífero.

No entanto, é tão frutífero que a comparação tem que ser muito bem desenhada do ponto de vista da construção do pensamento. Nós podemos comparar coisas semelhantes, nós podemos comparar coisas diferentes. Então, numa cidade média, quando fazemos uma pesquisa, podemos comparar com outras cidades médias, com metrópoles, para ver o que é particular a esse estrato da rede urbana.

Enfim, lá no artigo do livro organizado pela Olga eu falo de quatro ou cinco jeitos de comparar. Fiz até uns esquemas gráficos pensando como eu poderia representar. E consegui fazer uma primeira síntese. De lá para cá, acho que já faz uns quatro anos que escrevi o artigo e, como fiz refe-

Na Geografia, se formos pegar bem aquele livro do professor Neil Smith, que é maravilhoso, em que ele fala da diferenciação natural até a diferenciação social, vemos que, na Geografia, todo nosso pensamento é um pensamento de comparação. Desde a Geografia do século XVIII e XIX, em que se conhecia os grandes biomas do mundo, como eram as florestas nas áreas temperadas ou, enfim, como eram os campos na África, que são diferentes dos campos na América. Você está fazendo comparação todo o tempo, não é verdade?

A minha posição é essa: que a comparação não é um método em si, mas um modo de condução do pensamento que leva a uma construção das ideias e que pode ser adotada a partir de vários métodos e diferentes teorias.

rência, eu já poderia e deveria talvez sofisticar um pouco mais a análise. A minha posição é essa: que a comparação não é um método em si, mas um modo de condução do pensamento que leva a uma construção das ideias e que pode ser adotada a partir de vários métodos e diferentes teorias.

Prof.^a Zenilde Baima Amora (UECE): Eu queria colocar algumas questões que não seriam propriamente perguntas, mas constatações, e gostaria de saber se você concorda comigo. A primeira constatação em relação aos estudos das cidades médias é sobre a perspectiva teórica. Acho que no Brasil houve um avanço em relação à discussão conceitual e você foi muito responsável por isso. Então, vejo que muitos dos estudos hoje que são sobre cidades médias começam justamente com a reflexão sobre o que é cidade média. E chego a uma constatação: a Geografia brasileira chegou a uma maturidade na perspectiva da discussão conceitual. Não sei se você concorda comigo, mas é isso o que penso.

Agora a discussão conceitual pode permanecer, pode continuar a ser feita porque a realidade muda, a dinâmica muda, o movimento é natural. Não estou dizendo que essa discussão foi esgotada, mas ela já foi muito bem-feita, a ponto de hoje não termos mais tantas preocupações com relação ao que é cidade média. Até porque ficou muito claro, a partir dos estudos das diferentes abordagens e dos diferentes lugares, onde elas foram trabalhadas, em cidades médias de estados diferentes, e chego à conclusão de que nós temos “cidades médias” diferentes. Temos conceitos que as discutem, mas, ao mesmo tempo, mostram essas diferenciações. Então, acredito que já chegamos a um estágio de maturidade nesse sentido. Queria ouvir sobre isso.

Agora penso que uma discussão que está posta e que incomoda um pouco quem estuda cidade média é da metropolização. Isso é muito comum em relação aos estudantes. Quando vamos discutir cidade média aqui no Ceará, e aqui as principais regiões metropolitanas criadas oficialmente estão em cidades médias, é aquela preocupação: “e agora, como fica Juazeiro do Norte? Como fica Sobral? Se são cidades médias e estão numa região metropolitana?” Para mim, Sobral e Juazeiro continuam cidades médias. Agora, existe uma lei, um decreto que cria uma região metropolitana que não necessariamente invalida a discussão de cidade média, muito pelo contrário.

Mas há essa confusão. Acredito que, no seu projeto, há essa preocupação quando você seleciona as cidades médias, mas vai pensar também a partir de São Paulo. Aliás, você vai pensar São Paulo a partir da cidade média. Gostaria de ouvir o que você pensa sobre isso, uma questão que está posta nesse momento e nos desafia, principalmente aqueles estudiosos das cidades médias para tentar “resolver”. Não vou colocar isso como empecilho, mas vou colocar como dicotômico. Quem estuda cidade média não está vendo a metropolização. Quem está vendo a metropolização não considera cidade média. Acho que isso tem que ser trabalhado e temos que discutir.

Aqui no Ceará, por exemplo, no laboratório que coordeno, venho estudando com meus alunos a metrópole e as cidades médias. É preciso que comecemos a entender a metropolização nessa perspectiva, sem que haja essa dicotomia porque o estudo da cidade média não nega, a meu ver, o processo de metropolização do espaço.

Uma última reflexão e sobre os estudos das cidades médias na França, embora sejam referências, as cidades médias francesas são bem diferentes. Se puder também falar um pouco sobre isso.

Prof.^a Maria Encarnação: São duas perguntas muito importantes e muito relevantes. Acho que são pontos futuros de pesquisa para nós. Em relação à primeira, penso que a mudança da legislação brasileira permitindo que os estados definissem o que são as regiões metropolitanas, o que anteriormente exigia aprovação pelo Congresso Nacional, tornou este processo muito pouco apoiado numa reflexão. Quando isso era feito no Congresso, havia assessores. A professora Bertha Becker foi, por mais de uma década, assessora do congresso e não deixava que um estudo ou que uma lei fosse votada transformando uma determinada área numa região metropolitana, caso não fosse apoiado em dados e ela era excelente nesse ponto de vista.

Quando passou para os estados, a coisa ficou mais política e menos técnica. Isso foi reforçado pelo fato de que vários editais de distribuição de recursos no Brasil davam prioridade para as metrópoles, para áreas metropolitanas, porque o fato metropolitano se tornou muito complexo. Elas apresentavam muitos problemas socioambientais e, então, muitos financiamentos iam para as metrópoles. Claro que os prefeitos e os deputados começaram

a lutar para que as suas cidades de base eleitoral ganhassem o estatuto de região metropolitana, inclusive, para poderem concorrer nesses editais.

Bom, mas o que sempre falo para os nossos alunos, e acho que você também pensa assim, pelo modo como colocou a pergunta: uma coisa é a definição político-administrativa, que é resultado de uma lei. Isso é uma definição e não um conceito. Está definido por lei que, enfim, o estado de Santa Catarina é todinho composto por regiões metropolitanas, que é o caso mais absurdo de todos. Outra coisa é o conceito de metrópole. Ele tem uma história, tem uma literatura desde o começo do século passado. Autores como Lewis Mumford, Jean Gottmann apresentaram conceitos de metrópole. A literatura francesa é notável desse ponto de vista. Metrópole é um conceito, mas a mesma palavra diz respeito também a um fato político-administrativo da mesma forma que a um fato conceitual, uma leitura conceitual da realidade.

Aliás, a palavra cidade também é a mesma coisa. A cidade, para a legislação, é a sede do município. Então temos cidades muito pequenininhas como Borá, no estado de São Paulo e, enfim, temos São Paulo, que também tem uma sede. Então é a mesma coisa, pois a palavra cidade também tem uma definição político-administrativa e tem seus conceitos.

Mas é difícil para os alunos entenderem isso e, a meu ver, Zenilde, é difícil porque também se reveste de certo *status* estudar a metrópole pela História da pesquisa urbana. Então eles ficam um pouco tímidos, ficam pensando que, se talvez estudassem a metrópole, fossem mais ouvidos. Vemos muito isso quando temos uma sessão de comunicação ou de trabalhos coordenados nos congressos como a ANPEGE, SIMPURB etc.

Quando temos eventos de cidades médias, que são os nossos, só estamos nós. Estamos lá porque somos os pesquisadores de cidades médias. Se você vai também num evento da região metropolitana, também estamos lá assistindo os outros colegas. Então veja que existe aquela hierarquia política e aquele prestígio de que eu falei.

Eu acho que devemos ir, sim, em diferentes eventos porque nesses locais existem muitas coisas a nos dizer. Mas parece que eles acham que nós não temos nada a dizer para eles. Mas eu acho que é uma construção de representação sobre o campo do conhecimento que foi instituída no

decorrer de décadas e que demora muito para mudar. E o nosso papel é fazer essa mudança. Primeiro, estimulando nossos alunos a escutar todos. Nós nunca devemos dizer aos nossos alunos e orientandos que é bom para eles só verem cidades médias. Não! Eles têm que escutar tudo sobre a pesquisa urbana e do que ela trata, de ver como as cidades médias estão no conjunto. Então acho que os nossos desafios são grandes.

Na pesquisa anterior, trabalhamos com Londrina, que é uma cidade do Norte do estado do Paraná, que também foi transformada em região metropolitana. Saímos aqui de Presidente Prudente, andamos 90 quilômetros e entramos no estado do Paraná e, quando entramos nesse estado, tem uma placa assim: “*Aqui começa a Região Metropolitana de Londrina*”. Eu gosto daquela placa, porque, atrás dela, tem um canavial, ou uma área de soja e trigo. Você vai andar quilômetros atravessando essa área rural até chegar a Londrina. Você vai chegar na aglomeração urbana depois de andar 80 quilômetros passando por área rural.

Nós nos relacionamos muito com os colegas da Universidade Estadual de Londrina (UEL), porque eles vêm em bancas aqui e nós vamos em bancas lá. E eles defendem isso. A pesquisa urbana da UEL defende que é metrópole e nós, da ReCiMe, consideramos que não é. E não tem problema! Não precisamos concordar, mas acho que Londrina não é metrópole com base conceitual. Ela não tem comando metropolitano sobre nenhuma parte do território brasileiro. Ela exerce papéis regionais importantes. É uma das cidades médias mais importantes do Brasil, no meu modo de ver. Somente aqui no Sul-Sudeste ela é uma das mais importantes, eu a coloco num grau de importância de Ribeirão Preto, de Uberlândia. Elas três são as maiores cidades médias que têm papéis regionais mais importantes. Inclusive Londrina compete muito com Maringá, que está a 90-100 quilômetros de distância. A área de influência de Londrina, em termos de território, não é muito maior do que a área de influência de Presidente Prudente, que é muito menos importante do que Londrina. Acho que tudo isso vai mostrar a importância da pesquisa.

Sobre a sua segunda pergunta, Zenilde, que se conecta com a primeira, quero te contar um caso. Faz uns três anos que teve um grande congresso internacional da área de arquitetura e planejamento que foi sediado no Rio de Janeiro. Esse evento roda por vários países do mundo, esqueci ago-

ra o nome do congresso. E um colega da França, o professor Christophe Demazière, da Universidade de Tours, que é um dos que estudam cidades médias, é da Arquitetura, e não da Geografia. Quando nos conhecemos, ele mandou mensagem para mim dizendo “*vamos montar uma sessão sobre cidades médias?*” E eu respondi: “*vamos montar uma sessão sobre cidades médias!*”. E lá nos encontramos. O evento foi organizado pela ONU.

Quando cheguei ao Rio de Janeiro para esse evento, eram milhares de pessoas porque é um megaevento. Acredito que havia seis ou sete mil participantes. E lá fomos nós numa determinada altura do desenvolvimento desse evento para nossa sessão sobre cidades médias. E havia pessoas de vários países, da China, da Índia, tinha de um país da África, da Ásia, da Espanha, enfim, tinha muita gente. Acho que ali na sessão havia 20 pessoas, mas era bem representativo. E uma das coisas que mais animou o debate foi porque, na hora que eu estava coordenando, o professor Christophe pediu para eu apresentar a ReCiMe. Falou que era a maior rede de pesquisa e nunca tinha ouvido falar numa rede com tanta gente, com tantas cidades. E eu apresentei.

Uma das coisas que mais gerou conversa foi essa. Os pesquisadores da Europa falaram: “*como assim, essa rede tem gente de Uberlândia e ela tem 600 mil habitantes? Isso não é cidade média!*”. E, com isso começou, o debate do que era cidade média por causa do tamanho. E, claro, na realidade francesa que você conhece mais do que eu, pois ficou mais tempo morando lá, a densidade urbana não é só a questão do tamanho, mas também a da proximidade entre as cidades. E a questão de que bens e serviços de qualidade ou educacionais, hospitalares, museus, conservatórios, vão estar presentes em cidades de vinte ou trinta mil habitantes. Qualquer cidade de vinte mil habitantes vai possuir um polo cultural importante e isso não acontece para a nossa realidade.

É claro que não podemos pôr estrato ou faixa populacional do mesmo jeito que se coloca na França. Saindo de Paris, que é uma metrópole importante, e indo em direção a Marselha e Lyon, já cai muito o tamanho populacional. Comparativamente com a rede urbana brasileira, que tem São Paulo com mais de vinte milhões de habitantes, mas que também tem o Rio de Janeiro como região metropolitana, que ultrapassa em muito os dez milhões, e também temos outras regiões metropolitanas na faixa de três milhões.

Então é muito interessante. A pessoa da China falou de cidades que têm papel de intermediação, no caso, que têm dois e três milhões de habitantes, que é outro fato urbano de outra dimensão. No Brasil, tradicionalmente foi cunhada como *cidade média*, a palavra ficou. Teria sido melhor que tivesse ficado *cidade de intermediação*.

A ideia de cidade de intermediação é melhor para traduzir o que queremos dizer porque não é o tamanho que nos interessa, mas o papel que nos interessa.

A ideia de cidade de intermediação é melhor para traduzir o que queremos dizer porque não é o tamanho que nos interessa, mas o papel que nos interessa. Se me permite, Zenilde, gostei da sua pergunta porque você tocou num outro ponto muito pertinente que tem todo um efeito na pesquisa sobre cidades médias, que é a importante contribuição. Eu considero importante mesmo que eu não concorde com ela, da professora Sandra Lencioni, que vem falando de metropolização do espaço.

Todos os lugares onde aparece algum tipo de modernização, onde há presença mais efetiva dos grandes capitais, ela vem chamando de metropolização do espaço. Para ela, o espaço está metropolizado do estado de São Paulo até Ribeirão Preto, que está a quase 400 quilômetros de São Paulo. Considera tudo metropolizado entre Rio de Janeiro e São Paulo e fala, inclusive, de uma metropolização na faixa da extração do petróleo. Gosto de tudo o que a Sandra faz porque ela é muito de apresentar dados, de fazer mapas, esse tipo de Geografia eu gosto muito, uma Geografia “pé no chão”.

Mas, na sessão em que ela se apresentou, em Porto Alegre na ANPEGE, eu estava na mesma mesa. Foi nesse dia que eu frisei que deveríamos ver o Brasil de oeste para leste. Foi ótimo, porque eu a acho muito respeitosa comigo, assim como eu também sou com ela. Já trabalhamos juntas em projetos coordenados pelo Eliseu, mas eu discordo da visão dela. Eu não acho que é metropolização do espaço. Acho que é só um modo de expansão do capitalismo no país que altera a substância e os papéis das metrópoles, das cidades médias e das pequenas. Imaginar dessa forma a metropolização do espaço é ter um ponto de vista de que tudo acontece na metrópole e dali vai transbordando para o resto do território. E eu discordo, não acho que é isto.

A ideia de metropolização também, a meu ver, tira um pouco do foco dos sujeitos. Quem está fazendo isto? Na verdade, está havendo uma reorganiza-

ção do capital no país em termos espaciais. As cidades que nós estudamos - e nesse ponto de vista, Sobral é bem designativa - foram, nas últimas décadas, objetos de investimentos de grandes empresas que operam em escala nacional, mudando a organização do espaço nessas cidades, mudando o mercado de trabalho por conta da presença de grandes capitais.

Então se trata da presença de grandes capitais e como eles operam territorialmente. Não é uma cidade que vai dentro da outra. Por isso que eu não gosto da ideia de metropolização, porque parece que é uma cidade que vai transbordando e absorvendo as outras. Passa uma ideia mais da forma - eu gosto da ideia de processo. Então o que acho é que há, no território brasileiro hoje, uma quase divisão, no modo muito simples de falar, de cidades que estão sendo alteradas com muita força pela presença de capitais nacionais e internacionais de grande porte e, do outro lado, de cidades que estão sendo menos alteradas. E não é só porque Sobral recebe indústrias que são importantes no cenário nacional, mas, se você entra nos principais centros comerciais do país, vê a presença das franquias.

As franquias são modos de combinar grandes, pequenos e médios capitais. Muda muito a estrutura comercial da cidade. Mudam as escolhas espaciais que são feitas, mas não é porque essas empresas são sediadas na metrópole. Que aliás, várias franquias, não a maior parte delas, mas muitas, não nasceram em metrópoles. Algumas delas nasceram de atividades comerciais em outros estratos da rede urbana e hoje são empresas que estão operando por esse sistema no país inteiro. Não penso que quando a C&A chega numa cidade de 200 mil habitantes seja indício de metropolização do espaço. Considero que são outros elementos.

Acho que a ideia do professor e grande pesquisador Henri Lefebvre é que deve prevalecer. Nós estamos vivendo o período de urbanização da sociedade. Qual é o conteúdo dessa urbanização? Como ela se organiza no Brasil? Ela se organiza no Brasil com forte presença de grandes capitais. É elementar? É elementar sim, mas foi sempre assim? Quando Presidente Prudente surgiu, na primeira metade do século XX e, durante praticamente trinta anos, os bancos eram locais. E hoje? Atualmente, temos não apenas Bradesco em todos os lados, aliás, ele é um banco que nasceu em Marília, não nasceu numa metrópole, o maior banco brasileiro privado nasceu numa cidade média, que é Marília. Mas também temos o Santander, o HSBC e

outros bancos que são internacionais. Trata-se de uma etapa da internacionalização do capitalismo e acho que chamar isso de metropolização é um modo de manter uma ideia do movimento do centro para a periferia e eu gosto de “bagunçar” essa ideia. Sou nascida e crescida em São Paulo e acho que teria ficado com essas mesmas ideias se tivesse ficado lá. Mas, como tive que mudar, passei a ver por outro ponto de vista. E nisso fica o convite para que possamos olhar por outros pontos de vista e sem competir, porque não acho que estudar a cidade média é mais importante do que estudar metrópole ou a cidade pequena. Acho que simplesmente fazemos escolhas e devemos relacionar os nossos objetos com o conjunto da urbanização. O tema para nós, pesquisadores desse campo, é a Urbanização. O nosso tema é esse, que é um processo maior. Essa é a nossa janela ou, pelo menos, penso que é.

Maria do Carmo Alves (Geógrafa): A minha pergunta se relaciona a duas coisas, considerando sua experiência andando pelo país, o que mais lhe chama atenção e impacta nas diferenças entre essas cidades? A outra pergunta parte de uma questão legal manifestada em Sobral. A cidade teve seu perímetro urbano ampliado no período de 2000 a 2017 e, por iniciativa do poder executivo, recentemente realizou um recuo de seu território urbano, uma situação incomum em cidades médias em pleno crescimento. Gostaria de saber se a senhora conhece situação semelhante em outra cidade média?

Prof.^a Maria Encarnação: O que mais me impactou desde quando comecei a viajar muito pelo Brasil e por meio das pesquisas conhecendo outras cidades e também por meio de dissertações e teses que leio, dos anos 1990 para os dias atuais, foi a intensidade das mudanças. No Sudeste, isso começou um pouco antes e, no Nordeste, um pouco depois. Vou pegar um período que vem, aqui no estado de São Paulo, dos anos de 1980, mas que, por exemplo, quando olho para a cidade de Marabá, isso se iniciou nos anos 2000, enfim, isso varia e não quero estabelecer parâmetros muito rígidos.

O que mais me chama atenção é a entrada do setor terciário com grandes capitais nessas cidades, pois isso alterou muito suas estruturas espaciais. O que são grandes capitais? São redes grandiosas, por exemplo, no campo do autosserviço, são grandes grupos como Pão de Açúcar, Carrefour, enfim, grupos de escala nacional e internacional, que entraram no abastecimento dessas cidades fazendo recuar brutalmente os pequenos comércios de abastecimento. Não que eles tenham morrido, de jeito nenhum! Ainda permane-

cem os barzinhos, os empórios, as bodegas, as feiras livres, mas não têm a mesma importância. Massivamente, o abastecimento das famílias brasileiras se alterou a partir da chegada desses grandes grupos nas cidades médias. E se alterou primeiro porque esses grupos originalmente estavam nas metrópoles e, mesmo os grupos regionais, estou citando o Paes Mendonça, porque ele passou por isso. Ele nasce nas metrópoles, os dois Paes Mendonça nascem nas principais cidades, nas metrópoles regionais do Nordeste, depois vão entrando em outros municípios. Após, eles são comprados nesse processo de internacionalização. Hoje, os maiores grupos de abastecimento alimentar do país são de capital francês. Do Pão de Açúcar, 51% é do grupo Casino, e o Carrefour está em nosso país há algumas décadas. Nem se chama mais Pão de Açúcar, chama-se grupo GPA, pois também são donos das Casas Bahia, do Ponto Frio, enfim, nós temos um megaprocesso de concentração e isso mudou a rede urbana brasileira.

E por que mudou, Carmem? Porque não apenas fez recuar esse comércio local, mas também polarizou e fortaleceu o papel dessas cidades médias em relação às pequenas. Talvez no Nordeste a fluidez espacial seja um pouco menor, proporcionalmente, menos pessoas têm transporte individual, mas esse crescimento vem aparecendo em todas as regiões do país. E hoje todo mundo percorre 20 ou 30 quilômetros para ir comprar num grande hipermercado desse tipo e vai não somente porque tem muitos produtos, vai não somente porque realmente tem o preço menor do que o pequeno comércio. Vai comprar por causa do crédito. Eu gostaria de chamar atenção para isso. A nossa pesquisa anterior mostrou que um dos elementos novos da escolha espacial de onde vão comprar, escolhem muito por conta do crédito. E essas grandes empresas têm cartão próprio. Elas não usam *Visa* ou *MasterCard*, elas até os recebem, mas usam um cartão de bandeira própria. O cartão Carrefour, o cartão Riachuelo, o cartão Casa Pernambucana, que é um modo de fidelização. A fidelização no crédito se tornou um elemento da escolha espacial na escala da cidade, indicando onde cada um vai comprar.

As famílias mais pobres decidem comprar onde o seu cartão possibilite pagar no mês que vem, se é possível parcelar em duas ou três vezes. É nesse lugar onde se irá comprar, não é onde for mais próximo, não é onde já conheço o dono. Aqueles outros fatores de escolhas espaciais, como proximidade, confiança no comerciante, poder comprar fiado ainda existem, mas é cada vez menor o peso deles. Cada vez mais o crédito orienta as escolhas.

E isso muda a arquitetura da rede urbana, pois diminui o papel das cidades pequenas, o que é uma pena. Nós temos uma reorganização da rede urbana em que as cidades pequenas perdem papéis. Por que elas perdem? Primeiro porque nelas se concentram as propriedades no campo, diminuindo os números de proprietários e de famílias que moram na área rural. Segundo porque cada vez mais precisa-se de menos gente, precisa-se de menos cidade pequena. E terceiro, porque o comércio das cidades pequenas está refluindo, está encolhendo em favor do comércio das cidades um pouco maiores. E aí pode ser tanto Sobral como pode ser, por exemplo, para Pau dos Ferros, que já foi citada aqui. Vai depender do território que você está tomando como referência. Onde está a cidade que possui esse comércio?

Evidentemente que esse movimento avassalador da presença do grande capital não se impõe integralmente. Sei que no Rio Grande do Norte tem consórcios entre pequenos supermercados para fazer compras que conseguem concorrer com os grandes. Sei que aparecem outros tipos de comércio. Não considero que é um movimento que zera todo o resto. Não zera! Vai encontrar contradições no processo, mas isso muda as cidades médias.

Quando vim morar em Presidente Prudente, chamou-me atenção o fato das empresas daqui, como Brasimac, tinham uma, duas e três lojas na cidade, vendiam eletrodomésticos, televisores, móveis. Hoje não tem mais isso. Se você quiser comprar um eletrodoméstico, não tem uma empresa daqui. Em Presidente Prudente acabou tudo. Você vai comprar no grande comércio. Tem duas, três unidades do Magazine Luiza, duas Casas Bahia, Ponto Frio, Pernambucanas, Carrefour, que é hoje um grande ponto de comércio de eletrodomésticos. Estão em todos os ramos de atividades, sendo invadidos pelo grande capital, e isso muda a hierarquia urbana brasileira. Muda o modo como se organiza espacialmente a cidade porque essas grandes empresas gostam de grandes superfícies. E supermercados, shopping centers, é uma outra lógica de escolha espacial que muda a relação entre centro e periferia.

Então acho que isso impactou muito a minha visão. Quando eu comecei a pesquisa com a ReCiMe, por exemplo, nada disso estava em Mossoró. Hoje, muita coisa desse tipo está nessa cidade média. Mossoró, na segunda metade da década de 2000, já tinha um shopping center. Os bairros mais importantes eram o Centro e a Betânia. Hoje, isso já está se alterando. Estou com muita vontade de ir logo a Mossoró para ver o que se modificou.

Hoje, se formos a Marabá, temos hotéis da rede *Accors*, que é francesa. É algo, assim, muito forte a presença de grandes empresas.

Sobre o perímetro urbano, que é o segundo ponto que você coloca, eu nunca tinha ouvido falar de uma cidade em que o perímetro urbano encolheu, como você disse. Se eu entendi bem o que você falou, Carmem, eu não conheço. O que me chamou atenção no seu exemplo é que o perímetro urbano não se alarga, que é a tendência geral, mas retrai. O interesse de o perímetro urbano ser maior é você permitir mais loteamentos para transformar terra rural em urbana, gerando mais práticas especulativas. Você, que está pesquisando o tema, terá que descobrir quem são as forças políticas que levaram a essa decisão de reduzir. Alguém interferiu! Alguém foi lá e falou com os vereadores, o prefeito mandou uma proposta. Eu não sei, mas penso que é preciso analisar como foi a proposta e o percurso político de condução dessa alteração para você descobrir quais os interesses que estavam por trás dela.

Prof. Luiz Antônio: Pedimos que você encerre fazendo suas considerações finais sobre o que você aponta para a perspectiva futura da nossa área de Humanidades no contexto em que nós estamos.

Prof.^a Maria Encarnação: Bom, queria deixar duas coisas ditas para todos vocês e para nós. Eu me incluo também porque estou dizendo para mim mesma.

Em primeiro lugar, acho que temos que aumentar nossa capacidade de articulação com as outras especialidades da Geografia. Nós transitamos bem com a Arquitetura e Urbanismo, com a Sociologia, mas nem sempre com a Geografia Rural, com os colegas da Geografia Ambiental. Acho que a Geografia Urbana precisa muito de articulação com outros campos da Geografia. Com o agronegócio, o espaço rural é hoje um elemento com outros processos, é estudado pela Denise Elias e pela rede da qual ela faz parte, que mostra para nós que o Brasil também está mudando a partir do espaço rural. Essa visão de que tudo muda a partir do urbano é uma visão equivocada. Parte das transformações regionais do país estão ocorrendo em função do campo. Nós temos uma hierarquia do conhecimento de que tudo é o mundo urbano, a sociedade é urbana. É verdade que a sociedade é urbana, mas olha o que está acontecendo no campo do Brasil, num país de dimensões como o nosso, em que parte de nosso território ainda está sendo incorporado à

economia capitalista no campo. Esse processo não teve fim. Veja a expansão do agronegócio, que já chegou ao Piauí, ao Maranhão, à periferia da Amazônia, tudo isso mostra que, sem a relação com a Geografia Rural, nós não vamos fazer uma boa Geografia Urbana. Do ponto de vista ambiental, mais ainda.

Essa visão de que tudo muda a partir do urbano é uma visão equivocada. Parte das transformações regionais do país estão ocorrendo em função do campo.

Uma outra coisa que gostaria de deixar registrado, e eu acho que ela é uma coisa que está ficando muito forte a partir dessa pandemia, que toda hora tem uma coisa nova que nos obriga a nos reposicionar: estamos com muitas dificuldades de delinear os horizontes. Eu já até fiz referência a essa frase durante nossa reunião de hoje: devemos olhar as coisas a partir de outro ponto de vista. Quando eu usei a frase, eu estava dizendo: olhar o Brasil de Oeste para Leste, olhar o Brasil das pequenas e das cidades médias até as metropolitanas, e não das cidades metropolitanas para as outras. É mudar o ponto de vista, mas eu acho que vamos precisar mudar o ponto de vista no sentido mais abrangente, tá?! E isso significa que teremos que aprender a nos reposicionar. O mundo não vai ser igual ao que ele era. Muitas pessoas estão falando que vai ser *um novo*, uma coisa nova que não sabemos o que vai ser. E as Universidades Públicas, principalmente, têm um papel fundamental.

Quero deixar aqui uma opinião que não é simpática, eu sei que ela não é, mas faço questão de registrar. Uma parte das Universidades Públicas hoje colocam em dúvida se tem que haver ensino a distância. Eu acho essa uma posição retrógrada, desculpem o termo muito radical. Acho que nós iremos ter que combinar ensino a distância com ensino presencial. Eu não defendo substituir ou terminar o ensino presencial, mas somos um país grande demais e o ensino público tem que chegar em todos os lugares. O conhecimento e a pesquisa devem chegar a todos os lugares. Nós estamos agora isolados por causa de uma pandemia, mas estamos conversando. O mundo e a situação epidemiológica estão nos mostrando que podemos conversar. Seria melhor se eu estivesse em Teresina e em Sobral, como estava definido para a semana de 21 de maio? Seria uma delícia para mim, seria maravilhoso conhecer essas duas realidades urbanas. Acontece que não adianta eu dizer que seria melhor porque não é possível que seja. Simplesmente por isso não adianta fazer esse raciocínio.

Eu sou uma pessoa muito prática e acho que temos de perguntar: *O que é possível?* Não adianta eu imaginar o que seria melhor, mas, sim, o que é possível ser feito. E nós temos que mostrar e dar uma lição. Por que? Porque nós somos financiados pela sociedade. Não podemos ficar parados pensando como seria ou como nós defenderíamos o ensino estritamente presencial simplesmente porque ele não é possível no momento. É assim que é.

E todos nós sabemos da posição do Governo Federal atual quanto ao ensino público. Não foi nessa semana que o presidente autorizou um ministro da educação a intervir em universidades públicas? O que a sociedade pensa de nós lá de fora? Estou talvez falando muito do ponto de vista do Estado de São Paulo. Nós somos três universidades, USP, UNESP e UNICAMP, que são importantes, além da Federal de São Carlos e da Federal do ABC Paulista, enfim. Nós temos um ensino público importante aqui. Mas ele é só 10%. 90% dos alunos de Ensino Superior do estado de São Paulo estão em Universidades Privadas, Faculdades desde as menorzinhas até a Mackenzie, a PUC, que são grandes Universidades Privadas e importantes porque têm inclusive pesquisa. Essas universidades não param. Por que nós pararíamos também? Na UNESP, por exemplo, vários cursos de graduação ainda estão sem aula porque os professores estão discutindo se deve ser a distância ou não.

Eu acho que devemos discutir se o ensino a distância é o ideal, mas nós temos que constatar que ele é o possível nesse momento. E não devemos deixar alunos sem aulas. É essa a minha opinião. No momento de pandemia, devemos entrar na casa de todo mundo virtualmente porque é esse o nosso papel. Desculpem-me, porque eu sei que não é simpática minha posição, mas é a posição de uma senhora que já vai fazer 40 anos de Universidade e que pensa assim: com todo esse tempo que estou na condição de professo-

Uma parte das Universidades Públicas hoje colocam em dúvida se tem que haver ensino a distância. Eu acho essa uma posição retrógrada, desculpem o termo muito radical. Acho que nós iremos ter que combinar ensino a distância com ensino presencial. Eu não defendo substituir ou terminar o ensino presencial, mas somos um país grande demais e o ensino público tem que chegar em todos os lugares.

ra, eu ainda preciso mudar e estou disposta. Quero fazer também de outros modos. E torcer para que logo termine a pandemia e nós voltemos às aulas presenciais, aos encontros, aos seminários, aos congressos. A gente se beija, se abraça, troca ideia, briga. Briga com as ideias, não é?! Não no braço!

É isso que nós queremos. Mas acontece que é impossível agora e não podemos entrar num processo de depressão coletiva e social, porque achamos que não deveria ser assim. Não nos é dado escolher neste momento! Esse é um fato, não nos é dado escolher. Não queremos colocar as pessoas em risco, então, teremos que fazer as coisas à distância através dos ambientes virtuais como esse, com esse quadro de pessoas.

Desde o começo da pandemia, eu deveria ter fotografado todas as vezes que eu entrei. Desde as *lives* que eu participei, das aulas que dei na pós-graduação, e teve até por causa da minha função na reitoria uma reunião com 229 pessoas e eu esqueci de fotografar a tela. Ficamos emocionados de conversar com esse tanto de pessoas de um jeito diferente que, para mim, é novo, é completamente novo. Bom, era isso. Eu te agradeço muito, Luiz, você que está coordenando. Agradeço a Virgínia, que tomou a iniciativa, ao Antônio Façanha, da Federal do Piauí, que também está nessa missão, e agradeço todo mundo. A Zenilde, que também veio aqui, a Rita, todo mundo que estou vendo aqui agora. Alguns vejo as letras, outros vejo fotografias, outras imagens. Muito obrigada a todos vocês!

Doi: 10.35260/67960890p.58-74.2022



Rita de Cássia da Conceição Gomes

é graduada em Geografia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1979), mestre em Geografia pela Universidade Federal de Pernambuco (1989) e doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (1998), com Pós-doutorado pela Universidade do Porto - Portugal (2013). Atualmente é professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Participa dos Programas de Pós-graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia - GEOCERES da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Tem experiência acadêmica na área de Geografia Humana, Desenvolve pesquisa que contemplam os estudos do ordenamento do território, as pequenas e médias cidades; Estudos sobre o comércio e serviços, turismo, desenvolvimento regional e local e políticas públicas.

Os desafios da formação e atuação de uma pesquisadora¹

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes²

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Professora Rita, fale um pouco sobre sua trajetória e experiência pessoal em seu campo de atuação.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Essa pergunta me levou a pensar um pouco sobre meu trabalho de memorial. A minha decisão de ser professora começou muito cedo. Antes de terminar o segundo grau, morando em uma cidade pequena, fui ser professora da rede municipal de ensino. Comecei ensinando as crianças em fase de alfabetização e, logo no ano seguinte, já era professora da Rede Estadual de Ensino, ministrando História e Geografia. Eu sempre fui apaixonada por História, mas fiquei com a Geografia. Passei no vestibular de Estudos Sociais. Era uma licenciatura curta, criada no período da Ditadura. História e Geografia deram origem ao Curso de Estudos Sociais. Um encontro que mudou muito o curso de minha história foi conhecer o Professor José Lacerda, ele me deu toda orientação para fazer depois o curso de Geografia, aliás, não só a mim. Nós éramos uma turma de 28 pessoas cursando Estudos Sociais, 23 fizeram Geografia por conta do professor Lacerda e ele aparece em muitos momentos da minha trajetória acadêmica. Então, quando terminei o curso de Geografia, logo fui chamada para ser professora na Universidade, eu aceitei o convite. Quando eu estava entrando no curso de Licenciatura em

¹ Entrevista realizada via *Google meet* em 15 de maio de 2020.

² Professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Geografia, coloquei na cabeça que seria ser professora da Universidade. Colei grau no dia 14 de julho de 1979 e, no dia 1º de agosto minha carteira já estava assinada como professora colaboradora, então fui ensinar Geografia. Era uma professora polivalente. Ensinava todo tipo de Geografia, por isso, não dava muito tempo para a pesquisa, era estudar para dar aula no dia seguinte. Depois eu decidi que ia fazer o mestrado. Trabalhei sempre com políticas públicas, decidi estudar a política de açudagem no Seridó.

No doutorado, começa minha história com as pequenas cidades. Fui estudar a fragmentação do território do Rio Grande do Norte, uma vez que, com a constituição de 1988, foi permitida a criação de novos municípios. Quando comecei a fazer minha pesquisa, as dúvidas foram surgindo diante da condição das pequenas cidades que estavam sendo criadas. por exemplo, uma cidade chamada “Venha Ver”. Essa cidade tinha mil e poucos habitantes e ia ser considerada cidade se fosse emancipada, e ela foi, e isso me despertou uma questão: *por que não se tem um estudo sobre isso?* Eu lembro que nos trabalhos de Geografia Urbana clássicos, Milton Santos, em 1979, faz um trabalho e coloca a questão da cidade local, mas estudada dentro de uma perspectiva de hierarquia urbana. Como ele ia colocar, por exemplo, “Venha Ver” dentro de uma hierarquia urbana se era mais uma zona rural iluminada que uma cidade? E isso começou a me incomodar, então terminei minha tese.

Em 2001 teve um Simpósio de Geografia Urbana (SIMPURB) em São Paulo, mandei um trabalho, juntamente com outros colegas, Anieres [Barbosa] e Valdenildo [Pedro da Silva]. Propomos levantar a discussão sobre pequenas cidades, na perspectiva de estudar esse município, pois no momento da fragmentação ocorriam discursos eleitoreiros. Depois da realização da tese, fiz uma revisão da compreensão que tinha sobre essas cidades, aí lançamos um texto onde discutíamos a definição do que era essa pequena cidade. A professora [Maria de] Nazareth [Baudel Wanderley] já tinha um trabalho sobre pequenos municípios. Produzimos um trabalho e enviamos para o evento. Porém, o trabalho foi reprovado. A professora Ana Fani (USP) era coordenadora desse evento. Insatisfeita com a reprovação, enviei uma carta meio desaforada para ela. Para a nossa satisfação, recebemos sua resposta afirmando que o trabalho seria apresentado em uma comunicação coordenada que aconteceria no evento às 21 horas na USP. Foi legal! Participaram dessa atividade a professora Doralice, da Universidade Federal da Paraíba (UFPB),

a professora Beatriz Ribeiro, da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), o professor José da Silva (UFC) e a Ana Fani também assistiu.

Diante das discussões ocorridas durante a realização da atividade, decidimos investir mais no estudo da pequena cidade, o que foi muito positivo, de modo que no SIMPURB realizado em Recife foi proposto um grupo de debate sobre a pequena cidade. A partir daí, eu fui focando nessa discussão da pequena cidade e, nesse meio do caminho, começamos a investir na discussão do comércio, serviços, do terciário, colocando a pequena cidade como uma dimensão a ser estudada. Eu penso que sou uma pessoa que tenta estudar o urbano. Dei prioridade à escala espacial do Rio Grande do Norte, mas hoje eu tenho procurado investir na perspectiva de entender outras cidades do Nordeste, mas ainda não tenho uma definição exata de como iremos trabalhar, tendo em vista tantas diferenciações do território.

Antônio Jerfson Lins de Freitas (*Editora SertãoCult*): Como você analisa o impacto das suas pesquisas sobre Pequenas Cidades no campo da Ciência Geográfica?

Prof.^a Rita: Eu me sinto muito gratificada. Às vezes, quando converso com outras colegas com quem dividi algumas pesquisas, entendo que desempenhamos um papel importante do ponto de vista do Nordeste, pois iniciamos o estudo sobre pequenas cidades, que até então praticamente não apareciam nos eventos. Não existiam estudos sobre as pequenas cidades e os papéis que elas desenvolvem na perspectiva do urbano; tudo era tratado dentro da hierarquia, rede. Então, nosso trabalho causa um impacto positivo na medida em que começamos a perceber o interesse pelo estudo dessas cidades. Com a realização desses estudos, percebemos que eles têm uma repercussão na Geografia como um todo e em diversos eventos e grupos de pesquisas importantes, como o grupo coordenado pelo professor Wendel Henrique, do estado da Bahia, sobre as pequenas cidades, dando visibilidade à temática.

Prof.^a Virgínia: Em seu estudo de Pós-Doutorado, realizado na Universidade do Porto, em Portugal, você identificou diferenças entre as cidades de Portugal e as cidades do Nordeste Brasileiro?

Prof.^a Rita: Meu estudo em Portugal foi sobre o ordenamento do território e, analisando as cidades portuguesas com relação às brasileiras, há se-

melhanças no tamanho e no número populacional, por exemplo. Entretanto, as diferenças são muitas. Portugal tem duas Regiões Metropolitanas, a do Porto e a de Lisboa, que contam com uma política de Ordenamento do Território, coisa que aqui não temos, além do que essas cidades contam com uma política de planejamento urbano efetiva de modo que, nesse sentido, as diferenciações a serem analisadas são várias.

Prof.^a Virgínia: Fale um pouco sobre sua principal pesquisa.

Prof.^a Rita: Destacaria duas pesquisas importantes que fizemos sobre as pequenas cidades. Importantes até porque se desdobraram em outras pesquisas. Uma foi sobre as desigualdades socioespaciais no Rio Grande do Norte, onde percebemos o quanto isso é expressivo quando se compara, por exemplo, as diferentes cidades, principalmente as cidades médias. Mas quando se faz a comparação com as cidades pequenas do Rio Grande do Norte, não há uma diferenciação tão grande, mas se tomarmos uma cidade pequena e outra maior, por exemplo, Serrinha e Caicó, vamos ver uma diferença enorme e as desigualdades latentes. Por outro lado, as práticas sociais, como a seletividade espacial, a questão da injustiça espacial, se colocam como questões a serem analisadas. Acho que a questão da justiça espacial é muito atual e está se mostrando como é necessário discutirmos. Recentemente ocorreu um caso que explicita o resultado dessa seletividade: por exemplo, o caso de uma cidade do Rio Grande do Norte em que o prefeito declarou isolamento total, mas tinha apenas 11 casos de Covid-19. Segundo ele disse, não podia deixar as pessoas fazerem o que bem entendem, porque não tinha um hospital para colocar essas pessoas quando ficassem doentes. Essa ação mostra que o processo de regionalização efetuado no Nordeste, de modo geral e, particularmente no Rio Grande do Norte, é uma regionalização muito seletiva. Temos a regionalização da saúde, segurança, enfim, é muito seletiva. As áreas consideradas como centrais da região recebem maior investimento e o resto fica com quase nada.

Então, quando começamos a estudar essa questão do ordenamento territorial e suas possibilidades no Brasil, sendo esta a temática contemplada por ocasião da realização do Pós-doutorado, comecei a visitar pequenas cidades de Portugal, praticamente todas as cidades do Norte de Portugal e, aos poucos, percebi o quanto é diferente. Não dá para comparar de forma alguma, tanto que, quando eu comecei o trabalho, queríamos utilizar

o estudo comparativo, mas depois desconsideramos porque não dá para comparar cidades como Penafiel, que tem vinte e poucos mil habitantes, mas tem hospitais com todos os serviços. Então estudamos Amarante, Santo Tirso e Chave, no Norte de Portugal, localizadas na fronteira com a Espanha. São cidades que trabalham com o urbanismo empresarial, que têm um planejamento territorial coordenado pelo Estado de Portugal.

No Brasil, temos alguns exemplos nas cidades do Sul e Sudeste que são cidades que foram planejadas, a exemplo de Maringá, o que é diferente das cidades do Nordeste, que vão se formando por fazendas e povoados. Como coloquei, teve duas pesquisas que foram importantes para nós, uma sobre o planejamento das pequenas cidades, financiada por três anos pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Ao final da pesquisa, chegamos à conclusão que não tem planejamento, não se pensa na cidade, o que existe, na realidade, são decisões momentâneas, inclusive vinculadas às ofertas de políticos por meio das chamadas emendas parlamentares. Os gestores não pensam no planejamento das cidades, por isso, temos tantas desigualdades no Brasil e agora agravadas pela pandemia.

Outra pesquisa foi sobre as desigualdades socioespaciais, financiada pela Finep. Essa pesquisa nos deu a oportunidade de conhecer todo o Rio Grande do Norte. Só tem um município que eu não conheço, a cidade de Galinhas. Aplicamos 1.500 formulários no estado. A partir dessa pesquisa, foram se apresentando outras questões merecedoras de investigação. É o caso do terciário. Percebemos que, o Bolsa Família, começa a dinamizar a economia local.

Ítalo Ramon Sales Silva (Estudante do Curso de Geografia da UVA): Como você avaliaria essas pequenas cidades sem o programa Bolsa Família?

Ao final da pesquisa, chegamos à conclusão que não tem planejamento, não se pensa na cidade, o que existe, na realidade, são decisões momentâneas, inclusive vinculadas às ofertas de políticos por meio das chamadas emendas parlamentares. Os gestores não pensam no planejamento das cidades, por isso, temos tantas desigualdades no Brasil e agora agravadas pela pandemia.

Prof.^a Rita: Para entendermos esses desdobramentos, temos que nos remeter à questão da cultura do Nordeste. Sabemos que, historicamente, tínhamos relações de compadrio. O professor Manoel Correia de Andrade fala sobre essas relações de compadrio. Não existia o elemento monetário e essas relações eram estabelecidas pela troca de trabalhos por mercados e, por isso, muitos ficaram ricos em períodos de muitas secas, quando muitas obras de combate aos efeitos das secas foram realizadas. Então, quando o Bolsa Família chega, cria uma circulação monetária e essa circulação vai dar uma certa autonomia para as mulheres. Uma das alternativas para essa crise econômica é criar artifícios no consumo interno. A política social do Lula cria condições favoráveis ao consumidor e estes passam a comprar o que acham necessário. O aumento do consumo aliado a políticas locais de criar alternativas do dinheiro permanecer nessas cidades, bem como à emergência de agências bancárias e correspondentes bancários vão se juntar à circulação monetária, contribuindo para o surgimento de novas demandas, e as relações antes estabelecidas, baseadas na cultura da dádiva, são substituídas pela relação mediada pelo dinheiro.

Entretanto, essa realidade não rompeu de forma definitiva com as relações de dependência das pessoas de menor poder aquisitivo. Durante a pesquisa, foi possível constatar tal realidade ao perceber um proprietário de um estabelecimento comercial que mantinha o cartão de diversas pessoas participantes do programa social Bolsa Família. Essa atitude era justificada como sendo a forma pela qual o pagamento das dívidas era garantido.

Percebemos que essas políticas de distribuição de renda geraram uma reprodução diferenciada no âmbito do comércio. Por exemplo, a cidade de Venha Ver, por ocasião da instalação do município em 1º de janeiro de 1997, contava apenas com duas bodegas, que não chegavam a ser uma pequena mercearia. Tinham apenas o básico do básico. Na atualidade, essa cidade conta com um número de estabelecimentos comerciais bastante expressivo que atende às demandas da população. Essa realidade gera uma nova leitura, pois, mesmo que o comércio abrigue atividades informais e não gere um número de empregos expressivo por seu caráter familiar, gera demandas diferenciadas. Por isso, o Bolsa Família oportunizou uma nova realidade nessas pequenas cidades.

Alguns autores e economistas chamam isso de economia sem produção, mas não deixam de perceber que é uma política importante para a economia dessas cidades, por promover não só a dinâmica do comércio, mas também de serviços, em especial os serviços de saúde, por conseguinte, novas práticas de consumo, como estética, entre outras.

Nesse contexto, podemos afirmar que a política social, de certo modo, redefiniu as interações espaciais estabelecidas entre as cidades no espaço regional em que se insere, mas também em outras escalas. Eu visitei em uma pequena cidade aqui do Rio Grande do Norte um salão que fazia perucas para serem vendidas em outras regiões do estado e do Nordeste. Outro fato que também demonstra a emergência de novas interações espaciais pode ser exemplificado por meio da articulação comercial estabelecida entre estabelecimentos comerciais de cidades pequenas do Rio Grande do Norte com grandes empresas de movelaria localizadas Sul e no Sudeste do Brasil.

Tudo isso ocorre quando as pessoas passam a ter acesso ao dinheiro, fato que ocorre com a implementação de políticas públicas nas pequenas cidades que, até então, não existiam.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Como você selecionou os municípios para a pesquisa empírica? Explique melhor a questão da exclusão desses lugares e as relações de trabalho.

Prof.^a Rita: A escolha dos municípios se explica por se localizarem em áreas que têm características que nos motivaram. Por exemplo, o Seridó, onde estão localizadas Currais Novos, Jardim de Piranhas e outras cidades que constituem a zona central do estado. Do ponto de vista econômico é deprimida, pois passa por problemas cruciais após o fim da produção do algodão e, depois, da mineração no Rio Grande do Norte no município de Currais Novos, onde se tinha a maior produção de scheelita do mundo, perdendo apenas para a China, que até então estava fechada para o mercado internacional. A produção de scheelita de Currais Novos supria as necessidades da produção bélica no período da Guerra Fria. No final dos anos 1980, essa mineração entra em crise e os problemas da região aumentam. A outra área do estudo é onde temos a principal área de fruticultura irrigada, na bacia do Piranha-Açu. O objetivo era perceber como essa fruticultura influenciava no comércio e nos serviços da área. Percebemos que a influência principal dessa economia não se dava necessariamente nessas áreas,

pois os trabalhadores eram temporários e aos finais de semana voltavam para seus locais, onde gastavam o dinheiro que ganhavam. Esses trabalhadores, na sua maioria, eram de outros estados, como Ceará e Paraíba. Então essas cidades, que são alimentadas pelos programas sociais em dia de pagamento do Bolsa Família, ficam muito dinâmicas. Na pesquisa, trabalhamos também com a cidade de Campo Grande, que está no meio de uma transição entre o Oeste, onde tem uma fragmentação muito tensa, e o Sertão. Então isso foi o que levou à escolha dessas cidades. A indústria, nesse momento da pesquisa, ainda era a base de trabalho familiar, era um emprego pouco formal e existia até denúncias de trabalho infantil. Hoje, essas indústrias já são mais fiscalizadas e, por isso, há um embate muito grande em torno dessa relação capital-trabalho. Também temos o aumento do uso das técnicas e máquinas nesse setor, e isso também gera o desemprego.

Eu tive a oportunidade de fazer dois trabalhos de campo e percebemos que essa qualificação, do ponto de vista da técnica, está influenciando diretamente no cotidiano dessas cidades. Posso apontar também o conflito que ocorreu com a empresa Riachuelo nessa relação capital-trabalho que, com a crise, a justiça a obrigou a pagar uma grande causa trabalhista. A empresa recorreu dizendo que iria falir e tinha que despedir todos os funcionários e, nessa queda de braço, os trabalhadores aceitaram as condições impostas pela empresa, para não perder seus empregos. Isso mostra como essa relação capital-trabalho é muito tensa, mesmo em cidades de pouca expressividade. Os estudos desenvolvidos por Karl Max são muito interessantes para entendermos essas questões, só que a realidade que ele viveu é muito distante da nossa.

Estou lendo o livro *Cidades do amanhã*, de Peter Hall³, e é muito interessante como a realidade dos trabalhadores da Inglaterra no período das revoluções industriais é muito parecida com nossa realidade. Sobre a exclusão e inclusão das cidades, é como falei de início, as políticas públicas são muito seletivas, o que, no Nordeste, eu gosto de falar, que temos enclaves. Isto é, áreas beneficiadas por políticas públicas, enquanto outras são esquecidas, formando esses enclaves particulares, como é o caso das

3 HALL, Peter. *Cidades do Amanhã*: Uma história do planejamento e projetos urbanos no século XX. Perspectiva, 4ª edição, 2016.

facções empresariais, que são lideradas por grandes empresas. E assim, cada vez mais a relação capital-trabalho é uma balança desequilibrada.

Já em relação à inclusão dessas cidades, temos o exemplo da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), que é pensada para o desenvolvimento do Nordeste, mas, dentro dessa proposta, é visada a criação de um mercado consumidor e, a partir de então, o trabalho assalariado ficou mais intenso. Claro que isso não ocorre em todos os lugares e as pequenas cidades vão se inserindo nessas relações com a demanda do mercado consumidor que aparece dentro delas. José de Sousa Martins fala muito da exclusão social. Para ele, o capitalismo não tem a intenção de excluir ninguém, nem espaços, agora a forma de inclusão é, segundo ele, muito perversa.

No que se refere às relações de consumo, as pessoas ficam cada vez mais endividadas para comprar mercadorias de marca etc. As pequenas cidades estão cada vez mais dentro desse processo e, para isso, houve uma reestruturação do comércio, surgindo lojas para atrair cada vez mais o consumidor, coisas que antes não tinham. Existiam as feiras, bodegas e hoje as pessoas só querem comprar nas boutiques. E tudo isso ocorreu sobremaneira nessas pequenas cidades pela inserção das políticas públicas como o Bolsa Família.

Ismael Rodrigues de Souza (Estudante do Curso de Geografia da UVA): Nas Cidades pesquisadas pela senhora, no que consiste a relação local-global, o que se mantém do lugar e o que desapareceu?

Prof.^a Rita: Vou partir de uma afirmação de José de Souza Martins, na discussão sobre a Lei de Terras no Brasil. Segundo ele, elas [as terras] vão substituir o escravo, capitalizando seus recursos. Antes disso, a renda capitalizada se manifestava no próprio escravo, que era tratado como um objeto e, se pensarmos as relações que o capitalismo faz com o trabalhador, não fica muito longe disso. Para Martins, o capital cria e recria condições para sua reprodução. A partir dessa ideia do capital se reproduzir, ao colocarmos essa perspectiva para a pequena cidade e a questão local-global, identificamos que algumas permanências são fundamentais para o capital. Milton Santos, no livro *Por uma outra globalização*⁴, ao se referir à globalização como fábula, assevera que a globalização está em todos os

4 SANTOS, Milton. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro, 3.ed, Ed. Record, 2000.

lugares, mas não da mesma forma, e penso que nas cidades pequenas as práticas tradicionais de comércio se mantêm e vão se aperfeiçoando. O capital procura fazer as mudanças, como promover a financeirização do território, bem como se articular a outros espaços. É comum nas cidades pequenas os comerciantes usarem a internet para fazer compras e pagamentos; as redes sociais para a comercialização de produtos, utilizadas em larga escala por grandes empresas, também são utilizadas por pequenos comerciantes das pequenas cidades. Sendo, portanto, o moderno atrelado ao tradicional. Há ainda a comunicação imediata: todos sabem o que está na moda e, com isso, o consumismo é rapidamente difundido. Nesse sentido, o tradicional reflete o global e vice-versa.

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Quais conselhos você daria para um Pesquisador Iniciante?

Prof.^a Rita: Olhe, a primeira coisa que posso aconselhar é ter perseverança. Acreditar que as coisas irão acontecer. Sabemos que não é fácil pesquisar e, na área de Ciências Humanas, os desafios são maiores. Minha pesquisa sobre o planejamento das pequenas cidades não foi fácil, porque trabalhar com pessoas do setor público, com gestores em geral, não é fácil. Temos dificuldade de entrevistá-los, às vezes é até difícil encontrá-los na prefeitura. Os prefeitos colocam sua equipe e, quando troca de gestão, é uma equipe nova e, muitas vezes, levam consigo informações valiosas. Mas é preciso persistir, ter afinidade com o tema pesquisado.

A obtenção de informações é desafiante e exige criatividade. Eu não estou querendo de nenhuma maneira desmotivar as pessoas que estão começando, mas a gente sabe que não é fácil você obter informações. No caso dos municípios aqui no Rio Grande do Norte, cidades por exemplo como Mossoró, Caicó, Currais Novos são cidades que não têm ainda a cultura da informação. Eu tenho um aluno que está fazendo um estudo sobre Currais Novos e ele está tendo muita dificuldade de obter informações importantes.

Outra orientanda minha, que trabalhou com o comércio de Natal, ela não conseguia informações sobre os comércios devido à natalidade e morte das atividades, e isso é recorrente. Você chega uma semana, tem uma, duas, três lojas abertas e, na semana

Sabemos que não é fácil pesquisar e, na área de Ciências Humanas, os desafios são maiores.

que vem, não tem mais. Ocorre uma rotatividade muito grande, não tem capital de giro. Passei por uma situação muito engraçada, fui entrevistar a Secretária de Assistência Social que era esposa do prefeito. No tempo, eu estava fazendo um trabalho de extensão, um trabalho sobre segurança alimentar nas pequenas cidades. Indaguei a ela sobre as políticas de Ação Social da Prefeitura e ela não sabia responder. Em seguida, fui entrevistar outro secretário. Eu comentei que não entendia porque a secretária não sabia responder coisas inerentes à secretaria e ele disse que ela era dona de casa e o marido tinha assumido a prefeitura e a colocou como secretária.

Não sei aí no Ceará, mas aqui é assim. Então, para pesquisar necessita gostar de fato da coisa. Necessitamos de financiamento. Na época, contávamos com uma equipe de dez pessoas em um carro e ficávamos três dias em campo. Durante a pesquisa, percebemos que mesmo nas cidades que eu chamo “fora de rota”, ou seja, aquelas que só se vai quando tem algo para fazer, lá tem uma antena de internet que está fazendo a conexão com o mundo, embora não seja global, mas expressa o conteúdo global e são muitas possibilidades que temos para pesquisar.

Francisco Márcio Almeida Gonçalves (Estudante do Curso de Geografia da UVA): Nas suas pesquisas, você conseguiu identificar como a Globalização altera o lazer nas cidades pequenas?

Prof.^a Rita: O turismo, como uma atividade extremamente globalizada, chegou a todos os lugares. Até mesmo o turismo de evento, por exemplo, acontece hoje em determinados locais que antes não acontecia. E esse tipo de turismo, em sua maioria, principalmente os mais tradicionais, acontece sob a orientação de uma grande empresa, por exemplo, a festa junina em diversos lugares do Nordeste é definida pelas empresas de cerveja. Isso nos mostra como são as definições dos locais, mas estão dentro dessa lógica de reprodução maior do sistema capitalista, inclusive, as grandes empresas orientam as pequenas. Então as atividades econômicas, de modo geral, são a expressão maior da globalização e

Então as atividades econômicas, de modo geral, são a expressão maior da globalização e chega em todos os lugares, e isso se dá a partir do consumo, as pessoas querem possuir objetos de marca e isso é bastante difundido.

chega em todos os lugares, e isso se dá a partir do consumo, as pessoas querem possuir objetos de marca e isso é bastante difundido. Sabemos que a globalização permite as interações espaciais e isso ajudou bastante na propagação da Covid-19, o ir e vir intenso das pessoas, que é sobremaneira essencial para a convivência, comunicação etc.; já não podemos pensar em cidades isoladas do mundo, pois mesmo as cidades pequenas expressam o conteúdo global.

Prof. Heronilson Pinto Freire (UERN): Como você analisa a realidade das pequenas cidades nesse momento de pandemia, as reflexões e impactos que estão sofrendo, como estão se saindo?

Prof.^a Rita: Realmente isso tem sido um ponto de muita reflexão. Na pesquisa de desigualdades socioespaciais, fizemos um relatório e observamos que não existe um planejamento para as pequenas cidades, conforme já fiz alusão. E nesse momento estamos observando que essas desigualdades ficaram muito claras. Reconhecemos que ocorreram melhorias na qualidade de vida das populações pobres, principalmente com relação ao consumo. No entanto, o mesmo não ocorreu noutros aspectos considerados como constituintes das desigualdades. A população conheceu o consumo, mas não na mesma proporção da distribuição dos equipamentos sociais, como saúde, segurança, educação que, mesmo com uma tímida melhora, ainda não são suficientes para atender às demandas da população.

E, com a pandemia, explodem os significados dessas ausências, como em casos de cidades que não têm um único leito de UTI para atender à população e encontraram como solução a decretação do isolamento total, e isso vai se repetindo nas pequenas cidades de todo o país.

A população conheceu o consumo, mas não na mesma proporção da distribuição dos equipamentos sociais, como saúde, segurança, educação que, mesmo com uma tímida melhora, ainda não são suficientes para atender às demandas da população.

As políticas públicas são muito seletivas e, neste momento, são essenciais para todos. Não se tem ambulância para transportar todos e esses veículos muitas vezes ainda são usados para fins eleitorais, e isso se repete nas demais áreas sociais. Então os estudos sobre isso devem ser ampliados para que os gestores percebam

a necessidade das políticas públicas que amenizem essas desigualdades. As comunidades são muito carentes e quando pegamos a quantidade de população dessas cidades e levantamos quem recebe de fato as políticas públicas, o número é mínimo, então entender e desvendar essas questões é fundamental.

Antônio Leonardo Silva (Estudante do Curso de Geografia da UVA):

Em relação aos fluxos migratórios, quais são os impactos nas pequenas cidades?

Prof.^a Rita: Os movimentos migratórios nunca foram o foco das minhas pesquisas, mas podemos fazer algumas observações. Sabemos que um forte motivo para essas migrações das pequenas cidades para as maiores é exatamente a busca por trabalho, qualificação profissional e ensino, principalmente o superior. No período do governo Lula (2003-2011), uma coisa que chamou muito atenção foi a migração de retorno. As pequenas cidades começaram a se dinamizar e foram atraindo, possibilitadas pelas políticas públicas e a expansão e interiorização do Ensino Superior. Esses locais, que historicamente tinham crescimento populacional negativo por conta da emigração, agora começam a receber de volta pessoas qualificadas, para atuar nos serviços.

Sara Heline Rodrigues de Brito Silva (MAG/UVA): O que você aponta nos seus estudos sobre o consumo nessas Pequenas Cidades?

Prof.^a Rita: O consumo é a parte final do processo de produção. Em um de seus textos, Karl Marx vai deixar isso muito claro, nas mais diversas etapas do processo produtivo, ou seja, o consumo reproduz o capital e vice-versa. Antes, a discussão do comércio era muito escassa e havia preconceito com comerciantes. Max mostra que a produção do comércio é fundamental para o capitalismo e motiva as pessoas para consumir. Com as tecnologias, a sociedade é crescentemente ultra-consumista e tudo é transformado em mercadoria, até o espaço. Muitos autores clássicos e atuais falam sobre isso. Nesse primeiro momento, a pandemia trará uma nova reestruturação para o território e para o comércio, que cria e recria as necessidades de consumo e isso chega nas cidades pequenas.

Prof. Luiz Antônio: Em sua opinião, o que coloca essas cidades “fora de rota” em uma rota, por meio das Políticas Públicas nos Diversos Setores?

Prof.^a Rita: Isso é uma coisa muito interessante, inclusive estou orientando um aluno que tem a proposta de trabalhar a centralidade em uma perspectiva da economia, mas temos outras formas de analisar essas centralidades. Uma delas seria a flexibilização e descontinuidades dos territórios e percebemos que estas centralidades são efêmeras. Nesse momento, as festas, que são em períodos específicos, diante da situação de pandemia, para os eventos acontecerem nessas pequenas cidades na perspectiva do consumo, terão muito que pensar, pois os eventos são muito importantes para as economias locais e, com o cenário da pandemia, muitos não ocorrerão. Então, pensar no futuro pós-pandemia será fundamental. E o papel do Estado na construção de políticas públicas menos seletivas e sem fins políticos é importante. No momento atual, em que estamos vivendo um período de desconstrução das políticas públicas e de direitos básicos, torna-se fundamental o papel da sociedade para lutar pelos direitos e garantias trabalhistas, que aos poucos estamos perdendo sem lutar.

No momento atual, em que estamos vivendo um período de desconstrução das políticas públicas e de direitos básicos, torna-se fundamental o papel da sociedade para lutar pelos direitos e garantias trabalhistas, que aos poucos estamos perdendo sem lutar.

Uma preocupação minha com essas pequenas cidades é justamente com o papel da população por seus direitos. Muitos dependem do dinheiro da prefeitura para sobreviver e não têm um olhar crítico para a realidade. Destaco o papel do Estado nesse sentido, para a construção de políticas menos seletivas, e nós, como professores, ajudar na formação de jovens críticos, e devemos nos inserir na luta.

Breno de Abreu Lopes (MAG/UVA): Como você entende o Ensino Superior na perspectiva das pequenas cidades e quais as repercussões desse acesso?

Prof.^a Rita: A educação salva, ela é a chave para o desenvolvimento da sociedade, não só nas grandes cidades, mas nas pequenas também, e com maior força, pois antes a população não tinha acesso ao Ensino Superior e qualificação profissional, agora isso é uma realidade.

A educação traz muitas mudanças, mas seus efeitos são a longo prazo. Aos poucos, muda a qualidade de vida da população, forma uma sociedade mais crítica e isso é muito positivo. Nossa esperança está no ensino de qualidade e na construção de uma sociedade igualitária, e isso são grandes desafios que temos que enfrentar.

Jerfson Lins: Qual a importância de seu objeto de pesquisa e metodologia adotada no campo da produção do conhecimento científico?

Prof.^a Rita: Como objeto de estudo, hoje eu digo que tenho o urbano como objeto de estudo. E, de modo específico, as pequenas cidades. Outros grupos foram surgindo. A temática passa a compor mesas de debates em eventos, especificamente nos eventos que tinham o urbano como foco. Por exemplo, no evento de São Paulo e Recife que falei para vocês, onde não se tinha a discussão dos seus papéis na perspectiva do urbano, e sim, dentro da hierarquia das cidades, que eu não julgo ser o certo, pois as cidades já não seguem essas hierarquias, não podemos comparar a força de uma cidade média com uma pequena. O impacto positivo que a gente pode ver é o desejo de jovens mestrandos e doutorandos no entendimento das pequenas cidades em nível nacional. E suas contribuições para a Geografia é justamente abrindo caminhos para entendermos sobre seus desdobramentos.

Como metodologia, temos e devemos ter o conhecimento físico dos lugares, com visitas, viagens, construção de mapas, coletas de dados, entrevistas, questionários para, assim, termos uma significativa produção de conhecimento científico, abrindo caminho para mostrar e desvendar a realidade dos lugares, bem como a necessidade dos estudos e pesquisas das ciências humanas, sem nunca esquecer de usarmos autores clássicos e atuais de nossa literatura. As pesquisas nas fontes teóricas são essenciais, as de campo imprescindíveis.

Prof. Francisco Clébio: Quais limites, possibilidades e as perspectivas futuras que você apontaria em sua área de atuação?

Prof.^a Rita: Os limites e possibilidades são quase infinitos, pois da temática das pequenas cidades, teremos caminhos para outras pesquisas. Seus desdobramentos são muitos, não mais em escala local, regional, e sim nacional, seja desde o setor primário, terciário etc. Esses desdobramentos são sociais, econômicos, estrutural, organizacional. Sendo assim,

temos muitas possibilidades para a construção do conhecimento e, assim, podemos contribuir cada vez mais com a Geografia e fazer com que as pessoas tenham conhecimento das suas realidades e, assim, compreender o mundo em que vivemos e sermos pessoas cada vez mais críticas.

O estudo das cidades pequenas tem muito a crescer no Brasil, mas algumas modificações devem ser feitas. Por exemplo, os estudos relacionados à descontinuidade e desconcentração das informações, devendo ter a flexibilização dos territórios, cada um em seus respectivos períodos, sem que haja uma homogeneização entre as regiões, pois essas são muito diferentes. O Estado deverá assumir seu papel de implantar políticas públicas que não sejam seletivas, o que deverá ser feito é uma reflexão crítica para toda a sociedade e que esta busque garantias sociais como direito de todos, e não privilégio para poucos. Sempre gosto de destacar o papel do Estado nesse sentido, pois em minha pesquisa das cidades pequenas de Portugal vimos como o planejamento é fundamental para a implementação de políticas e planos organizacionais do território.

Uma inquietação muito grande que eu tenho é justamente com os moradores das cidades pequenas, que vivem, em sua maioria, de políticas públicas de distribuição de renda e poucos se interessam para o entendimento real da sociedade, pois de fato nestes locais existe uma seletividade cultural e muitos se calam diante das mazelas sociais. Há muito o que fazer, muitos estudos devem e serão feitos para, assim, desvendarmos nossa realidade em curso.

Espero que ainda tenhamos muitos estudos a fazer! Quero dizer aos jovens que eles é que darão continuidade a esses estudos. De maneira especial, quero agradecer a professora Virgínia pela confiança de me oportunizar a contribuir com o grupo de estudo. Muito obrigada!

Doi: 10.35260/67960890p.76-99.2022



Zenilde Baima Amora é graduada em Geografia pela Universidade Federal do Ceará (1968) e mestre em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1978). Coursou doutorado em Geographie et Aménagement du Territoire na Université de Toulouse II - Le Mirail (1984). Atualmente é professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Geografia-PROP-GEO, orientando dissertações e teses. Lidera dois Grupos de Pesquisa certificados pela UECE e pelo CNPq: Cidades Médias e Metropolização, Mobilidade e Redes: perspectivas sobre o Espaço urbano no Ceará. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Espaço, Espaço Urbano, Mobilidade, Metropolização, MetrÓpole, Cidade Média, Rural-urbano, Indústria, Serviços e Ensino de Geografia.

Experiências acadêmicas e de pesquisa sobre as cidades médias cearenses¹

Prof.^a Zenilde Baima Amora²

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Professora Zenilde, essa é uma pergunta formal que sempre trazemos, mas é muito importante que registremos: como a Geografia contribuiu para a formação da Zenilde como pessoa, como profissional, como geógrafa, como formadora?

Prof.^a Zenilde Baima Amora (UECE): Agradeço o convite para participar como entrevistada no evento *Trajetórias de Pesquisadores e os Estudos das Cidades Médias em Perspectivas*, organizado pelos professores Virgínia Célia Cavalcante de Holanda, Luiz Antônio Araújo Gonçalves, Glauciana Alves Teles e Francisco Clébio Rodrigues Lopes, do Curso de Geografia da Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Sou grata, portanto, não por mera formalidade, mas de coração e com muito carinho.

Em princípio, reitero um agradecimento especial à professora Virgínia, ex-orientanda, que me atribuiu, gentilmente, a responsabilidade por seu interesse em estudar as cidades médias, mas que, na verdade, foi ela que me despertou, novamente, esse interesse quando me procurou para orientar sua Dissertação de Mestrado sobre a cidade de Sobral.

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 26 de junho de 2020.

2 Professora da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Neste começo de fala, faço, também, referência à minha relação com a Geografia da UVA, com a qual tenho procurado contribuir desde que instituído o curso de graduação. Esse meu vínculo foi se ampliando, de modo que me tornei professora colaboradora com a posterior institucionalização do Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG). Outra atividade conjunta, sendo a parceria entre o Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC) e o Núcleo de Estudos Urbanos e Regionais (NEURB), na época coordenado pela Virgínia, e que rendeu muitos frutos.

O que expressei até agora foi de ordem mais formal, mas existe uma relação com os professores da Geografia da UVA que é também afetiva. Tenho quatro ex-orientandos e orientandas que são professores dessa Instituição, e que se tornaram parceiros e amigos. Por ordem de orientação e de tempo de conhecimento: Virgínia Holanda, Martha Júnior, Glauciana Teles e Luiz Antônio Gonçalves. Os dois últimos foram contemporâneos.

Quero falar um pouco de minha condição atual. Estou aposentada, mas continuo participando da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Ceará (PROPGEO/UECE). E, também, continuo em atividade no Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC), dividindo com o professor Wagner Amorim a sua coordenação. Desse modo é com muito carinho que falo do LEURC, por ser este um espaço que já tem história e demonstra a todo tempo a importância de se estudar a cidade e o urbano na perspectiva como o fazemos. O LEURC tem uma grande representatividade em nossas vidas, ou seja, dos que fazem a Geografia Urbana na UECE.

Essa é, como dito, minha situação hoje; mas agora respondo a uma pergunta que me foi formulada, sobre a minha trajetória acadêmica. Terminei o Curso de Licenciatura em Geografia em 1968 e o Bacharelado em 1970, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Expresso um pouco acerca da atmosfera na qual me formei e do que era a Geografia naquele momento. Talvez para os mais jovens, esse seja um tempo muito distante, contudo considero importante pensar esse momento, para que, inclusive, façamos uma vinculação com o tempo atual. Devo dizer que concluí a graduação (Licenciatura) em um período conturbado, da Ditadura Militar no Brasil. Em 1968, ano em que me formei, foi também editado o Ato Institucional Nº 5, o famigerado AI-5, exatamente no mês de dezembro, que coincidia com a colação de grau dos estudantes universitários que se formavam naquele

ano na UFC. Ficou para mim uma forte lembrança daquele ano, pois era para acontecer a cerimônia na Concha Acústica da Universidade Federal do Ceará, mas, em face ao decreto federal, a cerimônia foi cancelada. Assim, tivemos que cumprir a formalidade de colação de grau, cada curso separadamente, em uma sala comum, onde os formandos assinavam o diploma, dispersando-se em seguida, como recomendado.

Em 1998, a despeito do ocorrido, nós tivemos a nossa colação de grau na Concha Acústica, evidentemente, uma cerimônia simbólica, e que rememorava aquela que não aconteceu. O orador, na época formando de Odontologia, havia guardado o discurso, de modo que, então, pôde lê-lo trinta anos depois. Em grande parte, os concludentes de 1968 compareceram ao evento, uma vez que muitos continuavam ativos e trabalhando. Os formandos de 1968 que foram à Concha Acústica tiveram a oportunidade de se lembrar de um ano que não terminou (usando-se uma expressão de Zuenir Ventura) para nós que éramos jovens naquela época. Então, o orador de 1968 leu o discurso, que havia escrito, somente trinta anos depois. E, por incrível que pareça, sua fala se mantinha bastante atual.

Essa foi a atmosfera na qual me formei. Hoje temos muitas referências daquele ano. Muito já se escreveu sobre 1968, mas, no momento, relembro um livro que li e do qual gostei muito, escrito pela filósofa Olgária Matos, e que tem por título *As barricadas do desejo*³. A obra cuida dos movimentos de 1968, que ocorreram em vários países, principalmente na França, e retrata os sonhos não realizados mundo afora. No Brasil, o 1968 ensejou também uma série de mudanças nos costumes, com os movimentos feministas e a busca por mais liberdade, ao mesmo tempo que se lutava contra a ditadura militar. A juventude tinha, assim, uma dupla jornada: de um lado, a peleja pelas transformações que o mundo estava querendo e, por outro, a luta política, porque vivíamos uma ditadura militar.

E a Geografia? Poderíamos discorrer muito tempo sobre a nossa disciplina, mas vou começar por sua história, o seu início como curso superior no Ceará. A Geografia, como disciplina acadêmica surgiu na antiga Faculdade Católica de Filosofia, não de forma independente, mas em conjunto com o curso de História. Somente em 1963, foi criado o Curso de Geografia da Universidade Federal do Ceará, vindo a formar sua primeira

3 MATOS, Olgária C. F. *Paris 1968: As Barricadas do Desejo*. Brasiliense, 1981.

turma em 1966. É interessante ressaltar que, naquele momento, se falava em preparar geógrafos que deveriam atuar no mercado de trabalho, além da formação de professores de Geografia. Isto porque estávamos vivendo no Brasil, e no Ceará em particular, um período marcado pelo ideário desenvolvimentista, com a implementação de políticas de investimento em infraestrutura (rede de estradas, de telecomunicação, melhoria do porto de Fortaleza etc.). E, nesse contexto, o Estado desenvolvia ações direcionadas ao planejamento, abrindo, assim, perspectivas para a participação de geógrafos, sobretudo no desempenho de tarefas, a exemplo de propostas de regionalização do Ceará. É desse período a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Estado do Ceará (SUDEC), órgão que contou com a participação dos nossos professores, ou seja, que ministravam aulas no curso recém-criado, e que ao mesmo tempo, assessoravam a área de Geografia nesse órgão estadual. Alguns deles tinham feito doutorado na França, o que repercutiu em um ensino de Geografia com intensa influência de autores franceses em nossa formação, entre os quais menciono: Pierre George, Beaujeu Garnier, Demangeont, Derruau, Tricart, Bernard Kayser entre outros. O último foi meu orientador de doutorado. Eram esses os autores que líamos e que inclusive estão sendo hoje muito consultados. A Geografia no Ceará começou, então, nesse contexto que estou falando para vocês; e, mais tarde, em 1975, foi instituído outro curso de Geografia, em Fortaleza – o da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Esse foi mais ou menos o clima, ou seja, a ambiência da minha formação como geógrafa. Depois desse momento de formação, fui para São Paulo para cursar o mestrado na USP, haja vista que os cursos de mestrado e de doutorado, no Brasil, só existiam, naquele tempo, em São Paulo e Rio de Janeiro. Em São Paulo, vivenciei o início da transição de uma Geografia dita *tradicional* para uma Geografia mais crítica. Minha dissertação de mestrado versou sobre a indústria em Fortaleza, em face a política de incentivos fiscais da SUDENE. Foi, portanto, um trabalho modesto mas que tenho a satisfação de informar que serviu de referência para posteriores estudos, na área de Geografia, mormente tratando da indústria no Ceará. Em São Paulo, também, me aproveitei da riqueza cultural propiciada por um grande centro urbano, embora vivendo em condições financeiras muito reduzidas. Quando tinha tempo e sobrava um pouco de dinheiro ia a cinemas, teatros, museus, exposições, além de idas constantes a livrarias. Faço questão de

frisar esse aspecto, porque considero a arte como parte da nossa vida e da nossa formação. Não tem como fazer Geografia sem interesse pelo cinema, teatro e literatura, portanto, acho que é fundamental a arte na nossa disciplina Geografia. Outro aspecto da minha trajetória acadêmica e profissional, que ora comento, diz respeito à relação com o ensino. Já havia iniciado essa atividade no Ceará quando fui para São Paulo. E lá, enquanto aguardava uma bolsa da CAPES, com a qual, felizmente, fui contemplada, tive a experiência de lecionar em escolas públicas estaduais, o que constituiu mais um aprendizado no tempo de permanência naquele Estado brasileiro.

Quanto ao doutorado, cursei na França, quando já havia ingressado como professora no Curso de Geografia da UFC, portanto, em uma situação bem mais tranquila porque contei, mais uma vez, com o apoio da CAPES por meio de uma bolsa de estudos.

Volto a comentar acerca da vida profissional. Comecei – e faço questão de isto frisar – como professora do Ensino Primário, como era chamado na época em que ingressei no magistério, hoje o Fundamental I. Em seguida, dei aulas no Ensino Médio até chegar à condição de docente na Universidade. Nesse ínterim, trabalhei em órgãos governamentais, no caso, a Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará e Secretaria de Obras Públicas, também estadual.

Refiro-me à minha experiência no Ensino Fundamental e Médio porque, em geral, os nossos alunos não entendem bem a importância em começar a vida profissional como docentes nesses níveis de ensino, e já pensam em começar suas carreiras como professores universitários. Essas etapas foram muito importantes para mim, de modo que eu recomendo essa experiência aos jovens. Mesmo depois de professora do Ensino Superior, mantive contato com a escola de Ensino Fundamental e Médio, ao ponto de me tornar autora de livro didático. Sou coautora do livro *Construindo o Ceará*⁴ e que atualmente se intitula Ceará: Geografia, porque continha, de início, conteúdos de Geografia e História, sendo depois desmembrado. O livro foi adotado em escolas de Fortaleza e outros municípios cearenses. E, para concluir, sobre esse ponto, intento reforçar a importância da Geografia em todos os níveis de ensino.

4 SILVA, J. B.; AMORA, Z. B.; SILVA, A. C.; CAVALCANTE, T. *Construindo o Ceará - Geografia* (Livro do estudante). 7. ed. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 2015.

Ainda me reportando à experiência profissional, retorno ao assunto da minha passagem pela Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará. Foi uma rica experiência, mas que demorou pouco, porque, ao cabo de alguns anos, optei pela Universidade, ao fazer concurso para professora na UFC onde lecionei até a primeira metade dos anos 1990. O tempo em que permaneci trabalhando como geógrafa no Estado foi também importante aprendizado. Tive efetivo contato com a máquina administrativa e com muitos colegas das mais diversas áreas. Ao compartilhar tarefas com profissionais de outras searas, percebi a nossa capacidade, como geógrafos, de contribuir em pé de igualdade com outros profissionais. Às vezes, os nossos alunos se reportam ao respeito pela Geografia pelo fato de ser esta uma área, segundo eles, talvez com menos *status*, mas respondo que, na minha experiência, não passei por esse problema. Muito ao contrário, tenho dessa época boas recordações, além de ter contribuído com meu trabalho, aprendido muito e reforçado a importância da Geografia no âmbito das atividades dirigidas à prática do planejamento.

Ainda nos anos de 1990, cheguei à Universidade Estadual do Ceará (UECE), e expressei que essa nova experiência, apesar de ter trabalhado um bom tempo na Universidade Federal do Ceará, foi bem mais abrangente, posto que, desde então, passei a atuar na pós-graduação. O primeiro curso de pós-graduação em Geografia criado no Ceará foi o Mestrado Acadêmico em Geografia (MAG) da Universidade Estadual do Ceará. Foi institucionalizado em meio a uma transformação que acontecia na UECE com o incentivo à pesquisa e à pós-graduação, impulsionado com a chegada, à Reitoria, do professor Paulo de Melo Jorge Filho – Paulo Petrola. A pós-graduação tomou novo impulso com a contratação de professores doutores aposentados da UFC, entre os quais me situava. Desse modo, mesmo aposentada pela UECE, ainda me mantenho na pós-graduação, reforçando a satisfação e o orgulho em pertencer à Universidade Estadual do Ceará.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Obrigada, professora Zenilde, por dividir conosco cada “pedaço” de sua trajetória acadêmica e profissional. Gostaríamos de ouvir sobre as suas experiências nos estudos das cidades médias.

Prof.^a Zenilde: De um modo geral, tenho me interessado, no âmbito dos estudos urbanos, tanto pela escala da metrópole quanto a que compreen-

de as cidades médias. O interesse pela metrópole começou ainda com o desenvolvimento da minha dissertação de mestrado, quando comecei a vislumbrar a expansão da metrópole Fortaleza, com a criação do I Distrito Industrial do Ceará, em Maracanaú. Embora o meu objeto de estudo tenha focado a indústria incentivada, que ainda se concentrava em Fortaleza (anos 1970), já havia indícios do processo de metropolização que se configurou nas décadas seguintes.

Em relação às cidades médias, acho que você, Virgínia, como eu já disse, tem uma boa participação no meu envolvimento com essa temática. Foi minha primeira orientanda a pesquisar sobre essa temática. Com efeito, eu já vinha cogitando em expandir minha área de pesquisa, de modo a pensar a urbanização cearense fora do contexto da metrópole. Foi quando você ingressou no MAG-UECE, e, como minha orientanda, propôs um estudo sobre a cidade média de Sobral, visto que você havia chegado a essa cidade como professora e, portanto, despertado para a busca de entendimento e das transformações em curso nesse centro urbano. Comecei, porém, a me interessar por essa temática em torno dos anos 1996, 1997. Vou falar de um momento que funcionou como marco dos estudos de cidade média no Brasil. Eu me reporto ao Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIM-PURB), ocorrido em 1997 na cidade de Salvador-Bahia. Naquela ocasião, a professora Maria Encarnação Sposito – aliás ela se referiu a esse fato em entrevista passada – reuniu, no intervalo das sessões do evento, um pequeno grupo que tinha interesse em estudar as cidades médias no Brasil e com o intuito de desenvolver propostas para futuros estudos. Eu estava ali e participei dessa reunião.

Dois anos depois, noutra SIMPURB, este em Presidente Prudente-SP, aconteceu a I Jornada de Pesquisadores sobre Cidades Médias, com parte do grupo que compareceu a Salvador há dois anos, além de outras pessoas. Essa atividade, que ocorreu no dia seguinte ao término do Simpósio, constou de uma mesa redonda na qual cada membro apresentava suas contribuições para pensar o tema proposto. Na minha participação, falei um pouco da nossa proposta de estudar as cidades médias cearenses e mostrei um material que havia trazido recentemente da França, publicado pela UNESCO, que se referia exatamente às cidades médias em alguns países. Poucos anos depois, publiquei, em coautoria com a professora Clélia Lustosa, o artigo *Olhando o mar do sertão: a lógica das cidades*

médias no Ceará. Nesse ínterim, realizei estudos sobre as cidades médias cearenses, juntamente com a equipe de pesquisadores do LEURC; orientei dissertações de mestrado sobre o tema, além de publicar artigos e livros. Evidencio, aqui, estudos sobre Juazeiro do Norte, Sobral, Crato e Iguatu, e as pesquisas de campo, principalmente, realizadas em parceria com o NEURB. Iguatu foi incluída no nosso roteiro de campo porque pretendíamos aprofundar os estudos sobre esse centro urbano do interior cearense, que, a nosso ver, constitui uma cidade média. Desse modo, além de Juazeiro do Norte, Sobral e Crato, entendo que Iguatu figura entre as cidades médias da rede urbana cearense.

Foi, sem dúvida, o desafio de entender a urbanização cearense fora do contexto da metrópole que justificou o meu despertar pelo estudo das cidades médias. Tudo isso, repito, associado às orientações de dissertações de mestrado sobre esse tema, a exemplo da sua, que foi fundamental para a formação do grupo de pesquisa sobre as cidades médias cearenses já comentadas.

Depois de uma breve pausa, retornei ao tema da metrópole e da metropolização. E agora estou aqui falando com vocês sobre cidades médias. Quais pontos destacaríamos na discussão que tem por foco essa escala do urbano? Em geral, os estudos sobre cidade média quase sempre têm início com a discussão conceitual, caminho também trilhado por nós, como você deve lembrar, Virgínia, resultando em artigo publicado em que procurei fazer esse debate. O tratamento conceitual é sempre recorrente, todavia, principalmente quando se trata do nível intermediário do urbano em face de suas alterações à extensão do processo histórico. Em artigo elaborado com a professora Clélia Lustosa, já citado aqui, situamos as cidades médias cearenses no contexto da divisão territorial do trabalho, ou seja, de acordo com três períodos: o agrário-exportador; o período de industrialização e formação do mercado nacional; e o período da reestruturação produtiva. No período agrário-exportador, a cidade média se estruturava mais em função da atividade agrícola regional como centro de coleta e de distribuição de produtos, como o algodão, para as zonas de exportação. Não havia, digamos, uma relação mais intensa com outras áreas, estando as relações da cidade mais restrita à sua hinterlândia. Sobral é um exemplo do que estamos falando e, dessa época, restou um rico patrimônio histórico.

O período seguinte, o da industrialização e consolidação do mercado nacional, é quando as regiões brasileiras, cuja produção estava direcionada ao mercado externo, integram-se mais efetivamente ao mercado interno, com a comercialização de produtos industrializados no Sudeste e implantação das primeiras plantas industriais com base nos incentivos fiscais da SUDENE. É o momento em que se rompem as chamadas, metaforicamente, “ilhas econômicas”, que constituíam as regiões brasileiras. A integração nacional se dá por meio da divisão inter-regional do trabalho com a expansão industrial do Sudeste, região fornecedora de produtos industrializados, e o Nordeste fornecedor de matérias-primas como o algodão, por exemplo.

É justamente com a criação da SUDENE que ocorreu a integração entre o Sudeste, principalmente, e o Nordeste, com suporte na indústria por ela incentivada. Esses espaços passam a se integrar internamente. O Ceará, antes exportador de matérias-primas, principalmente o algodão, direciona mais suas exportações para São Paulo. E o que vai acontecer com as nossas cidades? Elas vão crescer nesse período? As indústrias tradicionais de beneficiamento das matérias-primas regionais acabam fechando e são implantadas novas indústrias, principalmente na Região Metropolitana de Fortaleza. É um momento em que surgem nas cidades médias algumas indústrias baseadas nos incentivos fiscais, mas também o fechamento de indústrias tradicionais, como as têxteis e de beneficiamento de óleo de caroço de algodão, que caracterizam a fase primária exportadora, ou seja, algodoeira e pecuária.

Com a passagem do período agrário-exportador para a nova fase de unificação do mercado nacional, as cidades médias se dinamizam, tendo por base, sobretudo, as atividades terciárias com o incremento do comércio, mas também com a expansão dos serviços públicos de saúde e educação. Em síntese, essa unificação do mercado nacional e a dinâmica daí decorrente com suas contradições fazem com que elas adquiram características até então próprias das grandes cidades, materializadas na expansão das áreas periféricas, crescimento do mercado informal de trabalho, dentre outras. Vem-me à evocação um texto publicado, de autoria do professor Felipe Lacerda, no qual ele faz uma discussão, tendo por base, sobretudo, Mosoró, sobre as transformações em curso nas cidades médias nordestinas desde os anos de 1970.

E chegamos ao período da reestruturação produtiva, isto é, quando as cidades médias cearenses vão ter outra configuração com a transferência de indústrias do Sul e Sudeste do país, principalmente do ramo de calçados, para essas cidades com impactos significativos na dinâmica urbana de cidades como Sobral e Crato, por exemplo, que passaram a abrigar grandes plantas industriais. A dinâmica provocada pelo setor econômico, associada a outros fatores, instigaram os estudiosos do urbano, sobretudo desde o final dos anos de 1990, embora o interesse em compreender a escala média do urbano já viesse se delineando desde a década de 1970, consubstanciado em reflexões como as do professor Amorim Filho e da professora Maria Adélia de Souza. O enfoque sobre as cidades médias, nesse momento, foi tanto do ponto de vista analítico e conceitual, quanto na perspectiva de elaboração de uma proposta de implementação da política nacional de desenvolvimento territorial urbano, com o conhecido Programa de Cidades Médias dos anos de 1970. Depois, o tema da cidade média ficou um pouco esquecido, até que veio essa retomada no final dos anos de 1990 e que hoje os mais novos, como vocês, estão dando continuidade com discussões e produção de mais estudos.

A abordagem sobre as cidades médias também se desenvolveu em outros países, como a França, de modo que o tratamento deste tema no Brasil foi muito influenciado pela Geografia francesa. Como sabemos, a Geografia em geral, principalmente aquela feita na Universidade de São Paulo (USP), contou com a influência de geógrafos franceses desde a sua fundação. Nos anos de 1960, 1970, a reflexão sobre as cidades médias esteve em pauta naquele país europeu, mormente com destaque para a discussão conceitual, arrefecida um pouco depois, mas retomada nos anos de 1990 já numa perspectiva analítica, considerando a globalização, a competição entre cidades, mas mantendo-se a discussão sobre o papel desempenhado por essa escala do urbano, ou seja, o papel regional local das cidades médias. Devemos considerar, contudo, as diferenças em relação à nossa realidade. Então, vejo que a discussão conceitual foi realizada, mas que ainda continua muito desafiadora, e é pertinente, sobretudo, quando se considera a nova perspectiva da cidade média transpondo a dimensão regional, mas como cidade intermediária, o que leva à discussão cidade média ou cidade intermediária. Milton Santos (1979) enfatiza que a cidade média se define mais por sua atuação regional, portanto por sua hinterlândia, por sua área

de influência, enquanto que a cidade intermediária se define mais pelo papel articulador, de intercâmbio, pela maior oferta e diversificação de produtos. Ela se situaria mais no patamar entre escala de influência regional e as escalas nacional e internacional. Assim, a cidade intermediária teria uma condição de intermediação mais dinâmica entre as cidades, no sentido de inter-relações de mercados, além de outras. Acho que fazer essa discussão torna-se um desafio interessante para vocês.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Qual a importância dessa temática, do estudo das cidades médias, para a Ciência Geográfica e, também, para as demais áreas do conhecimento que estão mais próximas a elas e que também discutem o urbano? Durante esses estudos, a senhora chegou a desenvolver uma metodologia própria?

Prof.^a Zenilde: A temática das cidades médias está tão “consagrada”, vamos dizer assim, como a que estuda a metrópole; mas existem outras temáticas que intento mencionar, já que você falou ser importante ouvir minhas experiências, as opiniões e o que penso e produzo na área de Geografia Urbana. Acho que tem outras temáticas que também chamam muita atenção dos estudiosos do urbano.

Estava relendo um artigo da geógrafa Susan Smith naquele livro *Geografia Humana*⁵, que todo mundo conhece, e que eu chamo de o livro dos ingleses, por ser uma coletânea de artigos produzidos por geógrafos de língua anglo-saxônica. Nesse artigo, que tem por título: “Geografia Urbana num mundo em mutação”, a referida autora faz uma discussão – acho que ela tem uma tendência mais pós-moderna, mas isso não vem ao caso – sobre as temáticas que a Geografia Urbana estava desenvolvendo naquele momento e que ela vai inclusive endossá-las. Ela fala da geografia feminista e antirracista e de uma série de temáticas que estão na “ordem do dia”, mas que, como sabemos, a Geografia Urbana tradicional não tratava.

Eles tiveram essa preocupação em estudar essas temáticas que nós não estávamos habituados na história da Geografia e na nossa prática geográfica, aqui no Brasil. Então, essas temáticas que são vistas por outras áreas não eram tratadas pela Geografia; mas essas discussões já eram feitas pela Geografia anglo-saxônica, e hoje estamos vendo o quanto elas

5 SMITH, S. J. Geografia urbana num mundo em mutação. In: GREGORY, D.; MARTIN, R.; SMITH, G. *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

estão nos desafiando e o quanto é importante fazermos a discussão do racismo, por exemplo. Nesta pandemia, veio uma série de aspectos à tona que a Geografia, inclusive, já está abordando. A toda hora, vemos novidades, pessoas escrevendo artigos, *lives*, sobre temáticas relacionadas à população negra e outras pautas identitárias que estavam veladas. Efetivamente, representam pontos que – acho – a Geografia Urbana deve abraçar e pesquisar.

Entendo que, se você for trabalhar com a cidade média como recorte, talvez se possa enfocar também essas temáticas. A segregação, que já é muito conhecida pela Geografia Urbana, me parece que está vindo à tona agora, no Brasil, para se pensar também as cidades médias. Então, penso que esse é o momento para nós pensarmos por que o mundo está em mutação sempre, em transformação constante. Há momentos, entretanto, como este que estamos vivendo agora, em que as coisas realmente são muito mais nebulosas, muito mais complicadas e queremos entender o que está acontecendo. Há uma enxurrada de eventos, dormimos com uma ideia e no dia seguinte acordamos com outra novidade, enfim. Esse é o momento para repensar essas temáticas da Geografia Urbana. Essa é uma opinião pessoal. Rever exatamente quais são, de fato, os nossos interesses nesta área de estudo, porque o momento está pedindo e exigindo isso.

Quanto a cidade média e se tenho uma metodologia própria, vejo muitas sugestões metodológicas, ideias para trabalhar as cidades médias, mas uma metodologia preestabelecida; penso que não deveria existir, ainda tenho dúvidas sobre isso, se deveria existir uma metodologia específica. Acho que a metodologia utilizada deve ser aquela que trabalha a cidade e o urbano, na perspectiva da produção do espaço. Claro, porém, cada pesquisador tem a sua escolha, a maneira de trabalhar, própria de cada um. Quando penso em metodologia, o faço, evidentemente, também, na perspectiva teórica que todos adotamos, nas escolhas teóricas que fazemos. Claro que, quando o pesquisador propõe a realização de um trabalho, estabelece suas matrizes, faz suas propostas de como desenvolver as pesquisas, tanto de campo quanto de gabinete. Existe todo um instrumental para seguir e se orientar. Isso pode, sim, ser feito. Agora, entendendo a metodologia num campo mais amplo do pensamento teórico, vejo que nem deveria haver um caminho predeterminado, pois cada um tem sua base teórica.

Mesmo assim, para não deixar você sem resposta, ressalto a perspectiva de análise que parte da inserção das cidades médias em suas respectivas redes urbanas. No caso do Ceará, por exemplo – o que nos interessa – não houve grandes alterações na configuração de sua rede urbana, salvo no que tange à metropolização. Deixando, entretanto, a discussão da metrópole de lado, devo lembrar que as cidades médias atuais constituem os principais centros urbanos desde o período colonial, com exceção de Juazeiro do Norte. Nesse sentido, não houve mudanças, mas, no que tange à urbanização desses espaços, foram muitas as transformações.

Prof.^a Glauciana Alves Teles (UVA): Professora, com amparo em toda a sua experiência no campo de atuação e dos estudos sobre as cidades médias, o que aconselharia, hoje, para um jovem pesquisador?

Prof.^a Zenilde: Para responder a essa indagação, começo citando Pierre Bourdieu, importante sociólogo francês do século XX, que vocês conhecem. Em seu livro *O poder simbólico*⁶ (capítulo II), explanando aos seus alunos sobre o trabalho de pesquisa, ressalta o seguinte: “Nada é mais universal e universalizável do que as dificuldades”. Bourdieu refere-se às dificuldades, não no sentido de entraves, como a obtenção de dados, por exemplo, mas no sentido da produção do conhecimento, da constituição do objeto de pesquisa, da transformação de problemas comuns em “operações científicas”.

O que é necessário ao pesquisador? O que ele deve fazer com relação à pesquisa? Primeiro, ele precisa escolher um tema para pesquisar e que seja realmente de interesse científico. E, com amparo naquela escolha, ele irá também conhecer o que já foi escrito sobre o tema, para poder, então, avançar. Daí, considerando as ideias do Bourdieu, expresso ser o grande entrave que sinto, já que você falou da minha experiência, essa relação teoria-empíria. É a vinculação teoria e prática. Isso é um problema que vejo ser difícil de contornar. Às vezes, analisamos dissertações e teses muito boas, porém, nelas é nítida a separação teórico-empírico. Então, às vezes, é difícil fazer essa junção e essa é uma das maiores dificuldades, um dos maiores desafios, principalmente para os pesquisadores iniciantes.

6 BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Rio de Janeiro-RJ: Bertrand Brasil, 1989.

Outro desafio que também enxergo está no fato de que, ao partirmos de uma perspectiva teórica da escolha de uma teoria para trabalhar, e essa é uma visão de mundo, todos sabemos disso, mas, ao partir de uma escolha, parece já existir uma resposta daquilo que se vai pesquisar. Essa opção teórica não contém a resposta; é a pesquisa que deverá responder. Isto porque vou pensar na perspectiva da materialidade, da dialética, e não quer dizer que eu já tenha respostas. E me parece que isso atrapalha o desenrolar das pesquisas. As pessoas se adiantam em relação às respostas. Então, se você sabe a resposta por que pesquisar? Esse é um dos aspectos que considero como desafio ao pesquisador, além de outros, é claro.

Há uma certa “pressa” - diria - de modo a não se questionar, a aceitar aquilo que se considera verdade, sem maior aprofundamento. É preciso botar a mão na massa, ir para o campo, que é um desafio, descobrir mais coisas com o trabalho fora do gabinete, do nosso laboratório. Certos investigadores acham que basta ter internet à disposição e que tudo está resolvido, o mundo está à sua disposição e também as respostas. E isso, esse exagero, realmente atrapalha um pouco.

Penso que é preciso romper com esses entraves: a dissociação teoria-prática; um pouco desse comodismo, e, como diz Janine Ribeiro “[...] os alunos são vacinados contra o objeto”, e, no nosso caso, não valorizam

É preciso botar a mão na massa, ir para o campo, que é um desafio, descobrir mais coisas com o trabalho fora do gabinete, do nosso laboratório. Certos investigadores acham que basta ter internet à disposição e que tudo está resolvido, o mundo está à sua disposição e também as respostas. E isso, esse exagero, realmente atrapalha um pouco.

suficientemente a pesquisa de campo. Alguns alunos meus chegavam mesmo a questionar: “*Professora, você está sendo empirista, positivista*”. Eu não sou empirista, tampouco positivista; o que não sou é superficial. Não vou falar dos aspectos materiais nem de outras dificuldades, porque temos que conviver com elas. Elas fazem parte da nossa vida, como a falta de tempo, dificuldades financeiras, tudo isso existe, mas não entra nesse ponto que estamos discutindo. Não que eu não queira admitir essa realidade, não que eu não seja compreensiva em relação a essa problemática; mas estamos falando

aqui das dificuldades na senda do saber, da pesquisa, e da realização do conhecimento de um modo geral.

A Geografia tornou-se uma área muito respeitada, em decorrência dessa capacidade de seus pesquisadores em ir para o campo, de fazer pesquisa de campo e descobrir coisas, mas de um instante para outro, parece que abandonamos um pouco essa característica. Cito aqui o trabalho da professora Amélia Damiani com seus alunos, que trata das “derivadas”, que achei muito interessante. É importante pesquisar pontos que não são apenas referentes à urbanização, digamos “dominante”, mas, também, às resistências, aqueles aspectos não inseridos nessa lógica mais capitalista. São muitas dicas para vocês, para começarem a incentivar seus alunos a fazerem pesquisa de campo. O campo realmente é muito rico. Fico muito à vontade para falar isso, porque valorizo muito a discussão teórica, mas também lamento quando o campo não é entendido como uma etapa fundamental da pesquisa, do empírico, da descoberta.

Prof. Luiz Antônio: Só para fazer um complemento, já que a professora Zenilde sempre instiga o debate. Desse ponto de vista, seria uma dificuldade hoje dentro dessa abordagem teórica e metodológica dos estudos das cidades médias e pequenas. Existiria uma dificuldade, um entrave conceitual, metodológico em função das nomenclaturas, dos conceitos?

Prof.^a Zenilde: Ótima pergunta Luiz. Não colocaria entrave conceitual, de jeito nenhum! Chamamos “cidade média”, cidade intermediária. Milton Santos, conforme já falei, faz essa discussão no livro *Espaço Dividido*⁷, ao tratar dessas nomenclaturas: “cidade regional”, “cidade intermédia ou intermediária”. Tem muito essa questão da linguagem. Quem usa o termo *intermédia* são os geógrafos de língua espanhola. Há também a ideia de “cidade região”, “cidade polo”, portanto um conjunto de nomenclaturas que é preciso considerar. Isso não é entrave. Alguns autores utilizam *cidade média* como expressão sinônima de *cidade intermediária*. Outros dizem que a *cidade intermediária* é diferente de *cidade média*. A *cidade média* é aquela que está mais voltada para sua hinterlândia e que estaria mais inserida no contexto regional. E alguns ainda dizem que ela pode evoluir para uma cidade *intermédia* ou *intermediária*. Há uma discussão que não entra

7 SANTOS, Milton. *O espaço dividido* - os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1979.

em contradição, mas que confunde um pouco quem está se introduzindo na discussão conceitual sobre cidades médias. Acho que temos que questionar. Vou utilizar o conceito de *cidade média*, usar o conceito de cidade *intermediária* e, de acordo com os meus estudos, definir melhor.

O conceito – compreendo – não é estático e, nesse sentido, não vai ser essa confusão ou variedade de nomenclaturas que irá impedir ou atrapalhar o avanço de uma pesquisa. Você pode considerar Sobral, por exemplo, uma cidade média no sentido que nós comumente trabalhamos, levando em conta sua considerável influência regional, mas que, ao mesmo tempo, se articula com o mercado nacional. Nesse ponto, pergunto: ela se aproxima de uma cidade intermediária? É com suporte na análise da realidade que se irá dizer o que ela é. Agora se você chamar de cidade média ou intermediária, você terá que justificar a escolha. A meu ver, no entanto, isso não se reverte em problema. Eu acho, Luiz, é que essas confusões são geradas também pelos próprios processos e transformações por que as cidades passam. Como eu disse, Sobral tinha uma atuação mais limitada ao seu espaço de influência e, portanto, mais regionalizado. Depois, com essa nova fase de reestruturação produtiva, ela passou a ter uma relação de maior destaque em escala nacional que não possuía, ou, até mesmo, com a escala internacional. Então, é importante mostrar isso, mas essa discussão conceitual não está acabando, ela acompanha os estudos sobre as cidades médias.

E, reforçando o que afirmei, a discussão conceitual continua e, ao contrário, não deve ser considerada um entrave ao desenvolvimento de pesquisas sobre o tema. É interessante frisar que os estudos sobre as cidades médias começam, quase sempre, com essa preocupação conceitual. Os autores têm, de um modo geral, partido da pergunta: - O que é uma cidade média? Ou seja, como conceituar cidade média? Desse modo, ao envolverem por essa discussão, os aconselho a consultar estudos de geógrafos de língua estrangeira, mais especificamente, que escrevem em francês e espanhol. Acho fundamental fazerem essa incursão para entender as distintas abordagens conceituais e as contribuições de variados autores.

Prof. Antônio Cardoso Façanha (UFPI): Professora Zenilde, faço uma observação, reforçando um pouco a pergunta da Glauciana sobre algumas luzes que poderíamos expressar para as “novas gerações”. Recordar-

mo-nos bem de quando vamos fazer o resgate de algumas temáticas da existência, em até meados dos anos de 1970, de uma escassez muito grande de revistas no formato que chamamos de periódicos. Ou seja, era um número muito restrito para consulta e geralmente de formato impresso. Como exemplo, há os casos da *Revista Brasileira de Geografia* e da *Revista Teórica*. Então a senhora está nessa conjuntura, no âmbito desse período em que as referências ficavam muito mais longe de nossas casas.

Nos anos de 1980, quando se inicia a necessidade de os docentes se qualificarem, rapidamente repercutem no âmbito das universidades os periódicos impressos. Então, nos anos de 1980, os professores fazem mestrado e doutorado com a dificuldade já expressa, e só tínhamos os periódicos da década anterior, relatórios técnicos, a exemplo do IBGE, SUDENE e outros, e os periódicos impressos.

Eis que, no final dos anos de 1990, ganhamos a conjuntura dos periódicos eletrônicos que tiveram valor em detrimento dos livros, dos relatórios e do material impresso. Aí acabamos entrando nesse contexto junto aos programas de pós-graduação.

Queria, então, ouvir de você, assim, já que sua trajetória é marcada por todos esses três contextos do modelo impresso para o modelo eletrônico, quais as dificuldades encontradas? Quero saber também de onde vem essa sua energia de continuar com uma certa linearidade na pesquisa. As gerações mais novas só fazem buscas pelo eletrônico e esquecem a biblioteca. Praticamente, quase não se põe mais os pés nelas. Recordo-me de que,

É interessante frisar que os estudos sobre as cidades médias começam, quase sempre, com essa preocupação conceitual. Os autores têm, de um modo geral, partido da pergunta: - O que é uma cidade média? Ou seja, como conceituar cidade média? Desse modo, ao enveredarem por essa discussão, os aconselho a consultar estudos de geógrafos de língua estrangeira, mais especificamente, que escrevem em francês e espanhol. Acho fundamental fazerem essa incursão para entender as distintas abordagens conceituais e as contribuições de variados autores.

em alguns projetos de pesquisas, vinha escrito assim “visita à biblioteca”, no momento de descrever a busca pelos dados. E agora só colocam “visita em *sites* especializados e periódicos reconhecidos em A1 e A2” etc.

Prof.^a Zenilde: Você foi muito gentil na pergunta, Façanha, como sempre. Você falou em energia, mas será que eu tenho essa energia toda? Não sei, mas penso que é um conjunto de fatores que são responsáveis por essa força. Faço aqui uma referência para me sentir mais segura. Eu estava lendo o filósofo Bachelard, de quem eu gosto muito, e ele dizia que era um estudante e que se sentia assim a vida toda. E eu tenho essa impressão pessoal, também, em razão da minha ânsia de aprender e do entendimento de que estou sempre aprendendo, consciente de que não sei tudo e de que nunca irei saber. Acho que tenho um pouco disso, mas talvez eu tenha exagerado na dose.

Então, essa ânsia, esse desejo de aprender, faz com que eu me mantenha ativa. E o aprender, o aprendizado, é uma soma de muita coisa. Falei aqui que gosto de teatro, de cinema; e, também, que quando estudava na USP cursando o mestrado, tinha pouco dinheiro, mas que sempre sobrava um pouquinho do essencial para ir ao teatro e ao cinema. Isso porque eu também me alimentava da arte, que me fazia muito bem. Até hoje, não entendo como as pessoas vivem sem algo mais “leve”, ou seja, práticas dirigidas para essas áreas, para esses campos. O conhecimento não é adquirido só com a ciência, mas também com a arte, com o cinema, por exemplo, que tem relação estreita com a nossa prática geográfica.

Agora, me reporto mais ao acesso aos materiais de pesquisa. Tenho muita dificuldade com a leitura digital, agora que estou iniciando a fazer algumas leituras nesse sentido, infelizmente ainda tenho muita dificuldade. Eu gosto do livro, gosto da revista, gosto do papel, de riscar, de anotar. Quanto à passagem dos livros e periódicos impressos para os eletrônicos, você tem razão, quando se refere à escolha dos mais jovens. Quanto à minha opinião, considero que periódicos como a *Revista Brasileira de Geografia* é uma fonte preciosa de pesquisa. Ela foi no passado – e ainda é hoje – de modo que quem for fazer um estudo sobre rede urbana, cidade média, tem que consultar esses periódicos. Ela é uma fonte fundamental, não sei como as versões antigas estão hoje, se estão digitalizadas, mas não podemos descartá-las.

Quanto às dificuldades encontradas, compreendo que fui me adaptando a tudo isso e, em parte, a responsabilidade por essa adaptação veio dos alunos, procedeu dos orientandos e também dos alunos que não foram meus orientandos. Essa mudança é muito mais assimilada pelos estudantes do que por nós, que somos mais velhos. Então, há uma transmissão, pois eles assimilam e transmitem, para nós, que vamos formulando elos e cadeias. Acho que devo muito aos meus orientandos e alunos de modo geral, os de iniciação científica e, até mesmo, os de graduação, que me puseram o tempo todo em contato com as mudanças, porque eles são muito mais adaptáveis a essas mudanças que chegam para eles muito mais cedo e com maior facilidade do que para os da minha geração, por exemplo. Essa adaptação é resultado de tudo isso, mas defendendo a valorização das fontes impressas.

Saindo um pouco da matéria e voltando a falar sobre a disposição dos alunos em relação a busca de dados, decerto, sou privilegiada por trabalhar com jovens, com novas gerações e, por tal pretexto, vivemos um processo constante de renovação de energias pelo contato com o novo, com o que é vivido pelas gerações do momento e que são bem diferentes da minha geração. Quem na minha geração poderia imaginar entrar na internet e ter acesso a tudo, ter tudo à mão, quando na minha época precisávamos peregrinar por vários lugares, ir no IBGE procurar dados, consultar revistas, fazer todo um trabalho manual e de deslocamento? Sob tal aspecto, essas mudanças são fundamentais para as nossas pesquisas, mas é importante mantermos a pesquisa em bibliotecas.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Minha querida. Primeiro quero parabenizá-la pelo debate, pelas suas experiências, pelas contribuições que estamos fazendo a respeito das cidades médias, e minha participação é no sentido de contribuir com esse debate.

Quando você começou sua fala, citou sua ida para São Paulo e ver o Nordeste desde lá. Naquela época, as pessoas queriam olhar para o Nordeste, e acho que hoje ainda querem olhar assim, sempre vendo como se São Paulo fosse a referência, e nunca o Nordeste a partir dele mesmo. Isso é necessário para entendermos o diferencial do Nordeste e que talvez a discussão de cidades médias para nós é tão interessante, porquanto elas não obedecem à lógica das cidades médias paulistas, por exemplo, como

conversamos na fala da Carminha. Isso ficou muito claro o fato que as cidades têm diferenciais.

Tem um geógrafo que diz que a Geografia se faz no pé. Então, acho que hoje nos trancamos muito e digo muito a meus alunos que todos os momentos que nós estamos, seja nos nossos lares, estamos observando, nós precisamos ter um olhar geográfico para ver as mudanças, as transformações, para ver o que está acontecendo. Acho que isso ainda está faltando muito nessa juventude que está vinculada à telinha do computador, do aparelho celular. O Façanha levantou um aspecto bem interessante e que você situa muito bem. Somos do livro e do papel, apesar de já estarmos inseridos nesse processo. Precisamos ter essa óptica com maior objetividade para o nosso próprio objeto.

Proferi essa fala, mas não tenho nenhuma indagação. Fique à vontade se quiser comentar. E parabeno a você pela discussão.

Prof.^a Zenilde: Rita, muito obrigada pelas suas intervenções! É muito bom ouvi-la. Achei maravilhoso você dizer que a Geografia se faz no pé. A propósito, quando cheguei na França para conversar com meu orientador, uma das primeiras ações dele foi indicar-me um artigo que dizia que sem pesquisa de campo, sem questionário, você não tem direito à palavra. Eu, na época, espantei-me um pouco com aquela minha cabeça vinda de São Paulo, e que vocês podem imaginar, com a teoria da revolução na cabeça, não dei muita bola. Era um momento em que a Geografia brasileira estava vivendo, ou seja, de descoberta do pensamento teórico. Bom, eu tomei um susto, tanto que não entramos muito em acordo e eu fiquei apavorada achando que aquela indicação reforçava a visão empírica.

Depois eu passei por essa mesma situação. Atualmente, me situo no lugar do meu orientador de doutorado e vejo os meus alunos no meu lugar. Eu não valorizei muito porque eu queria dar mais ênfase à teoria. E hoje brinco com meus alunos e digo para eles pararem de “diletantismo” e eles até riem quando digo isso. Parem com esse diletantismo, porque ficar lendo e discutindo muitos autores eu sei que dá trabalho, mas é muito estimulante e agradável, porém é também gostoso ir lá botar o pé no campo, mas parece que para eles dá muito mais trabalho. É fabuloso você pegar um livro, ficar lendo, ficar riscando, anotando. Agora, tentar fazer essa conexão entre o que você lê e a realidade requer um grande esforço. É um esforço

necessário, mas que tenho sentido certa dificuldade por parte dos alunos, mas que felizmente está sendo compreendido.

Em alguns casos, o aluno valoriza bastante o trabalho de campo. O Luiz Antônio, aqui presente e que foi meu orientando de doutorado, demonstrou no percurso de sua tese muito empenho em relação à pesquisa de campo. Às vezes, quando me dava conta, ele estava na Bahia ou em Pernambuco, fazendo observações de campo, ou seja, levantando dados nas feiras, seu objeto de estudo. Cheguei a acompanhá-lo algumas vezes como orientadora, pois fazia questão de acompanhá-lo. A Virgínia, que era a coorientadora da pesquisa, também o acompanhou algumas vezes; mas era ele que elaborava toda a programação das viagens, ele que descobriu as feiras na Bahia e, portanto, ele é um dos poucos exemplos de alunos que tiveram essa ousadia de buscar o empírico, de ir atrás e colocar o pé na estrada.

Passei por isso, também. Tenho que fazer essa autocrítica, porque achava que só a teoria dava conta de tudo, que só fazendo a discussão mais teórica seria necessário para a realização de um trabalho. Claro, existem pessoas que têm o conhecimento necessário para assim proceder, que já estão numa fase de produzir, sem a preocupação maior de fazer trabalho de campo. A maioria, porém, ainda precisa fazer isso. São poucos os que produzem teoria pura. Os alunos pesquisadores realmente precisam da interface teoria e prática para poderem, inclusive, avançar. Agradeço muito pelas suas observações.

Prof. Heronilson Pinto Freire (UERN): É um prazer estar aqui, dividindo um momento tão produtivo que é ouvir a professora Zenilde; Dizer obrigado a ela por todos os momentos em que me ensinou e de sua importância para minha formação. Ela foi minha professora na graduação na última disciplina e fazia uma parceria brilhante com a nossa querida professora Claudia Granjeiro. Elas tinham uma parceria incrível para ministrar as disciplinas Teoria e Método em Geografia Humana e Teoria e Método em Geografia Física.

Convivo com a senhora já há um tempo e percebo que uma das suas grandes características é a sua curiosidade. Você é uma mulher muito curiosa no sentido de gostar de querer compreender, não se conformar só pelo que está vendo, pois gosta de ir atrás. E isso nós percebemos muito, por exemplo, nos trabalhos de campo na época do LEURC, em que visita-

mos as cidades médias. Fomos para Iguatu e lembro-me de que, na época, nos questionávamos do porquê estudar Iguatu, se ela nem se classificaria no critério populacional como uma cidade média. Aí, porém, a professora Zenilde sempre dizia que tínhamos que ir lá pesquisar e entender as dinâmicas urbanas e refletir sobre elas.

Peço apenas que a senhora reflita um pouco e me diga como é que está a rede urbana cearense, hoje. Acho que uma das referências para estudar a rede urbana no estado do Ceará sempre foi a professora Zenilde, porque suas reflexões constantemente contribuíram com esses estudos.

Prof.^a Zenilde: Heron, agradeço a sua participação e generosidade. Devo dizer que, às vezes, até me esqueço de que você não foi meu orientando. Você faz parte, de coração, da “lista” dos meus orientandos. Agradeço a sua pergunta e o carinho, quando ressalta essa minha curiosidade. E, tentando responder-lhe, eu talvez seja mesmo essa pessoa curiosa, pois considero a curiosidade como um ato de busca.

Quanto à reflexão sobre a rede urbana, deixei para o final e agradeço ao professor Wagner Amorim (UECE), que me enviou ontem um *link*, no grupo do LEURC, sobre o Estudo das Regiões de Influência das Cidades (REGIC) que saiu ontem mesmo. Voltando, porém, às observações do Heron. No momento em que fomos estudar Iguatu, descobrimos – não sei se você lembra, nós estávamos fazendo pesquisas junto às vans – que havia uma relação muito forte entre Iguatu e Juazeiro do Norte.

Você sabe o que o REGIC nos trouxe? Que Iguatu se articula mais com Juazeiro do Norte do que com Fortaleza. Estávamos no caminho certo em nossas pesquisas. Isso para mim foi fantástico. Então, há uma articulação entre as duas cidades e nós entendemos naquele momento por que Iguatu tinha essa relação tão forte com Juazeiro do Norte e achávamos que era uma relação mais nos moldes *christalianos*, muito enraizado em nossas cabeças; mas não só. Algumas pessoas saíam de Juazeiro do Norte para fazer consultas médicas em Iguatu, uma cidade menor, para comprar lentes de contato e outros objetos, e achamos aquilo muito interessante. Agora o REGIC expressa que Iguatu tem essa relação fortíssima com Juazeiro do Norte. Lógico que há a questão da proximidade, mas não era de se esperar que suplantasse a relação com Fortaleza.

Quanto às mudanças na rede urbana cearense, em termos gerais, como eu já disse, penso que houve poucas mudanças no sentido de alterar os já conhecidos espaços urbanizados. O que mudou foi que cidades médias, de um modo geral, cresceram e se tornaram bem mais complexas; e isso você mostrou em sua tese, quando abordou a relação entre o Ensino Superior e as dinâmicas territoriais das cidades médias do Rio Grande do Norte.

É interessante ressaltar que, conforme a classificação do REGIC, o Ensino Superior constitui o principal fator na definição da centralidade de Sobral. Essa constatação reforça mais ainda o interesse na elaboração de estudos sobre o Ensino Superior nas cidades médias e, portanto, um desafio para novos estudos.

São mudanças interessantes. Vale a pena esmiuçar mais o REGIC, porque ainda tem coisas que são bem instigantes para nós. Vocês sabem qual a cidade do Ceará com centralidade definida, especificamente, por deslocamentos para a compra de calçados e vestuário conforme o REGIC? Pois bem, é Ipu, que figura entre outros centros urbanos brasileiros nesse setor. Vejam as novidades e desafios em relação às transformações na rede urbana do Ceará o que nos instiga a novas pesquisas.

Já Itapipoca, que consideramos em transição para cidade média, cabem estudos mais detalhados. Mas no caso de Iguatu, o REGIC já a classifica como Centro Sub-regional, mas compondo a área de influência de Juazeiro do Norte. O REGIC está bem interessante, vocês devem consultá-lo e só para informar os índices de atração das cidades consideradas na nova versão desse estudo, são: Ensino Superior, compra de vestuário e calçados, móveis e eletrodomésticos, serviços de saúde de baixa complexidade, atividades culturais e aeroportos.

De um modo geral, Heron, e como eu já disse, não houve alteração no tocante à distribuição das principais cidades que compõem a rede urbana cearense. Quando se faz a sobreposição da rede de estrada de ferro, construída no período do algodão e as infovias modernas, percebe-se que são os mesmos nós das redes, mas que os pontos constituídos pelas cidades passaram por grandes transformações. Acho que é isso, fica com vocês o desafio do pensar e pesquisar.

Prof.^a Virgínia: Gratidão, Zenilde!

Prof.^a Zenilde: Agradeço e me coloco à disposição de vocês.



Antônio Cardoso Façanha é docente-Pesquisador do Curso de Geografia da UFPI desde 1991. Possui graduação em Licenciatura Plena em Geografia (UECE/1988), Especialização em Nordeste: questão regional e ambiental (UFC/1990), Especialização em Sensoriamento Remoto (UNESP/1991), Mestrado em Geografia (UFPE/1998) e doutorado em Geografia (UFPE/2009). Atualmente é professor Associado III da Universidade Federal do Piauí, tendo desenvolvidos estudos na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana, Geografia Regional, Geografia do Piauí e Ensino de Geografia. Participa na condição de líder do Grupo de Pesquisa intitulado “Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR), vinculado ao CNPq/UFPI e pertence ao Núcleo de Pesquisa e Extensão em Ensino de Geografia (NUPEG). Foi Coordenador do Mestrado em Geografia da UFPI nos seguintes períodos: 2011/2013 e 2017/2019. Atualmente é Docente-Permanente do Mestrado em Geografia e do Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente (PRODEMA) da UFPI.

Levantando problemáticas de pesquisa: um convite para pensar a cidade e o urbano no Nordeste brasileiro¹

Prof. Antônio Cardoso Façanha²

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Professor Façanha, fale um pouco sobre sua trajetória acadêmica!

Prof. Antônio Cardoso Façanha (UFPI): Eu fiz uma escolha para esse momento, já que o tempo é breve. No sentido de apontar uma direção que possa ser extremamente útil voltado à organização metodológica da elaboração de um trabalho pensando o Nordeste numa perspectiva geográfica. O interesse em discutir o Nordeste é parte de minha trajetória. Vou entrelaçar questões metodológicas com minha formação. Minha graduação foi realizada na Universidade Estadual do Ceará (UECE), concluída em 1988, tinha como um dos pontos de preocupação as dinâmicas industriais. Estudei o Distrito Industrial de Maracanaú, este tem muita relação com Maranguape, onde eu nasci. Em 1990, fiz uma especialização na UFC, com o tema *O Nordeste, questão regional e questão ambiental*, quando, na oportunidade, realizei uma disciplina com a professora Zenilde Baima, intitulada “A indústria no Nordeste e no Ceará”, o que me incentivou a me aproximar mais do tema da indústria. Realizei, ainda, uma especialização na UNESP na cidade de Rio Claro/SP com o tema “Sensoriamento Remoto”. Posteriormente,

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 02 de junho de 2020.

2 Professor da Universidade Federal do Piauí (UFPI).

fiz um concurso para professor substituto na UFC, fiquei em segundo lugar. Eu lembro que a banca foi composta pelas professoras Maria Geralda [de Almeida], Zenilde Baima e Tércia Correia Cavalcante. Em 1991, realizei concurso público para professor efetivo na Universidade Federal do Piauí (UFPI) quando, na oportunidade, fui aprovado e dei continuidade à minha trajetória profissional.

Outro aspecto importante de minha atuação e formação profissional foi o ingresso no Mestrado em Geografia, em 1995, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação da professora Tânia Bacelar, inicialmente com temática ligada à industrialização do Ceará. Mas, por questões pessoais, redirecionamos a temática para Teresina. Em 2004, eu ingressei no doutorado sob a orientação da professora Tânia Bacelar novamente, em um tema mais ligado ao Piauí que, naquele contexto, era uma preocupação com o desenvolvimento territorial, olhando apicultura no semiárido, soja no cerrado piauiense, saúde em Teresina e turismo em Sete Cidades e São Raimundo Nonato. Então, após alguns anos na UFPI, ingressei no debate do urbano e do regional, e praticamente essa tem sido a minha trajetória com o fortalecimento do Grupo de Estudos Regionais e Urbanos (GERUR) a partir do ano de 2012. Talvez, especialmente no ponto de vista metodológico, o que a gente pode é colocar as necessidades das particularidades e das homogeneidades, ou seja, o que é comum nas nossas cidades do ponto de vista do habitar, do morar, de sua localização espacial, de tantos outros aspectos, mas também as particularidades ou o que podemos chamar de singularidades.

Agora, paralelo a isso tem uma pesquisa que não é no campo ligado ao urbano, que nós estamos em construção, que é sobre a metodologia da pesquisa científica, necessidade de discutir o tempo, o espaço e a interdisciplinaridade na pesquisa que ao todo são em três dimensões de um trabalho feito em conjunto com alguns da pós-graduação.

A tarefa agora é conversar um pouco sobre a urbanização no Nordeste. Início lembrando que a professora Tânia Bacelar tem trabalhado muito voltado à expressão da dinâmica do Nordeste no sentido da capacidade de produção dessa região e das suas transformações. Eu dividi em dois momentos essa conversa: uma perspectiva que seria sobre os antecedentes espaciais. Aqui eu indico um texto, que é o da professora Tânia Bacelar com o tema “*Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? (2000)*”. Nesse trabalho, ela influenciou

muitos outros autores a fazer a discussão de que o Nordeste não é homogêneo; esse Nordeste tem particularidades e diferenciações. A professora Tânia Bacelar, ao fazer toda uma discussão, primeiro fala da economia, de que é preciso a gente sempre ver o Nordeste a partir do que está acontecendo na tendência nacional. Todo o trabalho dela, nesse primeiro texto e nos demais trabalhos, sempre colocou que quando o Brasil vai bem, o Nordeste vai bem, quando o Brasil vai mal, o Nordeste vai mal, ou seja, a realidade do Nordeste tem que ser vista no âmbito do jogo das escalas.

Outra perspectiva é sobre a integração econômica e produtiva. Então, não esquecer de ver o Nordeste sempre nas suas amarrações ou vinculações/desarticulações no campo da economia, mas também traz um aspecto importante nos textos iniciais, que é da heterogeneidade. Afirma que o Nordeste não é homogêneo, que tem processos distintos e que nós precisamos analisar e, para cada processo desse que se manifesta nas sub-regiões, nós podemos ter tempos desiguais, transformações distintas. Diante desse aspecto, ela coloca isso como desafios, para que esses sejam incorporados, principalmente, nas trajetórias dos governos estaduais e no debate também do planejamento regional. Então, interação econômica, heterogeneidade e mais um aspecto em que quando a gente imagina que tudo muda, alguns processos permanecem, então ela usa a categoria permanência, a permanência como uma característica do Nordeste. Recebemos investimentos, recebemos processos tecnológicos de grande capacidade técnica, mas alguns processos persistem, que ela chama de situações de uma estrutura tradicional. Ela aborda alguns aspectos, a exemplo da estrutura fundiária. Nesse debate, ela faz um mapeamento dos principais processos que acontecem no Nordeste, desde o debate do parque industrial, das dinâmicas comerciais e da integração.

No entanto, ela encerra esse primeiro momento dizendo que é preciso não esquecer de que existe ainda uma dimensão social e uma persistência da pobreza. No Nordeste, apesar de ter aspectos positivos do ponto de vista econômico, existem algumas diferenças sociais internas ainda muito fortes. Ela traz alguns elementos importantes que ela chama de velhos e novos acordos sociais, seja na política, na própria organização social, nos movimentos. Esse é o trabalho praticamente que eu diria que é a base da professora Tânia Bacelar. Existe, ainda, uma discussão rica sobre “*Nordeste: herança de diferenciação e futuro da fragmentação (1997)*”. Ela volta

a colocar rapidamente a discussão da herança, de uma herança recente ainda que persiste, da ocupação da faixa litorânea, da formação das metrópoles, das grandes metrópoles no Nordeste brasileiro, mas ela já sinaliza para uma mudança do perfil produtivo. Diz que ainda temos, apesar de um conjunto de diferenças, uma certa homogeneidade econômica na própria região, mas ela também faz um contraponto, que essa região começa a ser impactada pela modernização intensiva. Ela aborda ainda as cidades médias e pequenas, os programas habitacionais do Minha Casa Minha Vida, mas, principalmente, ela tem destacado nesse período o papel das universidades no território do Nordeste, a expansão do Ensino Superior e também o dinamismo do comércio em cidades pequenas e médias. Quando a gente observa as categorias de análise da professora Tânia Bacelar, ela traz uma cartografia da realidade do Brasil. Se faz necessário, ainda, compartilhar o texto “*Nordeste: desenvolvimento recente e perspectivas*” (2013).

Eu diria que esses elementos são necessários para um conjunto de profissionais da Geografia que, ao fazer pesquisa, tenta iniciar a partir do hoje para frente. Eu acho que a gente, para compreender um determinado objeto, não dá para compreender num curto espaço de tempo. A gente deve ter um esforço teórico e metodológico de continuidade de entendimento, acompanhar as mudanças, e como essa realidade muda e quais desafios traz.

Nós temos que começar a visitar ou revisitar os autores clássicos. O que vai chamar a construção de minhas referências numa pesquisa não é o tempo agora, é o objeto de estudo e a problematização. Então, se o objeto de estudo clama para eu revisitar Celso Furtado, Tânia Bacelar e tantos outros, assim eu tenho que fazer. Seria um primeiro momento importante desse Nordeste, de seus antecedentes espaciais, que já é uma discussão muito forte e que todos vocês já têm uma contribuição já dada à própria Geografia Regional e Nacional.

Vamos discutir agora duas perspectivas importantes para entendermos o Nordeste. O trabalho de Doralice Maia, intitulado “*Cidades médias e pequenas do Nordeste: conferência de abertura (2010)*”, principalmente, quando discute e reflete sobre as cidades médias e pequenas nos estudos geográficos. Ali, dá uma sinalização para a gente, que temos que saber fazer o estado da arte, quer dizer, temos que saber revisitar onde nasceram as principais contribuições do que a gente pode chamar de uma Geografia

Urbana e qual seria de fato uma Geografia Urbana e Regional. Quais seriam as principais obras que poderiam explicar o Nordeste? Isso eu não tenho resposta ainda, e merece um esforço de todos nós, mas seria uma questão central para a gente tentar “resolver”. Diante do que nós estamos vendo de mudança, o que seria uma contribuição de uma Geografia Urbana com uma carga de memória do que foi produzido na década de 1970, 1980 e 1990, qual seria essa geografia mais recente de 2000 e a que nós estamos num processo de construção? Quer dizer que só a partir dessa junção é que nós vamos conseguir depois explicar o Nordeste com mais qualidade e capacidade. Outra questão é a necessidade do debate também conceitual, ela faz um esforço muito bom sobre o entendimento e as definições. Essa é uma de suas contribuições. Há necessidade de ver as realidades distintas e ter cuidado em definir as cidades do ponto de vista conceitual, porque o conceito deve ter uma materialidade. O conceito não pode ser só uma construção do ponto de vista abstrato. O conceito tem que ser uma justaposição entre uma construção abstrata e uma realidade. Ela também faz um debate que coloca a necessidade que a gente precisa olhar para essas cidades do Nordeste do ponto de vista dos gastos públicos, o papel dos municípios, dos gestores que ela chama do debate dos serviços administrativos, que tem haver também com as transferências federais e uma mudança importante que é a discussão da saúde e da educação. A chegada de serviços de saúde e de educação nessas cidades pequenas e médias é muito forte. Nesse caso, é preciso a gente entender que esses espaços não são espaços somente de paz, são espaços de conflitos. E as cidades pequenas também enfrentam situações graves do ponto de vista da violência rural e violência urbana.

É necessário talvez integrar o debate de cidade ao debate territorial, quer dizer, como essas cidades estão em relação ao seu território, à existência de idosos e crianças e à ausência de uma população adulta. Eu acredito que, olhando para cidades nessas perspectivas, a gente consegue ver singularidades importantes, mas a gente consegue ver também homogeneidades.

Já o texto intitulado *“As metrópoles do interior do Nordeste: a caracterização de um tipo metropolitano regional (2017)”*, de Ana Paula Gurgel, coloca um debate que contribui com muitas questões colocadas por Doralice Maia, da preocupação conceitual, da necessidade de revermos os trabalhos clássicos de metropolização. Ela traz um recorte de pesquisa,

mas tenta ver as semelhanças que acontecem em relação aos processos nessas cidades. A sua proposta ilustra bem as necessidades conceituais e empíricas para a análise do Nordeste. O texto de Carlos Brandão intitulado as “*Mudanças produtivas e econômicas de reconfiguração territorial no Brasil no início do século XXI (2019)*” resgata os antecedentes das dinâmicas e das transformações técnico-produtiva do território brasileiro e vai fazer um recorte de 2013 a 2018. Ele não detalha especificamente o Nordeste, reflete sobre alguns espaços e traz uma tipologia para pensar o que ele chama de tipologia de investimentos no território do Brasil. Ele traz cinco tipos de território. De forma bem direta, ele vai dizer que ainda tem os Territórios de Tipo 1, que são aqueles da “urbanização (litoral, regiões metropolitanas e capitais) comandados pela rede urbana do Sul-Sudeste”. Os Territórios Tipo 2, que recebem “investimentos pontuais”, transformando-se em “polos isolados ou entraves com baixa indução do entorno e da hinterlândia”. Os Territórios Tipo 3, das “*commodities*”. Os Territórios Tipo 4, conduzidos pelo “Estado em infraestrutura de transportes e energia” e chega a comentar um pouquinho da energia eólica, as mudanças na energia solar. Os Territórios Tipo 5, que vai um pouco ao encontro das reflexões do texto da Doralice Maia e a Tânia Bacelar, que existe ainda um tipo de território muito dependente das políticas sociais, que a gente precisa investigar; as condições de vida que estão mudando, na chegada de equipamentos sociais e, principalmente, no mercado interno de consumo.

Antônio Jerfson Lins de Freitas (*Editora SertãoCult*): O senhor pode falar um pouquinho sobre suas temáticas de pesquisa.

Prof. Façanha: A preocupação inicial veio em relação ao urbano, mas sempre olhando pela atividade econômica baseada na indústria, que me motivou na graduação até os estudos e reflexões da especialização realizada na UFC. Era olhar exatamente as dinâmicas do Distrito Industrial de Maracanaú. Depois veio a ideia de fazer um trabalho sobre evolução urbana de Teresina. Eu consegui selecionar um vasto material bibliográfico da capital piauiense, transformá-lo no recorte espacial de 1970 a 1995, num trabalho de evolução urbana muito baseado nas contribuições do Roberto Lobato Corrêa, Maurício de Abreu e de Pedro Almeida Vasconcelos, que já vinham estimulando reflexões na Geografia Urbana. A escolha se deu em virtude de que na cidade não tinha um trabalho com uma perspectiva de totalidade, existia uma série de trabalhos particulares específicos sobre

temas diversos. Eu resolvi “juntar” tudo isso e trabalhar a dinâmica das zonas de expansão dessa cidade. O que me motivou também foi a possibilidade de poder dialogar com os movimentos sociais nos anos 1990, das federações de moradores e um reconhecimento muito positivo por parte das gestões públicas de me convidarem constantemente para debate, para falar da cidade. O esforço foi sempre de olhar a cidade em sua totalidade, fazer alguns trabalhos pontuais, mas nunca esquecer de que precisamos em algum momento vê-la como um todo.

Jerfson Lins: Professor, o senhor pode falar um pouquinho sobre o trato com as fontes, as dificuldades de aliar a teoria com a prática no campo?

Prof. Façanha: Eu acho uma das questões desafiadoras nos processos de qualificação do mestrando. O que eu vou apresentar para a qualificação? É mais teórica ou já mostrar alguma coisa empírica? Eu acho que um dos aspectos para ser construído sobre isso é em relação a uma boa revisão teórica de alguns autores. A grande questão que se coloca é que, na disciplina de metodologia, eu solicito aos pós-graduandos para responder algumas palavras como metodologia, técnica, epistemologia, categoria e conceito no primeiro dia. O que a gente observa é que eles respondem num texto de três linhas. Na segunda aula, eu peço para eles trazerem um texto com base em dois autores, aí eles trazem uma página. Vão avançando rapidamente! O exercício que eu faço de surpresa na disciplina de metodologia para eles é o seguinte: vamos procurar um determinado tema, aí eles entram no *Google*, então a gente consegue achar uma, duas referências ou três. Na segunda, eu faço: dissertações sobre migrações no Nordeste, depois teses sobre migrações no Nordeste, depois relatórios de pesquisa sobre migração no Nordeste, depois eu coloco grupo de pesquisa do CNPq sobre migração no Nordeste. Se eu fizer tanto iniciando por artigo como em grupo de pesquisa, o que eu chamo para eles é que há uma busca de construir fontes pela horizontalidade. A “horizontalidade” seria uma busca limitada pelo *Google*. Quando eu coloco migração do Nordeste, não achei nada, mas é porque nós não estamos sabendo procurar e fazendo apenas de forma horizontal. Temos que verticalizar a busca. Quando eu coloco grupo de pesquisa, se eu achei dois grupos de pesquisa no Nordeste, eu vou para os líderes, olho os lattes, vou para os membros e olho o currículo lattes, vou para suas produções de artigos e vou para seus artigos de referência. Quando eu integro todas as referências de dois grupos de pesquisa, eu praticamente encurtei aquele caminho anterior

de artigo, dissertação e tese. Nos TCC's, eu peço o caminho de artigo, dissertação e tese como um exercício inicial.

No mestrado, eu peço um mais vertical no sentido de um maior aprofundamento. Entrar no *Google* de forma mais direta e objetiva, não buscando somente pelo título do trabalho, mas buscando as categorias da pesquisa, então a gente chega a um quadro de referência mais qualitativo. Às vezes, a gente acha informações que não são só do plano das pesquisas produzidas nas Universidade e, sim, põem resultar dos relatórios de pesquisa das instituições regionais, nacionais e internacionais. Então, eu tenho que verticalizar nesse sentido a busca e não horizontalizar abertamente só buscando pelo título. A busca tem que ser feita pelo título e pelos subtítulos do capítulo. Aí eu vou conseguir abarcar um conjunto maior de referências. Na disciplina de metodologia, em um quadro, se faz o projeto de pesquisa porque é só eu traçar a metodologia e dizer, como eu já tenho de suporte teórico sobre cada objetivo e como eu vou alcançá-lo, do ponto de vista da técnica. Esse quadro não sou eu que proponho, e sim os pós-graduandos. Qual o grau de verificação de nossos pós-graduandos, orientandos, se estão no caminho certo, qual seria o grau? Quando estaciona, quando ele mesmo chega para a gente e diz: *“professor, já procurei tudo, não tem mais nada”*. Quando não tem “mais nada”, é um bom sinal de que você já fez uma boa busca de referência, essa é a minha forma de orientação.

Prof. Clébio: A questão que eu faço é se haveria espaço para a discussão sobre o desenvolvimento regional. Uma outra questão que eu gostaria também de trazer e dialogar um pouco com um dos textos que você trouxe sobre as metrópoles do interior do Nordeste. Eu acho que tem um debate, que muito se questionou se realmente essas regiões metropolitanas são regiões metropolitanas, se há uma metrópole. É possível diferenciar uma cidade média e a sua hinterlândia de uma região metropolitana que tem como polo uma cidade média? E a terceira é sobre a discussão que veio com o shopping center. Durante muito tempo, na Geografia Urbana se falou da produção de área de centralidade a partir desses equipamentos comerciais. Esses equipamentos comerciais criam uma centralidade ou eles se apropriam de uma centralidade existente? É isso que eu trago para dialogar.

Prof. Façanha: A primeira questão que você coloca, a professora Tânia Bacelar fala que alguns países da Europa têm conseguido implantar um de-

envolvimento regional. Algumas alternativas têm dado certo porque cada país tem uma política de desenvolvimento regional para gerar dinâmica e tudo mais, respeitando o poder central. Mas, ela considera positivo essa existência de manutenção e dá umas pistas. Quando ela veio a Teresina, ela colocou que já havia tendências da redução de uma política de desenvolvimento regional. Recentemente, ela diz que está claro que nós não temos hoje, explicitamente, uma política de desenvolvimento regional. Ao meu entender, eu acredito que ela considera que para uma região como o Nordeste ainda se faz necessário essa estratégia. Eu considero que esse debate ainda se faz importante porque se faz necessária uma discussão do território. Eu vou dar o exemplo do Piauí. Nessa questão regional e da sobreposição na análise das escalas, você tem mais ou menos umas 19 empresas atuando na energia solar e na energia eólica no cerrado piauiense e a presença também muito forte dentro de alguma dessas empresas do capital chinês. Diante disso, a grande questão que se coloca para os piauienses é que tipo de desenvolvimento nós estamos querendo para o Piauí. O Estado reforça bem e valoriza até demais essa política da produção de grãos, então, eu acho que precisamos, sim, pensar as diversas regiões que estão em formação, em mudança. Os apicultores da região do semiárido precisam do apoio de políticas públicas pelo Estado. Se não tiver, a situação se agrava. E isso se aplica também para o marasmo que a gente tem vivenciado, principalmente também no turismo, então, diante disso, eu acho que esse debate ainda é válido. O importante é que o desenvolvimento regional não pode ser visto somente na escala da região.

Sobre essa segunda etapa, eu trouxe esse texto [Ângela Paula Gurgel] para vocês, mas é um texto que eu não fiz muita reflexão sobre ele, não é meu objeto de estudo. Eu acho que é uma questão a ser colocada. Como você fala da necessidade de repensar a capacidade dessa região como aglomerado e vejo essa situação a exemplo do município de Picos. A gente tem uma cidade extremamente forte, do ponto de vista das relações comerciais e educacionais, e é claro que você não tem um perfil parecido com o que aconteceu em regiões metropolitanas. A autora acima coloca as regiões integradas em desenvolvimento. Quando você olha a Região Integrada de Desenvolvimento de Teresina, que envolve treze municípios, incluindo o município de Timon, a gente vê a total inexistência de um debate de região. Para que essas cidades tivessem um conjunto de equipamentos e geração de emprego e renda para que não fosse gerada uma nova região

metropolitana. Para que não deixassem chegar nessas condições. As regiões de integração e desenvolvimento eram uma tentativa de investir nos municípios próximos à capital para que essa situação não se agravasse do ponto de vista dos fluxos. Todos os municípios que envolvem a RIDE de Teresina estão perdendo a população para Teresina. Essa é uma situação que mostra que dificilmente a cidade de Teresina e seu entorno tendem a ser uma região integrada de desenvolvimento.

Sobre a terceira pergunta que você colocou, eu acho que o shopping center analisado não está conseguindo fragilizar as áreas centrais antigas. Todos os centros, como o de Picos, Floriano e de Parnaíba, continuam com a mesma dinâmica, os mercados com a mesma força. Esse de Teresina só tem um pouco de força porque está próximo ao centro antigo, mas ele não tem conseguido ter essa força de centralidade de atrair pessoas de outras regiões. Eu vejo essa situação, shopping center é um espaço que não tem trazido forte centralidade.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): A gente pode pensar num futuro mais otimista para o desenvolvimento do Nordeste, a partir de políticas mais endógenas?

Prof. Façanha: Virgínia, Eu assisti um debate com um dos consultores do Consórcio Nordeste e parece que tem mais de 20 pesquisadores que estão dando suporte para a tentativa de fazer com que o Nordeste crie uma articulação maior entre seus governadores e, conseqüentemente, entre os prefeitos. Nós tivemos alguns momentos de acirramento entre Teresina e Timon no fechamento das fronteiras, mas agora, os prefeitos já estão na busca de gestões integradas. Eu acho que é necessário oportunizar, aproveitar esse momento do consórcio e fazer com que o consórcio depois gere um conjunto de alguns pontos e agendas para pensar o Nordeste. Dizer como podem o Piauí e o Maranhão agirem de forma conjunta, o que tem demonstrado que há também algumas semelhanças entre alguns estados. Me parece que o sul do Piauí, principalmente, tem uma integração muito forte com Palmas e com Brasília, então, cabe ao consórcio tentar definir uma política de governança capaz de pensar o território e saber que algumas coisas talvez o governo do Piauí possa resolver em seu território e outras dependem dos outros estados.

Para vocês terem uma ideia, a cidade de Teresina recebe uma quantidade grande de pessoas de São Luiz. São quase 400 quilômetros, então, a carência de serviços de saúde na capital e na região metropolitana de São Luiz tem feito com que muitos migrem em direção à cidade de Teresina. Eu acho que esse momento é de aproveitar, de discutir uma política regional com as nossas características de fato.

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): À medida em que você tem um projeto, como exemplo de energia solar e eólica, que se redescobre algo a ser aproveitado, mas que as riquezas produzidas no território permanecem numa escala de distribuição da riqueza produzida sempre desigual e combinada, não adiantará discutir o próprio consórcio se não se pensar como distribuir renda. A melhoria dos indicadores não passa somente pelo auxílio emergencial, não passa somente pelo grande projeto homogêneo de exploração de um recurso ou de pontuar espaços luminosos. Isso recoloca a questão que você levantou no seu trabalho de quais outras possibilidades da apicultura, do turismo, dessa diversidade que é o Nordeste e de não centrar apenas num único projeto homogeneizador, industrializante como foi. A pergunta que eu faço é: qual seria um projeto que zele pela distribuição de renda como uma agenda a ser posta para continuarmos pensando o desenvolvimento da região?

Prof. Façanha: Bom, agradecer as colocações! Luiz, uma situação que eu verifiquei na época do trabalho, olhando o Piauí, é que algumas atividades econômicas, a exemplo da soja, a gente tem visto uma força do capital privado dentro do território, o Estado subserviente em relação ao território da soja. Ou seja, qualquer problema que aconteça lá, o Estado aparece rapidamente para atender às suas necessidades: o Estado é refém! Então, a gente observa que é um território de comando privado, o Estado aparece apenas como uma peça. Agora mudou em relação à tentativa de regularização fundiária para as áreas e gerou um impasse muito grande. O Estado praticamente se ausenta da discussão e recua novamente do debate. Mas essa é a principal maneira do Piauí estar no mundo e dizer que o Piauí é produtor de grãos, fica aquela história, entre aspas, de uma “nova fronteira”. Esse é um problema sério porque não valoriza um conjunto de outros investimentos que acontece de caráter mais endógenos, quer dizer, a soja vem como um processo exógeno já no final dos anos 1970, se consolida nas décadas 1980 e 1990, e praticamente, o Estado fica escondido das suas ações em relação a uma atividade que você citou como o da apicultura.

Do ponto de vista do emprego, a apicultura gera muito mais desenvolvimento do que até mesmo a atividade da soja. A apicultura é uma atividade que está enraizada em todo o território piauiense, fortemente mais organizada no semiárido, na região que envolve Picos a São Raimundo Nonato. Com as cooperativas vão se organizando, exportando mel para Europa, Estados Unidos e o Estado tem dado pouco suporte. Lá no Piauí, a apicultura seria um exemplo de atividade que está fortemente presente em quase 60% dos municípios, gerando emprego, renda e melhoria de qualidade de vida. Distribui renda e consolida as pessoas no território, o que qualifica também as próprias relações complementares da pluriatividade, ou seja, o produtor de mel também tem carneiro, tem o milho, tudo isso tem uma capacidade grande de ramificação na região em volta de onde produz.

A energia eólica e a solar geram empregos no começo da instalação das obras. Para vocês terem uma ideia, no município de Marcolândia tem um orientando meu que trabalhou pesquisando os investimentos em energia eólica, o município chegou a ter 1.800 trabalhadores, produzindo as torres de energia eólica. O comércio todo foi se adequando a essa realidade, principalmente proprietários de hotéis, aumentando a quantidade de quartos. Quando as torres foram inauguradas, começaram a funcionar, bastava 30 trabalhadores para mantê-las em funcionamento. De 1.800, só ficaram 30 e a cidade ficou impactada porque muitos fizeram investimentos em restaurantes, hotéis, pousadas, comércio e depois as pessoas sumiram. Isso está acontecendo da mesma forma no município de São João, com a energia solar. Uma quantidade de torres que é considerada uma das maiores empresas e de investimento na América Latina gerou também a euforia e agora a população também está sofrendo depois que a atividade se consolidou e ficaram poucos trabalhadores envolvidos.

No meu trabalho, a apicultura foi a que mais se aproximou da busca de um desenvolvimento territorial. No caso especificamente do turismo, precisa muito da “mão do Estado” e o turismo tem muitos obstáculos do ponto de vista das atividades. Considero que houve aqui, na fase inicial do governo Lula, todo esse esforço, mas depois foi esquecido. Tanto é que no Piauí começou a se fazer a regionalização em 2005, 2006 a partir de regiões de desenvolvimento. Quando o debate de território ganhou dimensão nacional, o Piauí construiu a regionalização de territórios do desenvolvimento e o Maranhão manteve regiões do desenvolvimento. Se você olhar o material de dentro do Piauí, ele traz a preocupação de um território, mas muito parecido com o que Maranhão fez do ponto de vista das regiões. Há um conflito

muito grande que não deu continuidade, então, nossos territórios não são diretamente afetados pelas políticas do Estado. O Estado atua à revelia, dentro do que você chama de espaço seletivo. Atua num local, atua no outro através da interferência política. Eu acho que esse encaminhamento seu é muito interessante para pensarmos em produzir o material depois, sobre quais as particularidades de cada estado e depois tentar isso, uma agenda de proposição em relação ao debate que ocorre.

Nós temos que pensar formas de reestruturação e pensar como esses espaços que estão sofrendo hoje terão menos sofrimento no futuro. As políticas de saneamento, de melhoria de transporte público e isso está revelando o distanciamento que a própria cidade tem entre todos nós.

Abrindo um parêntese: eu acho que a Covid colocou uma situação que eu lembrei agora sobre a dispersão. Todos nós estamos na cidade e não somente na capital, mas nas outras, extremamente desassistidas do ponto de vista da necessidade de saúde. Acho que essa é uma questão interessante que você colocou sobre a dispersão no final, esses espaços das cidades pequenas e médias. Das cidades pequenas, de fato são concretas essa chegada de serviços ou são efêmeros, facilmente podem ser transportados para outro espaço e não ramificados ou consolidados nesses territórios. No final, parece que é uma coisa muito circense, é uma coisa que se chega, montou a clínica, “mas eu fecho em duas horas, levo meus equipamentos”. A gente está vendo os movimentos, as necessidades das pessoas, o medo e a fuga em relação ao que é rural e urbano. Eu acho que essa reestruturação ainda está em processo. Eu acho que é difícil a gente fazer uma análise aqui, mas acho preocupante é que algumas soluções possíveis de saber que tem gente pensando em sair do apartamento para ter uma casa porque vai ter espaço para um quintal. Quer dizer, as pessoas estão começando a dizer que querem um quintal porque não tem onde morar. Nós estamos pensando em saídas extremamente individuais e o que me preocupa é se, ao fim do isolamento, ela pode se dar em direção à casa e ao shopping. Pode ocorrer também que muita gente está pregando, mas em busca do consumo, do restaurante etc. Nós temos que pensar formas de reestruturação e pensar como esses espaços que estão sofrendo hoje terão menos sofrimento no futuro. As políticas de saneamento, de melhoria de transporte público e isso está revelando o distanciamento que a própria cidade tem entre todos nós.

Prof. Clébio: Professor Façanha, obrigado!

Prof. Façanha: Agradeço também!

Doi: 10.35260/67960890p.114-130.2022



Wagner Vinicius Amorim é graduado em Geografia - Licenciatura Plena (2007) e Bacharelado (2008) -, com Especialização em Ensino de Geografia (2008) pela Universidade Estadual de Londrina (UEL); Mestre em Geografia (2011) pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista (UNESP) Júlio de Mesquita Filho, campus de Presidente Prudente/SP; Doutor em Geografia (2015) pela mesma universidade. Professor Adjunto dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia (ProP-Geo) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Desenvolve e orienta pesquisas na área de Geografia Urbana, na perspectiva da produção do espaço urbano e especificamente voltadas aos temas da segregação e fragmentação socioespacial, habitação, mercado imobiliário, planejamento urbano e cidades médias.

Os caminhos da formação e da pesquisa, tecendo um trajetória!¹

Prof. Wagner Vinicius Amorim²

Prof.^a Glauciana Alves Teles

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): É uma alegria termos esses reencontros. O professor Wagner Amorim certamente nos ajudará a ver a diversidade que temos no campo de estudo das cidades médias. Nesse sentido, pergunto se a trajetória do pesquisador, a construção do jovem doutor tem uma diferença geracional, isto é, como os jovens doutores se adaptam a essa nova realidade de produção científica?

Prof. Wagner Vinicius Amorim (UECE): Cumprimento a todas e todos que estão virtualmente presentes e agradeço imensamente pelo convite para participar como entrevistado neste projeto. Eu ingressei no curso de Geografia da Universidade Estadual de Londrina (UEL) no ano de 2003. Como a maioria daqui sabe, foi um momento em que a universidade pública brasileira usufruiu de uma conjuntura nunca antes vista na história do país. Eu sou filho desse período, eu sou filho dessa conjuntura histórica, pois venho de escola pública, fui morador de conjunto habitacional de periferia. Em algumas ocasiões na minha infância, como morador de periferia, tive a experiência de ver o asfalto chegar, de ver as plantações de soja e café no perímetro urbano cederem espaço aos novos loteamentos.

Desde adolescente, tive interesse pela Geografia, em particular, e pelas humanidades e pelas cidades, de um modo mais geral. Em um momento

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 10 de julho de 2020.

2 Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE).

da minha adolescência, eu tive vontade de ser pedreiro, ou ser mestre de obras, mas, então, a vida me levou a entender como a cidade é produzida, e não necessariamente para produzi-la do ponto de vista material e literalmente concreto. Essa conjuntura política e macroeconômica nacional da primeira década do presente século proporcionou-me a oportunidade de fazer um curso de graduação em Universidade pública como bolsista. Fui bolsista do Programa de Educação Tutorial (PET), tutorado pela professora Alice Yatiyo Asari, na Universidade Estadual de Londrina e, após a graduação, fiz uma Especialização em Ensino de Geografia e tive uma breve atuação na rede pública e na rede particular de ensino. Um ano depois do término do curso de graduação, ingressei no mestrado no Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Estadual Paulista de Presidente Prudente (UNESP) e, após o término do mestrado, passei na seleção para o doutorado. Fui aquele tipo de “estudante profissional”, bolsista do terceiro ano do curso de Geografia até o pós-doutorado.

Como fui “estudante profissional”, chegar na universidade como professor adjunto sem experiência profissional docente no Ensino Superior me colocou frente a um desafio muito grande, sobretudo porque fui “deteritorializado” do Sul-Sudeste para o Nordeste, e isso também em termos empíricos no campo de pesquisa, pois, ao me mudar para o estado do Ceará, no Nordeste do Brasil, passo a atuar agora como professor e pesquisador bem longe da minha terra natal. Tentei fazer um sobrevoo sobre a questão colocada pelo professor Luiz Antônio e, em resumo, afirmo que sou filho desse momento de bolsas de estudos e fomento à pesquisa no país, de muitos projetos de pesquisa, de recursos, de editais, de programas de cooperação acadêmica e até minha vinda para o Ceará tem muito a ver com isso, tem muito a ver com as cidades médias. Então avalio que essa conjuntura toda me impingiu uma certa aceleração do ponto de vista profissional e da pesquisa.

Prof. Luiz Antônio: Eu penso que é exatamente nesse contexto, mas ele te trouxe ao Ceará em que condições e em que cenário? Essa trajetória de estar na Universidade, perfilar grupos como bolsista, vivenciar a universidade de uma forma mais intensa foi mais fácil ou foi mais difícil?

Prof. Wagner: Agora vou procurar falar um pouco mais pormenorizada-mente sobre a minha trajetória de 2003 até 2020. As cidades médias têm

muito a ver com a minha trajetória pessoal, pois sou nascido e criado em uma cidade média, Londrina (PR) e, por ser morador de periferia, morador de conjunto habitacional, por essa convivência com as problemáticas socioespaciais urbanas e esse gosto pelas humanidades e dificuldade com as exatas (risos), a Geografia sempre me atraiu desde o ensino médio. Desde o início da minha graduação, eu tive clareza com relação à trajetória acadêmica que desejava, pois almejei desde cedo me tornar um professor universitário. Quando a gente está no começo do curso e a gente fala isso, algumas pessoas acham graça da gente, não “botam fé”. Permanecer na universidade de manhã, tarde e noite, de segunda à sexta, respirar a universidade nos anima para almejar isso.

Quando conheci o livro *Cidades médias: espaços em transição*³, como eu já estudava produção do espaço urbano, mercado imobiliário, valorização do solo urbano, conjuntos habitacionais na Zona Leste de Londrina, vislumbrei a possibilidade de tentar o processo seletivo no PPGG da UNESP de Presidente Prudente, pois, nesse momento, eu estava finalizando o meu Trabalho de Conclusão de Curso e concluindo a minha Especialização em Ensino de Geografia, e tive uma atuação rápida, de mais ou menos um ano, na rede de escola pública e na rede privada de Ensino Fundamental II. Enfim, depois de um período bastante turbulento – entre 2007 e 2008 – dando aulas e escrevendo duas monografias, fui para a UNESP de Presidente Prudente, fazer o mestrado sob a orientação da professora Maria Encarnação Beltrão Sposito e, em seguida, o doutorado e um breve pós-doutorado.

Fiz parte do Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais (GAsPERR) e também da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Essa participação no grupo e na rede tem tudo a ver com essa minha vinda gradativa para o Ceará, pois fui colocado em contato com pessoas daqui de Fortaleza por meio do Programa de Cooperação Acadêmica (PROCAD), coordenado pelas professoras Maria Encarnação Beltrão Sposito, Beatriz Ribeiro Soares, Doralice Sátyro Maia e Denise Elias. Assim, fui convidado para participar de uma missão de estudos desse programa, por meio do qual os docentes e discentes de um programa de pós-graduação em Geografia faziam missões de estudo/pesquisa em outros programas. No meu caso, na condição de discente, fui um dos alunos seleciona-

3 SPOSITO, M. E. B. *Cidades médias: espaços em transição*. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

dos e fui para a Universidade Federal de Uberlândia, onde fiquei por uns 50 dias. Já a minha esposa, Edna Maria Jucá Couto, na época, mestranda em Geografia pela UECE e orientada pela professora Denise Elias, foi uma das discentes que foi para a UNESP de Presidente Prudente, onde permaneceu por um semestre, quando nos conhecemos, e aí, de certa maneira, ela me atraiu para Fortaleza e para a UECE – coincidentemente o nome do edital era “Chamada CAPES/CNPq PROCAD-CASADINHO”.

No ano em que concluí o doutorado em Geografia na UNESP de Presidente Prudente (2015), eu prestei o concurso para professor efetivo na UECE e é aí que entra a ideia de “desterritorialização”. Na medida em que nasci em uma cidade média, fiz pós-graduação em uma cidade média, realizei um estágio sanduíche em Lleida, uma cidade média na Catalunha (Espanha), e vim atuar profissionalmente em uma metrópole! Em Lleida tive uma experiência muito importante de oito meses, como bolsista CAPES, durante o estágio sanduíche, junto à Universidade de Lleida e à Cátedra UNESCO de *Ciudades Intermedias-Urbanización y Desarrollo*. Desse modo, as cidades médias sempre atravessaram a minha trajetória, pois, chegando ao Ceará foi onde, “teoricamente”, eu posso dizer que me senti desterritorializado.

Porém, novamente “a cidade média me atraiu”, justamente ao estabelecer contato com todos vocês de Sobral. Atualmente, estou como professor da disciplina de Geografia Urbana, e o principal trabalho de campo da disciplina ocorre em Sobral, e também faço parte do Projeto Temático FAPESP “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos e formas”, que a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito coordena. Nesse projeto, eu componho a equipe que está responsável pela cidade de Mossoró, outra cidade média. Como estudo o mercado imobiliário há alguns anos e sabemos que se trata de um tema de investigação em que geralmente se digitam muitos dados, lhes conto que, na minha tese, coletei, compilei, analisei e processei mais de 25 mil anúncios imobiliários, e justa e infelizmente por isso um dia escutei em um evento que eu era um “mero digitador de dados”. Todavia, eu respiro cidades médias desde quando eu nasci e pesquisá-las é algo intrínseco à minha pessoa. Estou em Fortaleza, na UECE, mas com o interesse de pesquisa voltado especificamente para as cidades médias, mais exatamente Mossoró/RN e Sobral/CE. Desse modo, agora me encontro estudando duas cidades médias de uma

outra formação socioespacial, diferente das que eu estudei anteriormente no norte do Paraná: Londrina e Maringá.

Prof. Luiz Antônio: O fato de ter uma formação em uma instituição tão voltada aos estudos das cidades médias permitiu uma outra visão de mundo, diferente, portanto, do que é estar no espaço metropolitano e olhar os espaços metropolitanos. Isso ajudou ou não nessa trajetória e nessas escolhas?

Prof. Wagner: Sim, de fato contribuiu bastante, pois eu penso que a experiência urbana com a cidade média, ou com a metrópole, seja no tocante à mobilidade cotidiana, às práticas espaciais, aos nossos deslocamentos e percursos de um modo geral, imprimem diferenças no sujeito.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Fale um pouco sobre os desafios dos estudos sobre mercado imobiliário nas cidades médias.

Prof. Wagner: Quero deixar bem claro que eu não estudo o mercado imobiliário por ele mesmo. Na verdade, são as muitas variáveis e dinâmicas do mercado imobiliário, variáveis atinentes aos preços dos imóveis, da terra, imprescindíveis sobretudo para nós pesquisadores que ainda acreditamos na importância da renda da terra, a qual é uma parte da teoria do valor, pois é nesse sentido que digo que estudo o mercado imobiliário. Hoje em dia nós temos um grande obstáculo para estudar dinâmicas imobiliárias, pois os anúncios atuais não estão mais impressos em jornais ou em cadernos específicos. Eles estão nos aplicativos e, por essa razão, os levantamentos que objetivam analisar a recente dinâmica imobiliária ou evolução dos preços têm que ser constantes e ininterruptos, junto aos aplicativos e aos sites de venda de imóveis, que raramente mantêm históricos e dados antigos hospedados para consulta posterior.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Sobre o processo de urbanização a partir da cidade média, qual a importância dessa temática para a Geografia e para outras áreas afins? A segunda questão é, o senhor comentou da sua experiência na ReCiMe, rede que estuda a cidade média com uma metodologia já definida para esse tipo de estudo. Eu queria que o senhor tocasse um pouco na importância desse tipo de metodologia e no desenvolvimento dos estudos das cidades médias.

Prof. Wagner: Com relação às cidades médias como objeto de estudo, eu não vou me alongar muito nisso, pois este ponto já foi objeto de diálogo.

go na ocasião da participação dos outros pesquisadores. Compreendo a importância de estudarmos as cidades médias, buscando sempre contribuir para o avanço do conceito, buscando contribuir no sentido de estudos comparativos. As cidades médias são objetos interessantes de pesquisa, estendem pontes disciplinares com outras áreas do saber, tais como o Urbanismo, a Sociologia Urbana, a História, a Economia Urbana e Regional, dentre várias outras áreas.

Vou encaminhar a resposta à pergunta contextualizando o ambiente de pesquisa no PPGG da UNESP, considerando a influência que, sobre mim, exerceram meus orientadores, a professora Maria Encarnação Beltrão Sposito e o professor Everaldo Santos Melazzo. Em sua pesquisa de mestrado em Geografia, a professora Maria Encarnação estudou a produção de espaço urbano, a horizontalização e os loteamentos em Presidente Prudente. Já o professor Everaldo Melazzo, no seu mestrado em Planejamento Urbano e Regional, estudou as dinâmicas imobiliárias na cidade média de Presidente Prudente. Nesse sentido, quando eu cheguei no PPGG da UNESP no ano de 2008, eu já me deparei com um grupo de pesquisa consolidado, com procedimentos analíticos já em andamento, com bancos de dados e séries históricas que estavam, naquele momento, em construção no que diz respeito, principalmente, aos estudos do mercado imobiliário e aos estudos comparativos de cidades médias, ademais das publicações da ReCiMe que pude conhecer antes de ingressar no mestrado. Então, nesse sentido metodológico e dos procedimentos analíticos eu não inventei nada, eu apenas adotei alguns procedimentos que vieram a calhar com a pesquisa que eu queria desenvolver.

Prof.^a Glauciana Alves Teles (JVA): O que você aconselharia para um pesquisador iniciante nesse campo de estudos, diante de toda essa dinâmica do que é pesquisar? Do que é

Compreendo a importância de estudarmos as cidades médias, buscando sempre contribuir para o avanço do conceito, buscando contribuir no sentido de estudos comparativos. As cidades médias são objetos interessantes de pesquisa, estendem pontes disciplinares com outras áreas do saber, tais como o Urbanismo, a Sociologia Urbana, a História, a Economia Urbana e Regional, dentre várias outras áreas.

acompanhar essas mudanças empíricas, das estatísticas e das formas de pesquisar?

Prof. Wagner: Primeiramente a gente tem que manter os vínculos acadêmicos, as redes, as *networks* e, nesse sentido, eu valorizo a pesquisa coletiva e até faço uma autocrítica quando eu me senti desterritorializado e cheguei na UECE em 2016, e tive um pouco de dificuldade para saber para que lado ir, para que grupo caminhar, para que laboratório bater à porta. Essa angústia terminou quando fui recebido de braços abertos no Laboratório de Estudos Urbanos e da Cidade (LEURC) pela professora Zenilde Baima Amora e companhia, onde estou desde 2018. Nesse sentido, a vivência em laboratório é extremamente importante para nossa pesquisa, pois ela é muito compartilhada e coletiva. É verdade que a leitura, o ato de se debruçar nos livros, nos clássicos – e o pessoal mais novo parece que a cada dia valoriza menos isso – é um ato solitário. Vejamos: nos trancamos em um quarto ou procuramos algum canto silencioso na biblioteca para encarar um calhamaço e, por isso digo que esse ato é um pouco solitário. Mas esse ato solitário se torna mais solidário quando passamos para um segundo ato, na medida em que acontece o debate coletivo das ideias e das leituras.

A minha experiência de graduação foi interdisciplinar e foi dividida no famoso tripé universitário: ensino, pesquisa e extensão, portanto, foi de fato na pós-graduação – mestrado e doutorado – que eu mergulhei na pesquisa e passei a viver grande parte do meu tempo acadêmico dentro de um laboratório, dentro do grupo de pesquisa. Nesse sentido, a manutenção dessa rede de relações da pesquisa em Geografia Urbana, sobretudo nós que pesquisamos cidades, que as compreendemos nas suas respectivas redes urbanas, buscando apreendê-las nas suas múltiplas escalas, é imprescindível. E eu

E verdade que a leitura, o ato de se debruçar nos livros, nos clássicos – e o pessoal mais novo parece que a cada dia valoriza menos isso – é um ato solitário. Vejamos: nos trancamos em um quarto ou procuramos algum canto silencioso na biblioteca para encarar um calhamaço e, por isso digo que esse ato é um pouco solitário. Mas esse ato solitário se torna mais solidário quando passamos para um segundo ato, na medida em que acontece o debate coletivo das ideias e das leituras.

não vejo outra saída senão essa pesquisa reticular, essa pesquisa coletiva, construída em rede, e digo isso me referindo tanto às microrredes, mais locais – e aqui no meu caso, por exemplo, em Fortaleza, nós temos essa possibilidade a partir da inter-relação entre diferentes grupos de pesquisas da UECE, UFC –, como às redes regionais ou nacionais, inseridas em outras escalas. Compreendo a grande importância desses vínculos para o estudante ou pesquisador, enfim, para aquele que quer, deseja e almeja manter esses vínculos férteis e ativos.

Francisco Samuel Gomes de Araújo (MAG/UVA): Como afirma Henri Lefebvre, as cidades não surgem do nada, elas perpassam por todo um processo de produção do espaço. Eu consigo encontrar quais processos dentro de uma cidade pequena?

Prof. Wagner: O processo de produção do espaço se faz presente nas múltiplas escalas do espaço urbano, e eu entendo que desde a grande metrópole ao centro local nós podemos investigar dinâmicas da produção do espaço urbano. É certo que algumas dinâmicas, algumas variáveis, alguns processos, algumas lógicas e estratégias espaciais estarão mais ou menos colocados nesta ou naquela escala de análise. Talvez, algumas lógicas da produção do espaço estejam ausentes nas cidades pequenas, por exemplo, o processo de segregação socioespacial pode ser uma preocupação minoritária em cidades pequenas, ou, diferentemente, podemos encontrar loteamentos fechados em cidades pequenas e considerarmos esse fato um absurdo para aquela realidade urbana. Mas, percebam, são diferentes intensidades dos processos espaciais, mas aí reproduzidos porque a cidade é capitalista, reproduzidos em diferentes escalas porque a urbanização é capitalista, ocorra na grande cidade, na cidade média ou na cidade pequena. Então, com certeza, esse é o processo geral, é a porta de entrada,

é o processo de produção do espaço.

O processo de produção do espaço se faz presente nas múltiplas escalas do espaço urbano, e eu entendo que desde a grande metrópole ao centro local nós podemos investigar dinâmicas da produção do espaço urbano.

Prof. Antônio Cardoso Façanha (UFPI): Professor Wagner, eu queria que você comentasse se, no seu cotidiano de trabalho, você identifica, nos jovens pes-

quisadores, pressa para produção do conhecimento e uma certa acomodação na busca de referências.

Prof. Wagner: Eu me deparo com esse problema junto aos meus orientandos, pois há uma pressa neles, o que é também um problema da pesquisa na contemporaneidade, da aceleração contemporânea, a pressa em fazer a pesquisa, pois a pesquisa já é colocada como fim, e não como um processo de produção intelectual do pesquisador ou da pesquisadora. Há uma certa falta de disposição para ler os clássicos ou mesmo para ler livros na íntegra e nós, orientadores, temos dificuldades em criar um convencimento de que os livros têm que ser lidos na íntegra, pois há muitos jovens estudantes que acham que estamos na era dos artigos e que não há mais tempo para lermos livros acadêmicos em sua totalidade e, por esse entendimento, decidem fundamentar suas pesquisas apenas em artigos, não se dispendo a investirem seu tempo na leitura de livros de 300, 400 ou 500 páginas. São dilemas com os quais nos deparamos com muita frequência. Eu afirmo ser um dilema justamente porque eu tenho uma certa dificuldade em lidar com esse problema.

Tenho muito gosto em facilitar a vida dos meus orientandos. Por exemplo, eu tenho tudo dentro do meu computador em biblioteca virtual – na “nuvem” –, e eu me contenho para não compartilhar todo o material bibliográfico organizado segundo a necessidade daquela pesquisa em desenvolvimento pelo estudante, separado por “pastinhas”, pois sei que o ato de pesquisar tem que ser construído pela pessoa. O ato de pesquisar é uma construção pessoal e eu me contenho, às vezes, para não compartilhar tudo prontamente. O desejo é de facilitar tudo, entregar tudo de “mão beijada”, mas daí eu me lembro quando eu era estudante de graduação e separava algumas tardes para ir até a Biblioteca Central da UEL, pegar um caderninho de anotações ou uma agendinha e sentar em um daqueles banquinhos em frente à seção onde ficavam os periódicos de Geografia, ocasiões, inclusive, em que tive contato com a Revista da Casa da Geografia de Sobral, isso por volta do ano de 2005⁴, e me punha a imaginar como seria essa tal “Casa da Geografia de Sobral”.

4 Nesse mesmo ano fui aluno do professor William Ribeiro da Silva, na disciplina de Geografia Urbana. A ele sou grato por sua atenção, generosidade e por despertar em mim, por meio de suas dedicadas aulas e intensos trabalhos de campo, o interesse pelo estudo da cidade e do urbano.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Boa tarde! Prazer, professor Wagner! Eu queria que você discutisse um pouquinho mais sobre a expansão imobiliária e a própria segregação nas cidades médias, pois a gente tem observado que a política habitacional, inclusive a do Programa Minha Casa Minha Vida, foi um fator de expansão das cidades, inclusive segmentando as cidades, pois há cidades em que as casas foram construídas a 2 quilômetros do centro da cidade. No Brasil, já se tem a cultura da produção das cidades dispersas, e não cidades compactas, e a gente sabe dos prejuízos dessa dispersão, pois cria problemas que a gestão pública não dá conta de resolver.

Prof. Wagner: Eu vou tentar responder, mas não vai ser fácil. A professora Rita colocou muito bem: *“nós tínhamos uma política habitacional no Brasil”*, que era o Programa Minha Casa Minha Vida que, apesar dos acertos, repetiu alguns erros do passado, em alguns casos sim, em outros não. Eu cresci em um conjunto habitacional da COHAB e morei aproximadamente uns 10 anos nesse conjunto habitacional, localizado na periferia socioespacial da Zona Leste de Londrina, então, nesse sentido, posso afirmar que “senti na pele” o que era ser um cidadão segregado, morar longe, viver com as roupas encardidas porque não tinha asfalto, e lá é uma região de domínio da popularmente chamada “terra roxa”. Quando chove, faz barro. Sei que isso não chega nem perto do preconceito racial, mas, no sentido espacial, o cidadão sofre preconceito por ser considerado um morador da periferia.

Pois bem, décadas depois da experiência da era BNH⁵, vimos um novo programa habitacional surgir nesse país, o Programa Minha Casa Minha Vida e, sobretudo no que toca ao exemplo dos grandes empreendimentos residenciais, dos grandes conjuntos habitacionais, eles impactam a cidade aprofundando a segregação socioespacial. É sabido que em algum momento algumas cidades brasileiras tinham o maior empreendimento do PMCMV. Houve um ano que Londrina deteve o maior empreendimento do Programa, um empreendimento com milhares de unidades, com mais de 10 mil pessoas morando lá, e eu tive a oportunidade de visitá-lo com frequência, um empreendimento que estava em descontinuidade territorial urbana com o último bairro, com o último loteamento. Esse aspecto que a

5 Banco Nacional da Habitação.

professora Rita de Cássia colocou, a gente estuda, a gente analisa, porém, o cidadão o “vive na pele”, todos os dias. Eu me lembro de uma ocasião em que as crianças daquele conjunto, o Residencial Vista Bela, não tinham ônibus escolar, não tinham escola no bairro e elas não tinham ônibus para ir até a escola onde deveriam estudar e, de uma maneira muito ágil, centenas de crianças fecharam a rua com alguns pneus queimados ou alguma coisa assim, e aquela manifestação se transformou em um grande ato e saiu na mídia local. Na época, esse foi um dos exemplos que me marcou bastante, pois reflete a segregação e a fragmentação socioespacial. Como vocês bem sabem, com relação a este último tema de investigação mais recente, pois trata-se de um processo socioespacial mais aprofundado que o de segregação e parte-se do pressuposto de que o urbano, de que a cidade e seu sentido são tecidos não só no plano formal, mas no plano das práticas sociais, encontram-se fragmentados. A vida encontra-se ocorrendo cotidianamente em fragmentos de realidade e quando consideramos um sujeito que, por exemplo, mora em um Alphaville, estuda na melhor escola, frequenta os melhores locais de consumo cultural ou um shopping center específico para sua classe social, compreendemos aí a ideia de fragmento. Os fragmentos, nesse sentido, seriam desconexos ou muito pouco conexos, e isso me intriga ao estudar tal temática em Mossoró ou em Sobral, porque, às vezes, as distâncias no plano geométrico não são tão grandes nestas duas cidades, havendo entre espaços tão desiguais apenas poucos quilômetros de distância física, mas, no plano social, no plano do cotidiano, no plano das práticas espaciais, a ideia de distância é profunda, é abissal!

Em Mossoró, chama-me bastante atenção um fato: os pesquisadores daquela cidade afirmam o seguinte: “*há muita terra urbana ainda em Mossoró*” e, por isso, os patamares de preços da terra ainda não alcançaram amplitudes ao ponto de aumentar as distâncias no plano geométrico do modo como, por exemplo, pude constatar em Londrina, onde espaços da/ em fragmentação estão espalhados em quadrantes diferentes da cidade, distantes entre si. A modo de metáfora espacial, eu trabalhava com a ideia de que divisão social do espaço em Londrina se parecia com uma pizza, sendo um quarto de cada sabor, um quarto de cada segmento socioeconômico, enfim, especialmente bem específicos, bem desiguais. Então, nesse sentido e para concluir, vimos o Programa Minha Casa Minha Vida, em alguns casos, reiterando e aprofundando a segregação socioespacial, sobre-

tudo porque o grande canteiro de obras, o grande empreendimento é mais rentável para as grandes empresas construtoras, as quais historicamente trouxeram dos espaços metropolitanos os seus expedientes de construção: o grande conjunto habitacional.

Prof. Heronilson Pinto Freire (UERN): Boa tarde, professor Wagner! Eu tenho muita curiosidade nessa questão do mercado imobiliário, pois é um tema muito rico, um tema difícil de estudar e considero que exige muita dedicação, não só pela compreensão teórica, mas também empírica, pois capturar os movimentos do mercado imobiliário é muito complexo. E, por ter vivenciado tanto em Sobral, onde morei por um tempo, como em Mossoró, onde morei mais recentemente, gostaria que você tentasse fazer esse comparativo de mercado imobiliário de Sobral e Mossoró. Eu queria que você abordasse o processo de verticalização porque, na época em que eu morei em Sobral, em 2010, o discurso era que Sobral não se verticalizava, Sobral não tinha padrões de construções de edifícios, predominava muito mais uma expansão imobiliária horizontal, já em Mossoró a gente vê uma verticalização muito presente, por exemplo, quando você chega pela BR 304, seja vindo de Natal ou Fortaleza, você já consegue perceber muito fortemente a presença de prédios, e o processo de fragmentação socioespacial.

Prof. Wagner: Considerando minha experiência recente a partir do Projeto Temático FragUrb e os procedimentos e elementos a partir dos quais podemos analisar a fragmentação socioespacial, vou responder pela perspectiva dos percursos urbanos: a partir dos relatos das colaboradoras da pesquisa, buscamos compreender quais são os seus percursos. Quais são os seus ritmos. Quais são os seus locais e seus lugares na cidade. Como elas vivenciam a cidade no plano do consumo, no plano do lazer, no plano do trabalho e, assim, a partir da Frente Metodológica “Percurso urbanos e suas representações”, nós buscamos compreender a fragmentação socioespacial. Somente por meio da análise das variáveis socioeconômicas, de preços dos imóveis etc. não podemos analisar a fragmentação socioespacial e, por isso, adentramos no plano dos percursos urbanos, das práticas espaciais cotidianas. Atualmente, a equipe que compõe essa frente metodológica da qual participo vem trabalhando no desenvolvimento de um aplicativo para a pessoa preencher ao longo do seu percurso urbano, casa/trabalho, casa/espço público etc. Há ainda uma planilha na qual a colaboradora registra suas atividades diárias, justamente para que possa-

mos apreender, a partir dos seus percursos, as suas práticas espaciais cotidianas. Observar o aprofundamento da fragmentação socioespacial mediante estas práticas espaciais ou percursos urbanos depende da experiência urbana dessa pessoa. Por exemplo, caso se trate de um morador de um loteamento fechado de alta renda, certamente haverá uma influência cotidiana no tocante ao processo de fragmentação socioespacial, e, a partir da análise das práticas espaciais, procuramos compreender a fragmentação socioespacial, pois o processo de fragmentação socioespacial é mais “profundo” que o de segregação, pois ele invade ainda mais o plano do cotidiano e do vivido.

Quanto à questão da verticalização, eu tenho poucos elementos para lhe responder, justamente porque a minha pesquisa é direcionada para outra perspectiva, a da “horizontalização” do habitat, para os elementos que incidem na expansão territorial urbana, sobretudo considerando os loteamentos, a valorização da terra urbana e os espaços horizontais fechados, na perspectiva de Sposito e Góes⁶. O processo de verticalização sempre foi um tema que passou um pouco longe dos meus projetos de pesquisa e, por isso, tenho um certo desconforto em abordar essa parte da questão. Eu não acho que Mossoró seja tão verticalizada, mas eu não posso responder à pergunta com um “eu acho”, pois preciso estudar o processo, constatar, analisar, mapear, refletir etc. para, enfim, arriscar-me a fazer alguma afirmação.

Prof.^a Zenilde Baima Amora (UECE): Wagner, é sempre um prazer ouvir você. Somos muito próximos e fazemos parte do mesmo laboratório, mas eu queria ressaltar uma qualidade sua, entre tantas: você tem uma capacidade de trabalho incrível. A gente fala em alguma coisa e você vai buscar a bibliografia, você tenta conhecer a fundo para depois voltar e conversar, e isso é uma coisa que é do pesquisador, e você é um pesquisador nato nessa busca constante. Registro minha admiração pelo pesquisador que você é. Queria sua opinião sobre a importância da mobilidade dos pesquisadores entre as regiões brasileiras, por exemplo, isso para mim é uma riqueza muito grande e trouxe realmente uma outra lógica ao trabalho universitário, e isso é muito comum em outros países, porém, no Brasil, é uma coisa recente.

6 SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão & GÓES, Eda Maria. *Espaços fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação social*. 1. Ed., São Paulo: Editora Unesp, 2013.

Prof. Wagner: Eu me interesso pela perspectiva de compreender o Brasil através da categoria de formação socioespacial de Milton Santos, mas passando pelo Roberto Lobato Corrêa, o qual trabalha com uma ideia de três formações socioespaciais, em um capítulo do livro “*Estudos sobre a rede urbana*”⁷. Nesse sentido, reside um grande desafio, e a mobilidade tem seus aspectos muito bons, muito positivos, muito bonitos, mas muito desafiadores, porque daí a Geografia tem que colocar em perspectiva, ao meu ver, as distintas formações socioespaciais. Por exemplo, eu tenho que passar a compreender a cidade média no semiárido nordestino, passar a compreender as cidades médias do Ceará. São desafios que a mobilidade nos traz.

Eu passei pouco tempo fora do país, mas o suficiente para perceber que a mobilidade acadêmica nos países europeus é imensa. Na Universidade de Lleida, por exemplo, havia muitos estudantes de diferentes nacionalidades, pessoas de diferentes continentes. Lá a mobilidade acadêmica é uma realidade muito comum, tanto entre os estudantes, como entre os professores-pesquisadores. Tive uma oportunidade muito rica na pesquisa sobre as cidades médias junto à Cátedra UNESCO de *Ciudades Intermedias-Urbanización y Desarrollo*, coordenada pelos pesquisadores Josep Maria Llop-Torné e Carmen Bellet Sanfeliu, e nessa ocasião convivi no dia-a-dia da Universidade com alguns pesquisadores de outros países, gente que estava pesquisando cidades médias na Europa e na África, por exemplo⁸. Foi maravilhoso ir à Lleida, pois é uma cidade que marca realmente a pessoa que se interessa pelas cidades médias, principalmente por conta de sua compactidade.

Lleida é uma cidade muito compacta, cuja área central e adjacências são possíveis de serem percorridas a pé sem grandes esforços. Existe um sistema muito integrado de calçadas – *peatonalización* – e a densidade urbana é fantástica, pois, durante as décadas de expansão territorial urbana, o poder público local freou a retenção especulativa de certas áreas não ocupadas da cidade, desacelerando a expansão territorial dispersa, garantindo uma expansão territorial urbana controlada em etapas.

7 CORRÊA, Roberto Lobato. *Estudos Sobre a Rede Urbana*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

8 Na condição de estudante de doutorado, integrei a equipe do “*Proyecto de mejora de las capacidades institucionales en gestión del desarrollo y consolidación, de Autoridades Locales y redes de Autoridades Locales de Brasil y Mozambique, como actores de cooperación descentralizada*”, do qual participava o pesquisador Josep Maria Llop-Torné.

Prof.^a Glauciana: Quais perspectivas futuras você apontaria na sua área de atuação sobre os estudos das cidades médias, mercado imobiliário, segregação socioespacial e fragmentação socioespacial?

Prof. Wagner: Essa pergunta não é fácil. Essa é aquela “bomba que é solta no colo da pessoa”, mas é uma pergunta maravilhosa, pois é do rol de perguntas que nos levam a refletir a respeito do nosso objeto de pesquisa como agenda de pesquisa no horizonte. Responder a essa pergunta nesse contexto pandêmico está muito complicado, muito nebuloso, pois “não sabemos para onde vamos”, mas eu tenho a impressão que ficar parado não é uma opção, não é uma saída. Segundo David Harvey, em entrevista publicada em maio do ano passado⁹, a pandemia expôs os muros invisíveis erguidos pelo capitalismo nas grandes cidades. Embora ele fale a partir de Nova York, trata-se de um processo que nós já conhecemos muito bem, a realidade desses muros invisíveis, os quais, no nosso caso, são muito visíveis!

No Brasil temos ainda uma conjuntura política particular, uma “tragédia política” e, no que se refere à produção material da cidade, vemos um setor da construção civil tentando voltar à dinâmica na qual esteve antes. Por exemplo, nos trabalhos de campo em Mossoró conversamos com um importante empreendedor local, membro da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), que se lamentava pela situação dramática que o setor enfrenta, referindo-se a alguns disparates do Ministério da Economia para este setor. Enfim, eu tenho a impressão que atravessamos um difícil e longo momento de inflexão em várias “curvas estatísticas”: de preço dos imóveis, de número de unidades habitacionais etc. e isso se deve justamente porque estamos sem nenhuma política habitacional, pois, no momento, não há política habitacional alguma, e eu estou suspeitando que, talvez, o Brasil esteja vivendo seu momento mais “federativo” desde 1988, por que os estados e os municípios estão lidando “na linha de frente” com várias questões com relação às quais em outros momentos houve uma certa disposição por parte do Governo Federal para enfrentá-las. E, nesse sentido, parece-me que daqui para frente vamos nos deparar com um “novo ciclo” da produção do espaço urbano, considerando o mercado imobiliário. Por isso, estudar a cidade é muito importante, analisar os contextos locais e a

9 A política anticapitalista na época da COVID-19. Artigo de David Harvey. *Revista IHU online*. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/597468-a-politica-anticapitalista-na-epoca-da-covid-19-artigo-de-david-harvey>.

Enfim, eu tenho a impressão que atravessamos um difícil e longo momento de inflexão em várias “curvas estatísticas”: de preço dos imóveis, de número de unidades habitacionais etc. e isso se deve justamente porque estamos sem nenhuma política habitacional, pois, no momento, não há política habitacional alguma, e eu estou suspeitando que, talvez, o Brasil esteja vivendo seu momento mais “federativo” desde 1988, por que os estados e os municípios estão lidando “na linha de frente” com várias questões com relação às quais em outros momentos houve uma certa disposição por parte do Governo Federal para enfrentá-las.

provocado bons ânimos para a pesquisa, pois temos que continuar descortinando e revelando as contradições da realidade. A nossa intenção é continuar fazendo o que a Geografia de melhor pode fazer para as cidades e os cidadãos, e acredito que nós temos um desafio imenso, que é o de comunicar isso para fora da universidade. Parabenizo pela criatividade, pelo encontro e agradeço pelo convite.

atuação do poder público e das elites locais sempre foi e continua sendo muito importante.

Prof.^a Glauciana: Há muitos enigmas no futuro para desvendarmos com relação às temáticas urbanas, tais como o mercado imobiliário, o comércio, a indústria, os fluxos etc. Caminhando para o encerramento, mais uma vez agradecemos ao professor Wagner Amorim pela sua disponibilidade, pois foi um diálogo bastante profícuo e fluído transformado em entrevista.

Prof. Wagner: Eu agradeço imensamente pelo convite, pois me sinto bastante honrado e feliz por essa oportunidade. Espero manter os laços de pesquisa e fico na torcida para ter

Doi: 10.35260/67960890p.132-146.2022



Beatriz Ribeiro Soares Licenciada em Geografia pela Universidade Federal de Uberlândia (1974), com mestrado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (1988) e doutorado em Geografia (Geografia Humana), também pela Universidade de São Paulo (1995). É professora titular da Universidade Federal de Uberlândia, onde é docente permanente nos cursos de pós graduação em Geografia e Arquitetura e Urbanismo. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Urbana e Regional, atuando principalmente nos seguintes temas: Geografia Urbana; Planejamento Urbano e Regional; Produção do Espaço Urbano Espaços Urbanos Não Metropolitanos.

Dividindo as múltiplas experiências de pesquisa e planejamento em cidades mineiras¹

Prof.^a Beatriz Ribeiro Soares²
Prof. Antônio Cardoso Façanha

Prof. Antônio Cardoso Façanha (UFPI): Primeiramente, agradeço aos colegas pelo convite de coordenar a entrevista de hoje com a professora Beatriz Ribeiro Soares, agradeço também pela disponibilidade e vontade de socializar sua experiência profissional nesse grupo bem diversificado. Passo a palavra para o professor Luiz Antônio iniciar as questões.

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Professora Beatriz, gostaria que você falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica, dentro da Geografia, ou seja, como foi sua construção profissional?

Prof.^a Beatriz Ribeiro Soares (UFU): Boa tarde a todos! Muito obrigado pelo convite! É um prazer estar aqui com vocês. Sempre tive vontade de conhecer Sobral, ainda não deu certo, mas conheço pela literatura e trabalhos que a professora Virgínia e professor Falcão desenvolvem. Bom, sobre minha trajetória acadêmica, eu já estou professora há mais de 40 anos. Eu comecei a fazer Geografia em 1971, na primeira turma de Geografia da Universidade de Uberlândia, que tinha um grupo de alunos muito diverso, bem como os professores, que eram todos de fora da cidade e traziam muitas

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 04 de agosto de 2020.

2 Professora da Universidade Federal de Uberlândia (UFU).

experiências novas que aumentavam a minha vontade de viajar, conhecer o Brasil e o mundo.

A graduação toda foi pautada em uma linha teórica da Geografia francesa, muito clássica. Quando me tornei docente no Ensino Superior, fui fazer mestrado em São Paulo em 1982, na Universidade de São Paulo (USP), tempo em que a Geografia Crítica era discutida, pesquisada, pensada na sala de aula, nos corredores do Departamento de Geografia da USP e nas conversas cotidianas. Essa orientação metodológica mudou muito a minha maneira de ver e pensar a Geografia. Lembro que levei um projeto de pesquisa de mestrado sobre o processo de migração em Uberlândia, com enfoque na migração rural/urbana, a chegada de trabalhadores para a indústria estrangeira, bem como pelas mudanças que ocorriam na cidade e na região do Triângulo Mineiro e acabei fazendo uma pesquisa sobre a habitação popular e produção do espaço, tendo em vista as discussões sobre a Geografia Crítica. Foi um momento de grande descoberta. O mestrado foi um “divisor de águas” em minha vida, conheci muitas pessoas, autores e, para mim, que vinha do interior, era muito difícil ter acesso às pessoas e às publicações.

Depois voltei para fazer o doutorado, também na área da Geografia Urbana, com a professora Amália Inês Lemos, minha orientadora no mestrado e doutorado. No doutorado, trabalhei Uberlândia no contexto regional, pensando o papel que as elites tinham na construção dessas cidades e foi um desafio muito grande naquele período. A Professora Amália me indicou e incentivou esse caminho de trabalhar as cidades médias e esses espaços não-metropolitanos. Quanto aos estudos de pequenas cidades, fui trabalhar junto a orientandos após a criação do Programa de Pós Graduação do IG-UFU.

Tenho uma carreira muito longa na Geografia e na Universidade Federal de Uberlândia, pois ingressei como aluna na primeira turma, me tornei professora no final dos anos 1970 e, em 2021, estamos na 65ª turma e eu ainda estou na ativa. Durante este tempo, pude participar da construção dos cursos de bacharelado, mestrado e doutorado. Com a expansão da Universidade pelo Reuni, o Instituto de Geografia e os docentes da Geografia estiveram presentes para a implementação dos cursos de Geologia, Saúde Coletiva e de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica. Então é um tempo grande de experiências e principalmente na docência, na pesquisa e na orientação. Sempre estive ligada ao tripé ensino, pesquisa e extensão

da universidade, para tanto, fui tutora do Programa de Educação Tutorial (PET) durante 20 anos, desde quando ainda era o Programa Especial de Treinamento da Capes, que tinha por objetivo formar as novas gerações de pesquisadores e docentes para a educação brasileira.

As pesquisas desenvolvidas por mim ou sob minha orientação estão preferencialmente pautadas na investigação dos espaços não metropolitanos, em um primeiro momento, na perspectiva da cidade e, posteriormente, da rede urbana e das interações espaciais entre o campo e a cidade.

No caso do cerrado, a formação de cidades como Uberlândia, que hoje tem mais ou menos 700 mil habitantes, tem uma centralidade muito forte na rede urbana para a região e seu entorno. Então temos aí uma rede de cidades muito extensa, com núcleos urbanos que estão muito distantes uns dos outros. No passado, tínhamos muitos latifúndios, que continham as atividades produtivas e de consumo em seu próprio interior e não possibilitavam a criação de cidades. Os municípios tinham e ainda têm uma extensão territorial grande, o que ainda permanece em Uberlândia, em decorrência das transformações ocorridas no campo pós década de 1970. E, com a construção de Brasília, se transformou em um município que drenava as rendas do seu entorno, concentrando bens e serviços necessários à sua região circundante e, sendo assim, fortaleceu sua centralidade.

Diante de minha trajetória na pesquisa da Geografia Urbana, ressaltaria que trabalhei muito com orientação em nível de pós-graduação. Nunca deixei de atuar na graduação, na Iniciação Científica e, ao menos 20 anos atrás, participei da criação do Grupo de Estudos sobre Cidades Médias junto às professoras Maria Encarnação, Doralice Maia, Denise Elias e vários outros professores. Criamos uma rede de pesquisadores que se dedica ao estudo das cidades médias - ReCiMe, uma experiência muito rica e hoje ainda discutimos o tema, mesmo sabendo que essas cidades têm suas singularidades, particularidades e são diversas de acordo com sua formação socioespacial; inserção na rede urbana brasileira e suas interações regionais. É preciso destacar que há ainda um Brasil profundo que precisa ser descoberto, pesquisado, principalmente agora neste momento de pandemia.

Posteriormente, comecei a pensar junto com a professora Rita de Cássia (UFRN) e outros professores qual era o papel das pequenas cidades, suas relações e interações com as cidades maiores e com o campo. Outra

experiência de nove anos que tive foi um projeto em Portugal. Nele estudamos as cidades saudáveis, escrevemos livros, artigos, orientamos teses.

Também trabalhei e trabalho como professora em outros cursos de pós-graduação da UFU, tais como Engenharia Civil, Arquitetura e atuei em outros estados para ministrar disciplinas na pós-graduação em Geografia, no Paraná e Goiás. Então, ao longo desses 40 anos, minha trajetória foi muito positiva, de muitos aprendizados e muitos desafios, por isso, valeu a pena ter trilhado por vários caminhos para compreender o urbano contemporâneo.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Gostaria de ouvir um pouco sobre sua principal pesquisa.

Prof.^a Beatriz: Atualmente, não tenho uma pesquisa individual em desenvolvimento, tendo em vista a caótica situação da pesquisa no país, mas em muitos momentos da minha vida, elas foram muito importantes. Por exemplo, no meu mestrado e doutorado era um tempo que não tínhamos Internet, ficávamos oito horas por dia em um arquivo público municipal levantando dados, lendo jornais, notas de vereadores, ata da Câmara Municipal, não se tinha nada escrito sobre a cidade, o município. A região do Triângulo Mineiro tinha apenas algumas publicações de memorialistas. Para termos uma ideia, no meu mestrado, minha mãe era a minha estagiária, porque era formada em História e levantou informações e dados da pesquisa para mim nos arquivos públicos e nos jornais, pois eu trabalhava oito horas por dia.

A dissertação e o doutorado se tornaram estudos importantes para a região e acabaram sendo referência. Ainda hoje, recebo ligações de pessoas perguntando sobre estas pesquisas e elas foram feitas há quase 30 anos e auxiliaram novas gerações, entidades no entendimento da formação socioespacial de Uberlândia e Triângulo Mineiro, bem como no significado das elites e dos trabalhadores para a produção do espaço para Uberlândia e para a região.

Não posso deixar de destacar a minha experiência na ReCiMe, que é muita rica, um desafio, pois havia muita resistência aos nossos estudos e publicações e, sendo assim, tivemos que enfrentar debates com estudiosos de várias áreas do conhecimento. Mas, mesmo assim, tínhamos e temos projetos desenvolvidos e em desenvolvimento, realizamos encontros

científicos, fizemos excelentes parcerias na América do Sul, publicação de artigos, diversas dissertações e teses defendidas e premiadas etc. É uma parceria nacional, com outra dimensão.

Desenvolvi também vários projetos na Fapemig, CNPq, financiados pelas prefeituras municipais que foram muito importantes para o conhecimento e registro da região do Sul de Goiás e Triângulo Mineiro. Menciono também as pesquisas internacionais, que são outros desafios, as diferenciações entre Portugal e Brasil. Tem também as pesquisas de nossos alunos que damos um pouco de nossa contribuição, pois hoje, mais do que nunca, devemos ser protagonistas dessa realidade que se apresenta.

Outra pesquisa que não posso deixar de citar são os estudos com Planos Diretores em pequenas cidades na região do Triângulo Mineiro e no Sul de Goiás. Essa pesquisa durou seis anos e as cidades onde elas foram realizadas tinham em torno de seis a oito mil habitantes. Foi uma experiência enriquecedora e desafiadora.

Ao mesmo tempo, sempre tive uma preocupação em pensar metodologias capazes de auxiliar os nossos alunos que vão trabalhar. Tudo é e foi muito importante, então não posso dizer qual foi a pesquisa mais importante.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Vou fazer duas questões. A primeira sobre a importância da temática das cidades médias para a Geografia Urbana e áreas afins. A segunda questão é sobre a metodologia que você propõe para o estudo dessas cidades.

Prof.^a Beatriz: Vou começar pelo final. Sobre a questão da metodologia própria, eu acho que nós da Geografia demoramos um pouco para trabalhar com metodologia. Eu tenho uma experiência na Engenharia Urbana e na Arquitetura, eles têm o caminho metodológico sempre à frente do objeto de estudo. Então, aprendi com eles. Lógico que nossa visão é um pouco diferente, mas, para desenvolver qualquer pesquisa, temos que ter uma metodologia, por mais que tenham críticas, muitas vezes, que é um receituário, que vai deixar o pesquisador preso. Mas penso que a metodologia tem que ser tratada em algum momento. Não estou discutindo a questão do referencial teórico metodológico, mas temos que saber onde queremos chegar. Nos últimos tempos, a Geografia avançou muito ao trabalhar com as metodologias quali-

tativas e quantitativas. Para as pesquisas da ReCiMe, fizemos uma proposta metodológica conjunta sobre agentes econômicos e de desigualdade social que foi, e ainda é, aplicada nas cidades médias estudadas.

A cidade média é muito atrativa para ser estudada, seja a partir de problemas como qualidade de vida, economia, condições sociais, desenvolvimento, infraestrutura etc. No Brasil, os dados do IBGE, dos censos, dos estudos do REGIC apontam o momento que o crescimento populacional e econômico das cidades é superior. Quando as cidades médias, neste momento, são pensadas como desenvolvimento das regiões, no caso da Geografia temos um indicador que aponta o processo de interiorização do Ensino Superior.

As cidades médias passam a ter uma importância nesses estudos. Devemos estudar e desvendar a realidade dessas cidades em diferentes escalas e não podemos aplicar um estudo sobre Fortaleza em Sobral, há especificidades para a compreensão desses aglomerados urbanos. Começamos a pensar sobre a temática das cidades médias em um SIMPURB em Salvador há mais de 20 anos e para construir o que temos hoje foram muitos debates e encontros. Naquele período, tínhamos pesquisadores que já trabalhavam com a temática e, a partir disso, buscamos entender as dinâmicas das cidades médias, como foram construídas e chegamos à conclusão que só podem ser compreendidas no contexto da região, de seu ordenamento intraurbano.

Uma cidade média no interior do Ceará é diferente de uma cidade média no interior de Minas Gerais. Como estudá-las? Qual seu papel intra e interurbano? Temos os estudos macros do IBGE, como o REGIC. Mas uma coisa são esses estudos, outra coisa é o que produzimos, estuda-

Além de pensar essas cidades em sua formação histórica, nos diferentes estados, é necessário estudar principalmente os fatores que estão em mais evidência, que é a expansão e interiorização do Ensino Superior, as transformações regionais, o agronegócio, os problemas socioambientais etc.

mos para compreendermos os serviços, infraestrutura, qualidade de vida, o cotidiano das pessoas etc. Além de pensar essas cidades em sua formação histórica, nos diferentes estados, é necessário estudar principalmente os fatores que estão em mais evidência, que é a expansão e interiorização do

Ensino Superior, as transformações regionais, o agronegócio, os problemas socioambientais etc.

Prof.^a Glauciana Alves Teles (UVA): Professora Beatriz, é uma honra ter você aqui como convidada! Gostaria de perguntar sobre o que você aconselharia para um pesquisador iniciante nesse campo de trabalho sobre as cidades médias, do urbano no Brasil.

Prof.^a Beatriz: Estudar essa urbanização da sociedade tem um grande leque de oportunidades. No caso brasileiro, temos por volta de 85% da população vivendo nesses aglomerados urbanos, então é uma obrigação nossa tentar entender esse processo. O que eu acho mais importante para um pesquisador iniciante, com muita sinceridade, é que ele tenha paixão pelo seu objeto de estudo. Eu sou de uma geração em que éramos obrigados a estudar sobre determinada temática, porque havia uma deficiência em qualificação em determinadas áreas do conhecimento nos cursos superiores do interior do país.

Penso que primeiro você deve buscar uma temática que apresenta desafios, que seja um tema acessível à realidade estudada, com objetivos claros, metodologia adequada e que o pesquisador tenha razão e paixão para desenvolvê-la.

O desenvolvimento de uma pesquisa necessita de dedicação, disciplina, compromisso com princípios éticos, curiosidade e criatividade. Nas Ciências Humanas, temos um leque muito amplo de temáticas a estudar, mas escolher o que vamos estudar requer uma série de cuidados, tais como: devemos ter organização, metas, ter bem definido o problema, o que queremos pesquisar, ter uma boa fundamentação teórica e outra coisa muito importante é que devemos ser sempre curiosos e criativos. Atualmente são tantas informações que chegam a todo momento que não sabemos nem o que escolher, portanto, devemos ter clareza para o recorte espacial e temporal escolhido, bem como a escala da pesquisa.

Penso que primeiro você deve buscar uma temática que apresenta desafios, que seja um tema acessível à realidade estudada, com objetivos claros, metodologia adequada e que o pesquisador tenha razão e paixão para desenvolvê-la.

Devemos pensar o objeto que vamos trabalhar e ter em mente que ele muda ao longo do tempo, em todas as pesquisas e temas. Os procedimentos metodológicos também são importantíssimos, pois temos muitas opções para utilizar, como fotografias, vídeos, narrativas, mapeamentos, entrevistas, dados secundários. Claro que em uma pesquisa não podemos utilizar todos estes recursos, há momentos que a pesquisa qualitativa vai ser mais importante e outros que a pesquisa quantitativa vai ser importante, isso vai depender de nossa pesquisa. Para o pesquisador iniciante, o essencial é saber o caminho que vai trilhar. Tem um livro chamado *A arte da tese*³ que fala que a primeira coisa que devemos fazer para começar uma pesquisa é escolher o orientador, anotar as ideias, fazer muita leitura, buscar informações e dados; compreender um determinado objeto e ser criativo, que é essencial em uma pesquisa.

Pesquisar é descobrir o mundo; é construir conhecimento, é conhecer as desigualdades e vulnerabilidades existentes no planeta Terra. Na sociedade contemporânea, as marcas da ciência estão presentes em todos os aspectos da vida cotidiana. A pandemia do Covid-19 está mostrando a fragilidade da sociedade frente

Pesquisar é descobrir o mundo; é construir conhecimento, é conhecer as desigualdades e vulnerabilidades existentes no planeta Terra. Na sociedade contemporânea, as marcas da ciência estão presentes em todos os aspectos da vida cotidiana. A pandemia do Covid-19 está mostrando a fragilidade da sociedade frente a uma crise sanitária e, ao mesmo tempo, mostrando a importância da ciência frente aos progressos conquistados pelos pesquisadores em todo mundo e em tão pouco tempo.

a uma crise sanitária e, ao mesmo tempo, mostrando a importância da ciência frente aos progressos conquistados pelos pesquisadores em todo mundo e em tão pouco tempo.

Prof. Luiz Antônio: Ao seu ver, quais as dificuldades para a produção do conhecimento científico diante de tantos elementos que são colocados pela tecnologia que, aparentemente, é mais fácil que no passado?

3 BEAUD, Michel. *Arte da tese*: Como preparar e redigir uma tese de mestrado ou doutorado, uma monografia ou qualquer outro trabalho universitário. Tradução de Glória de Carvalho Lins. 3ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

Prof.^a Beatriz: Dificuldades vamos sempre encontrar. Antes era muito difícil, não tínhamos tantas informações e dados disponíveis para se desenvolver uma pesquisa. Com o desenvolvimento tecnológico pautado na rede de computadores, na Internet, a situação mudou rapidamente para pessoas, governos, cientistas, por exemplo. O desenvolvimento de vacinas para o enfrentamento da Covid-19, por exemplo, em 10 meses, temos várias (vacinas) desenvolvidas em diversas partes do mundo, com mecanismos diferentes e que estão sendo aplicadas na população mundial. Então as dificuldades vão existir pelo excesso ou falta de informações, mas eu penso que essa profusão de informações dará lugar a resultados muito importantes. Nesse momento da Pandemia da Covid-19, vimos o quanto o mundo espera pelo aval de um artigo científico sobre a doença e as vacinas; a busca por fontes confiáveis; a valorização da ciência.

Esse grande número de informações que temos requer de todos disciplina, criatividade, compromisso, ética. Em uma pesquisa, sempre haverá alguém tentando encontrar respostas para os questionamentos da sociedade, para as mudanças da natureza.

Muito se discute sobre a originalidade do tema pesquisado e sempre haverá um novo olhar sobre a problemática pesquisada. Por exemplo, no momento atual e pelo interior do Brasil podemos fazer muitos estudos e ainda necessitamos, além das tecnologias, ir a campo, coletar dados e informações em prefeituras municipais, entrevistar gestores, fotografar, mapear, monitorar experimentos, conversar com as pessoas, enfim, não podemos esquecer nunca que existem problemas para o desenvolvimento de uma pesquisa. Mas sempre haverá satisfação em fazer ciência, este é um desafio muito grande para a produção do conhecimento na área da Geografia. As dificuldades vão sempre existir, mas devemos enfrentar e resistir, esse é nosso papel.

Antônio Jerfson Lins de Freitas (*Editora SertãoCult*):

Hoje vivemos em um momento em que a Ciência está sendo muito desacreditada, está perdendo espaço para o achismo e as opiniões são colocadas à

Mas sempre haverá satisfação em fazer ciência, este é um desafio muito grande para a produção do conhecimento na área da Geografia. As dificuldades vão sempre existir, mas devemos enfrentar e resistir, esse é nosso papel.

frente da Ciência. Como você vê isso e como a Ciência Geográfica pode retomar esses espaços?

Prof.^a Beatriz: Nesse momento, estamos sendo colocados realmente em cheque. O quanto foi falado nas mídias, publicações e depois de cinco meses é que se deram conta de que não podemos voltar para a sala de aula. Agora os professores e profissionais da Educação vão ficar na linha de frente, assim como já ocorreu com os da área da saúde. Penso que, em uma sociedade como a nossa, em que a educação foi deixada de lado por anos e há uma desvalorização crescente da Ciência e da atuação profissional em alguns setores, foi preciso acontecer uma crise sanitária, com mais de 220 mil mortes e com 10 milhões de infectados ocorridos no país em 10 meses, para voltarmos a reconhecer a necessidade de se estudar, de desenvolver conhecimento científico, fato que ocorre em todo o mundo com maior ou menor intensidade. As pessoas não acreditam nas palavras dos cientistas, das pesquisas, mas acreditam em uma pesquisa que nem fonte tem e é repassada pelas redes sociais, e isso é fruto dessa visão tosca que estamos vivendo no Brasil, de negacionismo e falta de planejamento, que desvaloriza muito a Ciência.

Com relação à Geografia, penso que ela começou com uma geração que conseguiu valorizá-la pela Geopolítica, para conquistas de territórios, mas, ao longo do tempo, foi sendo muito desvalorizada nos centros de pesquisa, na sala de aula etc. Há alguns anos este processo começou a mudar, quando o paradigma da economia foi sendo substituído pela questão ambiental, então temos muito a contribuir com o futuro da Ciência e do país, pois estudamos a natureza e a sociedade com um olhar sobre pla-

As pessoas não acreditam nas palavras dos cientistas, das pesquisas, mas acreditam em uma pesquisa que nem fonte tem e é repassada pelas redes sociais, e isso é fruto dessa visão tosca que estamos vivendo no Brasil, de negacionismo e falta de planejamento, que desvaloriza muito a Ciência.

nejamento e gestão. Ensina-
mos nas escolas, em todos os níveis, uma nova forma de compreender o mundo e não podemos parar por aí, devemos contribuir com estes estudos na participação e elaboração de planos diretores e setoriais, na administração pública e privada, nas escolas e em tantas ou-

tras atividades profissionais e acadêmicas. Então hoje a Geografia é muito mais procurada pelos alunos justamente por ter esse olhar para o futuro.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Boa tarde a todos! Tenho uma questão sobre as pequenas cidades. Estas que sempre foram negligenciadas e a pandemia revelou uma série de problemas, um deles é a da concentração de serviços e isso sobrecarregou o sistema de saúde das grandes cidades, exatamente porque nas pequenas cidades não têm assistência necessária. Você acredita que é possível que possamos trabalhar novas perspectivas, principalmente em relação às gestões, no sentido de fazer uma desconcentração desses serviços?

Prof.^a Beatriz: No tempo que estávamos escrevendo muito sobre as pequenas cidades, participando de eventos, foi um momento muito bom. Estávamos avançando nas questões dessas cidades com projetos em linhas de pesquisas diferentes, mas depois, por vários motivos, fomos deixando de lado o estudo sobre as pequenas cidades, e principalmente neste momento de pandemia, é essencial retomarmos esses estudos.

Estudos recentes e divulgados pela mídia, mas ainda sem muitas publicações, mostram que há uma tendência do movimento do teletrabalho, *home-office*, e tudo isso, que era aguardado para o futuro, foi antecipado e devemos aprender com essa realidade. Pouco importa se a pessoa mora em um grande centro urbano, uma pequena cidade ou zona rural, o que importa é que essas pessoas tenham acesso às tecnologias da informação. Nas grandes cidades, o custo de vida é muito alto, as dinâmicas de sociabilidade são outras. Em função disso, as pequenas cidades, claro, dependendo de sua localização, devem receber pessoas que voltam das grandes cidades para seus locais de origem.

Já no final do século XX, era perceptível esse fenômeno e agora ele será ainda mais intenso, pois a maioria das pequenas cidades brasileiras tem acesso a internet, meios de comunicação, auxiliando-as na inserção nessa nova realidade e nos diversos setores. Acredito que não irá acontecer em todas da mesma maneira, cada uma a seu tempo e será um grande aprendizado para todos nos próximos anos.

Breno de Abreu Lopes (MAG/UVA): Como você vem estudando a Expansão do Ensino Superior e sua relação com a cidade média no espaço regional?

Prof.^a Beatriz: Bom, nos estudos das cidades médias, dentro da Re-CiMe, um dos aspectos mais considerados é a questão das alterações na configuração espacial das cidades brasileiras, tendo em vista a interiorização do Ensino Superior, via implantação de Universidades Federais, cursos de EAD e Institutos Federais. Este processo está modificando as cidades, pois recebe pessoas, bens e serviços, à medida que vai se expandindo, sobretudo nos governos Lula e Dilma, onde a oferta de cursos superiores se ampliou por todo o Brasil.

Tem um caso que eu fui auditora em uma cidade chamada Rio Verde, em Goiás, e o sonho do prefeito era que tivesse uma indústria para a geração de empregos e renda. Em anos recentes, as administrações municipais almejam a implantação de cursos superiores, que não poluem, fixam os jovens na própria cidade, geram renda, atraem novos investimentos. A expansão do Ensino Superior nas esferas públicas e privadas mudaram a dinâmica local, na geração de empregos, infraestrutura, retenção da população, enfim, muitas mudanças estão ainda acontecendo e ocorrem na escala local e regional, tanto nas cidades médias quanto nas cidades pequenas com um impacto grande, em suma, são muitos ganhos a médio e longo prazo!

Prof.^a Edvânia Gomes de Assis Silva (UFDFPar): Professora Beatriz, é uma honra conhecer você, mesmo que seja virtualmente! Na Universidade Federal do Delta do Parnaíba (UFDFPar), hoje temos mais de quatro mil alunos, vários de outros estados, e o novo crescimento da cidade foi com a implementação do curso de Medicina. Como você vê o crescimento das cidades vinculado ao Ensino Superior?

Prof.^a Beatriz: Desde muito tempo, eu lembro que meus pais falavam que a educação era a coisa mais importante para deixar para os filhos. Numa cidade média, onde muitas pessoas não tinham um curso superior, com a chegada da Universidade surgiu uma série de mudanças e o mais importante é que isso fica para sempre, seja qual cidade for, então, tanto nas cidades médias como pequenas essas instituições têm um papel muito importante na escala local e regional, os méritos são esses, não há prejuízos, apenas ganhos.

Maria do Carmo Alves (Geógrafa): Boa tarde! É uma satisfação falar com você, professora Beatriz! Quais situações desafiantes em relação aos estudos do planejamento das cidades você encontrou?

Prof.^a Beatriz: Bom, quando fazemos uma pesquisa vamos encontrar desafios, mudanças, retrocessos o tempo todo, mudanças de gestão e isso vai trazer as continuidades e descontinuidades, principalmente em pesquisas de planejamento urbano, que é muito dinâmico, então imagino que neste momento deve-se saber em que ocasiões ocorreram essas descontinuidades e como a cidade segue, daí temos que trabalhar os recortes temporal e espacial, a metodologia pode ser até diferente, pode ser uma pesquisa qualitativa e quantitativa e devemos ter bastante cuidado e isso é um desafio, mas é importante entender esses processos. No caso de Sobral, a chegada da Indústria de Cimento, a Fábrica Grendene, criação da UVA, das relações da elite política local, tudo isso deve ser analisado, monitorado. É muito gratificante trabalhar e pensar o futuro das cidades, dos municípios com a participação da sociedade, da administração pública e da universidade, penso que esta deve ser uma importante contribuição dos Geógrafos.

Prof. Luiz Antônio: Vendo esse período recente, de certa forma há uma retomada de poder pelos estados e municípios, delegando, orientando o controle da pandemia. Nesse sentido, as gestões públicas municipais teriam aí outro papel no período pós pandemia? Poderia apontar uma tendência de municipalismo, uma nova força? Como você vê essa realidade?

Prof.^a Beatriz: A nossa Constituição é municipalista, mas na questão da distribuição de recursos há diferenças entre municípios, pois alguns, mesmo com tamanho populacional semelhante, têm peso maior sobre outros. Então, concordo com você que a pandemia colocou em evidência a atuação dos prefeitos. Vou dar o exemplo do enfrentamento da Pandemia. Em fevereiro de 2021, Uberlândia, que tem 826 mortes e 57 mil infectados, e outra cidade próxima chamada Uberaba, tem apenas 276 mortes e 12.400 infectados (o município tem a metade da população de Uberlândia, mas é uma regional de saúde como Uberlândia). Então se pergunta: por que tantas diferenças se o papel delas na região é quase o mesmo?

Minas Gerais chegou tarde nesta discussão da pandemia, pois, inicialmente para o nosso governador, nem pandemia parecia existir. O debate entre o Governo Federal e estados e municípios, o debate entre governadores e prefeitos deixa em evidência a figura dos prefeitos, e isso ocorre em todos os estados. Então a importância do municipalismo vai se ampliar, por diver-

sas questões. Creio que poderemos sair ganhando com o enfrentamento da crise sanitária, inclusive, pela distribuição das verbas em áreas da saúde, segurança, educação. É sonhar um pouco, mas acredito que devemos acreditar no poder do municipalismo, creio que nada ficará como antes.

Prof. Façanha: Agradeço mais uma vez à professora Beatriz pela disponibilidade de socializar sua trajetória acadêmica, os conselhos para pesquisa, foi um ótimo momento para os graduandos e todos nós! Obrigado!

Prof.^a Beatriz: Quero agradecer muito o convite, a oportunidade de estar aqui. Esses encontros virtuais estão possibilitando novas experiências, como conhecer pessoas, aprender e ensinar. São novas possibilidades, que não imaginávamos viver de uma forma tão intensa. Muito Obrigada!

Creio que poderemos sair ganhando com o enfrentamento da crise sanitária, inclusive, pela distribuição das verbas em áreas da saúde, segurança, educação. É sonhar um pouco, mas acredito que devemos acreditar no poder do municipalismo, creio que nada ficará como antes.



Maria José Martinelli Silva Calixto é Professora Titular da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), credenciada no Programa de Pós-Graduação em Geografia - Mestrado e Doutorado - da mesma Instituição. Graduada em Geografia - Licenciatura e Bacharelado - pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho - UNESP - Campus de Presidente Prudente, mestre e doutora pela mesma Instituição. Também cursou Pós-Doutorado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2011) e pela UNESP - Campus de Presidente Prudente (2016). É membro da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias - ReCiMe e do Grupo de Pesquisa TERRHA - Grupo de Estudos sobre Território e Reprodução Social. Orienta trabalhos de pesquisa, tendo experiência na área de Geografia Urbana, atuando principalmente nos seguintes temas: espaço urbano e regional, política pública e cidades médias.

Desafios, práticas e saberes sobre as cidades médias: um olhar a partir de Mato Grosso do Sul¹

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto²

Prof.^a Glauciana Alves Teles

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Professora Maria José, é um prazer enorme retomarmos este diálogo. Registro que num momento de isolamento social, nos enche os olhos encontrar pessoas tão bacanas, pessoas que nos ajudam a manter esta mobilização de diálogo, de produção científica, de interlocução com outras instituições. Professora Maria José, queria iniciar este momento buscando entender a trajetória, os caminhos que a trouxeram até a Geografia. Quais referências que a professora teve na sua trajetória? Uma trajetória que a levou hoje a estar no centro do Brasil, praticamente, atuando em fronteiras que são epistemológicas, mas também que são fronteiras do diálogo acadêmico das universidades no Brasil hoje.

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD): Sou eu quem agradeço, professor Luiz, por esta oportunidade de estar aqui com vocês. Também aproveito pra parabenizá-los por esta atividade e por esta oportunidade de diálogo. Bom, entrando na minha trajetória, eu sou egressa da UNESP de Presidente Prudente e lá se deu toda a minha formação: graduação, mestrado, doutorado e também fiz um estágio de pós-doutorado na-

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 24 de setembro de 2020.

2 Professora da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

quela instituição. Eu costumo dizer que a Geografia entrou na minha vida antes que eu nela tivesse entrado. Eu sempre falo isso porque meu pai foi funcionário da UNESP de Presidente Prudente, então desde criança eu tinha aquela Universidade como uma referência colocada. Mas, também falo isso porque foi no ensino médio na cidade de Presidente Prudente que eu comecei a ter um interesse maior pela Geografia. Esse interesse inicialmente, como na maioria dos casos, era muito pautado por um olhar curioso acerca de alguns processos ou de algumas questões do mundo ou mesmo dos lugares. Embora eu tivesse aquele interesse, ainda era permeado por pouco entendimento acerca de processos mais complexos ou mesmo das contradições, vamos dizer assim, que envolvem os processos. Era um interesse muito centrado naquilo que a disciplina me despertava. A partir desse interesse, por gostar da disciplina, eu pensei na possibilidade de cursar a Universidade e isso me fez prestar o vestibular quando ainda estava no segundo ano do ensino médio, naquela época o segundo colegial, como treineira. Queria ter uma experiência, queria saber como era um processo seletivo de vestibular e, mesmo não sendo possível iniciar o curso naquele momento, pois eu não tinha concluído o ensino médio, a aprovação numa universidade pública acabou sendo um fator que estimulou a prestar o vestibular no ano seguinte. Foi assim que eu ingressei no curso de Geografia da UNESP, no ano de 1987, concluí a licenciatura e o bacharelado no ano de 1990 e iniciei o mestrado já no ano seguinte, no ano de 1991.

Eu penso ser pertinente ressaltar também que, durante o curso de graduação, tive a oportunidade de participar de várias atividades muito importantes para minha formação. Esse foi, por exemplo, o caso dos eventos promovidos pela AGB³. Também participei de diversas atividades de ensino, pesquisa, extensão, além de ter tido a oportunidade de integrar, ainda na condição de discente, o conselho da Graduação, o conselho da Pós-graduação da UNESP e até a congregação da Faculdade de Ciência e Tecnologia. Essas experiências de participação nesses órgãos colegiados ou mesmo em conselhos, sem dúvida, foram bastante importantes para o meu amadurecimento e até para o entendimento de parte, obviamente, da estrutura de uma instituição de Ensino Superior. Aqui, eu acho importante também destacar alguns estágios que eu realizei ou mesmo a colaboração

3 Associação dos Geógrafos Brasileiros.

em alguns projetos de pesquisa que acabaram, de certa forma, reforçando meu interesse pela Geografia.

Dentre essas atividades, eu destaco pelo menos três que avalio que contribuíram bastante para a minha formação: uma delas foi um estágio que realizei por um período de um ano, aproximadamente, junto à Prefeitura de um município vizinho a Presidente Prudente, uma cidade pequena chamada Martinópolis. Esse estágio visava elaborar o Plano Diretor daquela cidade. Foi uma experiência importante que eu vivenciei como discente, por meio desse estágio. Outra experiência que eu também avalio importante ressaltar, até porque aqui eu acho que tem alunos de graduação, alunos de pós-graduação, foi uma participação, durante dois anos, no grupo de estudos e atividades de campo de Arqueologia. Naquele momento, eu acompanhava, inclusive, escavações de material arqueológico no extremo oeste do Estado de São Paulo, numa área denominada Pontal do Paranapanema, onde foram descobertos materiais de cerâmica, pedra lascada, pedra polida... Então, eu participei durante um tempo da minha vida acadêmica de atividades ligadas à área de Arqueologia também. E uma terceira experiência que eu avalio bem importante foi a participação em uma pesquisa que visava avaliar os projetos de reforma agrária e assentamentos no Estado de São Paulo. Tratava-se de uma pesquisa que buscava fazer alguns levantamentos também no Pontal do Paranapanema, uma área ocupada por grileiros e que, desde os anos 1980, foi alvo de luta pela reforma agrária. Estima-se que na região haja um dos maiores estoques de terras públicas do país, griladas e caracterizadas como latifúndios improdutivos. Essa área possui mais de cem assentamentos, eu nem sei precisamente quantos são, mas acredito que, atualmente, tenha mais de cem espalhados por cerca de quinze, dezesseis municípios ali da região do Pontal do Paranapanema.

Bom, também durante o curso de graduação, eu tive oportunidades de participar de trabalhos de campo, alguns deles com duração de vinte dias. Então, do primeiro até o último ano da graduação, eu participei de quatro grandes projetos e trabalhos de campo, respectivamente, para as regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste do país. Essas oportunidades de participação em trabalhos de campo, sem dúvida, foram de muito aprendizado. Aprendizado no sentido amplo da palavra, porque num trabalho de campo que durava quinze, vinte dias, você aprendia várias coisas, não só no sentido acadêmico, mas de convívio, de relacionamento, de estar dia e

noite com os colegas e tudo mais. Por meio dessas experiências eu pude também conhecer, o que penso ser muito importante, as diferentes subáreas da Geografia. Isso despertou o meu interesse pela Geografia Urbana. Essa proximidade com a Geografia Urbana se deu no terceiro ano do curso de graduação, quando eu colaborei no levantamento de campo da pesquisa de doutoramento da professora Maria Encarnação Sposito, que então fazia um trabalho sobre a produção do espaço urbano em cidades do interior paulista, tomando como referencial a verticalização. A partir daí, me aproximei das discussões ligadas à área e, por meio de uma bolsa de Iniciação Científica, iniciei um trabalho de pesquisa. Essa pesquisa de IC, que foi orientada pela professora Maria Encarnação e financiada pelo CNPq, acabou por se desdobrar na minha monografia de Bacharelado, que fiz com uma colega de curso. Esse trabalho de monografia trouxe uma experiência bastante importante por me aproximar do trabalho de campo. Essa experiência possibilitou, também, a participação em grupos de estudos, colóquios que a professora promovia com seus orientandos etc. Ou seja, foi suscitando questões e possibilidade de interlocução, de diálogo que acabaram por me estimular a tentar o processo seletivo para o mestrado, que iniciei no ano de 1991. Portanto, acho também importante registrar que fui aluna das primeiras turmas do Programa, tanto do mestrado quanto de doutorado, da UNESP de Presidente Prudente. Inclusive, eu fui a primeira orientanda de mestrado da professora Maria Encarnação. Então, temos aí uma história longa de convívio e trabalho.

E, falando um pouco da minha dissertação de mestrado: nesse trabalho eu busquei considerar os desdobramentos socioespaciais da intervenção do poder público local via reurbanização de uma área considerada degradada, realizando uma pesquisa sobre uma importante área pública em Presidente Prudente, uma área denominada Parque do Povo. Partiu de um esforço em compreender o processo de reestruturação do espaço urbano, via política pública, tentando analisar a articulação de interesses entre vários agentes envolvidos nesse processo: os proprietários de áreas urbanas, os agentes imobiliários, os moradores, o poder público etc.

Foi um trabalho que partiu do entendimento do processo de reestruturação do espaço urbano, via políticas públicas. Bom, ainda que eu tivesse iniciado o mestrado logo após concluir a graduação, até por ser aluna de uma das primeiras turmas do programa (eu acredito ter sido aluna da se-

gunda ou da terceira turma), eu não possuía bolsa. Aliás, bolsa de estudo era algo bastante difícil naquele contexto, no início da década de 1990. Ao mesmo tempo, eu avaliava ser muito importante ter uma experiência profissional, mas, naquele momento, sem abertura de concurso público no Estado de São Paulo, assumir aulas em Presidente Prudente era algo muito difícil. Me lembro que era um processo até bastante desgastante, porque a gente se formava e queria, de alguma forma, trabalhar. Havia um processo seletivo no estado de São Paulo que ocorria na então chamada Delegacia de Ensino. Todas as sextas-feiras os professores iam na atribuição e aqueles que tinham uma espécie de banco de pontos ou uma pontuação maior, conseguiam algumas aulas, na maioria das vezes eventuais, cobrindo uma licença... Enfim, era muito desgastante. Aqueles que não conseguiam entrar na sala de aula, obviamente, não acumulavam aqueles pontos e também não conseguiam aulas. Inúmeras vezes íamos para aqueles processos de atribuição de aulas e voltávamos sem conseguir sequer uma aula. Foi nesse contexto, pautado por essas dificuldades de inserção no mercado de trabalho dentro da área que eu tinha me graduado, que eu comecei pensar na possibilidade de prestar concurso público no Ensino Superior, até porque, naquela época, não havia uma exigência de titulação. E, como não havia essa exigência, com o mestrado em andamento, eu prestei o primeiro concurso público e iniciei minha vida profissional como professora, então chamada, Auxiliar de Ensino Nível I, porque ainda que eu estivesse cursando o mestrado, ainda era só graduada, ou seja, não tinha título de Mestre. Assim, eu assumi esse concurso público na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, de cujo Campus foi criada a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD) naquele programa de expansão das Universidades Federais em 2005. Ou seja, a UFGD foi criada a partir do desmembramento da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, que tinha um campus aqui em Dourados, onde eu trabalhava. Na verdade, eu trabalhei durante treze anos na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul até ser criada a UFGD. Bom, e aqui eu nem preciso registrar que o desafio de trabalhar na Universidade na era Collor, com 24 anos de idade e com o mestrado em andamento foi grande.

Além das muitas aulas que na época eu tinha que ministrar, porque o quadro de professores era muito restrito, era muito pequeno (eu me lembro que dava aula todos os dias da semana), foram inúmeras as viagens

que eu precisei fazer para Presidente Prudente, de 1992 a 1994, quando concluí o mestrado. Como meu mestrado estava em andamento e a minha área de pesquisa era em Presidente Prudente, eu tinha que me deslocar frequentemente para lá. Foi um momento bastante difícil do ponto de vista de conciliar todas as atividades porque, até então, eu era apenas estudante. Passei a ter que conciliar a vida profissional com uma área de pesquisa em outra cidade. Mas enfim, terminei o mestrado em 1994, cerca de um ano e meio depois de vir morar aqui em Dourados.

No ano de 1995, eu me lembro que assumi a coordenação do curso de graduação. A gente se titulava e recebia como prêmio assumir um cargo administrativo, porque eram poucos os professores e aqueles que se titulavam precisavam se dedicar mais a essas atividades para que os outros pudessem se titular. No ano de 1996 eu prestei o processo seletivo e fui aprovada no programa de doutorado, iniciei nesse mesmo ano os créditos em disciplinas também na UNESP, já tomando como objeto de estudo, como objeto de análise, Dourados. Na pesquisa de doutorado, busquei compreender de que forma o direcionamento da política urbana Federal, principalmente de meados da década de 1960, interferiu no papel que desempenhava o poder público local no que diz respeito à produção habitacional, via BNH.

Tomei como recorte temporal a década de 1970, um contexto marcado por mudanças bastante significativas nas relações de trabalho e de produção do campo, até porque a região de Dourados passava por um processo de mecanização da agricultura com a introdução, naquele momento, da monocultura da soja e do binômio soja-trigo. Foi esse cenário que acabou sendo pano de fundo pra minha discussão. Para tal, eu utilizei como principais referências Henri Lefebvre, Milton Santos, David Harvey, Manuel Castells, dentre outros autores.

Em 2008 eu passo a fazer parte da ReCiMe e as preocupações se voltam para a temática das cidades médias, principalmente a partir da análise de Dourados, que é minha principal referência empírica, vamos dizer assim, de estudos. Em 2010 eu fiz um estágio de pós-doutoramento na UFRJ sob a supervisão do professor Roberto Lobato. Naquele momento, eu parto para uma abordagem voltada para o estudo da rede urbana regional.

No que se refere ao ensino, tanto na UFMS, que eu trabalhei durante treze anos, quanto na UFGD, além de orientar trabalhos de conclusão de curso, monografia, monitoria e extensão universitária, também sempre trabalhei com a disciplina de Geografia Urbana. Ainda que, ao longo do tempo, eu tenha ministrado, e ainda ministro, outras disciplinas como Regionalização do Espaço Mundial, Geografia da População, Geografia Regional, Planejamento, enfim. E aqui tem um aspecto que eu acho bacana também destacar e que se deu a partir do desdobramento da minha participação na ReCiMe: como uma forma de ampliar a discussão sobre a temática das cidades médias (e isso se deu também em um contexto em que eu acabei coordenando um PROCAD-Casadinho), propus na grade curricular do curso de graduação a disciplina eletiva *Urbanização e Cidades Médias*, uma disciplina que eu ministro desde 2016.

Também tenho mantido, regularmente, atividade de grupo de estudos, integrando os alunos da graduação, de Iniciação Científica, do mestrado, do doutorado, ligados ao laboratório que eu coordeno, o Laboratório de Estudos Urbanos e Agrários, denominado LEUA. E, por último, nessa parte inicial, eu quero destacar uma experiência que eu avalio também bastante importante, que se deu a partir da minha condição de tutora no grupo PET. Em 2008, com a parceria de alguns colegas do curso, eu submeti uma proposta, tive um projeto aprovado junto ao SESU-MEC e assumi a tutoria do PET-Geografia da UFGD de 2009 até 2015. Essa experiência me possibilitou desenvolver diversas atividades acadêmicas que integravam ensino, pesquisa e extensão. Também estreitou o diálogo com o curso de Graduação em Geografia, com os alunos do programa de pós-graduação, porque os alunos da pós, sobretudo os meus orientandos, eram sempre muito presentes nas atividades do PET, os bolsistas de iniciação científica... Enfim, foi uma experiência que possibilitou atividades bastante integradoras do ponto de vista da minha relação com o curso, tanto da graduação quanto da pós-graduação. Acho que é isso que eu gostaria de registrar nesta primeira explanação da minha trajetória.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Identificamos a quantidade significativa da sua experiência na coordenação de diversos projetos de pesquisa, mas eu queria que a senhora falasse sobre aquela pesquisa que de alguma forma marcou, aquela que sempre que se fala na professora Maria José, essa experiência é colocada.

Prof.^a Maria José: Bom, eu acho difícil falar da principal pesquisa, porque eu acredito que cada uma delas tem a sua importância para o nosso amadurecimento como pesquisador, nas diferentes etapas da nossa trajetória. Mas, antes até de colocar ou de pontuar algumas pesquisas que, sem dúvida, foram bastante importantes, eu queria abrir uma espécie de parêntese, Virgínia, para destacar ou tratar um pouco mais de onde eu falo. Até porque, eu avalio ser importante fazer esse panorama sobre a realidade local. Bom, eu falo a partir de Dourados que é uma cidade na qual eu resido e que venho desenvolvendo as minhas pesquisas. Dourados é, como vocês já sabem, uma cidade média que exerce uma importante função regional na porção Sul do Estado de Mato Grosso do Sul, sendo, inclusive, a segunda maior cidade do estado em contingente populacional. Quando pensamos em termos de inserção regional, Dourados também se destaca pela oferta de comércio e serviços, principalmente a oferta de serviços ligados à saúde e ao Ensino Superior. Conta com cinco instituições de Ensino Superior, sendo duas públicas: uma Universidade Federal, a UFGD; e outra, uma Universidade Estadual que tem sede também em Dourados, a UEMS. E, apenas para dimensionarmos um aspecto dessa condição regional de Dourados, é importante destacar que esse centro urbano é o principal de uma região que, num raio de aproximadamente 150 quilômetros, concentra cerca de 38 municípios.

Além de exercer esse importante papel regional, Dourados se liga a escalas bem mais amplas, sobretudo alicerçadas no chamado agronegócio. Essa condição se consolidou no decorrer do tempo, sendo impulsionada, inclusive, por políticas públicas de desenvolvimento, que fizeram com que Dourados assumisse a condição de centro urbano regional, principalmente a partir dos anos 1970, com a introdução de um modelo produtivo baseado no uso intensivo de tecnologia, insumo industrial, inicialmente voltado, como eu disse anteriormente, para a cultura da soja, consorciada com o trigo. A partir da década de 1970, a região de Dourados passou a receber muitos investimentos e incentivos governamentais, por meio de alguns programas como, por exemplo, o Polo Centro, o Prodegran, o Prodoeste. Enfim, foram vários os programas governamentais que acabaram tomando essa região como objeto de atuação. E esse processo, que faz de Dourados um importante centro urbano regional, certamente não se dá sem as suas contradições.

Podemos dizer que a própria política de concentração de terras advinda da economia agroexportadora leva, por exemplo, à expropriação dos povos

indígenas. A consolidação desse modelo baseado no monocultivo impacta não somente as relações de trabalho e de produção no campo, mas também transforma, também desestrutura, vamos dizer assim, as antigas relações. Esse é o caso dos povos originários aqui no Mato Grosso do Sul. Quando consideramos a escala do intraurbano, essas contradições também vão se expressar de forma muito significativa por meio, por exemplo, do avanço do capital imobiliário, do aumento do preço da terra urbana... Essa realidade vai impor dificuldades no acesso à moradia e levar ao surgimento de áreas de ocupação no interior da cidade. No último levantamento realizado aqui em Dourados, a cidade possuía mais de 30 áreas de ocupação chamadas “irregulares”. Isso se reforça porque Dourados tem um dos preços do metro quadrado da terra urbana mais caro do estado de Mato Grosso do Sul, superando, inclusive, óbvio que proporcionalmente, os preços da capital do estado, Campo Grande. Então, ao mesmo tempo que se deu um processo que possibilitou a integração da região à economia nacional ou mesmo à economia mundial, vem revelando dinâmicas muito contraditórias, marcando conflitos de diferentes ordens e de diferentes naturezas, seja no espaço regional, seja no espaço intraurbano. Feita essa explanação mais geral sobre Dourados, e voltando à questão da pesquisa mais importante, como eu disse no início, acho difícil apontar. Se eu pensar de um ponto de vista mais processual, vou dizer que a Iniciação Científica foi fundamental em minha vida acadêmica, porque foi a experiência na Iniciação Científica que despertou o interesse pela pesquisa científica, o que me motivou a dar continuidade aos meus estudos, a dar continuidade às minhas pesquisas.

Da mesma forma, eu também acho importante destacar a tese de doutoramento, até pelo fato de que a tese trouxe a possibilidade de oferecer uma contribuição no avanço do conhecimento, sobretudo se considerarmos que naquele momento que eu fiz a tese, a pesquisa acadêmica ainda ocorria de forma muito pontual e a cidade de Dourados praticamente ainda não tinha sido tomada como objeto de estudo naquele contexto. Na década de 1990, ainda vivíamos um contexto marcado pela carência da pesquisa científica em Mato Grosso do Sul e, desse modo, a tese permitiu contribuir com o processo de construção do conhecimento por meio do estudo de uma cidade do interior do estado.

Posteriormente, foi fundamental na minha carreira a oportunidade de pesquisa que se fortaleceu com a minha entrada na ReCiMe, em 2008,

quando começo a fazer parte da rede. Essa experiência de fazer parte de uma rede de pesquisa me possibilitou não só integrar a equipe, mas também coordenar alguns projetos que avalio importantes, financiados, por exemplo, pelo CNPq. Esse foi o caso do programa de cooperação acadêmica institucional, chamado PROCAD-Casadinho, que formalizou uma rede de cooperação entre o programa de pós-graduação da UFGD, onde eu atuo, e os programas de pós-graduação da UFRJ, representado pelo professor Willian Ribeiro, e da UNESP de Presidente Prudente, representado pela professora Maria Encarnação Sposito. Esse projeto de cooperação institucional, assim como os outros dois que antecederam a ele, um coordenado pela professora Denise Elias e o outro coordenado pela professora Doralice Sátyro Maia, possibilitou a troca de experiências entre os pesquisadores ligados a ReCiMe e ampliou a pesquisa, o debate e a reflexão sobre as cidades médias. Então, foram projetos extremamente importantes.

Atualmente, coordeno um projeto financiado pelo CNPq, ligado ao Programa Minha Casa Minha Vida e seus desdobramentos socioespaciais, em que procuramos analisar os novos vetores da produção do espaço em cinco cidades médias brasileiras, uma em cada região do país. Inclusive, a professora Doralice, que está aqui nos assistindo, também faz parte da equipe desse projeto. Bom, além desse projeto que coordeno, eu faço parte da equipe de mais dois projetos: um deles mais ligado diretamente à ReCiMe, denominado Urbanização Contemporânea, Restruturação e Desigualdades Socioespaciais, financiado pelo CNPq e pela fundação do Estado da Paraíba e que é coordenado pela professora Doralice e, outro, denominado Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira (FRAGURB), esse financiado pela FAPESP e coordenado pela professora Maria Encarnação. Envolve o estudo de nove cidades médias e busca analisar o processo que alguns autores têm chamado de fragmentação socioespacial. Acho que em termos de projetos de pesquisa, Virgínia, são esses e, cada um deles, em diferentes momentos, foram importantes para minha formação como pesquisadora, para a possibilidade de diálogo e de interlocução com outros pesquisadores.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Professora, de certa forma, são duas questões que eu tenho para colocar que a senhora já teceu alguns comentários. A primeira delas é: Qual a importância da discussão da cidade média e principalmente um debate sobre a cidade média numa região como a senhora já demonstrou, fortemente ligada ao agronegócio,

e também num estado que é o Mato Grosso do Sul, um estado que faz fronteira com outros países? Uma segunda questão seria do ponto de vista metodológico. A senhora teria desenvolvido alguma metodologia para o estudo da cidade média?

Prof.^a Maria José: Bom, penso que, considerando o papel das cidades médias, é importante reforçar que, ainda que no Brasil o processo de urbanização se constitua a partir de formações socioespaciais, como chama o professor Milton Santos, ou heranças socioespaciais bastante diversas, o que certamente vai resultar numa configuração espacial muito diferenciada, durante muito tempo os estudos urbanos estiveram centrados na realidade metropolitana. Obviamente que isso também não se deu sem motivo, pois além das metrópoles apresentarem um grau de complexidade maior do ponto de vista funcional, do ponto de vista social, econômico, espacial, foi nos grandes centros que, durante um bom tempo, se concentraram as instituições de ensino e as instituições de pesquisa. Essa realidade, obviamente, vai se reverberar no fato desses locais, dessas regiões metropolitanas, serem tomadas como objeto de pesquisa.

É importante considerarmos também que a diversidade da urbanização brasileira traz a necessidade de novos instrumentos teóricos-metodológicos para sua própria compreensão. O que também reforça a importância dos estudos empíricos. A própria fluidez do território (para recuperar outra expressão do Milton Santos e da Maria Laura Silveira) vai produzir maior articulação na rede urbana em função da diferenciação e, por decorrência, da complementaridade entre os centros urbanos que compõem essas redes. Então, no meu ponto de vista, os estudos sobre as cidades médias, além de ampliarem o debate sobre os conteúdos do processo de urbanização, vão possibilitar, de certa forma, deslocar a análise, e deslocar, no sentido de fazer com que uma análise que durante muito tempo ficou centrada na metrópole ou nas regiões metropolitanas passasse a abordar outros centros urbanos. Isso, certamente, vai ampliar o escopo analítico, contribuindo para revelar a complexidade da urbanização brasileira, que não se dá e nem se explica apenas a partir da realidade metropolitana. Até pelo fato de estabelecer articulações em diferentes escalas, em muitos casos, as cidades médias tornam-se estratégicas na rede urbana e, aqui, já vou pontuando a realidade de Dourados. Dourados é uma cidade média que além do importante papel regional se articula com escalas mais abrangentes pautadas,

alicerçadas, no agronegócio. Dourados tem um papel bastante estratégico na sua rede urbana. Se pensarmos em termos de síntese, mostra que o processo de urbanização também se revela em cidades de diferentes portes e importância, inclusive nas chamadas cidades pequenas, independente das posições que essas cidades ocupam nas redes urbanas das quais elas fazem parte. É nesse sentido que eu acredito que esse objeto de pesquisa contribui para a produção do conhecimento, à medida que busca uma melhor qualificação, uma melhor conceituação, dos centros urbanos não metropolitanos.

Quando a gente pensa mais especificamente na realidade de Dourados, além do seu papel urbano, regional e, além dessa articulação com outras escalas, a condição de fronteira abre uma especificidade, uma particularidade e, até, uma singularidade dessa cidade, o que, de certa forma, demanda muitos estudos, muitas pesquisas.

Quanto à questão que envolve a metodologia, é óbvio que dependendo do tipo de pesquisa que você realiza, você vai rever a metodologia, vai buscar outras metodologias. Mas, na verdade, temos nos baseado em uma metodologia que foi proposta pela própria ReCiMe e que foi aplicada nas diferentes cidades que eram objetos de pesquisa, que eram objetos de análise. Mas Dourados de fato traz essa particularidade, não apenas por ser uma das “cidades do agronegócio”. Eu até nem gosto dessa expressão “cidade do agronegócio”, porque eu penso que esse rótulo, de certa forma, esconde todas as outras contradições que estão colocadas, esconde, inclusive, a realidade indígena que é muito presente aqui no estado e que, de várias maneiras, acaba sendo negada ou invisibilizada. A presença dos indígenas na cidade é conflituosa, impactando a vivência desses povos. Temos uma reserva indígena muito próxima da área urbana. Anteriormente, estava a dois quilômetros da área urbana. Atualmente, está praticamente dentro da área urbana, considerando que o muro dos condomínios fechados (que aqui estão em uma área muito concentrada no interior da cidade) fazem divisa com a reserva indígena. Então, os muros dos condomínios formam uma espécie de barreira que bloqueia a passagem dos indígenas para a cidade.

Além dessas contradições, tem a colocada pela condição de fronteira, que também impacta, ainda que neste momento específico não seja possível falar desse impacto porque vivemos uma especificidade provocada

pela pandemia e o comércio paraguaio está fechado. Mas, em momentos anteriores, de certa forma, a proximidade com o Paraguai impactava o comércio em alguns ramos, como o setor de eletrodomésticos, de eletroeletrônicos etc. É muito comum as pessoas adquirirem esses produtos no Paraguai. Aliás, muito comum até adquirirem mercadorias e artigos de supermercado, que no país vizinho também acaba sendo muito mais em conta. Dourados traz essa especificidade, essa singularidade. Obviamente que nem todas as facetas dessa realidade local é possível pesquisar, porque é preciso ter fôlego, é preciso ter perna, é preciso ter muitos orientandos que estejam olhando para diferentes questões, mas são preocupações que a gente tem tentado, no decorrer desse processo, considerar.

Prof. Luiz Antônio: Você relatou que a Iniciação Científica de alguma forma teve um peso significativo na sua formação, foi um balizador importante para essa construção, para essa trajetória. Nesse sentido, o que você aconselharia hoje para nossos alunos que lhe escutam?

Prof.^a Maria José: Essa eu também acho uma questão difícil, principalmente se partirmos do pressuposto que todos nós, em diferentes momentos, estamos aprendendo constantemente. São tantas frentes de pesquisa que você olha e fala: *“Tem muita coisa ainda para pesquisar”* e, muitas vezes, alguém pode olhar de fora e dizer: *“Mas só estuda Dourados?”* Enfim, é bastante relativo e, apesar de achar difícil falar sobre essa questão colocada, temos que considerar que, diferentemente dos alunos de Iniciação Científica, graduação, ou mesmo aqueles que estão iniciando a pós-graduação, nós professores já trilhamos alguns caminhos. Nesse sentido, eu me arrisco a dizer que há um aspecto de ordem geral que, ainda que pareça bastante óbvio, é importante. E, esse aspecto está ligado ao fato de que pesquisar pressupõe envolvimento e compromisso, inclusive um compromisso ético. Porque não se trata apenas de um projeto de pesquisa, mas quando começamos a fazer uma pesquisa, isso se torna também o nosso projeto de vida e, mais que um projeto de vida, de diversas formas, também é um projeto que, às vezes, mexe com vidas, de diferentes maneiras, obviamente. Não fazemos pesquisa na área da saúde, por exemplo, mas também mexemos com vidas, mexemos com as aspirações, com os desejos das pessoas, dos nossos entrevistados, enfim. Então, é importante ter claro para quê, e para quem, fazemos pesquisa.

pesquisar pressupõe envolvimento e compromisso, inclusive um compromisso ético. Porque não se trata apenas de um projeto de pesquisa, mas quando começamos a fazer uma pesquisa, isso se torna também o nosso projeto de vida e, mais que um projeto de vida, de diversas formas, também é um projeto que, às vezes, mexe com vidas, de diferentes maneiras, obviamente. Não fazemos pesquisa na área da saúde, por exemplo, mas também mexemos com vidas, mexemos com as aspirações, com os desejos das pessoas, dos nossos entrevistados, enfim. Então, é importante ter claro para quem, e para quem, fazemos pesquisa.

Como também fazemos parte dessa realidade social, esse também é um processo de reconhecimento de nós mesmos, porque no processo de pesquisa nós também vamos nos reconhecendo, inclusive, nas nossas potencialidades, nas nossas limitações. Acredito que o sentido da pesquisa precisa estar presente. Da mesma forma, é fundamental vivenciar (e aqui, abro um parêntese para dizer que não é um conselho) cada etapa do processo. Ou seja, é preciso pavimentar as diferentes etapas desse caminho da melhor maneira

possível. Por que eu estou dizendo isso? Porque como professora, muitas vezes, vejo que os alunos, ainda nos anos iniciais do curso, sequer sabem o que é Geografia, mas já estão preocupados em fazer mestrado, em fazer doutorado. Quando eu cursava a minha graduação, a gente só ia começar a pensar em fazer mestrado, doutorado lá pelo terceiro ou quarto ano do curso. Atualmente, você pergunta para um aluno que está no primeiro ano da graduação quais são as suas expectativas, ele vai responder que é fazer mestrado, fazer doutorado e, muitas vezes, sem se preocupar em pavimentar esse caminho da melhor maneira possível. Obviamente que fazer mestrado e doutorado é muito importante, mas nós precisamos vivenciar da melhor forma possível as diferentes etapas desse processo. Isso inclui vivenciar com seriedade, com estudo, com pesquisa, com dedicação... Ou seja, o mestrado e o doutorado são um desdobramento desse nosso caminhar, e não algo que o antecede. Isso eu acho que é importante colocar para os alunos iniciantes.

Da mesma forma, quando a gente pensa no processo de sistematização da pesquisa, é importante ter claro, obviamente, o objeto, o que inclui o recorte. Inclusive, o recorte temporal é importante também. E por que é importante ter esse recorte tanto espacial como temporal? Porque tem a ver com a forma como nós vamos problematizar a questão, com a forma que vamos problematizar o nosso objeto. Da mesma maneira, é preciso ter claro os passos que precisam ser dados nesse processo. É óbvio que, no decorrer desse caminho, o percurso vai sendo refeito e, sem dúvida, muitas vezes é necessário refazer esse percurso. Mas, é muito importante ter um norte metodológico. Há ainda outro ponto, de ordem mais geral, mas que também é importante lembrar: Não existe objeto de pesquisa mais ou menos importante. Às vezes a gente ouve: “Ah, mas só vai estudar isso?”. Não podemos perder de vista que o entendimento da particularidade ou mesmo da singularidade de determinado objeto de pesquisa passa pela universalidade das relações sociais e aí, obviamente, passa por essa universalidade com todas as suas determinações, com todas as suas condicionantes e isso já pressupõe também um exercício de compreensão do método.

Quando eu penso nisso, eu gosto também de lembrar uma frase do professor Milton Santos no livro *Espaço e Método*⁴, quando coloca o seguinte: “Somente a relação que existe entre as coisas que vai nos permitir realmente conhecê-las ou mesmo definir essas coisas” Ele também diz o seguinte: “Fatos isolados não passam de abstrações, o que dá concretude aos fatos é a relação que eles vão manter entre si”. Aqui ele está chamando atenção para uma análise que considere o geral, o particular e o singular. Então, não quero e nem tenho condições de dar uma receita, mas quis reforçar alguns elementos ou pontos que são importantes no processo de pesquisa.

Antônio Jerfson Lins de Freitas (Editora SertãoCult): Só complementando essa questão da pesquisa e do mundo acadêmico... Tem uma inquietação que eu sempre gosto de trazer para os professores que participam deste projeto que é em relação à perda do espaço que a Ciência tem assistido nos últimos anos, principalmente. A que você acha que se deve isso, é falha nossa enquanto pesquisadores? Nós não temos ocupado os espaços de fala na sociedade e mostrado os resultados das nossas pesquisas de forma que a sociedade realmente compreenda o que está

4 SANTOS, Milton. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

sendo feito na academia ou há algum outro motivo para isso? E como a gente pode reverter essa situação?

Prof.^a Maria José: É uma pergunta difícil. Bom, o atual cenário econômico, político e até sanitário que estamos vivendo, sem dúvidas tem colocado muitas dificuldades e muitos desafios para nós pesquisadores. Talvez, a primeira dificuldade, de ordem mais abrangente ou mais geral, esteja ligada ao próprio papel da pesquisa científica no país, principalmente nos últimos tempos, em que percebemos, como você mesmo disse, uma tentativa de desqualificação da ciência, de desqualificação do próprio conhecimento científico. O que, certamente, já impõe uma grande dificuldade, um grande desafio para qualquer campo de atuação. Mas, o nosso caso específico, historicamente, convivemos com um pensamento, de certa forma, bastante pragmático, que vê as Ciências Humanas como menos importantes ou menos científicas. Isso vai reforçar uma certa hierarquia entre as diferentes áreas do conhecimento e, nessa hierarquização, as Ciências Humanas parecem ser menos importantes, ficam em último plano.

Ainda que sejam fundamentais o intercâmbio de conhecimento, a interlocução teórico-metodológica e, para tal, é imprescindível o fortalecimento de grupos de estudos e redes de pesquisa, contraditoriamente tem havido um processo de desvalorização da pesquisa, impactando a troca, o diálogo, a reflexão. E isso vai se revelando na ausência de financiamento para a pesquisa coletiva, para eventos, que têm sido momentos de troca, de reflexão. Da mesma forma, nós também estamos submetidos ao que alguns autores chamam de tempo rápido, esse imediatismo que impõe um ritmo marcado pela quantificação, pela quantidade em detrimento da qualidade. O que prejudica o embasamento teórico, a construção de caminhos metodológicos ou mesmo de propostas analíticas. Esse quadro já contribui para ampliar as dificuldades, os desafios no nosso próprio campo de atuação. E você coloca as possibilidades que podem ser desbravadas, o que resta pra gente fazer, não é? Certamente, nesse cenário de agora em diante, nós seremos desafiados em diversos sentidos. Eu, por exemplo, estou na universidade como professora há 28 anos e já vivi momentos de desafios, momentos de muitos aprendizados também, mas este momento, no meu ponto de vista, coloca uma especificidade. Por que eu falo isso? Porque esta crise que estamos vivenciando hoje parece que não se reduz mais às dimensões social, política, econômica e agora também sanitária,

mas essa crise assume uma dimensão ideológica e simbólica muito significativa. Também é uma crise que está mexendo com a nossa capacidade de acreditar e de buscar outras possibilidades. Uma crise que tem tentado, como diria o Lefebvre: “Enclausurar as nossas utopias” e isso certamente vai exigir de nós uma dose de criatividade porque, apesar de toda a importância dos projetos coletivos, temos vivenciado um processo de desconstrução do sentido da pesquisa, um processo de sucateamento que vai se dando nos diversos níveis, inclusive, por meio da redução de recursos. O corte de recursos e de financiamento este ano foi muito significativo para os programas de pós-graduação. Mas eu gosto de lembrar uma fase do professor Milton Santos quando diz o seguinte: “A mesma materialidade utilizada para construir o mundo confuso e até perverso, também pode vir a ser a condição da construção de um mundo mais humano” Como muitos estudiosos têm dito, esse momento de distopia também pode apontar para a emergência de outras utopias. E eu penso que precisamos, neste contexto, ser criativos. Vai precisar, vai exigir uma dose grande de criatividade para enfrentarmos este cenário que já está se delineando, mas que tende a se tornar ainda mais complexo. Óbvio que uma receita não temos, mas nós também já vivemos momentos bastante difíceis nas universidades: Era Col- lor, Era Fernando Henrique, e sobrevivemos. Então, eu acredito que também vamos sobreviver a essa Era Bolsonaro. Eu ainda quero acreditar nisso, porque, caso contrário, perdemos o sentido da busca e, se perdermos o sentido da busca, fica difícil continuar.

Antônia Helaine Veras Rodrigues (Doutoranda em Geografia - UFC): Você realizou um estudo onde analisa as políticas públicas de desenvolvimento regional dos anos 1970, tendo como base o BNH. Então, como você analisa isso em relação ao programa Minha Casa Minha Vida? Como você vê o cenário para o mercado imobiliário atual nas cidades médias e até mesmo nas cidades pequenas do Brasil?

Como muitos estudiosos têm dito, esse momento de distopia também pode apontar para a emergência de outras utopias. E eu penso que precisamos, neste contexto, ser criativos. Vai precisar, vai exigir uma dose grande de criatividade para enfrentarmos este cenário que já está se delineando, mas que tende a se tornar ainda mais complexo.

Prof.^a Maria José: Como eu disse: as políticas públicas, o papel do poder público faz parte das minhas preocupações desde a Iniciação Científica. Mas, a partir da tese de doutorado, a política habitacional vai se tornar o meu foco mais próximo de pesquisa e de análise e essa preocupação ainda me acompanha porque, atualmente, eu tenho um projeto sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, financiado pelo CNPq. Então, agradeço a pergunta, pois me permite fazer algumas considerações sobre o assunto. Quando eu penso no BNH e olho o Programa Minha Casa Minha Vida, óbvio que são políticas públicas em contextos espaço-temporais diferenciados, com suas especificidades até porque o programa MCMV, num curto período de tempo, supera e muito a produção habitacional do BNH. Contudo, ambos impactaram de forma muito direta as cidades brasileiras e, consequentemente, o mercado imobiliário e os agentes envolvidos nesse processo, incluindo os proprietários fundiários, os agentes financeiros que, principalmente agora, com o PMCMV, assumem grande protagonismo. Mas eu queria pensar um pouco a partir da forma que essas duas políticas habitacionais têm impactado as cidades.

O BNH tem um processo muito significativo de construção de moradias (e na minha tese estudo um pouco essa questão) e define e reforça a relação centro-periferia. Eu vou falar muito a partir de Dourados, mas da mesma forma, a partir de outras cidades médias que também tenho observado. O BNH, quando é implantado, ou quando as suas unidades habitacionais passam a ser implantadas, começou a redefinir a periferia dessas cidades e, consequentemente, a relação centro-periferia se reforça. Óbvio que depois passou por um processo bastante significativo de mudança, de transformações espaciais, e hoje, quando você olha as unidades habitacionais do BNH, elas já estão completamente incorporadas ao tecido urbano.

Tenho observado que o PMCMV tem impactado a periferia de outra forma, porque se considerarmos boa parte das cidades médias brasileiras que estão sendo estudadas no interior da ReCiMe, ou mesmo de outros projetos como o caso do FragUrb, essa periferia tem se tornado plural. Até então, a periferia era, de forma geral, local de residência dos pobres, vamos dizer assim, no sentido simples. Hoje você já vê uma periferia “rica” também, e, obviamente, o PMCMV tem contribuído para ampliar essa chamada periferia “pobre” nas cidades médias brasileiras. Principalmente quando você considera os conjuntos habitacionais implantados por intermédio da faixa

1 do Programa, observa-se que estão localizados nas áreas mais distantes das áreas centrais, nas áreas mais periféricas, no sentido geométrico mesmo, e totalmente desprovidas de infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos. Aqui em Dourados nós temos uma produção habitacional via PMCMV - faixa 1 que se concentra na porção sul da cidade e se contrapõe a uma produção habitacional voltada para um segmento de maior poder aquisitivo, que se dá por meio dos loteamentos fechados, na porção norte da cidade. Então, demarca uma produção espacial muito delimitada, muito clara, onde, de um lado, na porção sul, estão os empreendimentos do PMCMV faixa 1 e, de outro, na porção norte, estão os loteamentos fechados voltados para uma população de maior poder aquisitivo.

Na verdade, se pensarmos em termos da produção habitacional do BNH e do PMCMV, se tentarmos fazer um paralelo entre ambas as políticas e, sem dúvidas, não estou entrando na questão da importância da produção da habitação, porque acho que os dois programas foram muito importantes no sentido da produção da habitação. No entanto, os impactos socioespaciais decorrentes da forma como esses programas foram implantados foram muito significativos nas cidades e configuraram um tecido urbano, os dois programas, em diferentes momentos, marcado pelo distanciamento, pelas relações indiretas e até acentuando e tornando complexa a produção da cidade, tanto no sentido centro-periferia como no sentido de uma possível “superação” da lógica centro-periférica, apontando para processos que alguns autores tem chamado de fragmentação socioespacial, que é um processo que, por meio de outro projeto, temos começado a pesquisar. Em linhas gerais, acredito que eram, mais ou menos, essas questões que julgo importantes pontuar quando consideramos as políticas habitacionais, tanto a do BNH, quanto a do PMCMV.

Prof. Luiz Antônio: É interessante porque a professora Maria José traz um estudo de uma cidade média do Centro-Oeste que, apesar da generalidade dos processos, das dinâmicas, há especificidade em que em dado momento se constitui pela própria formação do estado, da fronteira agrícola que se estabeleceu. Seria muito interessante se a professora pudesse falar um pouco pra gente dessa densidade dos fluxos que ocorrem em uma cidade média do Centro-Oeste.

Prof.^a Maria José: Bom, além dessa dinâmica que é impulsionada pelo agronegócio, como você destacou, e que articula Dourados a escalas mais amplas ou a escalas mais abrangentes, não podemos negar também os fluxos que asseguram essa condição de cidade média a Dourados, fluxos que se dão a partir do comércio e dos serviços. Principalmente, o comércio e os serviços ligados à saúde – no caso, os serviços médicos – e ao Ensino Superior. Dourados, até pela condição regional, concentra cinco instituições de Ensino Superior, óbvio que nem todas são universidades, mas há duas Universidades Públicas (uma estadual e uma federal) e o que congrega, juntamente com as instituições particulares, cerca de noventa cursos superiores, gerando fluxos de diferentes naturezas: dos alunos que vêm dos municípios vizinhos, é muito comum aquele deslocamento pendular, daqueles que vêm pela manhã e voltam no final da tarde, ou daqueles que vêm à noite no ônibus dos estudantes e voltam à noite mesmo. Isso também desencadeia um impacto no espaço intraurbano.

Nesse processo, não podemos deixar de mencionar o que significou o projeto de implantação da UFGD na cidade. A UFGD também impacta muito significativamente não só pelo seu orçamento, mas também pela atração de estudantes. Tínhamos anteriormente um campus da UFMS que ofertava doze cursos de graduação. No momento que vim trabalhar aqui, acredito que tínhamos seis ou oito cursos de graduação. Depois, quando foi criada a UFGD, passamos para mais de trinta cursos de graduação só na UFGD, além dos programas de mestrado, que eu acho que são cerca de vinte e dois, e dos programas de doutorado que, se eu não me engano, são onze. Isso já traz um dinamismo para a cidade que é bastante significativo, impactando o comércio e outros serviços. Traz, inclusive, a presença dos loteamentos fechados que, aqui em Dourados, é um “fenômeno” relativamente recente, iniciando no ano de 2007/2008. A partir daí, foram implantados cerca de doze loteamentos ou condomínios fechados no interior da cidade. Como nem todos são necessariamente condomínios ou funcionam sob o sistema de condomínio, eu julgo mais adequado usar o termo loteamento. Desses doze loteamentos, pelo menos dez estão concentrados na mesma porção da cidade, demarcando uma área diferenciada em termos de moradia voltada para um segmento de poder aquisitivo mais elevado. Essa realidade, se relaciona com o papel que Dourados passa a exercer mais recentemente em função do projeto da UFGD e, também, em

função da implantação das usinas sucroalcooleiras na região. Ou seja, essa realidade vai impactar na produção do espaço, vai interferir, inclusive, na reestruturação do aeroporto da cidade, porque o fluxo de voos passa a ser muito maior. Observa-se que todas essas relações vão ser desencadeadas a partir desse projeto de ampliação do Ensino Superior.

Da mesma forma, Dourados é uma referência regional em termos de equipamentos de saúde, tanto hospitais quanto clínicas médicas. Há outro ponto que também é importante colocar: ainda que Dourados seja uma referência em termos de saúde, uma referência regional, o destaque é para a saúde privada. Porque a saúde pública é extremamente complicada. Ao mesmo tempo em que essas relações vão trazendo condicionantes, que vão possibilitando, como eu disse, uma produção habitacional voltada para determinado segmento social de uma forma muito concentrada, vamos presenciando o processo de ampliação das desigualdades.

Se pensarmos do ponto de vista mais processual, foi na década de 1970, quando Dourados começa a despontar como polo econômico, que desencadeia a ampliação das desigualdades no interior da cidade. É o momento que começa, por exemplo, a surgir as áreas de ocupação. Os primeiros registros dessas áreas no interior da cidade se dão justamente no momento em que Dourados começa a despontar, regionalmente e no cenário nacional, do ponto de vista econômico. Todas essas contradições vão dando uma conformação ao tecido urbano local, marcado por relações bastante complexas, e abrindo várias perspectivas de análise, perspectivas de pesquisa da problemática urbana e regional. Não sei se eu respondi, mas tentei pontuar elementos ou questões que acredito que devemos considerar quando pensamos nesse tipo de pergunta que você fez.

Maria do Carmo Alves (Geógrafa): Quais as principais mudanças que você percebe no âmbito empírico e teórico para a compreensão das transformações urbanas?

Prof.^a Maria José: É uma pergunta bastante complexa e abre várias perspectivas de abordagem. Eu vou fazer algumas considerações, principalmente quando você fala na questão do método, até porque eu acredito que todo método tem os seus limites e suas possibilidades e, às vezes, nossas próprias limitações no entendimento ou na apreensão das novas dinâmicas de produção do espaço têm levado a leituras menos cui-

dadas, daí, por exemplo, o perigo em transpor algumas teorias ou mesmo alguns conceitos. Porque nem tudo que serve para explicar determinada realidade socioespacial servirá para outra. Algumas matrizes teóricas muitas vezes não cabem para explicar formações socioespaciais bastante distintas, vamos dizer assim. Conforme colocam vários autores, o próprio papel do meio técnico científico informacional, a ampliação do consumo, ou mesmo os novos hábitos que hoje, de forma geral, a sociedade adquire, têm redefinido não só o próprio tecido urbano como também os pares cidade/urbano, centro/periferia ou mesmo quando pensamos na relação centro-centralidade. Isso vai apontar, muitas vezes, para a necessidade de repensar os próprios conceitos ou repensar as questões sob outras perspectivas. A professora Maria Encarnação Sposito vai dizer, quando discute o conceito de segregação, que o conceito pode até ter conteúdos diferentes, dependendo da formação socioespacial, que são distintas, mas não podemos negar os princípios que fundamentaram determinados conceitos no plano teórico. Então, não se trata de imprimir uma visão particular ou mudar o conceito, mas de repensá-lo a partir de outras perspectivas teórico-metodológicas. Já que eu toquei no conceito de segregação, é importante pontuar que nem todos os processos, que têm marcado as diferenças no interior das cidades se constituem em segregação, porque a segregação se constitui quando essas desigualdades vão assumir um grau de aprofundamento que vai impossibilitar que as próprias diferenças estabeleçam diálogo. Temos hoje em andamento processos diferentes dos que ocorreram em momentos anteriores. Eu até mencionei a própria mudança

é importante pontuar que nem todos os processos, que têm marcado as diferenças no interior das cidades se constituem em segregação, porque a segregação se constitui quando essas desigualdades vão assumir um grau de aprofundamento que vai impossibilitar que as próprias diferenças estabeleçam diálogo.

na relação centro-periferia, que hoje se complexifica, mas temos, principalmente com a presença do meio técnico-científico-informacional, uma mudança de hábitos, mudança de costumes. O consumo assume outras características, também reconfigurando o tecido urbano e fazendo com que tenhamos que repensar os conceitos à luz dessa nova realidade. Acho que é mais ou menos

isso. Como eu disse: as possibilidades de pesquisa são muitas, apenas tentei considerar alguns pontos.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Primeiro eu queria parabenizá-la pelas colocações, foram muitos aprendizados. Gostaria de saber como as cidades médias e pequenas no Centro-Oeste sobrevivem, qual a dinâmica delas? Há uma dependência de recursos via emendas parlamentares e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que normalmente sustenta os pequenos municípios no Nordeste do Brasil?

Prof.^a Maria José: Acho pertinente essa pergunta, Rita, até porque é importante marcar, referenciar algo que já foi colocado pela professora Maria Laura Silveira, que as cidades médias não são objeto de estudo ou objeto de pesquisa em si, mas elas precisam ser analisadas, precisam ser pensadas, em suas articulações, considerando as interações espaciais com o conjunto da rede urbana. Para compreendermos essa dinâmica urbana regional é impossível falar das cidades médias sem considerar essas interações que estabelecem com as cidades do mesmo porte, de maior porte ou mesmo de menor importância, como é o caso das chamadas cidades pequenas. E, entre as cidades pequenas e as cidades médias, falando um pouco dessa relação a partir de Dourados, se estabelece uma relação que apresenta uma diferença, mas que também se traduz, dialeticamente, em uma complementaridade. Porque uma das questões que eu acho importante considerar é que a condição de cidade média se constitui muitas vezes em detrimento das cidades pequenas.

é impossível falar das cidades médias sem considerar essas interações que estabelecem com as cidades do mesmo porte, de maior porte ou mesmo de menor importância, como é o caso das chamadas cidades pequenas. E, entre as cidades pequenas e as cidades médias, falando um pouco dessa relação a partir de Dourados, se estabelece uma relação que apresenta uma diferença, mas que também se traduz, dialeticamente, em uma complementaridade. Porque uma das questões que eu acho importante considerar é que a condição de cidade média se constitui muitas vezes em detrimento das cidades pequenas.

Em Dourados, por exemplo, podemos considerar a presença do próprio shopping center que, sem a demanda do entorno, das cidades pequenas da região, dos cerca de 38 municípios que num raio de 150 quilômetros estão de certa forma ligados e têm Dourados como principal cidade de referência, não se sustentaria. É óbvio que isso vai impactando na economia dessas cidades, nós temos cidades pequenas aqui na região que a economia do agronegócio é forte e também tem uma certa dinâmica que se dá em função disso, ainda que, para grande parte dos serviços, Dourados seja referência. Tem uma cidade próxima chamada Maracaju, muito menor que Dourados e que pertence à sua rede urbana, mas é um município cuja presença do agronegócio é muito significativa. Então, a cidade acaba sendo impactada por essa presença, por essa economia do agronegócio, ainda que, por exemplo, grande parte dos serviços que necessita são procurados em Dourados. Quando o produtor rural de Maracaju vai comprar um daqueles equipamentos ou implementos agrícolas para uso na sua propriedade, ele não vai, por exemplo, para Campo Grande, e em Maracaju não há esse tipo de comércio, então ele procura em Dourados. Da mesma forma, a própria qualificação da mão de obra se dá em Dourados, que é onde está concentrada a pesquisa científica voltada para o ramo, é onde estão concentradas as grandes marcas do agronegócio, gerando um impacto. Ou seja, há algumas cidades pequenas que têm uma economia centrada no agronegócio que têm uma dinâmica um pouco diferenciada. Mas também temos cidades pequenas que são heranças do processo colonizador.

Eu ainda não me referi, mas a região de Dourados foi objeto de um projeto de colonização com a implantação da chamada Colônia Agrícola Nacional de Dourados, na década de 1940. Talvez seja uma das regiões do estado do Mato Grosso do Sul que ainda seja marcada pela presença de propriedades menores que, na verdade, é uma herança desse processo colonizador. Parte das cidades, como Fátima do Sul, que surge em função da colônia agrícola, tem uma dinâmica muito diferente, por exemplo, de Maracaju. Não possui uma economia que possa gerar serviços e tem uma certa dependência com relação a Dourados. Porém, ao mesmo tempo que há essa relação de dependência, há uma relação de complementariedade, porque Dourados não teria essa condição regional que tem se não fosse o conjunto de cidades pequenas do seu entorno. Devemos considerar que os maiores grupos econômicos, ainda que se instalem nas cidades médias,

dependem também das demandas das cidades pequenas. E, na rede urbana de Dourados, essa dinâmica fica bastante evidente. Temos, por exemplo, Assaí e Atacadão. Fora da capital, Campo Grande, esses atacadistas só estão aqui em Dourados. Todo o entorno regional, que precisa consumir por atacado nesse segmento, procura Dourados para esse tipo de comércio. O que vai, de certa forma, contribuindo para que a economia dessas cidades, principalmente em relação a comércio e serviços, seja fortemente impactada. Eu não tenho muitos dados empíricos dessas cidades para te dizer em termos do PIB⁵, em termos de relações mais específicas, mas o que se observa a partir do estudo de Dourados, são essas relações.

Prof.^a Doralice Sátyro Maia (UFPB): Mais uma vez eu quero parabenizar a Virgínia e todo o grupo por essa iniciativa e pela oportunidade. Bom, mas a minha questão é muito mais no sentido da gente pensar mesmo, é colocar para pensar junto em função de duas coisas: do que você discutiu sobre segregação, e eu conheço um pouco da discussão que você faz a partir da Sposito, inclusive, recentemente eu li seu texto, conheço a compreensão de segregação e que é coerente com o que você falou, parece que se coloca um conjunto de cidades como se elas fossem homogêneas e é aí que eu entro exatamente no sentido da gente ter um conjunto de cidades que têm similaridades, mas elas também têm singularidades. O caso de Dourados, para mim, é singular em função do que você já mencionou: a questão indígena, que talvez se aproxime um pouco mais de algumas cidades do Norte, mas não exatamente igual, mas diferente até porque o Mato Grosso do Sul é bem diferente do Amazonas. E aí eu acho que, nesse sentido, a segregação ao mesmo tempo não se reforçaria, ou seja, embora a cidade se expanda e o tecido não esteja mais fragmentado, não havendo mais uma distância separando uma área urbanizada e a outra nova, se essa segregação se acirra pela não aceitação, digamos, dos povos indígenas, por exemplo, ou seja, reintegrada engole a área, mas ao mesmo tempo se rejeita e aí vem uma dúvida: como se trata de reserva indígena, que é área de domínio público, não é área privada e aí eu não sei até que ponto não há uma desobediência, digamos assim, também desses povos de começarem a “vender” parte dessas áreas, eu digo isso porque também acontece nas terras indígenas rurais. Com o interesse da cana-de-açúcar aqui na Paraíba, teve um momento em que alguns estavam concedendo para plantio da cana de açúcar,

5 O Produto Interno Bruto (PIB) representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços produzidos numa determinada região (quer sejam países, estados ou cidades), durante um período determinado (mês, trimestre, ano etc.).

e não pode. Então, assim, eles não podem vender, é claro, mas é como se eles pudessem passar uma posse que não é deles, e isso é briga interna, inclusive entre eles. É mais nesse sentido, porque eu queria destacar também a singularidade de Dourados no caso do conjunto das cidades que a gente vem estudando, mas para a gente aproveitar aqui e colocar.

Prof.^a Maria José: Certamente que nós, que estamos pesquisando e morando aqui, observamos vários processos, e eu vou tentar colocar algumas questões a partir desses processos, ainda que eu não tenha pesquisas que me permitam fazer afirmativas sobre a questão indígena. Primeiramente, você coloca a questão da segregação: acirra esse processo, principalmente, porque há uma distância que hoje já não é apenas física, é uma distância simbólica. Aqui em Dourados, esse distanciamento, principalmente simbólico do indígena, é muito significativo. Eles circulam pela cidade e, por mais contraditório que possa parecer, circulam pelos loteamentos voltados para uma população de maior poder aquisitivo. A reserva indígena está próxima, não só dos loteamentos fechados, porque esses loteamentos fechados estão localizados na expansão dessa área que é mais elitizada, a porção norte. Estão, além de uma área de fundo de vale, no extremo norte e muito próximos da reserva indígena. Os bairros voltados para os segmentos de maior poder aquisitivo estão localizados, de forma geral, na porção norte e oeste da cidade, a área mais próxima da reserva indígena. De forma contraditória, os indígenas circulam, principalmente, por esses bairros.

E, assim, se percebe, muito claramente a violência simbólica que eles sofrem, o distanciamento simbólico. Fisicamente, estão na cidade, ainda que eles não a vivenciem da forma plena. Eles estão na cidade muitas vezes para vender, eles não vêm para a cidade só para pedir. Eu moro em um bairro que tem um acesso que não é difícil para a reserva. Há dias que chega a passar cinco vezes crianças indígenas na minha porta. Mas eles não passam somente para pedir, eles passam vendendo milho, vendendo mandioca, vendendo aquele palmito silvestre. Enfim, eles trazem também produtos para comercializar. E quem vem para a cidade? As mulheres indígenas. Elas passam com uma carroça e as crianças, que não necessariamente são filhos, vão vender. Eles têm a parentela, eles têm a família extensa. Então, saem da reserva e buscam a cidade. As mulheres vêm com a carroça, param na esquina e as crianças saem vendendo ou pedindo alguma coisa, roupa, alimento, enfim.

Você falou das terras indígenas. Eu não posso te dizer que elas passam por um processo de venda, mas acredito que, em alguns casos, passam por um processo de arrendamento. Também há esse tipo de relação. Aqui tem um curso de Ciências Sociais e os colegas da Antropologia estão mais afinados com essa discussão da problemática indígena e, às vezes, discutimos essas questões. Não podemos pensar aquele grupo como grupo homogêneo. Como todos os segmentos da nossa sociedade, também são marcados por contradições até porque eles já reproduzem muito dos nossos hábitos e, às vezes, os piores hábitos da nossa sociedade. Dessa forma, tem muitas contradições no interior da reserva também. Há disputa de poder entre as lideranças indígenas. Trabalho aqui faz 28 anos e fiquei durante muitos anos sem ter sequer um aluno indígena, mesmo com uma reserva do lado da cidade. Mas, nos últimos anos, principalmente com as políticas de inclusão, políticas de permanência na universidade, a partir do Partido dos Trabalhadores, há uma forte presença de alunos indígenas. Eu cheguei a dar aula em uma sala que tinha 10 alunos indígenas, da etnia Guarani Kaiowá, mas também da Terena. E há diferenças entre as etnias Terena e Guarani Kaiowá, enfim.

Eu procuro tomar muito cuidado para falar dos povos indígenas, pois desconheço muitos elementos dessa realidade. Mas na reserva há muitas contradições também. Os próprios alunos indígenas colocam essas questões. Por exemplo, quando há um conflito de terra com fazendeiros (e aqui é muito comum, inclusive com morte), se observa que em áreas próximas à reserva os fazendeiros colocam milícias para que os indígenas não ocupem. Digo ocupação, mas os indígenas não adotam o termo ocupação, usam retomada. Porque isso tem a ver com a busca, com a retomada de um território tradicional e que, em grande parte dos casos, também já foi comprovado por estudos antropológicos, por perícias. Mesmo nessas áreas de retomada, que eles vivem em extrema pobreza como nas áreas de ocupação no interior da cidade, os alunos indígenas às vezes relatam que os próprios indígenas acabam fazendo aquele papel de delatar para o fazendeiro. Ou seja, passa para o lado do grande produtor rural, desencadeando problemas de diferentes naturezas. Então, acirra esse processo.

Da mesma forma, como eu já disse, a implantação dos loteamentos fechados faz com que o território urbano se expanda, significativamente, no sentido da reserva indígena e o muro dos loteamentos funciona como uma barreira,

além de física, simbólica. Próximo à reserva indígena há algumas áreas não loteadas, mas, mesmo essas áreas não loteadas, têm muro. Eu fiquei sabendo (óbvio que ainda merece ser melhor investigado), que na frente da “Avenida dos condomínios” [via que concentra a maior parte dos loteamentos fechados da cidade] está proibida a passagem de carroças. E quem passa de carroça são os indígenas. Então, está proibido passar índio naquela rua. Isso nós ouvimos, mas não é algo que eu tenha pesquisado ou tenha comprovado. Porém, eu não duvido, porque, de fato, não se observa indígenas circulando naquelas ruas. Essa é uma singularidade de Dourados e também impõe um desafio. Eu, por exemplo, ainda não encontrei fôlego para investigar de forma mais direta essa particularidade a partir da presença indígena. Eu me lembro que no livro, que inclusive você organizou, Doralice, tem o capítulo de Dourados e Chapecó. Lá tangenciamos essa especificidade, mas os próprios instrumentos metodológicos, os próprios levantamentos não eram suficientes.

Hoje, de diferentes formas, eu tenho me aproximado um pouco. Tenho dialogado com uma colega da Geografia Agrária que, nos últimos anos, tem se voltado para a questão indígena. Já pensamos em montar um projeto sobre a condição do trabalho dos indígenas etc. Até pelo fato de que há outra questão: eles são tidos como aqueles que não gostam de trabalhar. Só que se você observa o setor da construção civil, quem trabalha na construção civil? Os indígenas. Você observa o serviço de limpeza pública, são indígenas que trabalham. E aí, entra outra questão complexa: em grande parte das vezes, por exemplo, na construção civil eles não são registrados, até porque uma parte deles não tem, sequer, documentação ou carteira de trabalho. Como eles não possuem carteira assinada, não quantifica, e eles continuam com o rótulo de vagabundos, daqueles que não trabalham, daqueles que gostam de pedir e não gostam de trabalhar. Isso se propaga nos diferentes meios, nos diferentes momentos.

Bem recentemente, coisa de uns quinze dias, houve uma questão bastante polêmica. Em um programa de rádio, uma pessoa comentou que os cachorros reviram o lixo. E aí, algum ouvinte da rádio afirmou que seria bom colocar um “remedinho” ali, porque, além dos cachorros, quem gosta de revirar lixo é índio. Então, teria que colocar um remedinho para acabar com “esses índios”. Ou seja, é assustador, de arrepiar. Há uma relação bem direta do indígena com a cidade. E, realmente, é uma singularidade que precisa ser melhor estudada. Mas acredito que exista um pouco de receio

e, lógico, um pouco de incapacidade que é alicerçada pelo receio de entrar numa área “que o antropólogo estuda melhor que eu, que o sociólogo estuda melhor que eu”. Porém, do ponto de vista de Geografia, precisamos encarar esse desafio. Sem dúvida, é algo complexo, mas que caracteriza e dá uma singularidade a Dourados.

Prof. Francisco Clébio: A questão dos regionalismos, como é a relação dos dentro com os de fora? É uma área que recebe quantitativos grande de imigrantes, onde há estigmatização de grupos, então de que forma aparece na cidade de Dourados, principalmente se a cidade recebe uma forte mobilidade de trabalhadores que vêm para essas atividades ligadas com a produção agrícola?

Prof.^a Maria José: Eu acredito que nos últimos tempos essa mobilidade não é tão significativa quanto foi no momento de expansão da fronteira com a chegada, por exemplo, dos gaúchos. As usinas sucroalcooleiras se implantaram mais próximas das cidades pequenas, acredito que impactaram mais estas do que Dourados. E essa dinâmica se revela, por exemplo, na própria produção imobiliária, com a presença de conjuntos de apartamentos em cidades pequenas, conjunto de apartamentos pequenos com quitinetes voltados para trabalhadores que, muitas vezes, vieram de outros lugares. Agora, em Dourados eu não teria dados e não teria como afirmar que houve um aumento significativo da periferia em função da chegada dessa mobilidade de trabalhadores mais recentes, até porque parte da mão de obra usada nessas usinas é indígena também, não só nas usinas, como também em empresas como JBS⁶. Tanto é que agora, com o Coronavírus, o primeiro caso dentro da reserva indígena ocorre com um trabalhador da JBS, um trabalhador indígena da JBS. Na verdade, a JBS teve um momento, acho que, mais ou menos no mês de junho, que foi um foco de manifestação do Coronavírus. Ou seja, esses indígenas levaram o vírus para a reserva por meio do trabalho. Mas eu não teria elementos para te falar sobre essa mobilidade recente.

Agora, o que se observa em algumas cidades aqui do entorno é que essas foram mais impactadas com a chegada de trabalhadores do setor sucroalcooleiro. Até porque, ainda que no estado de Mato Grosso do Sul tenha muitas usinas sucroalcooleiras, no município de Dourados mesmo não tem tantas. Isso demandaria também uma pesquisa, mas eu não pos-

6 Uma das maiores empresas do ramo alimentício no mundo, fundada em Goiás em 1953.

so dizer que a periferia está sendo impactada por essa mão de obra. Você falou de nós e do outro, e acontece com a presença dos gaúchos, que vieram em momento anterior. Tem, inclusive, um CTG⁷ aqui na cidade. Eles são os estabelecidos e os indígenas são os outros. Eles também vieram para cá, não são daqui, mas são tidos como os estabelecidos aqui: os respeitados na cidade, aqueles que são trabalhadores, aquele grupo de pessoas que, de fato, é afeito ao trabalho, diferentemente dos indígenas, que “não gostam” de trabalhar. Então, essas contradições estão colocadas.

Você vai na periferia e ouve as pessoas falarem sobre os indígenas. Nós que trabalhamos, muitas vezes, aplicando questionários, conversando, ouvimos discurso preconceituoso. Você vai no condomínio fechado e também ouve discurso de preconceito com relação ao indígena. Esse preconceito é muito centrado na questão de que o indígena não gosta de trabalhar, ainda que na construção civil, ou mesmo nas sucroalcooleiras, grande parte da mão de obra seja indígena.

Quando você pensa em outros elementos presentes, essa relação também se revela. Houve uma época que encheram a cidade de estátuas de Tuiuiús, Capivaras, orelhão de Capivara (na época que ainda havia telefone público nos canteiros da cidade), e esses não são elementos próprios aqui da região de Dourados. São símbolos muito mais do Pantanal em si do que daqui. Mas, ao mesmo tempo que esses elementos parecem querer forjar uma identidade, os indígenas que estão aqui do lado são totalmente negados em todos os aspectos. Esse preconceito é claro. Você percebe essa forma simbólica e, óbvio que concreta também, porque, concretamente, deriva em muitas mortes. Mas há uma forma simbólica de desestruturar essa cultura, de desqualificar. De diversas maneiras isso se dá. De forma geral, independente do nível social, se cultiva esse preconceito. Você vai na periferia e ouve as pessoas falarem sobre os indígenas. Nós que trabalhamos, muitas vezes, aplicando questionários, conversando, ouvimos discurso preconceituoso. Você vai no condomínio fechado e também ouve discurso de preconceito com relação ao indígena. Esse preconceito é muito centrado na questão de que o indígena não gosta de trabalhar, ainda que

7 Centro de Tradições Gaúchas.

na construção civil, ou mesmo nas sucroalcooleiras, grande parte da mão de obra seja indígena. Então, é bastante complexo. Já, com relação ao que você pergunta sobre mobilidade, como eu disse, não tenho dados para falar sobre. Ainda que no município haja a presença de sucroalcooleiras, não são tantas como em outras cidades pequenas, como é o caso, por exemplo, de Rio Brillhante, um município próximo daqui.

Prof.^a Maria José Martinelli Silva Calixto (UFGD) - Considerações Finais: Eu queria agradecer, por meio da Virgínia, que foi quem me fez o convite, a todos os colegas presentes. Sem dúvida, foi uma oportunidade muito bacana para nos conhecermos, para estreitar o diálogo e abrir oportunidades futuras de diálogos. Eu confesso que quando recebi o convite pensei: *“Deuses, como assim? Um debate com várias pessoas perguntando, vou ser sabatinada?”*. Fiquei meio receosa e também pensei: *“Tem tantas outras pessoas que podem falar melhor que eu, que têm mais experiência que eu”*. Mas eu acho que foi, sem dúvida, um momento bacana, que nos obriga a rever a nossa trajetória e isso também é bom, porque podemos avaliar tanto os nossos avanços quanto as nossas limitações no decorrer dessa caminhada.

Assim, eu fico bastante grata pelo convite. Eu não conheço Sobral, espero conhecer, e espero que não demore muito para que possamos nos encontrar nos eventos e dialogar de forma presencial. Sem dúvida, a pandemia tem possibilitado reunir pessoas que, talvez, presencialmente não reuniríamos. Mas, por outro lado, tudo parece muito frio porque a gente quer ver as pessoas, quer também tomar um cafezinho, quer dialogar de forma mais próxima. De qualquer maneira, eu agradeço muito o convite. Foi uma oportunidade muito bacana de estar aqui com vocês. De fato, é uma atividade muito rica e interativa.



Doralice Sátyro Maia é graduada em Geografia (Bacharelado) na Universidade Federal da Paraíba (1986), mestrado em Geografia pela Universidade Federal de Santa Catarina (1994); doutorado em Geografia (Geografia Humana) pela Universidade de São Paulo (2000); Pós-Doutorado na Universidad de Barcelona (2007) e Pós-Doutorado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - IPPUR/UFRJ (2013). Atualmente é Professora Titular da Universidade Federal da Paraíba, do Programa de Pós-Graduação em Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Pesquisadora CNPq (PQ). Coordenadora do Grupo de Estudos Urbanos (GeUrb/UFPB) e vice coordenadora da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe).

Sobre escolhas e construção de caminhos, aprendendo com uma narrativa singular¹

Prof.^a Doralice Sátyro Maia²

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Boa tarde a todos e todas! Hoje temos a presença da professora Doralice Sátyro Maia. Você pode falar um pouco sobre sua trajetória acadêmica, dentro da Geografia, ou seja, como foi sua construção profissional?

Prof.^a Doralice Sátyro Maia (UFPB): Boa tarde! Eu quero agradecer o convite, pois é uma oportunidade de conhecer novas pessoas que estão se formando, rever alguns amigos distantes, mesmo que seja por essas “figurinhas”, para fazermos essa conversa. Bom, a pergunta é bastante instigadora, pois faz pensar em nossa retrospectiva. Vou começar dizendo que não ingressei na universidade pela Geografia. Eu entrei inicialmente na Engenharia Civil, porque, durante a minha formação básica, eu me dava muito bem com a Matemática. Coisa que é rara se encontrar na Geografia, isto é, associar quem transite bem na Matemática com a Geografia, e como eu sempre me saía bem em Matemática, ouvia muito os outros dizerem que eu seria Engenheira.

No momento do vestibular (assim era denominado na época o exame para ingresso ao Ensino Superior), não tive dúvidas. Ingressei na Engenharia Civil, fiz o primeiro ano e comecei a ver que não era o que de fato queria.

¹ Entrevista realizada via *Google meet* em 04 de setembro de 2020.

² Professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Eu tinha 17 anos, quando se é muito jovem, é muito difícil saber o que se quer, mas foi uma experiência muito rica. Eu entrei na Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e isso me possibilitou ter um amplo conhecimento do que é, de fato, a universidade.

Era um momento em que estávamos entrando na abertura política e isso foi fundamental, o contato com as primeiras notícias que vinham de Cuba, entre outras, deu uma reviravolta na minha vida. As primeiras manifestações nas ruas pós-ditadura tiveram repercussões significativas para que, durante o segundo ano, eu repensasse se queria Engenharia. Foi um momento difícil, pensei na área de humanas, na Economia, mas, como eu tinha gostado muito de Geografia no terceiro ano (do atual ensino médio), decidi fazer Geografia sem saber ainda de fato o que eu queria, essa é a verdade. Na medida que fui fazendo, fui me encantando com a Geografia, não só a humana, mas a física também me encantava, não a Geologia, mas a Geomorfologia. Quero dizer que na minha formação na graduação passei pela geomorfologia, fui auxiliar de pesquisa da professora Gelza Carvalho, que me introduziu conceitos, fui monitora de cartografia, então experimentei algumas coisas e, à medida que eu fazia, tinha certeza que o que eu queria era a Geografia Urbana. Já no último ano do curso, o Professor Cláudio Antônio Gonçalves Egler, hoje professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), falou-me de um estágio em uma fundação de pesquisa, a antiga FIPLAN. Fiz a seleção e me chamaram, assim, fui fazer a pesquisa encomendada pelo BNH no seu último ano, uma experiência muito boa. Foi assim que tive os primeiros contatos profissionais, coordenava o trabalho dos aplicadores de questionários, era uma pesquisa sobre demanda habitacional, com arquitetos e outros profissionais numa equipe interdisciplinar.

Terminada a graduação, a minha turma foi uma das primeiras que apresentaram o Trabalho de Conclusão de Cursos (TCC). O meu trabalho foi na perspectiva da Geografia Urbana, porém, com uma primeira parte em que explorei o sítio da cidade. Eu não quis me desprender totalmente da Geografia Física, não queria separar a geografia em física e humana. O estudo foi sobre a cidade Catolé do Rocha, situada no interior do sertão da Paraíba e onde morei na infância. A pesquisa tratou da mudança na dinâmica econômica da cidade, que se desprendia cada vez mais da atividade agropecuária, intensificando-se o setor terciário. Lembro muito da contribuição do professor Milton Santos que, nos seus livros, chamava a atenção

para esse fenômeno nos países subdesenvolvidos. Depois, quando a gente lê a sua obra sobre os dois circuitos da economia urbana, vamos entender melhor, mas, na época, eu não entendia muito bem porque não tinha lido esta última obra, mas todos aqueles livros como a “urbanização nos países subdesenvolvidos”, “pobreza urbana”, foram muito significativos para mim. Terminada a graduação, eu não tinha muita perspectiva de trabalho e, embora já existisse pós-graduação, em Recife, fazer pós de imediato não era algo presente em nossa formação, como é atualmente.

Eu queria trabalhar, foi aí que ao participar de um encontro de estudantes em Vitória (ES), alguém me falou que em Manaus tinha oportunidade de trabalho. Assim, eu arrumei as malas e fui com uma colega, não tínhamos nada certo. Chegando lá, saímos entregando nossos currículos nos colégios até que fomos chamadas. Eu comecei dando aula em um colégio pequeno, depois entrei em um cursinho que, felizmente, só durou um mês, pois achava terrível, 80 alunos em uma sala, eu muito jovem, foi uma experiência única. Foi quando apareceu uma seleção para professor substituto na Universidade Federal do Amazonas (UFAM) - veja que eu só tinha a graduação, mas em Manaus, ninguém fazia ainda o TCC. Então, o fato de eu ter feito bacharelado e realizado uma pesquisa chamou muito a atenção e eu fui selecionada. Recebia um salário muito baixo, referente às 20 horas de trabalho, então, precisava complementar com aulas em colégios, mesmo sem ter licenciatura. Quando estava procurando trabalho, eu enviei meu currículo para a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), que estava contratando e tinha começado a abrir vagas para geógrafos. Então, pouco tempo depois, fui contratada. Na época, ainda não tinha concurso. Eu lembro bem como foi difícil a vida em Manaus. As condições eram precárias, transportes lotados e muito calor, até que em um final de semana, quando liguei para a casa dos meus pais em João Pessoa, meu pai me comunicou que tinha visto no jornal a notícia do edital de concurso em Cajazeiras (interior da Paraíba) para a UFPB e só precisava da graduação. Ao me dar a notícia, ele achava que eu não iria trocar Manaus por Cajazeiras. Eu respondi de imediato: “troco na hora”!

Fiz concurso e, no ano seguinte, comecei minha carreira na UFPB, em Cajazeiras, e foi uma experiência muito boa, no Centro de Formação de Professores. Éramos um grupo grande, de oito professoras recém-contratadas, jovens e começando na Geografia, História, Língua Portuguesa. Formamos um grupo bem dinâmico. Cajazeiras é uma cidade bem conhecida

pela cultura. A minha vida melhorou significativamente em comparação ao que vivia em Manaus, passei a achar que estava em um paraíso. No decorrer de três anos, fui fazer a pós-graduação, o mestrado. Inscrevi-me em dois programas, na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Pernambuco porque era próximo e Santa Catarina, porque um colega que conheci em um Encontro Nacional de Geógrafos, Pedro Viana, tinha ingressado lá e falou que era um programa novo e que valia a pena. Pensei nisso porque, na Universidade de São Paulo (USP), a forma de ingresso demandava, a priori, conhecer professores e eu não tinha esse conhecimento. Havia também outro fator pessoal, pois, em Cajazeiras, eu tive um filho e teria que levá-lo para São Paulo e isso para mim era um impedimento. Inscrevi-me nos dois processos, entretanto, marcaram as provas para o mesmo dia, então tive que decidir antes. Escolhi por ir para Florianópolis, queria romper um pouco, pois eu era de família tradicional na Paraíba e o fato de eu ter tido um filho solteira mexeu muito com minha relação familiar.

Fui aprovada, minha orientadora foi a professora Lenyra Rique da Silva que, por sinal, tinha estudado aqui na UFPB, tinha feito toda sua pós-graduação na USP e era professora na Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Não a conhecia, mas ela foi muito receptiva comigo. Até brincava por causa do meu sobrenome associado à época dos coronéis na Paraíba. A partir daí, comecei a pesquisar o que eu tinha muito interesse aqui na cidade de João Pessoa.

A questão que me movia era que, embora a urbanização fosse crescente na época, começava-se a discutir a verticalização, o aparecimento de shopping, por exemplo, não era isso que eu via, o que mais me chamava a atenção era que, embora o processo de crescimento urbano fosse evidente, havia também uma presença forte de atividades rurais na cidade. Muitas vezes eu me deparava e parava o carro para deixar o gado passar em alguns bairros, não só nos periféricos, mas em centrais, também isso na década de 1990. Então fui estudar essa temática. A minha dissertação se chama *“O campo na cidade: necessidade e desejo. (Um estudo sobre os subespaços rurais na cidade de João Pessoa-PB)”*.

Nesta pesquisa, em primeiro lugar, procurei descobrir onde estavam e onde se davam essas atividades, pois o que eu via era o gado pastando,

mas o gado não pasta em qualquer lugar, ou seja, onde estavam os currais. Assim, precisei ir atrás literalmente das reses e comecei a ver onde estavam essas vacarias. Uma indicação valiosa para esse processo foi dada pelo professor Moacir Madruga, que me ajudou bastante, foi a de percorrer os vales dos rios. Então, fui localizando várias vacarias ali instaladas, porque os vales dos rios são área de domínio público. Havia as casas e os currais - estes eram feitos atrás das casas, no quintal e geralmente possuíam poucas cabeças de gado. Os seus proprietários ou responsáveis tiravam o leite e vendiam pela cidade, normalmente em carroças ou bicicletas. Vendiam o leite *in natura*, que é um hábito de quem tem origem na área rural. Após essa etapa, começo a ver que o enfoque dado na dissertação, com caráter mais econômico, dada a orientação e os cursos feitos com outros professores durante o mestrado na UFSC, minha análise deu-se sobretudo no viés da chamada Geografia Econômica Urbana, digamos assim. Precisei mergulhar na literatura marxista fortemente e também em todos aqueles que discutiam o campesinato, mesmo porque a professora Lenyra era da Geografia Agrária. Li Chayanov, por exemplo, todos esses autores eu tive que ler, livros como “*A ideologia alemã*”³, dentre outros. A análise predominante então foi econômica e com base na literatura marxista.

O subtítulo da minha dissertação é “*necessidade ou desejo*” porque eu comecei a ver que grande parte das pessoas que conversei para a pesquisa, ou seja, os criadores de gado na cidade de João Pessoa, continuavam com tais atividades por necessidade de sobrevivência, mas outros, por vontade de manter uma atividade rural que estava no seu passado. A maior parte da população de João Pessoa, até os anos 1970 e 1980, era de pessoas que provinham do interior do estado. A migração foi muito forte. Assim, terminado o mestrado e vendo que não tinha finalizado a pesquisa, eu ingressei no doutorado.

Quero lembrar que, na época, não tínhamos um mestrado de dois anos, eu passei três anos e pouco para defender, iniciei em 1991 e defendi em dezembro de 1994. Em 1995, decido ir para a USP porque, a partir de minha experiência durante o mestrado e participação em eventos, fui conhecendo professores de outras instituições. Foi através da indicação do professor Carlos Augusto Cardoso que resolvi mandar um exemplar de minha disser-

3 MARX, K.; ENGELS, F. *A Ideologia Alemã*. 1845.

tação para a professora Odete Seabra e escrevi para ela dizendo que estava querendo estudar “aquilo” em outra perspectiva. Enviei o projeto e ela aceitou. Fiz a seleção e o que garantia a aprovação era a prova de proficiência. Eu lembro que, quando estive na USP para a entrevista com Odette, ela me disse: “*Olha, o que você quer saber eu não sei se posso ajudar muito, mas se com o meu conhecimento eu puder contribuir...*”. E assim foi. Ela sempre me deu muita liberdade para as leituras, para as escolhas teóricas e metodológicas. A minha experiência na USP foi fenomenal, tínhamos o LABUR, onde se reuniam os professores, cada um com seu grupo de orientandos, e tínhamos leituras semanais, além daquelas que já fazíamos em grupo de alunos. Precisei aprender a ler em francês porque um autor fundamental era Henri Lefebvre e, no doutorado, o conhecimento da obra do autor se firma, além de vários outros teóricos.

No doutorado, deparei-me com outras perspectivas teórico-metodológicas. Assim, para trabalhar a vaquejada, eu utilizei muito o Guy Debord por causa da festa-espetáculo, da transformação da vaquejada. Na tese, trabalhei com noções como tradição e fiz a análise do rural a partir do que chamo de três objetos: as vacarias que dei continuidade; os campos de vaquejada onde ocorriam as grandes festas com campeonatos, mas também os pátios pequenos e as feiras de gado. Daí a minha vinculação com as pesquisas que tratam das feiras. Aquilo me instigava, fiquei satisfeita, muito embora a pesquisa nunca se encerre, mas naquele momento sim. Então, ao fazer a pesquisa, precisei conhecer o processo histórico da urbanização de João Pessoa e é quando me deparo com relatos muitos descritivos de historiógrafos. Até hoje, os professores da História aqui em João Pessoa não formaram um grupo forte que se dedique à História Urbana. Eu queria discutir um pouco mais sobre isso, é aí que começo a me interessar pela Geografia Histórica Urbana.

Após a defesa do doutorado, elaboro um primeiro projeto com o título “*A rua e a cidade: geografia histórica, geomorfologia e cotidiano*”. Começo a buscar documentos sobre a cidade de João Pessoa e a entrar nos arquivos. É quando vou conversar com o professor Maurício de Almeida Abreu e com o professor Pedro de Almeida Vasconcelos, que são referências no Brasil. Este projeto também se tornou o meu primeiro projeto de Iniciação Científica e, depois, submeti um outro projeto um pouco mais avançado ao edital de bolsas do CNPq e foi aprovado. Permaneci com esse projeto bas-

tante tempo, uns oito anos, sendo interrompido em 2006, quando resolvo realizar o pós-doutorado. Vou para Barcelona e a minha ideia era trabalhar ainda com a perspectiva da Geografia Histórica.

Então, elaboro uma proposta de pesquisa sobre a morfologia e as normativas urbanas no século XIX no Brasil e na Espanha. Procuo fazer um estudo não exatamente comparativo, mas com o propósito de entender como vão se construindo as normativas urbanas neste período e que são comuns para as cidades tanto de um país como no outro. Recolhi muito material. Até hoje, ainda tenho muita coisa para analisar, espero um dia retomar esse projeto.

No “meio” desse caminho, houve a construção da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe). Beatriz Soares, que está aqui me ouvindo, acho que ela lembra que, em 1997, em Salvador durante um evento, o Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), após uma sessão de mesas redondas, Carminha (Maria Encarnação Beltrão Sposito), Beatriz, Carlos Augusto, eu e outros nos reunimos para conversarmos, pois estávamos incomodados com o fato das mesas do SIMPURB só ouvirmos falar das metrópoles. Beatriz já era doutora e tinha trabalhado em Uberlândia; ela tinha pesquisa sobre cidade que não era metrópole, assim como outros, e por que só se tinha como referência as metrópoles? A partir desse encontro, decidimos que teríamos que fazer alguma coisa.

Em 1999, no SIMPURB realizado em Presidente Prudente, foi incluída na programação, logo após ao evento, uma jornada sobre cidades médias durante todo um dia. A professora Beatriz Pontes foi convidada para a palestra. Neste SIMPURB, eu apresentei a minha tese que estava praticamente concluída. Feito isso, começamos a alimentar a ideia de ter um grupo de pesquisa para se reunir e trabalhar em conjunto. Vejam como isso leva tempo, foram quase 10 anos até termos, de fato, a criação da ReCiMe, que foi em 2007! Embora ela já estivesse sido concebida, ainda não estava formalizada como um grupo de pesquisa na plataforma Carlos Chagas.

A rede, enquanto um grupo de pesquisa, consolida-se a partir da elaboração do primeiro projeto de pesquisa submetido ao Edital “Casadinho” do CNPq. O primeiro projeto foi coordenado pela professora Denise Elias, da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Isso mostra o quanto é importante um edital que financie uma pesquisa coletiva, porque demandava pesquisa-

dores de várias partes do país e, de fato, foi muito fundamental para consolidar a ReCiMe como uma rede de pesquisadores sobre as cidades médias.

Após a conclusão do doutorado, como já falei, comecei a orientar Iniciação Científica, mas também tivemos que criar o Mestrado em Geografia na UFPB. Pois, quando entramos em uma universidade que não tem pós-graduação, você tem que ajudar a implementar tudo, então criamos o mestrado em 2003. A demanda por orientação no campo da Geografia Urbana é uma constante. Estudos sobre habitação, expansão urbana, comércio, dentre outros compunham os projetos que ingressavam no mestrado. Assim, vamos orientando... Costumo dizer que atualmente tenho caminhado com as duas pernas, uma no contemporâneo e outra na Geografia Histórica. Em 2012, saio para o pós-doutorado na UFRJ. Na época, quando pensei na proposta, eu queria fazer com o professor Maurício de Abreu, mas ele estava doente, entretanto, me indicou a professora Fania Fridman. Foi uma experiência muito boa. É quando começo a trazer para a discussão a ferrovia. Explico, quando começamos a fazer os estudos sobre as cidades na ReCiMe, Passo Fundo, Uberlândia, São José do Rio Preto, Campina Grande, Mossoró etc., vou vendo que há algo em comum no processo histórico de alguns desses municípios. Mas têm também particularidades, muitas foram campo de pouso ou caminho de boiada. Essas particularidades me instigaram a estudar e a mergulhar nesse passado. É então quando eu começo a estudar as chamadas bocas do sertão e que também se tornaram pontas de trilho. É também quando começo a aproximar minhas duas frentes de trabalho. Ao analisar o processo histórico dessas cidades, encontro um elemento comum que é a chegada da ferrovia. Início a pesquisa e passo a trabalhar com esta temática e que até o momento atual constitui a temática central do projeto de pesquisa que estou desenvolvendo.

Quanto ao ensino, devo acrescentar que eu ingresso na UFPB aqui em João Pessoa na área de Metodologia e permaneço ministrando disciplinas nessa área há sete anos. Após o doutorado é que começo a ministrar a disciplina Geografia Urbana. Ainda hoje, eu ensino nessas duas áreas: Metodologia e Geografia Urbana. A extensão nunca foi meu forte, realmente acho muito difícil a gente dar conta dos três pilares da universidade, principalmente quando não se tem um grupo consolidado. Porém, nos últimos dois anos, tenho atuado com colegas que ingressaram mais recentemente, Rafael Padua e Alexandre Sabino, que integram nosso grupo de pesquisa, o

Grupo de Estudos Urbanos e que estão coordenando projetos de extensão na cidade de João Pessoa junto aos movimentos sociais e que contam também com a colaboração da professora Arlete Rodrigues, que esteve dois anos conosco como professora visitante. Bom, acredito que eu tenha conseguido sintetizar minha trajetória, não sei se consegui dar conta, certamente não falei dos fundamentos teóricos porque isso demandaria mais tempo, mas é isso.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): É uma trajetória que nos motiva muito, realizou uma migração diferente do Nordeste para o Norte, depois Sul do Brasil. Passou pela Engenharia Civil... É muito bacana ouvir tanta experiência. A gente olha e, muitas vezes, só vê o pesquisador a partir do momento do que consideramos êxitos, mas não pensa o que ele percorreu para chegar até ali. Fale um pouco sobre sua principal pesquisa, dentre tantas já desenvolvidas!

Prof.^a Doralice: Quero primeiro dizer que a gente nunca foi contra os estudos das Metrôpoles, falo isso porque muitos dizem que estamos tentando separar a Geografia Urbana, não é isso. Considero ambos os recortes fundamentais. Inclusive, tenho orientado alguns trabalhos sobre metrópole, embora não seja uma *expert* no assunto, mesmo porque eu não moro em uma, vivi ocasionalmente um ou dois anos, mas não me sinto metropolitana. Inclusive, quando começamos a ReCiMe, eu morava e estudava em João Pessoa e, naquele momento para nós, João Pessoa era uma cidade média. Tivemos que nos unir “em torno” dessas cidades pensando no particular, universal e no singular. Quando elegemos as cidades, decidimos não incluir as capitais porque elas já tinham uma dinâmica própria de serem capitais dos estados. Elas têm uma centralidade forte por serem sedes administrativas dos territórios estaduais.

Eu não tinha estudado Campina Grande e a equipe resolveu estudá-la porque essa cidade possuía características que permitiam assim considerá-la. O professor Carlos Augusto já tinha feito um estudo sobre Campina Grande. A tese dele é sobre essa cidade, assim como outros professores da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB) e da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Então, formamos essa equipe da ReCiMe, que é composta por pesquisadores locais, no sentido de serem os responsáveis por aquela cidade.

No projeto de pesquisa coletivo da ReCiMe, nós ficamos responsáveis por Campina Grande e fizemos a pesquisa; aquele estudo grande que culmina em um livro que foi publicado. É aquela coletânea das cidades, em que cada volume reúne duas cidades, o nosso foi Campina Grande e Londrina. Começamos a pesquisar as cidades médias e não se

trata de cidades de porte médio, até porque não é o tamanho da população que vai dizer o que é uma cidade, o importante é analisar a centralidade que esta cidade exerce na sua região de influência, a sua dinâmica etc. Claro que as cidades pequenas também são importantes, todas são. Mas esse primeiro conjunto de características marcou o início dos nossos trabalhos e era fundamental ter um pesquisador que tivesse responsabilidade pela pesquisa sobre a cidade eleita. Uma outra curiosidade sobre a formação da ReCiMe e as suas pesquisas é a diversidade dos campos de atuação dos seus pesquisadores, as suas opções teórico-metodológicas, tudo isso foi muito debatido dentro da rede, foram muitas as nossas discussões, o que acho que nos fortaleceu.

Uma outra curiosidade sobre a formação da ReCiMe e as suas pesquisas é a diversidade dos campos de atuação dos seus pesquisadores, as suas opções teórico-metodológicas, tudo isso foi muito debatido dentro da rede, foram muitas as nossas discussões, o que acho que nos fortaleceu.

Continuamos estudando Campina Grande e vimos como é interessante. Recebemos muitos alunos querendo estudar a cidade, o que fortalece ainda mais nossa pesquisa. Tem sido muito bom. Além disso, com meu projeto de pesquisa, comecei a ver a possibilidade de estudar cidades que não eram tão próximas. Os colegas nos forneciam material que eu precisava, como o de Uberlândia por exemplo. Quando eu fui analisar o processo histórico desta cidade, eu recorri muito à Beatriz. Parti da tese dela e busquei outras referências. Passo Fundo, Oscar Sobarzo me forneceu referências e é um trabalho bem coletivo mesmo, em que cada um pode ter seu projeto individual, com uma temática específica e cada um contribui com o outro.

Há os momentos altos da rede, que foram principalmente na época dos editais de fomento à pesquisa. Como já mencionei, o primeiro projeto foi coordenado pela professora Denise, o segundo fomos nós que coordenamos, o que deu a oportunidade de equipar o laboratório, fortalecer o pro-

grama, realmente foi muito importante para a pós-graduação. Já o terceiro foi coordenado pela professora Maria José Martinelli Silva Calixto. Quando os projetos vão sendo finalizados, ficamos sem recursos e sem uma pesquisa coletiva, sentimos que a rede meio que enfraquece. Tanto que o último *workshop* que fizemos em Juiz de Fora foi uma tentativa de, mesmo sem projetos conjuntos, mantermos o compromisso de “tocar” essa rede, pois entramos em um momento de declínio, sem estímulo à pesquisa e agora há uma total ausência. Quando apareceu o edital aqui da fundação de pesquisa da Paraíba, eu vi que embora fossem poucos recursos, de fato, a nossa fundação está iniciando, embora sua criação seja mais antiga, a sua atuação efetiva é recente, acho que tem uns cinco anos. Então decidimos fazer uma proposta e ela foi aprovada. Este é o projeto que temos agora na ReCiMe, o que nos une, e isso faz que continuemos unidos.

Em relação ao que chamamos de eixo temático, em função de minha pesquisa na perspectiva histórica, eu fui me concentrando no tema sobre a conformação das áreas centrais das cidades, ou a construção desses centros principais. Essa é uma temática a qual atualmente estou me dedicando. Publicamos um livro com o título *Centro e centralidade em cidades médias*⁴, em que a primeira parte é de minha autoria e resulta destes estudos. Ou seja, na perspectiva intraurbana, trato da constituição dos centros das cidades que delimito como sendo as bocas de sertão. Uma outra parte é de autoria de Arthur Magon Whitacker e a terceira de William Ribeiro da Silva. Há, portanto, uma temática comum com diferentes perspectivas analíticas. Isso nos fortalece, porque vamos nos reunindo nos grupos temáticos, discutindo, escrevendo, é muito gratificante.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Professora Doralice, é um prazer lhe encontrar, mesmo que seja neste ambiente! Algo que sempre me encantou na Geografia Urbana Brasileira é a presença feminina e você é um desses nomes. Eu queria dialogar um pouco com os artigos e capítulos de livros seus. A questão que eu tenho para colocar é sobre a metodologia. A senhora trabalha em uma perspectiva da cidade média, tendo uma certa preocupação com essa regressão histórica, esse elemento metodológico é o que une muito dos trabalhos. Gostaria que você colocasse se você chegou

4 MAIA, Doralice Sátyro; SILVA, William Ribeiro da; WHITACKER, Arthur Magon. *Centro e centralidade em cidades médias*. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

a desenvolver uma metodologia específica para esse estudo. Qual a importância de fazer uma análise sobre a cidade média na perspectiva histórica?

Prof.^a Doralice: Eu não considero que desenvolvi uma metodologia própria. Na verdade, acho que a gente vai trilhando a partir daquilo que conhecemos, caminhos que vamos apreendendo, mas acredito que tudo que une metodologicamente as pesquisas que fiz é a relação espaço-tempo. Ela vai se fazer presente em todas essas pesquisas, desde que eu fiz a pesquisa sobre o rural no urbano no mestrado, porque, embora na época o tema da verticalização, a construção de shoppings nas cidades e toda aquela dinâmica chamada contemporânea urbana predominasse e chamasse a atenção dos pesquisadores, não era isso que me instigava. Minha vontade era estudar a presença do que era do passado. Eu queria desvendar aquilo que eu denominei de permanência e, nessa busca, a base do método está na literatura marxista. Isso está em minha formação, não posso entender o urbano sem compreender o processo histórico, que sempre é dinâmico, considero fundamental para nossas pesquisas.

No que diz respeito aos instrumentos e aos procedimentos metodológicos, nós vamos construindo, mas não é fácil. Por exemplo, na Geografia, não temos capacitação para tratar documentos históricos, temos que aprender. Não é fácil encontrar alunos que se interessem por tal perspectiva, porque acham desinteressante. Muitos professores às vezes desestimulam. Eu não fico preocupada com o fato de um procedimento não ser próprio da Geografia. Lefebvre fala das cercas disciplinares, ou seja, que é o que divide e nós podemos romper com essas cercas. Nesse sentido, a relação espaço-tempo é o que nos une, mesmo que seja o tempo passado, isso vai depender do enfoque. Mais recentemente, eu tenho me dedicado a uma perspectiva, digamos, de processos passados, ou seja, um passado mais distante não significa que outras pesquisas não possam abarcar outras vertentes como moradia, habitação. Fazemos isso também na ReCiMe, não necessariamente na perspectiva da Geografia Histórica, mas que é muito importante em pesquisas urbanas. Devemos saber buscar e trabalhar com documentos, arquivos, escrituras de cartórios... Tenho uma ex-orientanda que trabalhou muito com as escrituras de imóveis, não só com elas, mas as certidões “vintenárias”. Que também são documentos valiosos que nos mostram a constituição histórica da terra urbana, ou seja, algo da atualidade, mas que precisamos saber como tudo iniciou.

Por exemplo, ao pesquisar um loteamento em determinada área com as certidões, pode-se reconstituir a história da propriedade, às vezes, desde a transformação de terra rural para urbana, como foi desmembrada até chegar ao loteamento atual. Essa minha ex-orientanda, a Luciana Araújo, fez isso. Eu não tinha trabalhado com essas certidões vintenárias, foi ideia dela. Eu sugeri que ela fosse aos cartórios para sabermos quem eram os donos das terras, porque isso é fundamental, saber a origem do empreendimento naquele local, o porquê de ter vendido. Para essas perguntas, você só encontra respostas se buscar nas documentações ou nos relatos. Então, ao conseguir realizar a pesquisa no cartório, identificou essas certidões e estes documentos foram fundamentais para a sua pesquisa.

Uma das maiores dificuldades para quem trabalha com as cidades médias e pequenas é a falta de jornais locais, além do que essas cidades são pouco noticiadas em jornais estaduais. Eu supervisionei um trabalho de uma pós-doutoranda que trabalha muito com a História Oral, é outra perspectiva metodológica que demanda muito tempo como em qualquer pesquisa. Atualmente, tenho um orientando de mestrado, Igor Carlos, que ingressou no mestrado com um projeto para trabalhar a cidade de Crato e a ferrovia na sua dinâmica atual. Quando ele começou, eu o estimulei para que procurasse entender o processo da instalação da ferrovia na cidade. Ele pesquisou no Arquivo Nacional, na Biblioteca Nacional, ele tem se dedicado e faz muito bem, ele busca também em jornais. Então, à medida que você vai tomando gosto por algo, você se satisfaz, você mesmo vai descobrindo os caminhos da pesquisa, vai se aprofundando. Então eu não digo que seria uma metodologia própria, cada pesquisa tem a sua. Agora, o método corresponde à nossa concepção teórica, no meu caso, tem sempre uma base na teoria de Lefebvre, com destaque para o entendimento das continuidades e descontinuidades.

Prof.^a Glauciana Alves Teles (UVA): Professora Doralice, meu questionamento é no sentido de entender um pouco sobre os desafios em seu campo de estudo, nesse diálogo com a História, dessa dificuldade de ter alunos que se interessem pela temática. Não são muitos os estudos nesse campo, vejo muitas dificuldades inclusive em fazer interfaces com as outras áreas do conhecimento. O que você aconselharia para um jovem pesquisador nesse seu campo de atuação?

Prof.^a Doralice: Antes de chegar no conselho, eu vou dizer o contexto. É muito interessante, à medida que você ia falando eu fui pensando que isso, na Geografia, causa mais espanto, até porque não está muito presente, tanto que desde que eu comecei a coordenar o grupo de trabalho de Geografia Histórica Urbana nos eventos como ENANPEGE e SIMPURB, nós temos que encaminhar a proposta, caso contrário ela não aparece. Mas isso foi uma conquista, eu consigo reunir colegas e, inclusive, eu contava com o professor José Aldemir, de Manaus, da UFAM, que infelizmente faleceu em 2020. Você até vê que tem pessoas que se interessam, mas há diferenças. Também não podemos nos dedicar exclusivamente a este campo de estudo; nós da Geografia Urbana temos que atuar e fazer várias coisas, como orientar trabalhos de diversas temáticas e isso é bem difícil. Por outro lado, como tenho também orientandos da Arquitetura e Urbanismo e é interessante observar como lá os dois campos são bem fortes. A ANPUR consegue ter um evento só da história da cidade e do urbanismo. Neste evento, há muito mais Arquitetos e Urbanistas do que Historiadores ou Geógrafos. Os arquitetos urbanistas estudam muito o presente, há grupos que estudam dinâmicas no presente e no passado. Cito a professora Ângela Ferreira, da UFRN, ela é uma destas. Então, o que tenho que dizer para os mais jovens é que você precisa gostar do que está fazendo, porque se você faz o que gosta, você faz bem, não é só porque tem bolsas. Eu já tive vários bolsistas de Iniciação Científica que, nas entrevistas, diziam que adoravam a temática da pesquisa e na hora não faziam bem; já há outros que não têm bolsa e realizam as atividades muito bem. Eu entendo o risco da rejeição por qual eles podem passar por parte de professores.

Vou dar um exemplo: tenho alunos que relatam que há professores que não aceitam orientar certas temáticas por entenderem que não fazem parte da área da Geografia, que a pesquisa é da História e eles enfrentam isso também em eventos. Então, falta um pouco de abertura nesse sentido, ou seja, permitir que se possa fazer o que se escolher. Se a regra fosse assim, de exclusividade temática em função da área do conhecimento, não poderíamos discutir questões de gênero, poderíamos dizer que é coisa da Sociologia ou da Antropologia, e isso barraria as perspectivas e o interesse temático. Esse comportamento de rejeitar por entender não ser de interesse para o campo da Geografia reduz o conhecimento e isso vai desmotivar os jovens. Acho que, como conselho, eu digo que se gostar de uma temática, mergulhe e vá em

frente, se o orientador não aceitar, procure outro. Deve-se ter uma postura de querer fazer, então os jovens precisam de estímulo e orientação.

Prof. Heronilson Pinto Freire (UERN): Professora Doralice, eu, como recém concursado com três anos na docência, passei sempre alguns textos seus nas disciplinas de Geografia Urbana e de Geografia da População e fiquei muito encantado com sua fala e sua trajetória de vida, os caminhos que você trilhou na pesquisa acadêmica. Eu queria que você aprofundasse um pouco mais sobre a questão de seu entendimento das cidades médias e pequenas do Nordeste.

Prof.^a Doralice: Eu acho que tem algumas características de fato próprias dessas cidades. Outro destaque que posso fazer é que devemos conhecer o Brasil, isso é fundamental. Posso dar o exemplo das viagens que fizemos de carro de São Paulo para João Pessoa, elas foram significativas, conhecemos diversas cidades e realidades distintas. Então o recorte regional é importante e há também características que vêm de seus processos históricos. O professor Milton Santos denominou de formação socioespacial. As particularidades das cidades, sua formação, são também singulares, não só as cidades médias, mas as pequenas que dependem das cidades centrais. As suas dinâmicas se dão sobretudo pela economia, mas eu nunca descarto outros elementos de análise, a vida das pessoas, a cultura, o que está presente na vida dessas pessoas quando se fala das feiras, por exemplo. Há feiras em todo lugar, pode até existir, mas as feiras do Nordeste são peculiares. Há algumas perguntas que podem ser feitas, como o porquê da decadência de feiras em algumas cidades, ou em razão da ausência de produtos locais. As feiras têm sua razão de existir e não podemos separar isso do processo histórico de suas formações. Nesse processo não está presente só a economia, mas também a cultura, ou seja, temos no Nordeste as cidades do agreste, da zona da mata. Elas estavam inseridas na cultura da cana de açúcar e elas têm uma dinâmica

As particularidades das cidades, sua formação, são também singulares, não só as cidades médias, mas as pequenas que dependem das cidades centrais. As suas dinâmicas se dão sobretudo pela economia, mas eu nunca descarto outros elementos de análise, a vida das pessoas, a cultura, o que está presente na vida dessas pessoas quando se fala das feiras, por exemplo.

diferente das cidades do sertão, embora tenham uma característica comum nesse recorte amplo do Nordeste, devemos lembrar que há vários Nordestes, e acho que vale a pena fazer essas distinções.

Prof.^a Zenilde Baima Amora (UECE): Eu queria falar um pouco sobre a questão da Geografia Histórica que pouca gente faz, mas, na realidade, todo mundo trabalha um pouco. Quando você faz referência ao mestrado, eu acho interessante, pois lembrei de um orientando que trabalhou sobre o algodão em uma cidade que eu considero média do Ceará. Nesse trabalho, ele faz um resgate do algodão e, a partir disso, você entende como Iguatu é hoje, e vejo como o trabalho dele contribuiu e foi um trabalho pioneiro, trabalhar a expansão urbana a partir da produção do algodão. Eu nunca tinha trabalhado com isso e foi muito interessante. É uma área apaixonante e devemos incentivar nossos alunos a fazerem trabalhos dentro da perspectiva da Geografia Histórica.

Prof.^a Doralice: Eu fico contente e, se possível, me envie esse trabalho que você citou! Uma coisa que eu quero falar é o que sempre digo para meus orientandos: às vezes, nossos trabalhos são rejeitados em eventos e revistas, eu mesma tive vários, ninguém queria falar do rural no urbano. Para vocês terem ideia, foram mais de 10 anos para eu começar a receber convites para exposição de trabalhos com a temática da pesquisa, hoje sempre pedem a tese, artigos etc. É o que digo, não se sintam desanimados por serem “rejeitados” em algum evento, isso pode ocorrer com qualquer pessoa!

Antônia Helaine Veras Rodrigues (Doutoranda em Geografia – UFC): Sua trajetória profissional e História de Vida é muito inspiradora; fiquei muito contemplada e feliz com sua fala. Gostaria de saber sobre as transformações das relações urbanas nas cidades nordestinas a partir da Expansão do Ensino Superior.

Prof.^a Doralice: A discussão sobre o Ensino Superior nas cidades, especialmente as médias e pequenas, já vem sendo realizada e há muitas referências. Há alguns anos, era mais raro. Nós tivemos um projeto que coordenamos com o professor Glaucio Marafon e a professora Carminha, que previa a análise do Programa Minha Casa Minha Vida nas cidades médias, atrelado à expansão do Ensino Superior. Desta pesquisa saiu uma tese realizada por Mariana Valença, orientada pelo professor Carlos Augusto, sobre

Caruaru, ou seja, ela estuda a dinâmica do Ensino Superior mais recente, pois na cidade já havia, anteriormente à Expansão do Ensino Superior no Brasil, mas a pesquisa tratou das implicações da política de implantação de novas instituições, portanto não foi na perspectiva da Geografia Histórica. Uma cidade que tem esse componente comum a Caruaru é Sobral, que tinha uma faculdade anterior e depois foram chegando outras. Em muitas outras cidades temos processo similar, é o caso de Cajazeiras, que recebeu um *campus* de Universidade Federal no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 e, com essa política de ampliação do Ensino Superior, esse processo ocorreu de forma mais massiva nas cidades, particularmente no Nordeste, trazendo repercussões significativas.

De alguma forma, esse fato está associado às mudanças no mercado imobiliário e na produção de habitação, seja a partir do Programa Minha Casa Minha Vida, seja pela chegada de professores e alunos de outras cidades em função dos novos cursos ou das novas instituições. Evidentemente que a construção de um *campus* ou de uma universidade em uma cidade menor tem repercussões mais latentes se compararmos com uma cidade que já tem uma dinâmica econômica mais ativa. De todo modo, as universidades vão trazer fomento à pesquisa, ampliação do ensino e outros serviços que, por sua vez, trazem mudanças nessas cidades. Há uma pesquisa de uma mestranda do PPGG da UFPB, orientada pelo professor Josias Castro, que é sobre a pequena localidade de Cuité. A autora mostra como a dinâmica dessa cidade mudou em função do *campus* da Universidade Federal, de Institutos Federais, e isso vale muito a pena ser estudado.

Prof.^a Rita de Cássia da Conceição Gomes (UFRN): Primeiro queria dizer que é uma satisfação dialogar com você, Doralice! Foi muito bom conhecer sua história, é interessante como nossas histórias são parecidas, histórias de luta e superação. Minha questão é: como você analisa a ausência da leitura dos clássicos nas pesquisas geográficas?

Prof.^a Doralice: Rita, esse sentimento que você tem, eu também compartilho, porque às vezes a gente acha que todos têm o hábito de ler, mas muitos não têm o costume ou não conhecem os clássicos. Há também uma certa rejeição por não tratarem do momento atual. Então eu digo sempre aos orientandos e alunos de modo geral que, ao lermos qualquer que seja o autor, devemos colocá-lo na época em que escreveram o texto. Por exemplo, Marx

escreveu no século XIX, mas veja, quando ele escreveu, ele leu os economistas clássicos. E a base que ele propôs para desvendar o capitalismo permanece, embora hoje estejamos no chamado capital financeiro, financeirização, entre outras denominações que são dadas. A base do entendimento do que é mercadoria não mudou completamente. Ela até muda, se transfigura, mas a base na criação da riqueza se mantém, e para entender isso temos que ler, tanto é que, quando pegamos David Harvey, ele é um autor contemporâneo e a sua base teórica está fundamentada em autores como Lefebvre e Marx. Ele publicou vários livros desvendando o capital, ou seja, ele foi no passado para entender os fundamentos que continuam sendo basilares. Quando percebo que os alunos não têm o hábito de ler na graduação, por exemplo, eu sempre passo um texto do Engels que é sobre “*A situação dos trabalhadores na Inglaterra*”⁵. E outro que acho fundamental é o livro “*A questão urbana*”⁶, também do Engels, no qual ele discute a política de construir habitações para os trabalhadores e põe em cheque tal atitude, pois diz que isso torna os trabalhadores proprietários, portanto, segundo o autor, os trabalhadores vão se sentir em uma situação burguesa quando na verdade não são. Essa discussão é bastante pertinente não só no século XIX, mas continua sendo atual. Observei que não só na Geografia, mas também na Arquitetura, os clássicos estão pautados quando muito no Lefebvre, então, procuro também indicar a obra “*A questão urbana*”⁷, de Castells. O Castells dos anos 1970 e início dos anos 1980 e David Harvey, da “*Justiça Social e a Cidade*”⁸, que são pilares da Geografia Urbana crítica e, por sua vez, dos estudos da sociedade, Arquitetura, Geografia, planejamento. Considero que vale a pena instigar os nossos orientandos não a ler as obras completas, pois teria que optar – o que eles poderão fazer posteriormente, mas alguns textos creio que sejam fundamentais.

Então eu digo sempre aos orientandos e alunos de modo geral que, ao lermos qualquer que seja o autor, devemos colocá-lo na época em que escreveram o texto.

Um outro tema muito discutido nos anos 1980 era sobre a existência ou não da renda da terra urbana. Essa questão sempre provoca muito embate.

- 5 ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- 6 ENGELS, Friedrich. Contribuição ao problema da habitação. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Obras escolhidas. Volume II*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d. 105-182.
- 7 CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- 8 HARVEY, David. *Justiça Social e a Cidade*. São Paulo: Hucitec, 1980.

Para a Ana Fani Carlos, por exemplo, não existe, já Arlete Rodrigues diz que existe. Então você tem que ler e se posicionar sobre o que é a renda da terra urbana. E, para isso, temos que entender, desde o início, que há leituras que são obrigatórias. Isso depende do que vai se focar, e se vale estudar. Os mestrados hoje são muito rápidos, então algumas leituras têm que ser priorizadas. Eu lembro que muitas disciplinas da USP na graduação tinha um capítulo certo de Marx e sempre era o mesmo, não basta ser necessariamente este capítulo, tem que ter outros e, para isso, os autores clássicos são fundamentais, não só os Marxistas, mas os clássicos da Geografia, como Humboldt, Vidal de La Blache. Concordo plenamente com você, devemos instigar nossos alunos a lerem os clássicos.

Prof.^a Juçara Spineli (Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS/ Campus Erechim, RS): Realmente é um momento muito rico, e vemos um Brasil tão diverso! Eu venho da região Sul, nossa universidade é a da Fronteira do Sul, ela fica em três estados do Sul do Brasil, tem sede em Chapecó, em Santa Catarina, tem *campus* do Rio Grande do Sul e *campus* no Paraná. Um grande paradigma para nossos estudos tem sido a questão da fronteira do Mercosul. Essa Universidade dialoga de uma forma diferente com o Brasil e, da mesma forma, está integrada e isso é um desafio muito grande para entendermos. Vocês falaram da questão dos pequenos municípios, na verdade, nós temos estudado a questão dos polos regionais, independente de serem cidades médias propriamente ditas, mas que têm um papel de intermediação na rede urbana. Nós estamos chamando de cidades rurais e isso pesa a contradição do termo e tem as características que a professora Doralice citou. Eu acredito que isso é um objeto que ainda deve ser muito pesquisado, dado sua importância. Quero agradecer imensamente pela oportunidade de estar aqui e parabenizar a iniciativa do grupo de estudos e a fala da professora Doralice.

Prof.^a Doralice: Eu gostaria de agradecer e dizer que a concepção desse projeto de grupo de estudos é muito boa e pode ainda ficar mais interessante. Uma coisa é você estar em uma mesa e só falar, outra é você ter esse diálogo. Eu hoje repensei minha trajetória e achei muito bacana, isso serve para pensar que caminhos estamos trilhando. Muito obrigada!



Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior é Professor Titular do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, da Universidade Federal do Pará, instituição na qual graduou-se em Licenciatura em Geografia (1986), Bacharelado em Direito (1988) e Bacharelado em Geografia (1989). Na mesma Universidade tornou-se Especialista em Análise Geográfica Aplicada à Amazônia (1987) e Mestre em Planejamento do Desenvolvimento (1993). Doutorou-se em Geografia Humana (1998) pela Universidade de São Paulo e concluiu Pós-Doutorado em Políticas Urbanas (2007) no Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (Université Paris III/Sorbonne Nouvelle) e em Geografia Regional (2016) na Universidade de São Paulo. Ocupa a cadeira de nº 21 do Instituto Histórico e Geográfico do Pará, é pesquisador 1C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Ordenamento Territorial e Urbanodiversidade na Amazônia.

Aprendendo sobre as cidades médias e pequenas da Amazônia brasileira¹

Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior²

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Boa tarde! Gostaria de agradecer a presença do professor Saint-Clair, da Universidade Federal do Pará (UFPA). Vou passar a palavra para o professor Saint-Clair para iniciarmos nossa entrevista.

Prof. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (UFPA): Obrigado pela oportunidade! Obrigado à professora Virgínia Holanda pelo convite. Sou professor da UFPA vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, o NAEA, que é um núcleo interdisciplinar. Nos dias atuais, venho trabalhando com a pesquisa e a pós-graduação. Lá são três programas de pós-graduação, dois *stricto sensu* e um *lato sensu*, que recebem alunos de toda a Pan-Amazônia. Afora isso, eu estava à frente, até bem pouco tempo, da edição da *Novos Cadernos NAEA (NCNAEA)*, que é uma revista que tem uma certa tradição na UFPA, sendo um dos carros-chefes da nossa produção acadêmica no NAEA, e que publica muitos artigos de todo o Brasil e de outros países também e para a qual vocês estão convidados a enviar artigos.

Quero agradecer mais uma vez a oportunidade de estar com vocês, discutir um tema que muito me interessa, que são as cidades médias e pequenas, e acho que vocês, que estão na região Nordeste, têm muito a dialogar conosco e

¹ Entrevista realizada via *Google meet* em 20 de outubro de 2020.

² Professor da Universidade Federal do Pará (UFPA).

nós com vocês. Ainda que nossas realidades sejam diferenciadas, temos muitas coisas em comum, especialmente quando tratamos das especificidades e das diferenças de nossas regiões e cidades em face de uma teoria que está colocada de forma mais geral, tanto em nível nacional como internacional. Por isso, talvez alguns dilemas que vocês enfrentem para produzir pesquisas sejam nossos também. Este diálogo é bastante importante não só para informar o que estou trabalhando, pesquisando, mas também para aprender com vocês o que desenvolvem nos programas, cursos e instituições onde trabalham.

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Professor Saint-Clair, é um prazer estarmos juntos aqui reconstruindo esses laços a distância e mantendo esse vigor do diálogo acadêmico. Mais uma vez, agradecemos por sua disponibilidade, assim como de tantos outros colegas das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste, que já passaram por este momento. E isso é de grande valia para nós, até para entender o viés dessas abordagens que se dão nas cidades pequenas e médias da Amazônia. Professor, minha pergunta é sobre sua trajetória, experiência profissional. Quais percursos o senhor percorreu, suas principais referências teóricas que o encaminharam para dentro da Geografia ou pela Geografia Urbana nos estudos amazônicos?

Prof. Saint-Clair: Luiz, é um prazer falar com você! Bom, não consigo falar da minha trajetória e dessas influências sem falar da minha vida pessoal. Eu nasci no interior da Amazônia, sou de uma família que morava no interior da floresta e que era ribeirinha. Meu pai era comerciante e trabalhava com o esquema do aviamento. Ele era um intermediário entre os produtores da floresta e atendia muitas pessoas. Nessa realidade, a escola funcionava na minha casa, que era uma bela palafita e a professora era minha tia. E eu fui muito cedo alfabetizado, aos quatro anos, por causa disso. Morava no interior do município de Bujaru. Hoje ele é conectado pela estrada, mas, na época, só era acessível de barco. Levávamos, em média, 17 horas para chegar a Belém. Aos sete anos, eu teria que fazer a 3ª série, mas lá não tinha e as pessoas que queriam continuar estudando tinham que se mudar para Belém, onde moro até hoje. Assim, tive que me separar da minha família para morar em Belém em uma área de baixada (favela), uma das mais pobres da cidade na época. No interior, nossas condições de vida eram muito melhores, afinal, meu pai era comerciante, mas só em Belém me dei conta, de fato, da minha pobreza. O meu despertar para a cidade

se deu justamente nesta transição onde me deparei com uma realidade diferente, mas que, ao mesmo tempo, me encantava.

Chegar à cidade de barco para mim era uma das cenas mais bonitas porque normalmente chegávamos às 4 horas da madrugada e era impressionante a beleza das luzes refletidas nas águas. Mas quando me deparei com essa realidade urbana na favela, muitas coisas se revelaram de maneira diferente para mim. A primeira coisa que notei, inclusive, foi que no local onde morava no interior, o rio estava na frente da casa e, na favela, estava atrás. Em Belém, eu morava também em uma palafita de frente para a rua sem asfalto ou qualquer infraestrutura e o rio, com todos os seus dejetos, impurezas e lixos da cidade que contaminam os cursos fluviais, estava atrás. Essa realidade me estimulou muito a despertar para a realidade das cidades e, paradoxalmente, a amar as cidades.

Até os treze anos, morei com vários tios e, quando eu comecei o ensino médio, meus pais resolveram morar em Belém porque meus outros irmãos precisavam estudar também. Terminei aos dezesseis anos o antigo segundo grau e, nesse momento, tive que escolher o que queria seguir nos estudos. Eu já tinha certeza que queria ser professor. Na época, eu participava de grupos de jovens da Igreja Católica onde conheci a Teologia da Libertação³ e também estava envolvido na militância política da periferia de Belém. Lutávamos pelo direito à moradia, o direito ao espaço urbano e a luta pela terra urbana me instigava muito. Em razão disso, eu decidi que iria fazer dois cursos em nível superior, uma Licenciatura, para dar aulas, e o outro seria Direito, exatamente pela influência desses movimentos sociais que eu estava participando. Como o curso de Direito era o mais concorrido, eu optei por fazer primeiro a licenciatura. Por isso, eu tinha três opções, que eram História, Letras ou Geografia. Por uma série de motivos que me despertavam interesse, decidi pela Geografia. E foi aí que iniciei minha vida acadêmica. No ano seguinte fiz o vestibular para Direito e fui aprovado. Assim, passei a cursar as duas graduações na UFPA, pois, na época, era possível fazer dois cursos na Universidade Pública, desde que um fosse licenciatura e, o outro, bacharelado.

3 A teologia da libertação é uma corrente teológica cristã nascida na América Latina, depois do Concílio Vaticano II e da Conferência de Medellín, que parte da premissa de que o Evangelho exige a opção preferencial pelos pobres e especifica que a teologia, para concretizar essa opção, deve usar também as ciências humanas e sociais.

Na Universidade é que vêm as minhas principais influências teóricas. Era um momento de transição. Ingressei em 1983, quando a Geografia passava por transformações da Geografia tradicional para a uma Geografia crítica de viés notadamente marxista. E tudo que eu buscava no Direito, em termos de discussão sobre questões sociais, eu fui encontrando nas leituras que me foram apresentadas na Geografia. Duas professoras me ajudaram muito neste processo, ambas formadas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e que tinham sido orientandas do professor Manuel Correia de Andrade, que foram a professora Maria Eunice Soares Penne, minha orientadora de TCC, e a professora Janete Gentil Coimbra de Oliveira, que foi minha orientadora na especialização. Essas duas professoras me trouxeram leituras que conheci na UFPE, como Josué de Castro, Manuel Correia de Andrade e Milton Santos. O gosto pela leitura desses autores foi fundamental para a minha formação. A partir daí, comecei a entender melhor a Geografia e a me apaixonar de fato por essa ciência. Essa foi a minha primeira influência. Eu nunca estudei na Universidade Federal de Pernambuco, mas tinha uma certa identidade com essa escola de Geografia nordestina, que foi uma das principais referências no ensino de Geografia no Brasil, junto com a UFRJ e a USP.

Na especialização, eu tive outra influência importante também da UFPE, ainda que ele não seja do Nordeste. Foi o professor Jan Bitoun, que era professor na UFPE. Eu fui aluno dele na UFPA em uma disciplina que ele ministrou para nós sobre Teoria Regional. A partir daí, eu me apaixonei por esta disciplina. Nesse momento, eu estava também terminando o curso de Direito e, já na especialização, o professor Jan me despertou muito para esse campo do conhecimento de tal maneira que o direito foi ficando de lado naquilo que eu buscava, ainda que a minha formação nessa área tenha me dado várias contribuições igualmente. O mestrado eu fiz em Belém, no NAEA/UFPA, e minha orientação foi com o professor Roberto Lobato Correia (UFRJ) que, mais uma vez, me incentivou bastante a ler Milton Santos, sem falar na própria produção dele. Ele era um colaborador no mestrado do NAEA e foi uma das grandes influências intelectuais em minha vida, além dos que eu já mencionei. Na minha banca de mestrado, ele fez questão da presença do professor Milton Santos, tal foi a influência de sua obra na minha pesquisa de mestrado. Dos professores que tive no NAEA, destaco a professora Auriléa Abelém, que me coorientou, Edna Castro, José Marcelli-

no de Abreu, Francisco Costa, Rosa Azevedo, Luís Eduardo Aragon e outros tantos que são referências nos estudos sobre a Amazônia.

Após o mestrado, passei a me interessar mais por autores como Henri Lefebvre, que era muito referenciado na Geografia Urbana Brasileira. Essa foi uma das razões por escolher fazer o doutorado na USP. Buscava conhecer outros ambientes e na USP tive as melhores influências acadêmicas. Fui orientado pela professora Sandra Lencioni, que transita muito bem na interface da Geografia Urbana e da Geografia Regional, as duas disciplinas nas quais mais atuo. Além dela, tive a oportunidade de ser aluno na USP de outros professores da Geografia, como Milton Santos, Maria Adélia Aparecida de Souza, Ana Fani Carlos, Odete Seabra e Amélia Damiani. Também fiz importantes disciplinas na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU), da USP, dada a minha preocupação e interesse pelos estudos urbanos e metropolitanos. Fiz uma tese sobre a metropolização de Belém e lá tive os melhores professores de planejamento urbano, como o professor Murilo Marx, Flávio Villaça, Celso Lampareli, Felipe Gun, Ricardo Toledo, enfim, grandes nomes dos estudos urbanos da USP. Acho que são essas as minhas influências. E elas não são poucas, tive muita sorte de recebê-las, seja da UFPA, da UFPE, da UFRJ e da USP. Nesta última, além do doutorado, fiz um dos meus estágios de pós-doutorado; o outro, fiz no *Institut des Hautes Études de l'Amérique Latine (Université Paris III/Sorbonne Nouvelle)*, sob a supervisão da saudosa professora Hélène Rivière D'Arc, de quem tive também muito boas influências.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (UVA): Com sua fala, eu lembrei da professora Bertha Becker, que você cita em suas obras, mas minha pergunta é: como você tem muitos anos de experiência, pesquisas, bancas, participação em grupos de estudos, projetos aprovados, publicações, eu gostaria de saber sobre uma pesquisa que, por alguma razão, seja singular nessa sua trajetória como pesquisador.

Prof. Saint-Clair: Em relação à professora Bertha Becker, eu não cheguei a ser seu aluno, mas, de qualquer maneira, eu tive muita influência das pesquisas que ela fez na Amazônia. No curso de graduação e de pós-graduação na UFPA, sempre tivemos contato com as obras dela. No NAEA menos, eu talvez seja um dos poucos que trabalham com Bertha Becker.

E isso se justifica porque eu estudei bastante para entender o pensamento dela até chegar ao pensamento que tenho hoje sobre a Amazônia.

Em relação à pesquisa mais importante, é difícil eleger uma ou outra. Eu começo pelos estudos sobre Belém no TCC e mestrado. No doutorado, para além da cidade, passo a estudar também a metrópole. A minha primeira pesquisa verdadeiramente, a do mestrado defendido em 1993, eu gosto muito. Talvez se hoje eu fosse realizá-la novamente, eu faria tudo de uma maneira completamente diferente, mais foi muito importante para mim na época, pois foi ali que eu aprendi, de fato, a ser um pouco pesquisador com a contribuição do professor Roberto Lobato Corrêa, que me ajudou principalmente no aspecto teórico-metodológico. Essa é uma pesquisa que eu considero referência para mim no sentido de pensar as cidades amazônicas. Nesse momento, eu estudava o processo de valorização das baixadas em Belém. Isso para vermos como a vida pessoal tem influência nas nossas escolhas. Meu primeiro espaço de habitação em Belém foi uma favela e minha escolha de estudo de mestrado foi justamente uma dessas áreas que tinha se valorizado e que hoje apresenta um dos metros quadrados mais caros da capital paraense, inclusive, é um dos cartões postais da cidade. Foi isso que eu busquei entender e que abriu os horizontes para os estudos metropolitanos.

Meu primeiro espaço de habitação em Belém foi uma favela e minha escolha de estudo de mestrado foi justamente uma dessas áreas que tinha se valorizado e que hoje apresenta um dos metros quadrados mais caros da capital paraense, inclusive, é um dos cartões postais da cidade. Foi isso que eu busquei entender e que abriu os horizontes para os estudos metropolitanos.

Também gosto muito da minha tese de doutorado, que defendi em 1998, orientada pela Professora Sandra Lencioni. Já faz muito tempo, mas, mesmo hoje quando eu olho para essa realidade, no momento em que eu estudei, eu gosto bastante do que realizei. Foi um desafio e uma superação teórico- metodológica que me coloquei e consegui avançar. É nesse momento que começo a entender melhor a Amazônia a partir de Belém, momento que volto a olhar para as outras cidades da região.

Logo depois do doutorado, eu me coloquei de forma mais clara esse de-

safio, que foi o de estudar as outras cidades pequenas e médias, mas sem deixar de pensar o papel das metrópoles regionais nesse contexto. Isso me permite ver particularidades e diferenças que existem na Amazônia e é o que me faz propor a ideia da urbano-diversidade para que possamos analisar essa complexidade da vida urbana que se coloca na região.

Os estudos das pequenas cidades ribeirinhas nesse contexto tornam-se singulares nessa trajetória, pois me trouxeram muito do meu passado. Eu morava em um espaço ribeirinho no interior da floresta, então entendo que essas cidades têm muito da vida que eu levava. É como se a cultura da floresta se traduzisse para essas cidades, guardando permanências, mas também apresentando mudanças espaciais, mas que muitos profissionais da arquitetura e da engenharia não conseguem entender. Trata-se da vida da floresta e do cotidiano dessas pessoas, que têm um gênero de vida particular e que é levado para o interior da cidade. Nas cidades elas mantêm suas raízes e isso me encanta em relação a esse tema de pesquisa. Aqui falo de Belém e das demais cidades da floresta, que se traduzem em formas de existência e de resistência nas cidades e nas metrópoles. Tais formas de existir, o modo de viver na cidade dessas pessoas têm muito a ensinar e talvez possam abrir horizontes e novas formas de considerar no planejamento urbano os seus novos modos de vida, marcados pela solidariedade e pelo respeito à natureza, pois sabem conviver com ela. Isto está presente não só nas estratégias e na materialidade de vida, mas igualmente nos simbolismos, que são traduções da cultura da floresta que se manifesta na metrópole e também nas cidades pequenas e médias.

Aqui falo de Belém e das demais cidades da floresta, que se traduzem em formas de existência e de resistência nas cidades e nas metrópoles. Tais formas de existir, o modo de viver na cidade dessas pessoas têm muito a ensinar e talvez possam abrir horizontes e novas formas de considerar no planejamento urbano os seus novos modos de vida, marcados pela solidariedade e pelo respeito à natureza, pois sabem conviver com ela. Isto está presente não só nas estratégias e na materialidade de vida, mas igualmente nos simbolismos, que são traduções da cultura da floresta que se manifesta na metrópole e também nas cidades pequenas e médias.

da floresta que se manifesta na metrópole e também nas cidades pequenas e médias.

Quando isso tudo se faz muito presente no espaço urbano, eu costumo dizer que não são cidades que estão na floresta, mas que são da floresta. Mesmo que tenha uma história de colonização portuguesa, italiana, japonesa, enfim, imigrantes diversos que deram vários sentidos para as cidades amazônicas, é importante destacar essa força cultural local e regional que está enraizada nas cidades ribeirinhas ditas tradicionais. Não são cidades paradas no tempo, elas estão antenadas com o mundo. Nelas chegam os bancos através dos barcos e lanchas, a internet, o celular etc., mas isso tudo não desfaz os vínculos que são muitos fortes na cultura e na vivência cotidiana das pessoas.

Então, para fechar sua resposta, eu diria isso. Todas as minhas pesquisas me agradam muito, mas talvez essas realidades, que eu chamo de cidades das florestas, mexem bastante comigo, afinal, elas têm muito do meu passado e guardam partes importantes da minha história.

Prof. Francisco Clébio: Professor Saint-Clair, você tem uma rica trajetória de pesquisador. E as questões que eu trago, na verdade, você já tocou um pouco, que é sobre a importância da discussão dessa temática de cidades médias e pequenas na região amazônica. Gostaria que você falasse mais sobre o assunto. E a outra questão é: o senhor chegou a desenvolver uma metodologia própria específica para as suas pesquisas para tratar esse tema?

Prof. Saint-Clair: Acho que isso é importante, Clébio, porque, quando se fala da Amazônia, muita coisa diferente precisa ser tratada, precisa ser revelada, precisa ser traduzida e, nem sempre quando traduzimos vai ao encontro dos conceitos já formados. Por exemplo, a diferenciação do rural e do urbano, que é um dilema para qualquer pesquisador, seja no Nordeste ou no Centro-Sul do país. Na Amazônia, isso é ainda mais problemático. Se no interior de São Paulo falar de cidades do campo é problemático, imagine aqui! Creio que, quando se fala de cidades pequenas e médias, alguns conceitos não se encaixam muito bem, a começar pelo conceito do que é uma cidade na Amazônia. Falemos do Estatuto da Cidade (2001), cujos instrumentos são muito viáveis para aquelas cidades com características bem definidas que vemos nos livros de modo geral. Agora, imagine pensar a aplicação do Es-

tatuto da Cidade para um município como Altamira, que é o maior município do Brasil, maior em extensão que vários países. A cidade é importante no município, mas ela é apenas um ponto de um imenso território.

Uma aluna minha defendeu recentemente uma dissertação de mestrado sobre os indígenas e a relação deles com a cidade de Altamira. Trata-se de uma relação que é completamente diferente da leitura que temos normalmente na academia sobre o assunto. Quando se fala, por exemplo, que uma pessoa tem uma casa na cidade e outra fora da cidade, geralmente esta é pensada como a segunda residência. Para o indígena, não funciona bem assim. Para começar, em geral, ele não percebe essa diferenciação do campo e da cidade como nós percebemos. Para ele é um mundo de transição muito fluido. Quando chega à realidade do Xingu, onde se situa Altamira, uma empresa como a Norte Energia, e impõe toda uma nova ordem local para a espacialidade que eles estão acostumados a viver, confinando, por exemplo, a população indígena nos chamados Reassentamentos Urbanos Coletivos (RUC's) que, na verdade, são conjuntos habitacionais, toda a sua lógica de vida é desestruturada.

Eu fiz um estudo e trabalhei em assessoria de planos diretores nas cidades de Mocajuba e Baião, que ficam na sub-região do Baixo Tocantins. Lá, tentávamos fazer um zoneamento a partir da elaboração do Plano Diretor, mas nos deparamos com bairros das cidades caracterizados como espaços quilombolas, já que essa sub-região é rica em quilombos em razão de seu processo histórico de formação socioespacial. Com o passar do tempo, as sedes municipais passaram a incorporar comunidades quilombolas, que acabaram se tornando bairros das cidades. Em nosso trabalho, voltado para o planejamento, queríamos incluir a realidade dos quilombolas nas diretrizes a serem alcançadas pelo Plano Diretor. Nesse caso, eles não poderiam ser vistos somente como Zonas de Interesse Social (ZEI's), pois a realidade era social, cultural, histórica e economicamente mais complexa que aquelas onde se aplica esse tipo de zoneamento previsto no Estatuto da Cidade como instrumento para a reforma urbana. No caso dessas comunidades, elas têm toda uma tradição de festas, culturas, economias, forma de apropriação da terra que definem outras lógicas de uso e de apropriação do espaço. Lembro, então, que uma das coisas que propus foi pensar em outro tipo de zoneamento, que passamos a chamar de Zonas Especiais de Interesse Sociocultural, justamente para não ficar reduzido o instrumento à ideia das ZEI's já conhecidas.

Estou colocando alguns exemplos para vocês perceberem e creio que se depararam com isso no Nordeste, como isso tudo é complexo e nos leva a indagar o que é o rural, o que é o urbano, o que é a cidade, o que é o campo, o que é a floresta, o que é ribeirinho nessas realidades tão diferenciadas. Aí se inclui a própria definição do que é uma cidade pequena na Amazônia. Às vezes, nessas cidades, a infraestrutura não existe. Por outro lado, a concentração da população em determinados pontos rurais é significativa, mas não se configura como sede municipal. Outras vezes, são sedes municipais pequenas, localizadas no interior da floresta e possuem vida rural muito

intensa. Nesse caso, torna-se difícil olhar para o Estatuto da Cidade e para os seus instrumentos e pensar o quanto eles podem de fatos ser úteis para pensar o presente e o futuro dessas realidades tão diferenciadas. Com isso, concluo que, primeiramente, nossas políticas, leis, diretrizes gerais de desenvolvimento etc., não dão conta da diversidade territorial brasileira. E isso se agrava sobretudo porque elas são referenciadas sempre a partir de uma dada realidade, lançando um olhar etnocêntrico para o conjunto do território brasileiro. E o nosso papel, como pesquisadores, é olhar para essa realidade diversa com outro olhar que revele os nossos pontos de vista e as nossas vivências regionais e locais.

É nesse contexto que se faz necessário pensar nos conceitos de cidades médias e cidades pequenas na Amazônia. É preciso colocar uma questão que, de início, parece incomodar bastante, a de que os conceitos pensados genericamente ou com base em uma dada realidade apenas não dão conta dessa pluralidade que constitui o território brasileiro. Vou dar um exemplo de uma cidade que eu considero como média ou intermediária, que é a cidade do Oiapoque, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa.

nossas políticas, leis, diretrizes gerais de desenvolvimento etc., não dão conta da diversidade territorial brasileira. E isso se agrava sobretudo porque elas são referenciadas sempre a partir de uma dada realidade, lançando um olhar etnocêntrico para o conjunto do território brasileiro. E o nosso papel, como pesquisadores, é olhar para essa realidade diversa com outro olhar que revele os nossos pontos de vista e as nossas vivências regionais e locais.

É uma cidade que, em termos populacionais, não chega a ultrapassar os 20 mil habitantes. Na leitura fria da realidade, com base nos números, ninguém ousaria dizer se tratar de uma cidade média. Agora, é uma cidade que está completamente distante de qualquer outra cidade mais dinâmica economicamente. Ela está no extremo norte da Amazônia e tem uma comunicação muito intensa com toda a lógica do extrativismo mineral do Brasil, da Guiana Francesa e do Suriname. É um espaço de referência para muitos garimpeiros que estão atuando legal ou ilegalmente naquela sub-região e que têm o Oiapoque como uma base logística para os fluxos relacionados à sua atividade. Para se ter ideia, para chegar a ela a partir da capital do estado do Amapá, gasta-se mais ou menos um dia por rodovia, uma vez que não se tem conexão aérea atualmente, mesmo sendo uma cidade que tem um fluxo intenso o dia todo de pessoas que vêm da Guiana e de outras localidades próximas, especialmente de áreas garimpeiras. Como os levantamentos oficiais normalmente só registram dados de pessoas que têm domicílio fixo na cidade, o contingente de pessoas na cidade sempre se mostra superior a esses dados. Isso porque há um contingente significativo de pessoas, especialmente os franceses da Guiana, que confere um grande dinamismo para a cidade, visualizando muito mais por meio de fluxos que através dos fixos que compõem a infraestrutura urbana.

Essa é uma realidade que eu não associaria ao conceito de cidade pequena. Para mim, ela assume um papel de cidade média ou intermediária dentro do contexto sub-regional do qual faz parte. Pensar políticas públicas para a realidade da cidade que vá além dos dados do IBGE, que vá além dos dados econômicos da REGIC, que vá além dos fluxos formais das instituições oficiais nos ajuda a nos aproximarmos mais dessas realidades diversas e diferenciadas e que muitas vezes são fluxos invisíveis e invisibilizados pelos números oficiais.

Coloca-se, assim, o desafio de entender essas cidades com os novos conceitos ou, ao menos, com adjeti-

Pensar políticas públicas para a realidade da cidade que vá além dos dados do IBGE, que vá além dos dados econômicos da REGIC, que vá além dos fluxos formais das instituições oficiais nos ajuda a nos aproximarmos mais dessas realidades diversas e diferenciadas e que muitas vezes são fluxos invisíveis e invisibilizados pelos números oficiais.

vações de velhos conceitos. Tenho feito isso para a noção de centralidade, que normalmente é pensado na Geografia Urbana sob o ponto de vista da economia formal e do circuito superior da economia. Tenho pensado muito em centralidade econômica a partir de um circuito inferior na Amazônia, assim como tenho sugerido a importância de pensar a dimensão política e socioterritorial como elementos importantes e diferenciadores de nossas cidades.

A título de exemplo, as centralidades socioculturais têm sido importantes para entender a importância dos núcleos urbanos para as populações tradicionais, como as indígenas, que buscam as cidades, muitas vezes, para outros fins que não os de mercado.

Para finalizar, uso outro exemplo, que é Tefé, no Médio Solimões. Lá, pode-se ver balsas que chegam à cidade com produtos como carros e motos para vender para a população local e, depois, retornam a Manaus. Aliás, o fluxo de pessoas e de motos em Tefé é algo que chama a atenção no interior da floresta amazônica. Chamei esse comércio de automotores através das balsas de “regatão pós-moderno”. Essas balsas chegam no chamado feirão do automóvel, identificadas com marcas de concessionárias da capital amazonense, concedem créditos ou vendem à vista e se vão. Por meio dela, se faz presente o capital industrial, comercial e financeiro no interior da floresta. Eles os vendem e seguem para outras cidades ou retornam para Manaus. Não existe uma loja fixa, mas existe o fluxo. A maneira de captar esse fluxo é uma realidade que foge da lógica tradicional. É nesse sentido que falo que a nossa realidade é muito complexa e os nossos conceitos são restritos, por isso, temos que criar conceitos e associar novas adjetivações a eles e pensar metodologias adequadas para entender a realidade empírica que nos é apresentada. E isso temos que pensar em metodologias que foi uma das perguntas que você fez.

Eu costumo trabalhar com metodologias notadamente qualitativas, como a análise do discurso, as histórias de vida, as trajetórias geográficas, entrevistas não estruturadas, as observações diretas etc. para tentar revelar essa complexidade, que nem sempre está registrada nos documentos e nas sistematizações estatísticas. Busco ser alternativo no uso das técnicas de pesquisa e acho que as qualitativas cobrem em muito aquilo que outras pesquisas que trabalham com dados mais padronizados acabam por não

cobrir. Gosto muito de descrever essas realidades exaustivamente; daí, a importância dos trabalhos de campo na região amazônica, pois é a partir dele que nos colocamos em contato maior com as singularidades e particularidades da região.

Prof. Luiz Antônio: Professor Saint- Clair, pela riqueza de sua fala é bom entender a importância de suas experiências junto à ReCiMe. Que referências você traz junto à Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias? Em que medida compatibiliza a rede com essa complexidade urbana, no sentido de captar essas dinâmicas das cidades pequenas e médias da Amazônia?

Prof. Saint-Clair: São perguntas interessantes. Primeiro, eu queria registrar aqui a importância de fazer parte da ReCiMe. Essa rede tem sido um espaço muito importante para conectar nossos dilemas e para abrigar nossas dúvidas. É preciso destacar a preocupação que a professora Maria Encarnação Sposito teve em tentar aglutinar o máximo possível de pesquisadores de regiões diferentes e, junto com ela, outros professores, como as professoras Beatriz Ribeiro e Denise Elias, que estão à frente do processo. Depois, tem a abertura que a ReCiMe nos deu. Mesmo que, na Rede, se trabalhe com uma metodologia específica, em nenhum momento houve um empecilho para revelarmos nossas dificuldades de trabalhar com a metodologia. Foi interessante, até porque a ideia é trabalhar com uma espécie de comparação entre as cidades e, a partir daí, tirar algumas conclusões que nos levem a entender esse tipo de cidade no território brasileiro e o sul-americano. Assim, tem havido um esforço no sentido de reunirmos o máximo de dados a partir de variáveis que a metodologia da ReCiMe permite. Como grande parte das variáveis utilizadas têm a ver com o padrão de cidade média mais comum no Brasil e na América do Sul, para o nosso caso amazônico, foi muito interessante o diálogo que os pesquisadores amazônicos procuraram estabelecer com a Rede. Isso porque a nossa realidade regional revelava a necessidade de mostrar a diversidade da cidade média no Brasil. Assim, o papel da ReCiMe era o de abrigar realidades urbanas bastante diferentes e, ao mesmo tempo, de se colocar o desafio de entender tudo isso por meio de conceitos, teorias etc.

Agora, essa dificuldade não foi um obstáculo, pelo menos eu entendo assim; pelo contrário, quando nós começamos a revelar as nossas dificul-

dades, o coletivo da Rede começou a dar uma abertura para a discussão. Naquele momento, eu estava estudando a cidade de Marabá e fui responsável por organizar um seminário da ReCiMe no Pará. Sugerir Marabá para esse evento para que os pesquisadores pudessem, como eu, conhecer a realidade que eu estudava, sentir os dilemas e as dificuldades para entender essa realidade tão diferenciada na Amazônia, que é a do sudeste do Pará, onde está Marabá. A realidade onde se insere é muito marcada por intensos conflitos, migrações, depredação de recursos, negação do direito à cidade etc. Eu moro em uma metrópole e, quando vou para Marabá, tudo é muito diferente, mesmo eu sendo um amazônida - o que mostra as diferenças urbanas intrarregionais. Quando fomos fazer o trabalho de campo na cidade por ocasião do seminário, eu queria que eles sentissem essa angústia que eu sentia como pesquisador. E acho que eu consegui sensibilizar a Rede para as minhas dificuldades. Senti, a partir disso, muito mais a compreensão dos meus limites de entender uma cidade média da Amazônia. E olha que estou falando de Marabá, que é reconhecida facilmente como cidade média, mas que ainda assim ela é muito complexa para entendermos sua particularidade como tal.

Marabá é uma cidade com população em torno de 200 mil habitantes, mas que é diferenciada por ser formada por quatro núcleos urbanos (Velha Marabá, Cidade Nova, Nova Marabá e São Félix), com um centro principal e dois outros bem definidos. Veja, é uma cidade média da Amazônia, mas é como se esses diferentes núcleos e seus centros fossem várias cidades diferentes a compor uma mesma unidade. Cada uma delas revela um pouco da história da Amazônia e dos processos econômicos, demográficos e políticos que se manifestaram na porção sudeste do Pará, sendo a cidade de Marabá uma espécie de síntese material de todos eles. Está lá visível no espaço o momento da castanha, da mineração, da pecuária e, mais recentemente, do agronegócio e dos econegócios. Tudo isso compõe um conjunto de dilemas urbanos que se colocam como desafios para se entender a cidade. Marabá foge completamente ao padrão de cidades que conheço e ela revela uma particularidade regional muito interessante de ser entendida.

A região amazônica é muito grande e vivencia processos intensos originados no passado e no presente e que se manifestam na complexidade de suas cidades. É isso que dá sentido à ideia de fronteira econômica, fronteira política, fronteira sociocultural e de fronteira urbana, como fala-

va a professora Bertha Becker. Para entender a região, penso que nosso principal desafio, em um primeiro momento, é reconhecer empiricamente essa realidade complexa. Em um segundo momento, tem-se o desafio teórico-conceitual, o que significa pensar ou mesmo criar conceitos e teorias adequados à sua interpretação. O terceiro desafio é o de pensar políticas públicas que devem estar amparadas em estudos científicos e em conhecimento empírico amplo e profundo da realidade local.

Prof.^a Virgínia: Professor, quais conselhos você daria para iniciantes nas pesquisas sobre cidades médias e pequenas?

Prof. Saint-Clair: Penso que hoje a investigação científica e o ensino têm um desafio muito grande, que são os poucos recursos para fomento à pesquisa e à formação. De qualquer forma, os alunos que começam hoje já têm uma certa vantagem. Por exemplo, quando eu comecei a estudar cidades médias na Amazônia, havia poucos estudos nos quais eu pudesse me basear para poder problematizar as questões que eu me propunha a investigar. Diferentemente, hoje temos muitos estudos, ainda que eles ainda sejam insuficientes. Mas há uma diversidade muito grande de trabalhos com problematizações diferentes. Essa é uma vantagem dos jovens de hoje em relação aos anteriores. Afora isso, muitas teorias eram externas, eram teorias europeias que tentavam explicar nossa realidade. Lembro que quando comecei a estudar cidades na Amazônia na década de 1980, eu ouvia muitos professores afirmarem que não existia rede urbana na Amazônia. E por que eles diziam isso? Era justamente porque a realidade amazônica não se enquadrava naquela teoria de rede urbana com um conjunto perfeitamente hierárquico de cidades.

Em que os alunos de hoje podem ajudar? Os alunos de Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC) e os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCCs) de graduação podem abordar questões mais locais. Eu tive muitos alunos da UFPA dos

Lembro que quando comecei a estudar cidades na Amazônia na década de 1980, eu ouvia muitos professores afirmarem que não existia rede urbana na Amazônia. E por que eles diziam isso? Era justamente porque a realidade amazônica não se enquadrava naquela teoria de rede urbana com um conjunto perfeitamente hierárquico de cidades.

campi do interior do Pará e eles sempre buscavam estudar as suas realidades. Isso ajudava bastante a conhecer a região. Mesmo que partissem de questões simples, ajudavam a levantar dados empíricos sobre a diversidade urbana da Amazônia. Muitas vezes, eu apresentava para eles autores que discutiam questões urbanas em nível nacional e internacional e perguntava o que eles visualizavam, a partir das teorias e conceitos apresentados, a respeito das cidades de onde vinham. E era surpreendente como as teorias apresentadas iam pouco ao encontro da interpretação de suas realidades. Vejam, esse distanciamento, entre teoria e realidade amazônica não era um problema dos autores e de suas teorias e conceitos pensados para compreender outras realidades. Levando em conta isso, às vezes para o TCC eu lançava o desafio de indicarem os agentes que produziam o espaço urbano em suas cidades e, disso, saíam estudos originais e até mesmo possibilidades de teorização a respeito de agentes que produzem o urbano na Amazônia, que nem sempre são os mesmos que são visualizados em realidades europeias ou do Centro-Sul brasileiro.

Então a sugestão que eu daria para nossos alunos é potencializar a realidade que eles vivem através de pesquisas e trabalhos que possam revelar as particularidades regionais e locais. Isso nos faz conhecer e aprender mais a respeito da diversidade urbana no Brasil e no mundo. Eu aprendi muito com estes trabalhos, visitei várias cidades e realidades diferentes e só aí pude perceber o distanciamento da Geografia Urbana que se teoriza daquela que a realidade amazônica nos apresenta. Passei a constatar que as lacunas na teorização não é culpa de nossos principais teóricos, mas pode se atribuir também ao pouco conhecimento que temos sobre a pluralidade de cidades e ao pouco exercício de conceituação e teorização, muitas vezes de nossa parte, que vivenciamos essas realidades que são diferenciadas. É difícil dar conselhos, mas se eu tivesse que dar uma sugestão seria essa: partir de suas realidades e dialogar com as teorias que estão colocadas. Nossas pesquisas devem contribuir nesse

Então a sugestão que eu daria para nossos alunos é potencializar a realidade que eles vivem através de pesquisas e trabalhos que possam revelar as particularidades regionais e locais. Isso nos faz conhecer e aprender mais a respeito da diversidade urbana no Brasil e no mundo.

sentido, promovendo essa ponte de diálogo com a realidade do Brasil e do mundo.

Prof. Antônio Cardoso Façanha (UFPI): Saint-Clair, você pode falar como está o cenário das cidades amazônicas do ponto de vista da pirâmide etária?

Prof. Saint-Clair: Quando se fala desse perfil etário, temos que identificar de que Amazônia nós estamos falando, porque temos cidades que são do século XVII. Então são cidades que têm uma certa trajetória histórica, que têm uma herança de migração mais antiga. Para vocês terem uma ideia, o processo migratório na região é intenso desde o início, não só do ponto de vista dos imigrantes de outros países, como também de outras regiões do Brasil, que definiram a dinâmica populacional que temos hoje.

Marabá, antes uma pequena vila, começa a crescer de fato no século XX, no chamado ciclo da castanha. Com a exploração dos castanhais do entorno, Marabá cresce e se estrutura como cidade. Eu diria que a gênese desse processo vai contribuir com o que Marabá se tornou hoje. Mas, na década de 1960 e 1970, tornou-se mais acentuada a dinâmica urbana dado o processo de migração, resultado da ocupação mais recente do espaço regional. A população que dinamiza hoje a cidade é uma população que chegou em decorrência das políticas desse período. Agora, há outras cidades que passaram por transformações e têm processos de dinamização que são bem anteriores. Então, a primeira coisa a fazermos, quando tentarmos caracterizar a dinâmica populacional e o perfil populacional é identificar de que Amazônia estamos falando.

A Amazônia da qual Marabá faz parte tem uma dinâmica recente e tem várias ondas de frentes de expansão, como a castanha, a pecuária, o minério de ferro e, agora, o agronegócio. As últimas foram mais importantes do ponto de vista demográfico. Por isso, é uma cidade de população ainda muito jovem.

Mas também tem a realidade das cidades tradicionais ribeirinhas, da floresta. Nelas, a população tem outro perfil. É interessante comparar essas realidades porque, se no caso de Marabá, situada na região do Médio Tocantins, o contingente populacional maior é de pessoas que chegaram mais recentemente, nas cidades do Baixo Tocantins, como Cametá, que é uma cidade bastante tradicional ribeirinha e tem uma relação muito forte

com a floresta, 80% da população é de origem local e os migrantes não são tão numerosos. Ou seja, Marabá e Cametá são cidades com perfis populacionais muito diferenciados em razão do perfil de cidades, mais ou menos inseridas nas frentes de expansão das últimas décadas.

Cametá é uma das primeiras cidades da Amazônia junto com Belém, Vigia e Bragança, surgidas no século XVII. Ela é uma cidade antiga e importante, com perfil populacional diferente do de Marabá e de Parauapebas. Esta última é uma cidade pensada e construída em função do Projeto Carajás e hoje é uma das cidades mais importantes da Amazônia depois das capitais. Ou seja, também é uma cidade com perfil populacional jovem.

Uma coisa interessante de se pensar sobre a população jovem e antiga é a sua relação com a região. Normalmente, o que eu chamo de “cidades da floresta” têm uma população com relação muito forte com os rios e a floresta; ao passo que as populações chegadas mais recentemente à região, as das “cidades da floresta” tendem a se distanciar da cultura da floresta e do rio. Isso tem reflexos do ponto de vista ambiental.

As ideias de preservação da floresta, que são mais presentes nas cidades mais tradicionais, assim como os saberes da floresta, são mais traduzidos na vida urbana dessas cidades de população mais enraizada; ao passo que nas cidades mais recentes, os migrantes trazem consigo uma bagagem cultural diferenciada e que, muitas vezes, rompe alguns laços dessa cultura mais tradicional. Falo da questão cultural, mas também temos a questão econômica e ideológica sobre o discurso da modernidade, que faz com que ocorra uma espécie de captura dessas pessoas para uma lógica de vida diferenciada daquela que preserva os saberes da floresta e da cultura regional. Isso é interessante de se estabelecer a relação para pensarmos em políticas públicas mais adequadas para a região.

Breno de Abreu Lopes (Mestrando em Geografia/UVA): É um prazer estar ouvindo você nesta tarde, professor Saint-Clair, e aprendendo! Sou aluno do mestrado em Geografia da UVA e venho desenvolvendo uma pesquisa sobre as repercussões do Ensino Superior na cidade média de Sobral. Como você avalia essa expansão do Ensino Superior recente no Brasil e, em particular, na Amazônia?

Prof. Saint-Clair: Quando você me faz essa pergunta, eu lembro de uma experiência da UFPA, anterior à política recente do governo federal de interiorização do Ensino Superior. Eu terminei meu curso de Licenciatura em Geografia em junho de 1986. O meu estágio de ensino foi em um projeto de extensão da universidade, que era formado de aulas preparatórias para que alunos do interior pudessem prestar vestibular para os cursos de Licenciatura da UFPA a serem oferecidos nos campi instalados ou em expansão no interior do Pará. Isso foi em 1986. Naquele momento, havia a preocupação da universidade de abrir vagas para o vestibular e promover o ingresso de professores que precisariam se qualificar, uma vez que já atuavam como “professores leigos”. Para isso, foi criado esse projeto de extensão. Eu, como aluno da Licenciatura, fui para o interior do estado dar aula de Geografia para ajudar nesse projeto.

A UFPA abriu campi em várias cidades do Pará. Para isso, não seguia a lógica dos chamados polos econômicos, o que era o mais interessante nessa política institucional. No Marajó, por exemplo, uma das regiões mais pobres do Brasil, lá foram instalados dois campi da UFPA, um na cidade de Breves e outro na cidade de Soure.

Com esse tipo de ação, conseguimos promover o ingresso de várias pessoas da realidade local na universidade e elas se tornaram professoras e foram trabalhar em colégios locais. Muitos alunos afirmavam que, graças à chegada da universidade no interior, deixaram de migrar para a capital para estudar. Isso, do ponto de vista da formação, promove ganhos locais, seja quanto à qualidade dos professores que passaram a atuar nessas cidades, seja do ponto de vista político e da formação de uma massa crítica com atuação local. Tivemos até alunos que se tornaram políticos importantes e de atuação em movimentos sociais locais. A presença da universidade nessas cidades mudou, inclusive, nas formas de fazer política, com o surgimento de lideranças políticas importantes e que foram fruto da formação proporcionada pela Universidade Pública.

A UFPA, antes da criação da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e a Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA), criadas no governo do Partido dos Trabalhadores (PT) a partir da UFPA, que era a maior Universidade Federal do Brasil em números de alunos por conta dos campi do interior. Ela não era a maior em número de professores, a

Então, esse processo de expansão da universidade para o interior, para nós, é bem anterior ao processo mais recente, e foi uma política institucional.

E os resultados são maravilhosos: formação de uma intelectualidade local; repercutiu na dinâmica populacional, porque seguramos a população no interior, que não precisou ir para a capital, como ocorreu comigo e com tantos outros; e também mudou o conteúdo da política interiorana em grande parte.

maior em número de professores era a UFRJ, que era a segunda em número de alunos. Então, esse processo de expansão da universidade para o interior, para nós, é bem anterior ao processo mais recente, e foi uma política institucional. E os resultados são maravilhosos: formação de uma intelectualidade local; repercutiu na dinâmica populacional, porque seguramos a população no interior, que não precisou ir para a capital, como ocorreu comigo e com tantos outros; e também mudou o conteúdo da política interiorana em grande parte. Quando a política do governo federal chega, ela passa a referendar isso tudo e foi muito importante. Hoje temos no Pará quatro Universidades Federais: a UFPA, a Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), a UFOPA e a UNIFESPA.

E então, Breno, essa é uma política muito interessante e que não segue, necessariamente, a lógica econômica de ordenamento territorial, ainda que existam cursos que atendam, por exemplo, ao agronegócio, mas a lógica primeira da interiorização é uma lógica cidadã. É a definição daquilo que Milton Santos chamou de ordenamento cívico-territorial, porque o que comanda a instalação e a localização dos campi é a demanda cidadã, e não necessariamente os interesses econômicos.

Eu diria que fomos pioneiros nesse processo e a UNIFESSPA é um bom exemplo disso, e eu gosto do que está sendo feito lá, que é a lógica da Universidade Multicampi. Penso que a pós-graduação não acompanha com o mesmo ritmo essa lógica, mas não deve ser diferente dela. Antes tínhamos na Geografia poucos cursos dessa modalidade no país. Os três primeiros foram os mestrados em Geografia da UFPE, UFRJ, Unesp Rio Claro e USP. Quem quisesse se qualificar em Geografia em nível de pós-graduação teria

que procurar um desses centros de ensino. Com o tempo, temos em todas as regiões cursos de pós-graduação e isso ajuda na formação de um corpo docente qualificado, de pesquisadores que vão contribuir para as pesquisas científicas locais e regionais.

Prof. Heronilson Pinto Freire (UERN): Um ponto positivo neste tempo de pandemia é a oportunidade de podermos dialogar com pessoas de vários estados e com perspectivas de olhares diferentes. Eu parablenizo você, professor Saint- Clair, pela fala inspiradora e que trouxe muitos elementos interessantes de uma realidade que conhecemos pouco. Em 2018, eu lembro muito bem que fui a João Pessoa e estava em um mesmo evento que participava um professor da Universidade Estadual do Pará, Fabiano Bringel. Ele estava apresentando um trabalho e todo mundo ficou encantado e interessado em saber porque era uma coisa que trazia muitos desdobramentos da realidade das cidades da região Norte do Brasil. Então, ele apresentava naquele momento um estudo sobre Barcarena, que é uma cidade que até então eu não conhecia, e a pegada dele era entender os desdobramentos dos desfechos da Hidro-Norte e falava da relação dos ribeirinhos com os grandes empreendimentos de mineração - que trazem um impacto muito grande naquelas cidades, não só para a população local, mas também na contaminação dos rios por conta dos rejeitos da mineração.

A minha questão é sobre a relação sociedade e natureza em relação ao urbano e as repercussões na região Norte, embora você já tenha feito alguns apontamentos, agradeço se você puder desenvolver mais.

Prof. Saint-Clair: Acho que uma das coisas que marca o estudo regional é a categoria particularidade. Hoje, cada vez mais se investiga a singularidade e se esquece um pouco das particularidades. Creio que é importante resgatar a escala regional para pensar políticas territoriais, políticas públicas, com base nas particularidades. Uma das particularidades relacionadas ao espaço regional amazônico é a presença marcante da natureza, mais que em qualquer outra região do país, pois na Amazônia ela é demarcadora de muitas coisas. De norte a sul da Amazônia, a natureza demarca as relações com a sua forte presença ou com sua ausência também, em razão da sua degradação. Quando se desmata a floresta e, no seu lugar, coloca-se um campo de soja ou pasto para o gado, por exemplo, várias implicações são estabelecidas na forma de vida do próprio homem.

Por isso, sua presença ou ausência define algumas particularidades da dinâmica socioespacial regional. Há outras que eu poderia citar, como a intensidade dos conflitos de diversas ordens, e são intensas exatamente por esses processos que chegaram recentemente e que criam tensões. Daí se falar da ideia de fronteira como o espaço do conflito e da alteridade, mas é interessante pensar a natureza do ponto de vista dessa mediação da relação do homem com a região.

Quando eu fiz um estudo das cidades ribeirinhas do Baixo Tocantins, que é uma região interligada por rodovias, mas que preserva a conexão fluvial, o interessante ao entrevistar as pessoas idosas e jovens era o gosto pelo uso das rodovias por estes, e o uso do transporte fluvial pelos primeiros. Esse comportamento diferente por faixa etária tem a ver com elementos culturais e suas raízes, mas também com a difusão de um novo modo de vida na região que estabelece novas relações com a natureza. Os jovens estão mais propensos à vida do tempo rápido e a população mais antiga é o contrário, ainda preserva essas relações mediadas por tempos menos velozes.

A natureza está presente nesse processo, como mediação, e sofre os impactos causados pelas novas relações estabelecidas na região. O caso de Barcarena, onde fiz estudos relacionados à cidade lá instalada para atender ao grande projeto que foi implantado, é exemplar; assim como é emblemático o caso de Belo Monte, no rio Xingu. Tanto em um, como em outro, as mudanças ocorrem em razão das novas relações estabelecidas entre sociedade e natureza. O impacto de um projeto como a hidrelétrica de Belo Monte desestrutura relações que são essenciais para a sobrevivência humana em cidades próximas. Daí os movimentos de resistência e os conflitos, que não são poucos. No caso de Belo Monte, os impactos que iriam causar há 20 anos seriam muito maiores se não houvesse muita resistência da população local. Inclusive, tem uma cena famosa da índia Tuíra pegando seu facão e enfrentando um representante da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A (Eletronorte) em defesa de sua gente e da natureza. Em todos esses casos, as questões principais que são colocadas estão em torno da perda do rio, dos recursos, das formas de subsistência e da natureza.

No final do ano passado, tive um aluno que defendeu uma tese de doutorado sobre os territórios de uso comum na Amazônia, abordando essas questões a partir da análise de três cidades que têm no rio um recurso fun-

damental de vida: Tucuruí, Altamira e Marabá. Na tese intitulada “*Territórios de uso comum na Amazônia: relação sociedade-natureza e modernização do espaço regional*”, ele faz um estudo dessas três realidades que foram impactadas ou na iminência de sofrerem impactos em razão de projetos hidrelétricos e de outros mais que interferem na relação do homem amazônico com a natureza. Por essa razão, a natureza é um elemento que particulariza o regional e os impactos sobre ela são fundamentais para entender o que hoje acontece na Amazônia.

Prof. Paulo Rogério de Freitas Silva (UFAL): Primeiro, gostaria de parabenizar o Saint-Clair pela excelente exposição. Gosto de suas reflexões sobre as cidades da floresta e na floresta. Nesse momento, relembro o saudoso professor José Aldemir de Oliveira, autor de “*Cidades na selva*”⁴, quando ele analisava o estado do Amazonas e me amparo em uma parte de sua fala quando você se refere à Amazônia ocidental e oriental, inclusive, tive a satisfação de dividir uma mesa com você onde pudemos discutir essas questões e pensar em Roraima, nesse contexto amazônico, como a última fronteira e como definidora de uma totalidade urbana com a Venezuela e Guiana. Mas eu gostaria de ouvir sua análise sobre Boa Vista após os fluxos migratórios, no caso dos venezuelanos, como uma cidade que recebeu muitos habitantes. Como pensar hoje Roraima? Como uma cidade média?

Prof. Saint-Clair: A primeira coisa a considerar é sabermos de qual Amazônia estamos falando. Ainda assim, quando falamos de Amazônia ocidental, oriental, meridional, setentrional é pouco ainda para precisarmos as diferenças, porque, dentro delas, existem várias outras amazônias. Então, é interessante a gente sempre adjetivar e tentar revelar, claro, sem perder as particularidades que ela apresenta e as singularidades. Penso que Boa Vista é um pouco disso. Ela tem uma especificidade muito grande, é uma cidade importante do ponto de vista de sua localização porque é uma das poucas cidades com um relativo padrão de equipamentos e infraestrutura nesse contexto sub-regional de que estamos falando. E mais que isso, existem cidades que têm um papel importante do ponto de vista sub-regional, mas, no caso de Boa Vista, o que temos é uma transição que vai para além do território nacional. É semelhante ao que acontece com Oiapoque também, mas a realidade das duas cidades é totalmente diferente. Quando penso em

4 OLIVEIRA, José Aldemir de. *Cidades na Selva*. Manaus-AM: Valer Editora, 2000.

Boa Vista e em outras cidades que fazem fronteira com países vizinhos, eu penso no papel que elas podem assumir para além do econômico. Aqui se pensa em Pan-Amazônica, não apenas na Amazônia brasileira, pois dialogamos pouco com os nossos vizinhos. Boa Vista é um exemplo disso. É um dos poucos municípios onde pude ver uma rodoviária internacional, porque esse intercâmbio e a interação de Roraima com os países vizinhos é fundamental para entender o que é essa cidade. Não só ela, como também Bonfim, que é um município pobre e precário, mas que poderia assumir importante papel do ponto de vista de centralidade socioterritorial, a exemplo do turismo. Trata-se de uma realidade diferente para ser conhecida, especialmente pela língua inglesa como idioma relacionado ao cotidiano da fronteira com a Guiana, podendo ser pensada como um ponto de referência para a cultura inglesa Pan-Amazônia no contexto da fronteira Brasil-Guiana.

Eu vejo sempre Boa Vista com esse papel, que não é apenas econômico. A primeira centralidade dela como cidade é política. O seu crescimento parte desse papel que ela assumiu na fronteira e hoje, convivendo com ele, tem-se na cidade uma centralidade de natureza socioterritorial que ela passa a assumir por esse contato com a Venezuela e com a Guiana. Aqui, me remeto à ideia de ordenamento cívico-territorial que Milton Santos sugeria, ou seja, pensarmos o ordenamento territorial para além do econômico, mas a partir de outros atributos e variáveis que levem em conta a cidadania. E penso que Boa Vista tem um potencial muito grande nesse sentido, relacionado ao turismo, às relações internacionais e, do ponto de vista cultural, já que Roraima faz fronteira com dois países importantíssimos.

Por outro lado, seria importante pensar a cidade de Pacaraima como um centro de intercâmbio de língua espanhola e que fosse referência para o Brasil, assim como Bonfim seria para a língua inglesa. Olha só quantas as particularidades a serem consideradas! E então, por que não aproveitar essas potencialidades que são subvalorizadas diante dos valores econômicos que se buscam dar para as cidades?

Prof.^a Virgínia: Pensando nas políticas públicas que são resultantes de gestões mais progressistas, sobretudo na primeira década do século XXI, observamos que muitas delas ajudaram a mudar enormemente a face das cidades brasileiras em diferentes escalas e com maior impacto nas cidades médias. Eu elencaria aqui a Expansão do Ensino Superior, a consolidação

do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Programa Minha Casa Minha Vida. Mas, paralelo a essas políticas, tivemos o avanço da iniciativa privada para esses setores. Como é este movimento do público e do privado nas cidades da Amazônia brasileira?

Prof. Saint-Clair: Então, Virgínia, no caso da Amazônia é muito parecida com essa lógica que acontece no Nordeste e com o restante do país. O ensino público avançou, evidentemente, não só no Pará, na Amazônia como um todo também, e, se não me engano, as primeiras cotas territoriais ocorreram em uma instituição da Amazônia. Essas nossas experiências inovadoras precisam ser vistas no restante do País.

Por outro lado, o ensino privado também está avançando. As faculdades pequenas estão em todo o canto da região, inclusive nos menores municípios. O que vemos é uma disputa muito grande entre o modelo econômico e o civico-territorial, entre as demandas do setor privado e as necessidades a serem atendidas pelo Estado. Nós não conseguimos definir um modelo que pudesse atender precipuamente à cidadania se levar em conta os interesses do mercado. Por isso, o Estado abre possibilidades para a iniciativa privada que distorce em muito o que é a política de interesse público principalmente, como acontece na educação e também na saúde. Muitas são as possibilidades dadas ao mercado, que se aproveita delas de uma maneira muito inteligente.

Uma coisa que eu percebo nas cidades amazônicas é como a iniciativa privada ganha espaço nas brechas não assumidas pelo poder público para atender às demandas e necessidades regionais. As clínicas populares, por exemplo, são interessantes no meu entender, porque são um complemento ao atendimento não coberto pelo setor público, mas não são a solução, contudo, que se espera para uma perspectiva plena de cidadania, pois se insere em uma lógica capitalista que nem sempre está ao alcance das pessoas que mais precisam. O ideal é que o SUS cubra essa demanda.

Quando falamos de moradia, talvez este seja o exemplo mais perverso que temos, porque a lógica capitalista está presente a todo momento. Eu acho o Programa Minha Casa Minha Vida muito interessante para cobrir o déficit habitacional, mas ele é acompanhado de muitas distorções, nem tanto nas cidades menores - até porque as distâncias internas nelas são muito grandes e a segregação acaba por não ser tão marcante como nas cidades maiores. Mas, sem dúvida, é um programa que reforça a segregação e va-

lorização do privado em detrimento ao do uso público e comum dos espaços. Nas cidades médias, reforça-se a reprodução da lógica dos chamados condomínios e loteamentos fechados. Inclusive, esse rótulo de “exclusividade de uso” é uma forma de agregar valor ao produto moradia. E ainda, o pior nisso tudo, é o fato de estarem sendo colocadas moradias à disposição principalmente de quem tem mais condições de pagar por ela. Não há dúvida que alivia a precarização da moradia, não é esse o problema, mas sim o interesse dos setores financeiros e as formas gradativas de privatização dos espaços de moradia e de prejuízo da cidade de interesse comum.

Eu acho o Programa Minha Casa Minha Vida muito interessante para cobrir o déficit habitacional, mas ele é acompanhado de muitas distorções, nem tanto nas cidades menores - até porque as distâncias internas nelas são muito grandes e a segregação acaba por não ser tão marcante como nas cidades maiores. Mas, sem dúvida, é um programa que reforça a segregação e valorização do privado em detrimento ao do uso público e comum dos espaços.

Os trabalhos que tenho feito sobre Altamira, Marabá e Santarém revelam como os projetos de moradia assumem a lógica de mercado e de distanciamento da realidade local e regional. Na Amazônia, esse confronto entre o mercado e o uso público da saúde, educação e moradia são parecidos com o resto do Brasil e é uma lógica que se reproduz com a mesma intensidade de uma lógica metropolitana. Penso que precisamos fazer ajustes nas políticas que são interessantes, mas que são dominadas pelo mercado e, mais que isso, pensar em propostas alternativas para essas dimensões da vida: o ensino, a saúde e a moradia. Precisamos pensar em cooperativas de profissionais da saúde e de promoção da habitação, em planejamento participativo de bairros, em nos posicionarmos contra a privatização dos serviços essenciais e defender a propriedade de uso público. Na Amazônia, a proximidade com a vida da floresta e sua cultura pode definir novas possibilidades de políticas mais afeitas às suas particularidades.

Prof. Luiz Antônio: Professor, a pergunta que tenho é sobre essas particularidades e em que medida elas levam a pensar as cidades médias das

diferentes amazônias como você coloca. Como elas poderiam contribuir também para o entendimento da realidade de outras regiões na perspectiva de outros biomas que são castigados, destruídos?

Prof. Saint-Clair: Luiz, a primeira coisa é que, quando eu falo em floresta, na verdade eu estou usando uma metáfora. Estou usando o sentido de floresta para o entorno e isso vale para qualquer entorno. A ideia é sempre pensar as cidades para a vida do entorno, e não como cidades globais como se tem feito na Amazônia. Quando se pensa em modernização e desenvolvimento, sempre se busca situar a cidade em um plano global e a desloca de seu entorno, por isso a metáfora. Segundo, dizer que estes conceitos de “cidade da floresta” e de “cidade na floresta” são tipos-ideais. Eu diria que entre eles existem vários outros tipos, sendo eles apenas extremos de uma diversidade de relação sociedade-natureza que define diferentes processos de urbanização e formas e conteúdos urbanos. Temos, ainda, que pensar no potencial que essa diversidade de cidades e de tipos urbanos nos possibilita reconhecer para podermos pensar no futuro. Por isso, eu não acabo falando apenas de “cidade da floresta” e de “cidade na floresta”, mas também de “cidades para floresta”. Não é possível voltar a um passado que não se pode restituir e que nos permite ver resíduos de “cidades da floresta”.

Por outro lado, não é possível apostar nessas cidades homogêneas, distanciadas das realidades locais que temos e que os grandes projetos e as políticas urbanas padronizaram para a Amazônia, seja do ponto de vista da infraestrutura, do saneamento, da moradia, do lazer, enfim, em todas as dimensões da vida urbana. Então, pensar em cidades para a floresta é ver o que são hoje as cidades na Amazônia e o que elas têm de interessante e em potencial que podem ajudar a melhorar e transformar em cidades que se voltem para os interesses verdadeiramente cidadãos.

Não sei se podemos dar lição, mas temos muito que aprender com essas diversas realidades urbanas para pensarmos em um futuro menos perverso. Vou dar um exemplo. Há muitas experiências de territórios de uso comum que não são necessariamente espaços públicos, mas que também não se definem pelo uso privado. É um intermediário, que poderia nos ajudar a pensar em uma racionalidade anti-neoliberal e mesmo anticapitalista. Na Amazônia, os rios constituem espaços de uso comum. Em Marabá, vários locais que mapeamos possuem essa característica. Identificamos

espaços de lavadeiras, das crianças, dos esportes, da vida ribeirinha de sujeitos que ainda gostam de preservar suas raízes. Tais práticas não costumam ser potencializadas nas políticas de moradia, por exemplo.

É preciso que as políticas urbanas pensem em garantir a permanência dessa vida coletiva. É isso que nossas cidades precisam ter. Claro que não podemos comparar as realidades, mas o importante é entender a relação com o entorno da vida cotidiana e pensar em políticas que vão ao encontro das realidades locais; não do jeito que ocorreu com o Minha Casa Minha Vida, que não pensou nos entornos. Em Santarém, visitei um bairro que é totalmente da floresta, mas o equipamento pensado como infraestrutura a ser instalada foi praticamente só a casa, não tem nada para a feira dos produtos da floresta e do rio, para o lazer fluvial, para a interação com o entorno, para o transporte ribeirinho. Há que se levar em conta a realidade cotidiana local e regional para a implantação de políticas públicas, seja em qual região for, na Amazônia, no Nordeste, no Sul do país.

Prof.^a Maria Cássia de Sá (Rede Municipal de Ensino de Sobral): Tenho familiares que moram em Rondônia e, quando vieram para o Ceará, ficaram surpresos ao precisarem do SUS, desde os serviços mais básicos aos mais complexos. Acompanhei também um pouco o programa Mais Médicos, que deixou de funcionar, e a dificuldade que foi na região Norte. Nesse sentido, gostaria de saber como tem funcionado essa rede do SUS nas pequenas e médias cidades da Amazônia.

Prof. Saint-Clair: Eu acho que a pandemia mostrou a verdadeira face da nossa realidade. No Pará, diferentemente do Amazonas, cuja população é mais concentrada em Manaus, a situação tende a ser bem mais grave. A população de Belém está em torno de 30% em relação ao estado, o que significa dizer que 70% da população está fora da Região Metropolitana de Belém, onde a infraestrutura e os serviços são melhores. Por isso, quando a pandemia se interiorizou no Pará, foi um caos muito grande nos municípios. Uma das taxas mais expressivas da doença no país está na Ilha do Marajó. No município de Breves, por exemplo, ocorreu uma das situações de maior gravidade da pandemia. Não estou dizendo com isso que em Belém não foi grave. Vocês viram nos noticiários que foi gravíssimo. As pessoas foram para os hospitais quebrar portões em busca de atendimento, mas a mídia não noticiou tudo o que ocorreu no interior do estado. Mesmo com a construção

de hospitais de campanha nas cidades mais importantes, não se resolveu o problema, e isso é um retrato do que ocorre com a saúde na região.

Aqui no Pará temos uma política estadual de criação de hospitais regionais, mas estes são gerenciados por Organizações Sociais (OS), cuja lógica se aproxima em muito da iniciativa privada. A proposta de descentralização do atendimento da saúde é bem-vinda, alcança cidades médias e pequenas, mas a forma como ela acontece se distancia das demandas locais e regionais. Na verdade, é o mercado que acaba controlando essas Organizações Sociais por se tratarem de uma parceria público-privado com sérias vantagens para o setor privado. O que se faz necessário é que o controle seja na totalidade público, obedecendo à política do SUS, que os profissionais de saúde pudessem criar uma relação mais próxima com as populações locais e que se garantisse a descentralização do sistema independentemente dos interesses do mercado. As Organizações Sociais, ao meu ver, não resolvem os problemas, até porque elas definem um funcionamento privado a um serviço que deveria ser público. Essa forma de gestão também acaba deixando precário o serviço, de tal maneira que, agora com a pandemia, nós chegamos a uma situação de caos, conforme se observou nos maiores estados da região.

Prof. Francisco Clébio: Professor Saint-Clair, gostaria de agradecer muito ao senhor e dizer que é muito prazeroso ouvi-lo.

Prof. Saint-Clair: agradeço pelo convite e pela oportunidade de falar com todos! Foi um imenso prazer e espero continuar este tipo de diálogo sempre que for possível. Muito obrigado!

Doi: 10.35260/67960890p.230-255.2022



William Ribeiro da Silva é Professor Associado do Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, atuando em ensino, pesquisa e extensão. Doutor e Mestre em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho e graduado em Geografia pela Universidade Estadual de Londrina. Foi Visiting Researcher na City University of New York (CUNY), nos Estados Unidos, para estudos de Pós-doutoramento.

Um panorama dos estudos das cidades médias em debate¹

Prof. William Ribeiro da Silva²

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda

Prof. Luiz Antônio Araújo Gonçalves (UVA): Professor, gostaríamos que você falasse um pouco sobre sua trajetória acadêmica, o que lhe trouxe a esse momento como professor da UFRJ, que autores e professores lhe inspiraram, como foi a sua trajetória e atuação na geografia?

Prof. William Ribeiro da Silva (UFRJ): Primeiramente, é um imenso prazer estar aqui participando com vocês deste debate, desta conversa! Quando a Virgínia me escreveu, fiquei muito feliz com a ideia, achei muito interessante, muito boa. Vou tentar explicar um pouco dessa questão da trajetória; você falou da questão de influências, então vamos lá, não sei como poderia detalhar aqui, mas eu vou tentar ser bem sucinto. Eu iniciei a minha trajetória de pesquisa na Iniciação Científica, ainda em Londrina, no Paraná, Universidade Estadual de Londrina (UEL), mas é uma trajetória bem interessante, porque eu comecei na área de geoprocessamento. Trabalhava com sensoriamento remoto, com análise da expansão urbana por meio de imagens de satélite, sob orientação do Prof. Omar Neto Fernandes Barros, em que usávamos o *software Spring*.

Na verdade, quando eu trabalhava com essa pesquisa era tudo por satélite (*Landsat TM*), nós começamos em algum momento a tirar dúvidas que a gente tinha (naquela época, as imagens de satélite não tinham a resolução

1 Entrevista realizada via *Google meet* em 30 de outubro de 2020.

2 Professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

que têm hoje, e a resolução era muito baixa, com os usos da terra sendo determinados com as composições coloridas em RGB), então havia muito mais dúvidas quando a gente tentava fazer alguma interpretação e íamos ao campo para conferir, para saber se realmente o uso do solo que se estava fazendo a análise era realmente aquele que a imagem mostrava – sempre nas extremidades do tecido urbano de Londrina (PR). Nesses trabalhos de campo foi que eu comecei a me questionar um pouco mais sobre as razões daquele uso estar naquela área, com aquela forma. Foi quando eu comecei a me interessar mais pela questão da produção da cidade, e não necessariamente só a visualização à distância – sentia vontade de conversar com as pessoas, com os responsáveis pelos processos etc., e isso eu estava no terceiro ano do curso de Geografia (1998).

No ano seguinte, eu continuei com essa pesquisa, mas já começando a fazer questionamentos um pouco diferentes e comecei a ler e me interessar muito mais por entender o porquê de haver algumas áreas da cidade que tinham concentrações comerciais maiores. Então, fui tentar entender um pouco o que explicava aquilo, porque eu via na imagem de satélite, mas não entendia, não sabia explicar porque aquilo estava acontecendo. Foi quando, ainda na graduação, já no finalzinho (1999), conheci - via textos – o Prof. Milton Santos – com os livros *A urbanização brasileira*³, *Por uma economia Política da Cidade*⁴ e *Metrópole Corporativa e Fragmentada*⁵ e a professora Maria Encarnação Sposito, em especial, com o texto intitulado “*O centro e as formas de expressão da centralidade urbana*”⁶, de 1991, o que me inspirou a elaborar um projeto de mestrado que foi iniciado em 2000, na Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente, sob orientação dela. Então essa foi a minha grande influência nesse momento e que marcou o início da carreira como pesquisador.

Quando eu iniciei o mestrado, aliás, antes disso, ainda em 1999 participei pela primeira vez do Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIM-PURB), em Presidente Prudente, e assisti a apresentação da tese da profes-

3 SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. São Paulo: EDUSP, 2005.

4 SANTOS, Milton. *Por uma economia política da cidade: o caso de São Paulo*. São Paulo: EDUSP; 2009.

5 SANTOS, Milton. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso da São Paulo*. São Paulo: Nobel: Secretaria de Estado da Cultura, 1990.

6 SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O centro e as formas de expressão da centralidade urbana. *Geografia*, São Paulo, n. 10, 1991.

sora Doralice, e então conheci muitas pessoas neste encontro, que foi para mim um marco, porque foi muito enriquecedor pela troca de experiências. Foi a primeira vez que eu vi muitos autores que eu estava lendo nesse momento, por isso, foi para mim um marco bem interessante. Entre parceiros de pesquisa atuais, destaco ter conhecido neste evento o Arthur Magon Whitacker, atualmente professor da UNESP e membro da ReCiMe, que fazia seu doutorado na época.

Quando comecei o mestrado, foi o início dessa trajetória na pesquisa urbana e já sobre cidades médias, porque eu estava estudando a cidade de Londrina, no Paraná, mergulhado no grupo de pesquisas de Presidente Prudente, que é o GASPELL⁷ onde já havia um número grande de pesquisas sendo desenvolvidas e já havia todo um conjunto de conversas que eu acompanhava, porém não participava diretamente, que era a organização da ReCiMe. Eu acompanhava, sobretudo, porque quando a Carminha contava: *“Olha a gente tá fazendo isso, fazendo aquilo...”*, eu ia acompanhando à distância, como é que aquilo estava sendo feito, enquanto era aluno de mestrado.

Depois disso, eu acabei fazendo o doutorado, também na Unesp Presidente Prudente, desta vez com a pesquisa sobre a centralidade em duas cidades do norte do Paraná, Londrina e Maringá, e mais uma vez uma pesquisa sobre cidades médias e sob a orientação da Carminha, trabalhando de forma um pouco mais direta, agora com o tema da reestruturação urbana nessas cidades, sobre o urbano e o regional. E foi nesse sentido que eu acabei, então, tendo essa formação na área da pesquisa sobre cidades médias, mais especificamente, sobre centro e centralidade urbana.

Concluí o doutorado no ano de 2006 e foi justamente neste ano que iniciamos um projeto, não me lembro com exatidão se foi 2006 ou 2007, que foi o “casadinho”. Era um projeto de colaboração conjunta de duas instituições, mas que várias pessoas de diferentes instituições foram incorporadas. Nesse, a coordenação era da professora Denise de Souza Elias, da UECE, e da professora Maria Encarnação Sposito, da UNESP, e eu entrei nesse projeto que foi, na verdade, a primeira atuação conjunta da ReCiMe. Ali começamos e foi para mim um movimento muito interessante porque eu tinha acabado de terminar o doutorado e não tive aquele tempo que

7 Grupo de Pesquisa Produção do Espaço e Redefinições Regionais.

normalmente as pessoas têm quando terminam o doutorado e ficam ainda tentando se encontrar. Eu não tive esse tempo porque logo entrei nessa pesquisa, fui desenvolvendo, atuando... Foi uma verdadeira escola de pesquisa. A interação com pesquisadores de diferentes gerações, com debates duros e acalorados. Eu aprendi muito. Então essa passagem da conclusão do doutorado para o início desta pesquisa foi muito rápida e também coincidiu com uma mudança muito grande na minha vida, que foi quando eu passei no concurso (2006) e virei professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ-2007).

Foi quando eu me mudei para o Rio de Janeiro e estava imerso nessa pesquisa que realmente me fez continuar com esse grupo, com esse conjunto de interações. Embora eu estivesse amplamente mergulhado nessa pesquisa, destaque-se que ela teve continuidades, os “casadinhos” foram se sucedendo, é importante ressaltar que era um momento muito especial da pesquisa no Brasil, onde havia expansão de investimentos via CNPq, via CAPES, via FINEP. Era uma sucessão de “casadinhos” PROCAD⁸, vários projetos e editais que iam aparecendo e o nosso grupo ia sempre se colocando. Esse casadinho inicial foi substituído pelo que se chamou “casadinho 2”, que aí era entre a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com a professora Doralice Sátyro Maia e novamente a professora Maria Encarnação Sposito (UNESP). Depois teve, ainda, o terceiro casadinho, este foi entre a Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), que a professora Maria José Martinelli liderava juntamente com a UNESP de Presidente Prudente, com a Carminha e com UFRJ, que era comigo.

Agora, mesmo imerso nessa grande pesquisa e trabalhando muito com essa interação com os colegas, na UFRJ eu tive uma continuidade da minha formação, eu posso dizer assim, porque tive o imenso prazer e honra de dividir sala com o professor Roberto Lobato Corrêa e, então, essa convivência diária com ele, foi e é, sem dúvida nenhuma, extremamente importante na minha formação. Todos os dias ele tem uma importante indicação bibliográfica de textos importantes para a Geografia Urbana, sempre um artigo, um livro, um capítulo, algum pesquisador para eu conhecer (ele sempre lembra de alguma coisa que é muito importante) e é sempre um aprendizado muito grande de fato. Destaque-se que Roberto Lobato passou a ser um debatedor

8 Programa Nacional de Cooperação Acadêmica

constante da ReCiMe e participou de muitas publicações conjuntas como autor de capítulos de livros ou como prefaciador. É também uma questão extremamente importante que eu gosto de registrar que é o fato de que, na UFRJ, eu também passei a ser procurado por muitos alunos para orientar trabalhos sobre metrópoles, sobre o Rio de Janeiro, obviamente muita gente, mas de outros lugares também, Belo Horizonte, Lima, no Peru, entre outras. Então, eu tive uma mudança na minha perspectiva profissional, ter que olhar para as questões metropolitanas, então, repito, embora mergulhado nessa pesquisa, eu tive e tenho ainda hoje essa outra questão.

Um pouco dessa mistura, portanto de influências, que culminou no avanço profissional, onde passei a me dedicar bastante sobre o tema da reestruturação urbana. Em alguns momentos, olhando para cidades médias, em outros, olhando para as metrópoles, mas com a temática da reestruturação urbana. Bom, é um pouco isso que eu tenho trabalhado agora, então nos anos de 2018 e 2019, eu tive uma nova experiência bem interessante no pós-doutorado, em que fui agraciado com uma bolsa do CNPq (PDE) e fiquei um ano trabalhando na Universidade da Cidade de Nova York (CUNY) e tive ali a possibilidade de ter um contato com uma outra dinâmica de pesquisa, com uma outra dinâmica de debate teórico, de contatos profissionais que foi uma outra balançada na minha maneira de pensar e de fazer pesquisa.

Então, enfim, eu tive uma convivência também com professores dedicados, muito sérios. Tive a oportunidade de desenvolver pesquisas sobre a relação entre a urbanização e a produção de shopping centers no Brasil e nos Estados Unidos, mais uma vez, em cidades médias. Estudei, em particular, duas cidades nos Estados Unidos, Buffalo, no Estado de Nova York, e Fresno, na Califórnia. É um pouco dessa continuidade da formação.

Prof.^a Virgínia Célia Cavalcante de Holanda (JVA): Professor William, quando a gente pensa nos estudos das cidades médias brasileiras, embora tenha avançado muito nos últimos 20 anos, percebe-se que esses estudos já apareciam com o professor Oswaldo Amorim, lá de Minas Gerais, com a própria professora Maria Adélia, que coordenou a primeira Política de Apoio às Capitais e às Cidades de Porte Médio... Eu queria que você falasse um pouquinho o que a ReCiMe traz de novo para os estudos das cidades médias, que se diferencia em relação a esses estudos pioneiros lá da década de 1970.

Prof. William: A ReCiMe não inaugurou a pesquisa sobre cidades médias e não detém monopólio disso, em hipótese alguma. A pesquisa sobre cidades médias existe em diferentes lugares do mundo, desde muito tempo, inclusive no Brasil. Ela, na verdade, é até anterior a esse processo dos anos 1970 que você comentou, do professor Osvaldo, da Prof.^a Maria Adélia, e que eu vou falar já também. Mas isso já existia quando a pegamos para ver aquele artigo tão bonito que o professor Maurício de Almeida Abreu escreveu para o Simpósio de Nacional de Geografia Urbana⁹ e que foi publicado no livro organizado pela Ana Fani Carlos, um artigo brilhante, de 123 páginas, onde ele fez um resgate de toda a produção do urbano no Brasil. E quando a gente olha ali, é possível verificar muitas pesquisas sobre cidades médias, obviamente numa proporção muito reduzida em comparação aos estudos sobre as metrópoles, exatamente porque havia a concentração das universidades nas áreas metropolitanas e isso também tinha uma tendência das pesquisas serem feitas nessas áreas, mas sempre houve um número significativo de pesquisas em cidades médias.

Agora, importante dizer que nos anos 1970 e nesse contexto do II PND¹⁰, em que houve inclusive um programa oficial sobre cidades médias, nós tivemos ali portanto esse contato com a pesquisa de doutoramento sobre cidades médias que havia sido concluída pela professora Maria Adélia Aparecida de Souza, então da Universidade de São Paulo (USP). Ela trouxe exatamente esse conjunto de influências sobre pesquisas urbano-regionais, com destaque para a questão das chamadas capitais regionais ou das cidades médias, que era influência do professor Michel Rochefort, que foi orientador dela e que ela trouxe para o Brasil e reforçou, de certa maneira, essa influência dos estudos das redes urbanas. Esses estudos já vinham sendo feitos no Brasil em grande parte, desde que houve em 1967, o encontro da UGI¹¹, que foi realizado na aqui no Rio de Janeiro, onde o próprio Michel Rochefort veio e se tornou uma pessoa bastante influente sobre o IBGE; o professor Brian Berry esteve aqui e também passou a ser extremamente influente no IBGE. Interessante que se diga que foi por causa deste movimento que muita gente acabou por fazer suas pós-graduações nessas áreas, como é o caso do professor Roberto Lobato, que acabou

9 ABREU, M. A. O estudo geográfico da cidade no Brasil: Evolução e avaliação (Contribuição à história do pensamento geográfico brasileiro). In: CARLOS, A. F. A. (Org.). *Os caminhos da reflexão sobre a cidade e o urbano*. São Paulo: Edusp, p. 199-322, 1994.

10 II Plano Nacional de Desenvolvimento (1975 – 1979).

11 União Geográfica Internacional.

também por fazer a pós-graduação nos Estados Unidos, na Universidade de Chicagó, sob orientação do próprio Brian Berry.

Então esse processo vinha acontecendo e foi também o caso do Oswaldo Bueno Amorim, da professora Beatriz Pontes, que passaram a se dedicar sobre esse tema das cidades médias nos anos 1970, e isso acabou se tornando, inclusive, um programa oficial, conforme disse, no II PND, que foi coordenado nacionalmente pela professora Maria Adélia, com coordenações regionais, uma delas foi da professora Beatriz Pontes. Assim, uma maneira de pensar em cidades médias foi introduzido, algumas publicações foram feitas, várias pesquisas foram realizadas e houve o registro institucional.

Nos anos 1990, a partir sobretudo da iniciativa do IPEA¹², houve um programa de pesquisa sobre cidades médias que foi coordenado em escala nacional e que houve algumas publicações também importantes sobre cidades médias. Enquanto isso, muita gente já fazia e orientava pesquisas sobre cidades médias, só não havia uma sistematização dessas. Interessante porque, se a gente olhar os anais do Simpósio Nacional de Geografia Urbana, é possível encontrar ali muitas pesquisas sobre cidades médias, só que não havia exatamente a sistematização dessas pesquisas enquanto tal. O que a ReCiMe faz, a meu ver, desde quando ela começa a trabalhar, sobretudo com o primeiro grande projeto, é trabalhar num projeto comum, ou seja, é uma rede de pesquisadores que desenvolve pesquisa conjunta, não apenas uma congregação de pesquisas. Então, o que nós fizemos desde 2007 foi estabelecer uma leitura do processo de urbanização, olhando para as áreas urbanas não metropolitanas, de maneira conjunta com uma metodologia integrada. Ou seja, buscando parâmetros que possibilitassem a comparação, que possibilitassem a análise conjunta e que buscasse compreender as diferenças e aproximações regionais brasileiras.

A meu ver, o que se faz na ReCiMe nesse momento, o que ela traz de novo é essa possibilidade, não apenas de congregar pesquisadores interessados sobre as cidades médias, mas também de desenvolver pesquisa conjunta que possibilite que tenhamos parâmetros de análise da totalidade da produção dessas cidades. Então eu diria que é isso o que a ReCiMe traz de diferente. E não é a única. Há uns 10 anos, formou-se também

12 Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

uma outra rede de pesquisadores de cidades médias¹³, que passou também a produzir pesquisas, mas aí não é uma rede que está na Geografia, embora houvesse alguns geógrafos que fizeram parte. Não é uma rede da Geografia, era uma rede coordenada pelo professor da Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Marcos Costa Lima, mas havia ali um grande número de economistas e era uma rede bastante ligada ao Centro Celso Furtado.

A meu ver, o que se faz na ReCiMe nesse momento, o que ela traz de novo é essa possibilidade, não apenas de congregar pesquisadores interessados sobre as cidades médias, mas também de desenvolver pesquisa conjunta que possibilite que tenhamos parâmetros de análise da totalidade da produção dessas cidades.

Confesso que eu não sei se essa rede está em operação, eu sei que ela funcionou por algum tempo exatamente por essa aproximação com o Centro Celso Furtado, mas há algum tempo não tenho contato com esses professores, não sei se ainda está funcionando. Mas o que eu queria dizer era o seguinte: não é a única e não precisa ser. Eu acho que outras iniciativas são realmente muito bem-vindas sempre. É o que a gente sempre comenta, nós temos muito o que pesquisar, ou seja, esse Brasil urbano ou, na verdade, nós pensamos muito o Brasil na ReCiMe, mas a gente também tem colegas que são de outros países, então isso aumenta mais ainda as nossas questões, porque aparecem ali sempre outras situações extremamente importantes de outros países. Ou seja, a gente tem muito que pesquisar, então não existe monopólio de pesquisa de jeito nenhum.

Prof. Francisco Clébio Rodrigues Lopes (UVA): Gostaria de fazer uma pergunta sobre a importância da temática das cidades médias para a Geografia e também para as áreas próximas da Geografia, como por exemplo, o olhar sobre essa dinâmica das cidades médias. Quais elementos novos podem contribuir para o conhecimento? A segunda questão seria sobre se esses estudos que o senhor tem desenvolvido: por trás dessa trajetória que no primeiro momento apresentou muito bem, há alguma metodologia para o estudo específico sobre as cidades médias?

13 Rede Brasileira de Estudos sobre Cidades Médias – REDBCM.

Prof. William: Olha, primeiro a importância para a Geografia, ela é fundamental porque não dá para a gente pensar o urbano no Brasil se a gente só centra os esforços nas áreas metropolitanas. O Brasil urbano é muito maior do que somente as áreas metropolitanas, embora os estudos sobre as metrópoles sejam fundamentais, e isso ninguém nega. Mas não constitui a totalidade do território, então temos que olhar para as outras questões relativas ao território e, por isso, a pesquisa sobre cidades médias é fundamental para se pensar a totalidade e pensar exatamente em questões de complementaridade e concorrência ou do funcionamento de uma rede urbana por meio da divisão territorial do trabalho, o que nos levaria à possibilidade de se pensar a totalidade da pesquisa urbana no Brasil. Muito engraçado porque sempre que eu converso com Roberto Lobato - ele que teve uma experiência muito grande profissional no IBGE e que trabalhou, entre outras coisas, na realização do Estudo de Região de Influência das Cidades (REGIC) e fez pesquisa em diferentes cidades médias - ele sempre diz o seguinte: *“Olha William, o IBGE não tem mais a equipe que tinha no passado e não faz mais as pesquisas como fazia no passado”*, ele falou assim, *“de certa maneira, vocês da ReCiMe precisam fazer essa pesquisa que o IBGE não consegue mais fazer”*.

Então é um pouco do que temos, portanto, essa questão é extremamente importante para auxiliar o pensamento do país, de conhecer exatamente esses processos da urbanização além das metrópoles. E aí você me pergunta sobre a questão de uma metodologia específica, e aí é que está a grande questão. A cidade média não é apenas uma cidade menor do que a metrópole, ela possui também características que são muito particulares e que, se a gente ficasse estudando a cidade média pelos mesmos parâmetros que se estuda a metrópole, não seria possível entender esse processo, exatamente porque a diferença não é só o tamanho. A diferença é também um conjunto de relações que o tamanho propicia, mas também a posição geográfica influencia diretamente, ou seja, não se trata apenas de uma questão de que todos os processos que acontecem na metrópole, a gente pode identificar nas cidades médias com os mesmos padrões, não.

Alguns deles sim, obviamente, acabam tendo bastante semelhança, mas outros acontecem de maneira absolutamente diferentes, por exemplo, o processo de segregação residencial, que, nas áreas metropolitanas, gera um distanciamento muito grande entre as áreas mais pobres e as áreas mais ricas. Na

cidade média, por exemplo, poderia até tornar-se mais complexo se eu falasse da cidade do Rio de Janeiro que, na zona sul da cidade, é uma área de concentração de maior poder aquisitivo e está permeada de favelas que estão nas encostas, e aí é uma particularidade da geomorfologia do Rio de Janeiro. Mas se a gente olha para a periferia da metrópole do Rio de Janeiro, estamos falando aí de distâncias significativas em torno de 60 quilômetros ou mais, onde nós vamos encontrar exatamente um distanciamento dessas pessoas mais pobres e é muito importante que se diga que algumas delas não conhecem as praias do Rio de Janeiro, por exemplo. Parece até um pouco absurdo dizer isso, mas não conhecem, como não conhecem pontos turísticos que são famosos. Muita gente nunca foi ao Pão de Açúcar; é como se estivessem numa outra realidade urbana, o que é um processo de segregação residencial muito acentuado, com elementos de fragmentação urbana muito potentes.

Nas cidades médias isso acontece de uma maneira bastante distinta, porque nós vamos ter exatamente pela questão da dimensão, uma convivência “mais facilitada”, mas, na prática, não é. Então, embora as distâncias percorridas sejam possíveis de serem vencidas a pé, com raios de aproximadamente seis quilômetros, as diferenças sociais se marcam pelas opções e pelos usos. É importante que se diga: nas cidades médias, a chamada classe média não usa transporte público, evita ao máximo o contato em áreas públicas. E aí entra exatamente todo esse consumo seletivo que está possibilitado, por exemplo, nos shopping centers, que é o tema que eu tenho me dedicado nos últimos anos, ou seja, a escolha pela diferença por status social, e não a questão da diferença pela distância. Então, é um pouco disso, uma necessidade de se pensar esses processos olhando por dentro das cidades médias e não por fora, porque eles são processos espaciais que acontecem com outras características e que, olhando de fora, a gente realmente não consegue entender.

Prof.^a Glauciana Alves Teles (UVA): Professor, eu gostaria de saber, dentro desse contexto da sua trajetória e dos seus estudos sobre cidades médias e também das afirmações que você vai tendo ao longo desses estudos, o que você diria para um jovem pesquisador que está iniciando os estudos sobre as cidades médias hoje?

Prof. William: Eu acho que é muito importante, sobretudo quando a gente precisa colocar para os jovens, primeiro aquilo que eu disse, na mi-

nha trajetória, logo que eu terminei doutorado, eu já entrei nessa pesquisa grande da ReCiMe. A ReCiMe em si também foi uma outra formação na minha trajetória, ou seja, eu tive ali contato com muitos pesquisadores e acabei tendo uma outra formação. Então, aprendi muito com os colegas que participavam e participam da rede; toda convivência com esses colegas, sempre foi uma formação e um incentivo. Eu via muita gente interessada nas pesquisas, nos *workshops* que a gente fazia e faz, sempre muitos debates, e muitas pessoas apresentando suas questões e seus interesses de pesquisa. Então, aquilo me fascinou exatamente por sentir vontade, interesse e curiosidade na pesquisa. Aquilo não estava e não está sendo feito para cumprir formalidades, aquilo estava sendo feito por interesse legítimo de pesquisa científica, então assim, a gente vê o quanto há uma dedicação

Então veja, eu me lembro que a gente já teve alguns episódios de reunião da ReCiMe em que os ânimos ficaram exaltados e a gente teve alguns momentos que eram tensos. Mas por que é que isso acontecia? Porque era muito verdadeiro, uma coisa muito intensa. As pessoas faziam com vontade mesmo, então, assim, o que eu posso dizer para um jovem que está iniciando a pesquisa é isso, mergulha na pesquisa com interesse, exatamente com essa vontade de pesquisar, curiosidade acima de tudo. Então, assim, é realmente seguir este instinto da pesquisa, é ir atrás daquilo que a gente não tem respostas no momento inicial, a capacidade de formular novas questões, novas possibilidades, é a capacidade de formular hipóteses para essas respostas. Talvez isso que é pensar nessa formação, ou seja, fazer o quê na pesquisa? Dizendo aos jovens... É também encontrar objetos de investigação, e não apenas reproduzir algo. Acho que é isso, porque vai estimular exatamente a possibilidade da formação de pesquisadores com potência para pesquisa. Então eu daria esse conselho, de pesquisar com vontade e tentar formular novas questões.

Prof. Luiz Antônio: Fale um pouco sobre as dificuldades das pesquisas em rede na conjuntura atual!

Prof. William: Olha, o momento realmente não é dos melhores, para usar de um eufemismo, o momento definitivamente não é dos melhores. Fazendo uma comparação, como eu disse e vou repetir, esse momento da minha vida que foi muito importante e eu consigo pensar sempre a partir dele. Em 2007, quando a gente iniciou a grande pesquisa na ReCiMe, é

importante que se diga, nós tivemos um projeto casadinho e um projeto PROCAD, que era de união de vários programas de pós-graduação. Essa integração foi muito forte entre as pesquisas que eram feitas. E esse foi um movimento muito importante, possibilitou a integração de maneira decisiva no fortalecimento de programas de pós-graduação. Eu me lembro, isso foi uma coisa decisiva que acontecia em todos eles; todo mundo que participava, a gente via o quanto aquilo estava sendo importante e aquilo só foi possível naquele momento porque havia incentivo de financiamento para bolsas, para deslocamento com diárias para trabalhos de campo, deslocamentos de professores para fazer missões de ensino onde todos ganham.

Então, neste movimento, vários professores foram ministrar disciplinas em outras universidades, vários alunos foram assistir aulas em outras universidades, aquilo foi muito enriquecedor. Sem financiamento, não dá para fazer isso desta mesma maneira. Dá para fazer, claro, mas não é facilitado e exclui muita gente. Do ponto de vista individual, importante que se diga: veja 2007, eu tinha acabado de defender o doutorado e tive um projeto universal do CNPq aprovado, acho que isso hoje seria praticamente impossível. Primeiro que não tem edital, então já começa por aí. Antes havia disponibilidade de recursos, era uma diferença incrível. O que a gente avalia esse momento atual, pensando agora na rede, na ReCiMe, quando terminou o terceiro casadinho que era entre a Federal da Grande Dourados, a Unesp e a UFRJ, mas que congregava todos os pesquisadores da ReCiMe, a gente tinha, portanto, ali financiamento para fazer as nossas reuniões e *workshops*, para fazer trabalhos de campo, para as nossas publicações etc., então a gente tinha ali uma questão de como nos organizarmos. Quando terminou, a gente ficou um tempo pensando: e agora? Como é que a gente avança? E já era, salvo engano, já era pós-golpe, com o governo Temer, e a gente ali pensando o que fazer, e veja, a nossa continuidade se deu por uma possibilidade que apareceu no financiamento da Fundação de Pesquisa do Estado da Paraíba (FAPESQ), que abriu a possibilidade de um financiamento que daria para fazer em escala nacional.

Nós trabalhamos na coordenação desse projeto. A coordenadora é a professora Doralice Maia e está em funcionamento desde 2019 e, de certa maneira, hoje é este projeto que financia as ações conjuntas da nossa rede. Já não é mais um projeto de um órgão federal, embora exista uma parceria com o CNPq, é de iniciativa da fundação Estadual, não é mais um financia-

mento que foi aberto em escala nacional para pesquisadores brasileiros, já não é mais isso, há algum tempo isso não acontece. Então a gente percebe a diminuição progressiva dos financiamentos em pesquisa e as dificuldades para realização de atividades conjuntas.

O aperto que está se fazendo, sobretudo quando a gente olha os programas de pós-graduação, os mais novos, percebemos o aperto que estão sofrendo com a questão de diminuição de bolsas e da possibilidade de financiar pesquisas, trabalhos de campo, diárias, ou seja, o aperto imenso que está sendo feito. O momento realmente é, agora usando a palavra um pouco mais direta, “terrível”.

Prof.^a Virgínia: Quero levantar duas questões. A primeira, uma análise sobre as principais dificuldades que você encontra na obtenção e trato das fontes, nas pesquisas sobre cidades médias. E uma segunda, se você pode falar dessa experiência que você vivenciou nos Estados Unidos, por ocasião do pós-doutoramento, mostrando um pouco as diferenças e aproximações das nossas cidades.

Prof. William: Primeiro a questão das fontes, isso é muito interessante, porque as fontes secundárias em escala nacional, a gente usa e recorre muito na maior fonte oficial que a gente tem, que é o IBGE. O tempo todo estamos procurando informações que são oriundas dessa fonte. Agora, quando a gente começa com a lupa, a olhar mais detalhadamente, então a gente vai encontrando na pesquisa a questão das cidades médias, dependendo do estado que está a cidade, a gente vai ter um certo tipo de organização a partir de fontes estaduais, e aí é que entra a grande dificuldade, que é o parâmetro de comparação. Quando a gente estuda as cidades em estados diferentes, porque tem informações que cada estado organiza de uma maneira, isso dificulta demais na questão da análise comparativa. Quando a gente olha mais ainda a especificidade, entra nos municípios, a questão fica um pouco mais complicada. O que se percebe nessas pesquisas sobre cidades médias - e veja que isso não é tão diferente do que acontece nas metrópoles - é o seguinte: as relações entre a política e os círculos, digamos assim, pessoais, são mais próximos, acredito eu, nas cidades médias, ou seja, nas possibilidades de influências de pessoas, de famílias, de grupos. Elas acontecem de uma maneira muito decisiva nas cidades médias. É muito mais fácil você conhecer o secretário de planejamento urbano numa

cidade média e ter trânsito junto a ele do que numa metrópole, isso faz diferença de certa maneira e muda o tipo de pesquisa que a gente faz, porque, quando a gente conversa com os ocupantes desses cargos nas secretarias, por exemplo de cidades médias, se vê de uma maneira o quanto eles são, de certa forma, muito reféns das ações de grandes empresas. Então isso também faz a diferença, ou seja, as grandes empresas têm uma força muito grande em relação a esses secretários municipais, por exemplo.

Isso influencia na obtenção de dados numa prefeitura de uma cidade média. Às vezes você é bem recebido, outras vezes esse dado não existe, não está organizado, não está estruturado, nunca ninguém fez. Varia muito do grau de organização das prefeituras, isso é uma questão muito diferente. A meu ver, são muito importantes essas pesquisas de cidades médias porque elas são realmente muito distintas, dificilmente numa prefeitura de uma área metropolitana, sobretudo quando a gente fala do núcleo, eu costumo dizer muito isso, por exemplo pensando aqui no Rio de Janeiro.

O Rio de Janeiro tem o Instituto Pereira Passos, que é um Instituto muito bem organizado de planejamento urbano. Ele possui um prédio inteiro com uma equipe muito bem formada, que pensa o planejamento urbano. Eu costumo dizer o seguinte: quando a gente vai pensar a totalidade, a metrópole não termina no município do Rio de Janeiro, ela continua, se a gente vai no outro município, por exemplo, vai em Belford Roxo, você não vai encontrar um técnico dentro do planejamento urbano que tenha uma formação mais específica dedicada ao planejamento urbano. Quer dizer, estamos falando também dos tamanhos, e veja, não é tamanho populacional, mas na estrutura de organização dos municípios, isso varia muito e quando se olha para as cidades médias também vai variar, a dificuldade em se criar parâmetros que sejam possíveis de serem tratados com a mesma racionalidade. Isso para a gente, na ReCiMe, sempre foi um problema, foi um desafio, porque, quando começamos a sistematização dos resultados das nossas pesquisas, fomos buscar uma plataforma que nós chamamos de PGI, que é onde registramos exatamente os resultados das pesquisas, possibilitando que todos os pesquisadores possam fazer análises de comparação. E de repente tem coisas ali que não temos como colocar para todas as cidades, existem dados que são impossíveis de serem localizados em algumas cidades, então, sempre foi uma grande dificuldade, sempre olhamos para aquilo e falamos: como fazer? Mas não dá para colocar porque é tudo muito diferente, alguma coisa

a gente consegue, mas nem sempre fazer uma pesquisa, sobretudo quando a gente pensa em escala nacional para cidades médias é uma dificuldade extra essa relação. Isso seria também se fôssemos falar em cidade pequena, ou seja, estou dizendo sobre essa questão da avaliação da qualidade dos dados da organização, da disponibilidade que acontece. Sobre isto, sempre me recordo de José Aldemir de Oliveira e de Tatiana Schor (UFAM) debatendo os resultados das pesquisas sobre Tefé e Parintins. Havia muitas diferenças a se considerar na tabulação e na análise dos resultados para se ter comparações com outras realidades urbanas brasileiras.

Sobre a minha experiência nos Estados Unidos, foi um momento de muito crescimento e impacto na minha vida, não só profissional, na minha vida mesmo, porque eu fiquei trabalhando na Universidade da Cidade de Nova York e ali eu trabalhei bastante, participei frequentemente de seminários que aconteciam na Universidade de Columbia, onde tem um centro de pesquisa sobre o Brasil. E eles têm muito interesse, então havia, aliás até teve um seminário que foi da Tatiana que eu fui e me encontrei com ela e foi superinteressante, havia sempre esse diálogo.

Nessa universidade onde eu fiquei, a grande diferença que me marcou foi a organização das atividades de pesquisa a partir de grandes grupos. São grandes grupos dentro da universidade que dialogam, então, esse grupo da Columbia é muito próximo desse grupo que eu fiquei sediado na Universidade da Cidade de Nova York, mas há uma interlocução para seminários, para diálogos, que é muito forte. Por exemplo, primeiro o que me chamou mais atenção foi a escala. Havia, todas as sextas-feiras, um seminário que acontecia e ainda acontece, está acontecendo inclusive agora, *online*, com algum pesquisador que estava de passagem por ali e que ia apresentar questões sobre o que estava pesquisando. Então sempre tinha alguém da Índia, do Japão, da China, da França, da Inglaterra, da Colômbia, do Brasil. Um desses seminários eu fiz no final, quando eu estava nos resultados finais. Foi um momento muito interessante, foi longo, durou quatro horas e o debate foi incrível. O debate me impressionou também pela diversidade, então, primeiro o que me chamou atenção foi essa escala onde a obtenção do debate é muito internacionalizado, é muito forte. Aliás, eu participei de uma disciplina que foi ministrada pelo professor David Harvey e foi uma coisa fantástica. Era um conjunto de seminários que ele organizou para um livro que ele estava terminando de escrever. Ele debateu cada um dos

capítulos que ele estava concluindo. Quer dizer, é a possibilidade de a gente ter o contato com aquela produção que está sendo feita naquele momento.

A interação com os alunos também foi interessante. Muitos desses seminários que participávamos, como esse episódio com o David Harvey, ali a gente via integração, ou seja, de questões que ele escreve e que a gente acompanha, mas que estavam sendo feitas com pesquisas muito pormenorizadas por seus orientandos. Foi muito interessante, por exemplo, tive contato com várias pesquisas que agora se tornaram muito debatidas no mundo inteiro, caso do *Black Lives Matter*. Aquilo já era algo muito presente dentro da universidade, assim, o número de debates que teve sobre isso foi imenso, então se percebe o quanto há uma questão muito forte inclusive com questões de caráter social e político, de forma muito presente dentro dessa pesquisa.

Uma outra coisa que me chama atenção também e que me marcou muito é o quanto as bibliotecas das universidades são fantásticas. Então, grande parte do tempo lá eu passei dentro de bibliotecas, era meu local de trabalho. As bibliotecas eram realmente esse tipo de pesquisa e elas possuem facilidades de integração, por exemplo, com ambientes *online*. Dentro da biblioteca, eu conseguia acessar classificados, por exemplo, do New York Times de 1920/1930, eram coisas muito fáceis de você encontrar via sistema integrado que eles têm. Do ponto de vista da pesquisa, eu estudei também algumas cidades nos Estados Unidos, então é uma outra dimensão, a empírica das cidades médias.

Como se trata de uma rede urbana que tem um maior equilíbrio do que a rede urbana brasileira, digamos, no território ele tem um maior equilíbrio na distribuição regional entre as metrópoles, eu costumo dizer, primeiro, que tem um efeito fundamental, que é o fato de ser um país com duas costas, então isso faz toda a diferença para essa distribuição. Não existe lá, como a gente tem no Brasil, essa questão tão leste-oeste, porque lá tem, tanto leste-oeste quanto oeste-leste, então isso já modifica bem. Então, duas cidades que eu estudei nessa pesquisa foram Buffalo, que fica no estado de Nova York, bem no norte, na fronteira com Canadá, e Fresno, que fica na região central da Califórnia. Nesse sentido, eu peguei uma cidade no extremo leste, uma cidade no extremo oeste, então é muito interessante a integração regional que essas cidades têm, o porte dessas cidades, assim,

algumas delas têm sede de empresas muito importantes também. Foi um contato muito interessante em termos de impacto, para começar a pensar a questão de outras possibilidades. Foi realmente uma vivência muito interessante, muito impactante, assim eu diria. As cidades, de fato, possuem estruturas muito distintas das brasileiras e o formato difuso e com a prevalência do consumo em shopping centers é fundamental.

Prof.^a Virgínia: Só mais uma curiosidade. Por que Estados Unidos? Por conta dos shopping centers? Digo isso porque predominantemente quem trabalha com Geografia Urbana acaba escolhendo um país europeu para experiências dessa natureza.

Prof. William: Olha, eu não vou dizer também que talvez não tenha a influência do meu colega de sala, porque, de certa maneira, o Roberto Lobato sempre gosta de comentar. Ele é muito interessado sobre o que acontece nos Estados Unidos porque ele estudou lá também, ele me estimulou bastante, mas no meu caso particular... Como eu atualmente estou estudando a questão de shopping centers, buscar, na verdade, a origem destes, por isso o meu interesse nos Estados Unidos. Tem essa questão da dimensão teórica, certamente, mas tinha a dimensão empírica que eu queria exatamente entender como é esse processo de surgimento. Porque a produção das cidades dos Estados Unidos, exatamente nesse contexto da formação dos subúrbios, é diretamente relacionada ao surgimento dos shopping centers. Então eu fui tentar entender, buscar compreender um pouco como é que se deu esse processo. Eu fui conhecer alguns shopping centers mais antigos e foi um aprendizado muito interessante. Shopping centers que eram muito grandes e que funcionavam desde 1950, desde 1940, é uma questão bem interessante o quanto aquilo já era popularizado.

Veja, o primeiro shopping center do Brasil foi o Shopping Iguatemi, de 1966, e eu conheci ali alguns equipamentos que já eram popularizados nos anos 50 ou antes. Então quer dizer, é um processo que já há maior difusão espacial, agora completamente diferente do que temos no Brasil. Isso para mim foi muito marcante, pois, em hipótese alguma, os shopping centers de lá são vistos sob a questão da distinção social. Isso não existe, como aqui no Brasil nós temos. Então, por exemplo, este mesmo Shopping Center Iguatemi na Faria Lima, em São Paulo, é e sempre foi um local de distinção social, enquanto que, nos Estados Unidos, é uma questão de difusão

realmente de atividades do comércio e de serviços nas áreas de expansão urbana. A distinção social acontece muito mais em algumas áreas dos centros das cidades, onde estão as grandes grifes, as grandes marcas, e algumas estão dentro de shopping centers, obviamente, mas ela não é como nós temos aqui, essa questão da frequência por distinção. No tocante às questões teóricas, o mergulho nas bibliotecas e os contatos com diversos pesquisadores foi incrível para contatos com novas perspectivas teórico-metodológicas e para refinamentos e estudos históricos.

Então, Virgínia, é um pouco disso que me motivou a ir para lá, era uma questão tanto da dimensão teórica, mas também, da dimensão empírica.

Prof. Francisco Clébio: Professor Willian, o senhor já colocou as dificuldades que a ciência brasileira tem passado nos últimos anos, a falta de financiamento, mas dificuldade maior para as Ciências Humanas. Tem se questionado muito a validade da ciência, a importância dela, então eu gostaria de saber do senhor: como dialogar para mostrar a importância do que nós fazemos?

Prof. William: Olha, isso é muito importante, viu? Porque estamos no momento em que o nosso problema não é apenas falta de financiamento - se fosse só falta de financiamento não era tão ruim - está no que a gente poderia chamar hoje no momento da pós-verdade e isso é “terrivelmente - terrível”. Ou seja, a pós-verdade vai se concretizar exatamente nessa questão de que qualquer coisa pode ser dita e qualquer coisa pode se tornar verossímil pelas pessoas. Então a produção acadêmica, científica pode ser desacreditada e isso fica num ambiente muito difícil.

Essa semana eu assisti um debate de um rapaz que trabalha com divulgação científica de Astronomia. Achei muito interessante porque ele é alguém que faz pesquisa nessa área e tem investido nessa questão da divulgação científica, mas ele não é um professor universitário. Ele é alguém que tem formação universitária, mas não é alguém formalmente vinculado a um instituto de pesquisa, ele trabalha mesmo com divulgação científica, então quer dizer, o que é que ele faz? Ele dialoga com professores, ele lê artigos e ele transforma isso, com vocabulário para que se tenha uma popularização maior dessa informação. Tem uma coisa que ele falou que eu achei superinteressante. Ele disse o seguinte: *“olha, por que as pessoas acham que a Terra é plana? Por que tem gente dizendo esse absurdo?”*

Entre outras questões, eu digo que seria porque os professores / pesquisadores, os que trabalham com isso e que são pessoas que conhecem Astronomia de verdade, quando eu pergunto para eles: o que você acha dessa coisa da Terra plana? Diz que a resposta fundamental normalmente é: ‘isso é um absurdo, mas eu não tenho menor tempo e não vou perder meu tempo debatendo isso, porque é ridículo, é um absurdo e eu tenho que orientar meus 10 alunos, tenho que escrever meus artigos, senão eu não vou aprovar meu projeto de pesquisa, senão eu não vou conseguir fazer com que minha pesquisa funcione, então, assim, o meu tempo já está todo ele absorvido com a minha atividade cotidiana - não vou perder meu tempo falando sobre Terra plana’”.

Só que o que é que aconteceu? Enquanto os pesquisadores estavam mergulhados nas suas atividades profissionais, algumas pessoas sentiram esse vácuo e começaram a falar absurdos, e esses absurdos não foram devidamente contestados nos momentos corretos, exatamente porque estava todo mundo fazendo seu trabalho. Então, eu vejo como uma neces-

sidade - hoje ela é muito imperativa - da aproximação entre a universidade e a sociedade de um modo geral. Sempre foi uma questão importante, mas, a meu ver, ela nunca foi tão importante como agora, porque a gente está no momento onde o nosso trabalho é contestado. Significa que a gente precisa defendê-lo e justificá-lo, por isso a gente precisa muito mergulhar, por exemplo, nessas questões de projetos de extensão universitária, isso a gente precisa valorizar mais. Penso sempre o seguinte: a extensão não pode ser nunca uma questão, digamos assim, paroquial, não. Ela tem que ser

Enquanto os pesquisadores estavam mergulhados nas suas atividades profissionais, algumas pessoas sentiram esse vácuo e começaram a falar absurdos, e esses absurdos não foram devidamente contestados nos momentos corretos, exatamente porque estava todo mundo fazendo seu trabalho. Então, eu vejo como uma necessidade - hoje ela é muito imperativa - da aproximação entre a universidade e a sociedade de um modo geral. Sempre foi uma questão importante, mas, a meu ver, ela nunca foi tão importante como agora, porque a gente está no momento onde o nosso trabalho é contestado.

uma extensão universitária, temos que realmente construir elementos para que a pesquisa científica seja colocada para a comunidade externa, numa interação dialógica, e não é uma questão de hierarquia de iluminados, de forma alguma. Mas eu penso que isso tem que ser e tem que entrar na nossa pauta de maneira mais decisiva. O momento atual nos obriga a também dedicar um pouco da nossa energia para isso. É claro que é muito difícil, porque a nossa atividade exige muito de nós. Eu sempre costumo falar assim: a gente trabalha muito mais do que as tais 40 horas que estão no nosso contracheque, a gente vai muito além disso.

Colocar mais uma questão no nosso cotidiano, não que estivesse fora, mas colocar agora de uma maneira mais potente vai significar a gente acrescentar a esse tempo de trabalho. Não que a gente vá conseguir reorganizar porque, enfim, a nossa vida é muito corrida e é aquilo que esse rapaz falou, e ele descreveu tão bem o que eu estava pensando, eu nunca tinha verbalizado isso: os professores têm que publicar os artigos e livros, orientar os alunos, dar aula, preparar aula, participar de congresso, preparar congresso, fazer palestra, fazer mesa redonda, fazer relatório, fazer isso, fazer aquilo... é difícil.

Prof.^a Doralice Sátyro Maia (UFPB): Eu queria aproveitar a oportunidade, até porque às vezes a gente se encontra em reuniões, mas não tem tempo também, e algumas informações surgem nessas oportunidades e então eu quero parabenizar vocês. Infelizmente, eu não pude ver a entrevista com o Saint-Clair. Mas, em função do que o William já colocou, eu queria falar que, embora seja um período de escassez de recursos para a pesquisa, principalmente de estímulo à pesquisa, mas a gente está nessa como o Clébio também colocou, da necessidade agora de dizer que nós somos importantes, da validade do que fazemos. Parece que a gente retrocedeu assim mais do que cem anos. Inclusive, eu vi uma entrevista com Miguel Nicoletis, que é coordenador do Comitê Nordeste de combate à Covid, e ele falou: *“não imaginei que eu estaria vivo para ouvir as pessoas acreditarem que a Terra era plana, quando desde a antiguidade já duvidavam”*.

Antônio Jerfson Lins de Freitas (Editora SertãoCult): A Geografia, especificamente, deveria ter uma importância grande na sociedade, não desmerecendo as outras áreas do conhecimento, mas se vê que, muitas vezes, os trabalhos não têm um impacto na vida das pessoas como pode-

ria. Como o senhor avalia essa situação hoje na academia, em que a gente está perdendo espaço? Eu queria que você pudesse comentar um pouco sobre a possibilidade de mudança dessa realidade.

Prof. William: Eu fico muito contente com o quanto vocês estão aí se mobilizando. Estamos, inclusive, organizando agora um *workshop* da Re-CiMe nesse formato, em ambiente virtual. Começamos a pensar nisso e, claro, e acho vocês estão bem inseridos já com projeto e agora buscando financiamentos. Penso que tem que ser assim. Cada vez mais uma coisa que se tem conversado dentro da rede é de que isso está, como bem disse a Doralice, a gente está com esse financiamento da fundação da Paraíba para pesquisa, mas não dá para fazer tudo que gostaríamos de fazer. É um financiamento que temos e que talvez o valor por pesquisador é muito menor do que tínhamos nos outros casadinhos, é uma coisa bem mais difícil, mas é o financiamento que temos hoje em escala nacional, é o único, mas é de fato pequeno. Então, cada vez mais essas iniciativas que vocês estão fazendo de cada equipe no seu estado, buscando, como vocês estão fazendo em Sobral, é o que temos. É a mesma coisa: cada pesquisador precisa correr atrás, na medida do possível, e tentar realmente garimpar esses editais, essas possibilidades, porque o momento não está fácil mesmo, não. Então eu fico muito feliz com as informações que você deu agora, de que estão se mobilizando. Isso é perfeito e, para a gente, é ótimo enquanto grupo ter mais essa iniciativa. Fico muito contente mesmo. Vamos à questão do shopping center e da centralidade...

Sem dúvida, temos diferenças entre Brasil e Estados Unidos. Sempre costumo comentar um pouco de que essas diferenças eram mais marcantes no passado e menos hoje, e acho que menos ainda marcantes no futuro, porque eu tenho discutido exatamente que o nosso processo de urbanização está cada vez mais parecido com a urbanização dos Estados Unidos, guardadas, evidentemente, as devidas e profundas diferenças constitutivas das respectivas formações socioespaciais. Cada vez mais nós estamos assumindo parâmetros que eles adotaram ainda nos anos 1940/1950. Nós estamos entrando nisso agora, cada vez mais nos aproximamos dessa tendência, ou seja, isso tem uma relação muito direta com o fato de as nossas cidades estarem cada vez menos compactas, ou seja, o grau de difusão espacial das nossas cidades está aumentando progressivamente. Então, as cidades nos Estados Unidos têm essa característica de serem muito

pouco compactas, ou seja, as distâncias são incrivelmente grandes e isso é a forma como lá se produziram as cidades nesse processo. Acho que, de fato, teve uma relação direta com o fordismo, a maneira como as cidades cresceram e eles tiveram um ritmo de urbanização muito forte. Primeiro, o crescimento econômico muito forte e crescimento urbano também muito acelerado. Portanto, as cidades não só cresceram demograficamente e em número de cidades, mas também, a extensão territorial cresceu demais, e isso tem a ver exatamente com essa maneira de produzir cidades, que foi exatamente a criação dos subúrbios e isso é a origem da criação dos shopping centers, ou seja, como fazer a grande população viver longe dos centros das cidades, considerando os centros como as áreas que sediam estrutura comercial, que expressão têm as centralidades mais importantes. Como possibilitar? Ou seja, os deslocamentos seriam inviáveis, seriam impossíveis e aí nem falando de questões no plano ideal, mas o plano possível. Estamos falando de população desses subúrbios que passaram a concentrar cerca de 60/70% da população, então quer dizer, é como se fosse a cidade inteira e sem isso não seria possível.

O shopping center surge nessa perspectiva de atender a essa urbanização periférica recente, então, por isso que eu digo que nada tem a ver com distinção, tem a ver com o consumo cotidiano. Por isso eles foram localizados sempre nas vias de grande circulação, exatamente para atender um conjunto maior de pessoas e o número de shopping centers é incrivelmente alto, exatamente porque nos Estados Unidos eles têm uma organização político-administrativa um pouco diferente do Brasil, até onde termina uma cidade e começa a outra é diferente do Brasil. Porém, a difusão dos shopping centers, a gente vai encontrar sempre atendendo a determinadas áreas de subúrbios, até determinadas áreas de algumas cidades.

Por exemplo, Buffalo que é essa cidade que eu já comentei, ela tem uma extensão territorial incrivelmente alta, é possível fazer deslocamentos de 30 a 40 quilômetros, o que se equipara aos deslocamentos que a gente tem nas metrópoles no Brasil, só que a densidade ocupacional é muito baixa. Então, quer dizer, esses nucleamentos não acontecem no centro da cidade, eles acontecem nos shopping centers. Num distanciamento mais ou menos constante, aparecem estes equipamentos que vão atender determinadas áreas dos subúrbios, que é onde se realiza o consumo cotidiano. É interessante porque eles vão concentrar realmente várias atividades

cotidianas. De certa maneira, nós estamos nos aproximando de uma fase como essa no Brasil. Eu tenho escrito um pouco sobre o que a gente teria aí como a “americanização da urbanização brasileira”, assim, quando eu olho a inauguração de shopping centers no Brasil atual, eles são praticamente sempre periféricos nas metrópoles e a grande parte hoje das inaugurações recentes são em cidades médias. Então quer dizer, aquele padrão do shopping center como o Iguatemi em São Paulo já não é mais a tendência brasileira. A tendência no Brasil hoje é abrir shopping center em cidades médias ou na periferia das metrópoles.

De certa maneira, isso não significa mais que estes equipamentos são relativos à distinção social, eu tenho orientado algumas pesquisas sobre o consumo em shopping center pela população mais pobre das cidades. Por exemplo, eu tenho uma aluna que está estudando Resende, no Rio de Janeiro, no mestrado, exatamente sobre o consumo dos bairros mais pobres, como é que as pessoas incorporaram shopping center no seu cotidiano do consumo, tanto de comércio e de serviços e, incrivelmente, quanto eles passaram a fazer parte do cotidiano das pessoas, ainda aquelas que cruzem a cidade inteira para isso. Então, o padrão de localização tem essa tendência de absorver áreas de expansão urbana nas áreas de maior conexão interurbana da cidade, normalmente fora, nas bordas do perímetro urbano e em rodovias de acesso interurbano. Isso para facilitar os deslocamentos intermunicipais, mas também para absorver a expansão urbana.

Então, o planejamento urbano que se tem hoje, quando se pensa, por exemplo, que a cidade vai crescer na implantação de loteamentos e todo o processo de expansão, hoje é feito se baseando exatamente na formação de shopping centers, essas companhias estão interessadas nisso, elas estão interessadas exatamente neste processo.

Então a gente está realmente numa nova fase da urbanização brasileira e o papel do shopping center tem cada vez mais se destacado nisso, um papel que normalmente a gente fala é a questão de difusão de bens e serviços, o quanto hoje as grandes redes de franquias estão em quase todos os shopping centers. Praticamente em todos vamos encontrar as grandes redes, as grandes franquias com uma difusão espacial considerável. Uma coisa que eu costumo dizer também é a questão da popularização do cinema. Hoje sua expansão e a do shopping center é uma vinculação

absolutamente direta. São raros hoje os cinemas fora de shopping center, então, é o que está acontecendo. É claro que tem uma diferença daqueles cinemas que passam filmes que são esses enlatados de Hollywood, mas tem uma popularização muito maior e praticamente todos os novos cinemas são em shopping centers. Interessante isso, porque veja, nem tudo é ruim, digamos assim. Nós temos, por exemplo, esse serviço que até então era de difícil acesso para a população das periferias, mas com os shopping centers, eles estão mais acessíveis, então é muito interessante.

Tem uma aluna que fez uma tese sobre cinemas, foi orientada do Roberto Lobato, e ela estudou essa diferença espacial da localização dos cinemas e chegou à conclusão final de que tem essa vinculação direta. Agora uma coisa que ela fala bastante, que é bem interessante é, por exemplo, a diferença dos cinemas. Estes estão nesses shopping centers que estão nas periferias, nas áreas mais pobres, via de regra, só passam filmes dublados. Interessante isso, praticamente não tem filmes legendados, são todos dublados e já tem também uma adaptação que tem parâmetros culturais e isso é muito interessante, essa questão da diferença, mas, a meu ver, isso seria um aspecto bom dessa popularização. E aí não é somente o cinema. Tem alguns que têm teatros, tem alguns serviços públicos de companhias de energia elétrica, bancos, que se tornam mais acessíveis para essa população, então, tem algumas questões que são diferentes.

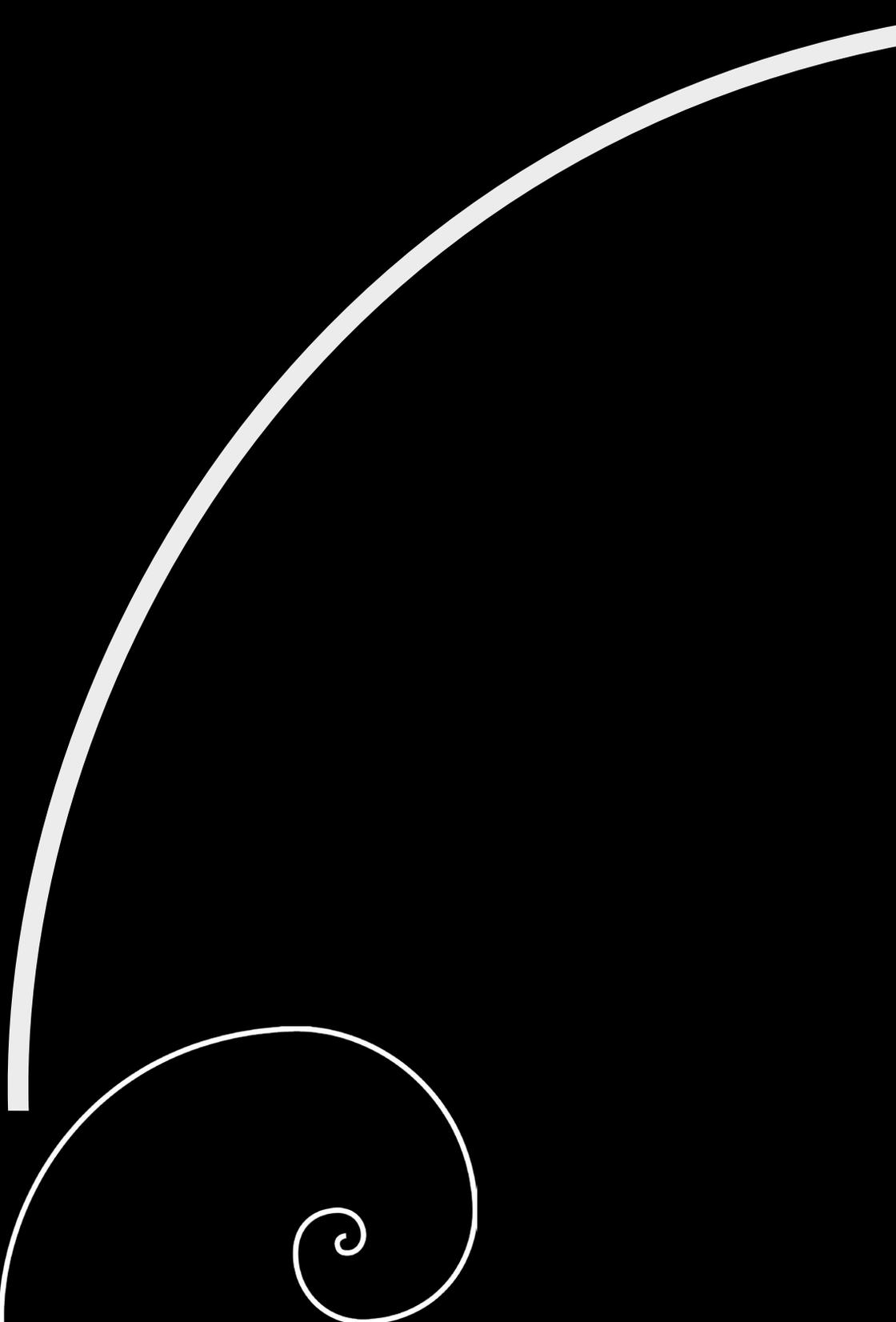
Agora, com relação ao conflito entre o público e o privado, e isso é incrivelmente uma mudança, ou seja, não são espaços propriamente públicos, há uma seletividade, um controle e um conjunto de regras que são colocadas inclusive com constrangimento de muitas pessoas, então é algo que é muito interessante para se fazer o debate.

Sobre a pergunta do Jerfson, com relação à questão da extensão e se eu vejo possibilidade, né? Olha, é difícil... É de fato muito difícil. É de fato um desafio para nós, mas a gente vai ter que entrar porque essas pessoas que estão aí divulgando as *fake news* e falando um monte de bobagem. Estão há muito tempo falando isso, não é um movimento tão recente. As pessoas estão há muito tempo falando essas bobagens por aí e eu acho que a gente precisa começar também criar caminhos de conversar direto com as pessoas, ou seja, precisamos começar a nos adaptar a essa questão das linguagens. Então, por exemplo, eu vejo que este momento da pandemia,

inclusive, onde se aumentou muito essa possibilidade de interlocução remota, isso ampliou também a nossa habilidade com a linguagem e com a tecnologia. Muitos de nós sempre odiaram esse tipo de prática, sempre se recusou ao máximo e agora a gente foi obrigado a entrar com isso. Claro que não é a mesma coisa de um encontro presencial, é muito pior, mas, por outro lado, cria possibilidades que dificilmente a gente poderia fazer de maneira tão facilitada, de conversar com pessoas em locais tão distantes. Então eu vejo essa questão que a gente tem que entrar, então esse ambiente virtual, essas inúmeras *lives* que estão sendo feitas é uma coisa que nós não vamos perder, é algo que a gente já incorporou e que é uma maneira de ampliar nossa capacidade de divulgação científica e, por outro lado, também é uma maneira de conseguir dialogar com outras pessoas.

Isso que a Doralice falou de voltar à periferia, de reiniciar o diálogo, de tentar encontrar meios de fazer com que aquilo que a gente produz na universidade seja levado e debatido com o conjunto da sociedade, isso é muito importante. Eu sinceramente não acho que a gente tem, é essa a questão de que conversamos somente para nós, na verdade a linguagem científica precisa ter exatamente esse avanço das fronteiras, do ponto de vista teórico. E isso requer todo um conjunto da expertise acadêmico-científica que tem um vocabulário próprio, que tem uma dimensão muito própria e que, se a gente abre mão disso, está abrindo mão da ciência e do avanço nas fronteiras teóricas do conhecimento. Não podemos abrir mão disso, mas, ao mesmo tempo, a gente tem que pensar em como dialogar diretamente, ou seja, isso é um grande desafio. A gente vai ter que entrar e vai ter que encarar isso, não é simples, mas vamos ter que encarar.

Eu sinceramente não acho que a gente tem, é essa a questão de que conversamos somente para nós, na verdade a linguagem científica precisa ter exatamente esse avanço das fronteiras, do ponto de vista teórico. E isso requer todo um conjunto da expertise acadêmico-científica que tem um vocabulário próprio, que tem uma dimensão muito própria e que, se a gente abre mão disso, está abrindo mão da ciência e do avanço nas fronteiras teóricas do conhecimento.



Índice remissivo

Abertura política, 18, 182

Amazônia, 35, 36, 55, 200, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 220, 221, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228

Análise comparada, 41, 42

ANPEGE, 25, 45, 49, 194

Arquitetura e Planejamento, 20, 46

Capital imobiliário, 157

Capitalismo, 29, 49, 51, 67, 71, 129, 198

Centralidade, 22, 33, 43, 72, 99, 108, 110, 135, 170, 189, 190, 191, 212, 224, 232, 233, 251, 252

Centro urbano regional, 156

Centro-Oeste, 24, 25, 151, 167, 171, 202

Cidade de intermediação, 49

Cidade global, 26

Cidade Média, 23, 24, 32, 33, 34, 43, 44, 45, 48, 49, 50, 51, 53, 73, 76, 83, 84, 86, 88, 91, 92, 93, 94, 98, 99, 108, 117, 118, 119, 120, 122, 128, 138, 143, 144, 156, 158, 159, 167, 168, 171, 189, 191, 192, 211, 213, 214, 218, 223, 239, 240, 244

Cidade pequena, 24, 51, 53, 59, 60, 61, 62, 65, 67, 122, 143, 151, 210, 211, 245

Cidade polo, 91

Cidade região, 24, 91

Cidades médias, 16, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 32, 33, 34, 35, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 51, 52, 53, 55, 58, 62, 76, 77, 80, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 91, 92, 93, 95, 98, 99, 104, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 128, 129, 134, 135, 137, 138, 139, 144, 148, 149, 154, 155, 158, 159, 165, 166, 171, 172, 180, 187, 188, 190, 191, 193, 195, 196, 199, 201, 208, 210, 213, 215, 224, 225, 226, 228, 229, 231, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 240, 243, 244, 245, 246, 253

Consumo, 21, 22, 32, 64, 65, 67, 69, 70, 71, 72, 106, 113, 125, 126, 135, 170, 240, 247, 252, 253

Covid-19, 23, 62, 70, 129, 140, 141

Densidade urbana, 24, 30, 33, 48, 128

Desigualdades socioespaciais, 62, 63, 70, 258

Diferenciação socioespacial, 32

Ensino superior, 27, 56, 71, 72, 81, 99, 104, 116, 134, 138, 139, 143, 144, 150, 153, 156, 168, 169, 181, 196, 197, 218, 224

Escala da pesquisa, 20, 152

Espaço metropolizado, 24

Espaço seletivo, 113

Estatuto da Cidade, 208, 209, 210

Estudos comparados, 41

Exclusão social, 67

Feira, 52, 67, 97, 186, 195, 228

Formações socioespaciais, 159

Fragmentação socioespacial, 16, 21, 23, 114, 118, 125, 126, 127, 129, 158, 167

Fragmentação urbana, 240

Gênero, 36, 37, 194, 207

Geografia Agrária, 20, 176, 185

Geografia Crítica, 134, 204

Geografia Econômica, 20, 40, 185
Geografia Regional, 100, 104, 155, 200, 207
Geografia Rural, 54, 55
Geografia Urbana, 20, 27, 28, 54, 55, 60, 76, 78, 83, 87, 88, 100, 105, 106, 114, 118, 121, 123, 132, 133, 134, 135, 137, 148, 152, 155, 182, 187, 188, 189, 191, 194, 195, 198, 199, 200, 202, 205, 212, 216, 232, 234, 236, 237, 247
Geopolítica, 142
Geoprocessamento, 231
Globalização, 26, 67, 69, 70, 86
Heterarquia Urbana, 26
IBGE, 28, 32, 93, 95, 138, 211, 236, 239, 243
Injustiça espacial, 62
Inserção regional, 156
Intraurbano, 138, 157, 168
IPEA, 32, 39, 237
Justiça espacial, 62
Loteamentos, 54, 115, 120, 122, 127, 167, 168, 174, 175, 176, 225, 254
Mercado imobiliário, 114, 117, 118, 119, 120, 126, 129, 130, 165, 166, 197
Metodologia, 22, 23, 37, 73, 87, 88, 102, 107, 108, 119, 137, 139, 145, 159, 160, 188, 191, 192, 193, 208, 212, 213, 237, 238, 239
Metrópole, 17, 21, 22, 24, 26, 27, 34, 35, 43, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 76, 82, 83, 84, 87, 89, 104, 105, 108, 118, 119, 122, 159, 187, 189, 206, 207, 208, 214, 232, 235, 236, 239, 240, 243, 244, 246, 252, 253
Metropolização do espaço, 45, 49, 50
Municípios, 31, 52, 60, 65, 68, 81, 105, 109, 110, 112, 129, 130, 135, 145, 151, 156, 168, 171, 172, 188, 199, 223, 225, 228, 243, 244
Nordeste, 21, 29, 33, 34, 51, 52, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 69, 85, 95, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 117, 151, 171, 189, 195, 196, 197, 201, 204, 208, 210, 225, 228, 250
Norte, 24, 33, 35, 173, 189, 221, 221, 228

Objeto de pesquisa, 24, 73, 89, 129, 159, 160, 163, 171

Percursos urbanos, 22, 126, 127

Pesquisa de campo, 90, 91, 96, 97, 116

Plano Diretor, 151, 209

Políticas públicas, 35, 58, 60, 65, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 109, 152, 156, 165, 166, 211, 215, 218, 221, 224, 228

Práticas espaciais, 22, 129, 125, 126, 127

Práticas sociais, 62, 125

Problematização, 104

Produção do espaço, 16, 21, 88, 114, 117, 122, 129, 132, 134, 136, 152, 158, 169, 233

Rarefação urbana, 24

ReCiMe, 16, 20, 27, 31, 32, 41, 47, 48, 53, 117, 119, 120, 135, 136, 138, 144, 148, 150, 154, 155, 156, 157, 158, 160, 166, 180, 184, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 213, 214, 233, 235, 236, 237, 238, 239, 241, 242, 244, 251

Rede urbana, 20, 22, 24, 26, 27, 43, 48, 50, 52, 53, 84, 89, 94, 98, 99, 106, 128, 135, 154, 159, 160, 171, 172, 173, 199, 215, 239, 246

Reestruturação produtiva, 84, 86, 92

Referencial teórico, 137

Reforma agrária, 151

Região metropolitana, 22, 34, 35, 36, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 85, 108, 111, 228

Regiões metropolitanas, 44, 45, 46, 48, 62, 106, 108, 109, 159

Reurbanização, 152

Segregação, 88, 114, 122, 124, 125, 127, 129, 170, 173, 174, 225, 226, 239, 240

Seletividade espacial, 62

Semiárido, 31, 102, 109, 112, 128

Shopping centers, 51, 53, 109, 110, 125, 135, 172, 240, 247, 248, 251, 252, 253, 254

Socioterritorial, 212, 224

SUDEC, 80

SUDENE, 67, 80, 85, 93

Território(s), 24, 25, 30, 31, 34, 35, 47, 49, 50, 51, 53, 54, 58, 60, 61, 62, 68, 71, 72, 74, 104, 105, 106, 109, 110, 111, 112, 113, 142, 148, 159, 175, 189, 209, 210, 213, 222, 223, 227, 239, 246

Urbanismo, 38, 54, 63, 120, 132, 180, 194, 207

Urbanização, 16, 21, 23, 24, 25, 27, 29, 31, 38, 42, 50, 51, 83, 84, 89, 91, 102, 106, 118, 119, 122, 139, 152, 155, 158, 159, 160, 183, 184, 186, 227, 232, 235, 237, 239, 251, 252, 253

Urbano-diversidade, 207

Verticalização, 126, 127, 152, 184, 192

Violência simbólica, 174



Este livro foi composto em fonte Swis721 Cn BT, impresso no formato 15 x 22 cm em offset 75 g/m², com 262 páginas e em e-book formato pdf.

Impressão e acabamento:

Abril de 2022.

Série
Território
Científico

SER
TÃO
CULT

O que nasceu como uma tentativa de aproximar pesquisadores de diversas áreas, de mobilizar os membros do Conselho Editorial da SerçãoCult na elaboração de um material que exprimisse a capacidade da editora em produzir obras com qualidade técnica e com relevância acadêmica, tornou-se um sucesso logo em sua primeira edição.

Após o lançamento do volume Diálogos sobre a Ditadura, que reuniu alguns dos maiores pesquisadores sobre a temática no Brasil, a série Território Científico chega ao seu segundo volume elaborado a partir de uma parceria com os profissionais na sua maioria da Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (ReCiMe) que participaram do Grupo de Estudos - Abordagens teóricas e metodológicas nos estudos das cidades médias e pequenas, organizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional - GEPPUR e o Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais - LEURB/UVA no ano de 2020. Eis a obra “Trajetórias de pesquisadores e os estudos das cidades médias em perspectiva”.

É gratificante concluirmos mais esta contribuição para a comunidade científica, apresentando as trajetórias de algumas das maiores referências da Geografia Urbana brasileira, que no contexto da pandemia da Covid-19 ficaram tão fisicamente distantes, mas nunca tão próximos, unidos através da tecnologia, que permitiu a troca de experiências com colegas de diferentes regiões do país.



ISBN 978-856796088-3



9

788567

960883